



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Jaqueline de Moraes Thurler Dália

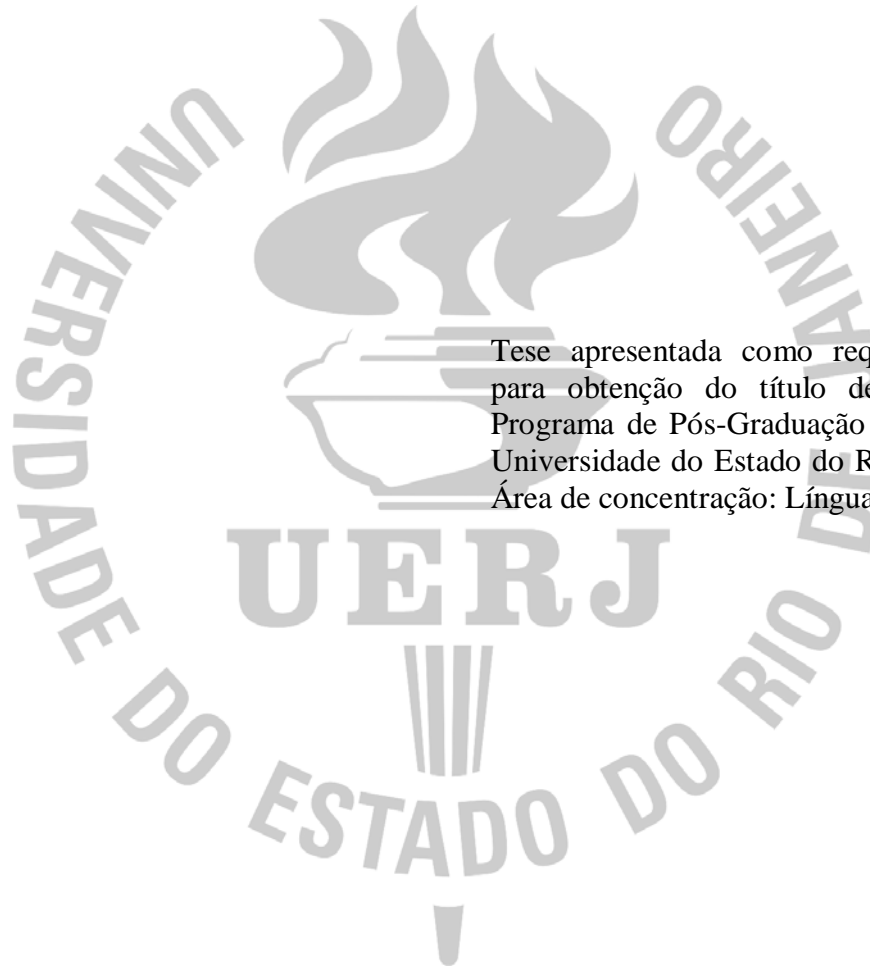
“Pode chegar, sá menina”: entre conversas, aspectos linguístico-identitários
das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo

Rio de Janeiro

2017

Jaqueline de Moraes Thurler Dália

“Pode chegar, sá menina”: entre conversas, aspectos linguístico-identitários das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. André Crim Valente

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

D143 Dália, Jaqueline de Moraes Thurler.
“Pode chegar, sá menina” : entre conversas, aspectos linguístico-identitários das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo / Jaqueline de Moraes Thurler Dália. - 2017.
204 f. : il.

Orientador: André Crim Valente.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Sociolinguística – Teses. 2. Comportamento verbal – Teses. 3. Análise linguística – Teses. 4. Identidade social (Nova Friburgo, RJ) – Teses. 5. Interação social (Nova Friburgo, RJ) – Teses. 6. Aceitação social – Teses I.Valente, André Crim. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 800.86

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jaqueline de Moraes Thurler Dália

“Pode chegar, sá menina”: entre conversas, aspectos linguístico-identitários das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 27 de março de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Crim Valente (Orientador)

Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. José Carlos de Azeredo

Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Instituto de Letras – UERJ

Prof^ª. Dra. Nilza Barrozo Dias

Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dra. Maria Jussara Abraçado de Almeida

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Às famílias agricultoras do 3º Distrito de Nova Friburgo, em especial ao Sr. Hermínio Botelho, ao Sr. Mário de Almeida (ambos em memória), ao Sr. Newton Correa e a D. Elza de Almeida, que fizeram desta forasteira um membro da comunidade.
A Gabriel pela contínua partilha na vida e na academia.

AGRADECIMENTOS

Às famílias agricultoras do 3º Distrito de Nova Friburgo, cuja receptividade fez desta pesquisa muito mais uma comunhão de amigos do que uma interlocução acadêmica.

Aos meus ex-alunos do CEFFA CEA Rei Alberto I que compreenderam o objetivo deste trabalho, foram parceiros em sua execução e mediadores junto às suas famílias.

À minha família pela compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu marido pela incansável interlocução e o imensurável apoio na execução do trabalho.

Ao CEFFA CEA Rei Alberto por possibilitar que a pesquisa ali se iniciasse.

Ao meu orientador, Professor André Valente, pelo apoio, pela crença e pela liberdade na concretização deste projeto.

Aos professores que me acompanharam no Doutorado pelos ensinamentos e debates, em especial, aos mestres José Carlos de Azeredo e Nilza Barrozo Dias, cujas reflexões foram importantes desde o início desta empreitada.

À equipe do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cuja presteza e boa vontade foram essenciais nesse percurso.

Aos professores que compuseram a Banca Examinadora e tão gentilmente se dedicaram à avaliação e ao aprimoramento da Tese.

Aprendimentos

O filósofo Kierkegaard me ensinou que cultura
é o caminho que o homem percorre para se conhecer.
Sócrates fez o seu caminho de cultura e ao fim
falou que só sabia que não sabia de nada.

Não tinha as certezas científicas. Mas que aprendera coisas
di-menor com a natureza. Aprendeu que as folhas
das árvores servem para nos ensinar a cair sem
alardes. Disse que fosse ele caracol vegetado
sobre pedras, ele iria gostar. Iria certamente
aprender o idioma que as rãs falam com as águas
e ia conversar com as rãs.

E gostasse mais de ensinar que a exuberância maior está nos insetos
do que nas paisagens. Seu rosto tinha um lado de
ave. Por isso ele podia conhecer todos os pássaros
do mundo pelo coração de seus cantos. Estudara
nos livros demais. Porém aprendia melhor no ver,
no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar.

Chegou por vezes de alcançar o sotaque das origens.
Se admirava de como um grilo sozinho, um só pequeno
grilo, podia desmontar os silêncios de uma noite!
Eu vivi antigamente com Sócrates, Platão, Aristóteles —
esse pessoal.

Eles falavam nas aulas: Quem se aproxima das origens se renova.
Píndaro falava pra mim que usava todos os fósseis linguísticos que
achava para renovar sua poesia. Os mestres pregavam
que o fascínio poético vem das raízes da fala.

Sócrates falava que as expressões mais eróticas
são donzelas. E que a Beleza se explica melhor
por não haver razão nenhuma nela. O que mais eu sei
sobre Sócrates é que ele viveu uma ascese de mosca.

RESUMO

DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. “*Pode chegar, sá menina*”: entre conversas, aspectos linguístico-identitários das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo. 2017. 204 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho se dedicou a investigar, no âmbito da Sociolinguística, a variedade dialetal das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo, partindo da hipótese de que nela havia uma *arquitomunidade* de fala. Pretendia-se identificar se a variedade falada pelas famílias agricultoras da região orientava-se para o prestígio ou para a manutenção da identidade, de acordo com os estudos de Labov (2008) e com os preceitos de comunidades de prática e de redes sociais. Para tanto, a Tese exigiu uma pesquisa bibliográfica em torno: da Sociolinguística; das discussões sobre o conceito de identidade e sua compreensão interdisciplinar; e da identidade linguística, sob o prisma da orientação e avaliação que o falante constrói sobre sua própria variante. Já no que tange ao levantamento de dados, foram realizadas 39 entrevistas com moradores do território analisado, contando com 19 representantes da faixa etária 1 (>35 anos) e 22 da faixa etária 2 (<20 anos); 20 mulheres e 19 homens. A etnografia empregada na coleta de dados permitiu perceber a existência não de uma comunidade homogênea de fala, mas comunidades de prática em uma *arquitomunidade* que abarca sujeitos, especialmente os mais jovens, com redes de relações tão diversas que os fazem adaptarem suas próprias identidades. Os resultados demonstraram que a juventude domina mais de um código oral e tenta acioná-los de acordo com o contexto enunciativo. Essa ação aponta para duas conclusões: a geração mais nova, se não domina todas as regras da língua padrão, ao menos reconhece o ambiente em que sua variedade é aceita mais facilmente e conhece os mecanismos para adequar sua fala, mesmo que não consiga êxito em suas realizações; e, se há problemas com a aceitabilidade dessa variedade é porque ela sofre grande preconceito social. Assim, como provavelmente os mais velhos foram os que mais ficaram expostos a avaliação negativa de sua fala, eles reproduzem a estigmatização que sofreram (LABOV, 2008; CARDOSO, 2015). Ela parece funcionar como uma tática, já que é imposta (CERTEAU, 2008), na antecipação da valoração negativa que os moradores da região presumem ter o seu falar na sociedade, buscando, portanto, concordância, complementaridade com seu interlocutor (BORTONI-RICARDO, 2011). Já os jovens vivenciam o que Haesbaert (2011) chamou de hibridismo identitário e utilizam, como estratégia (CERTEAU, 2008) contra o preconceito, sua capacidade de acomodação e convergência de fala (BORTONI-RICARDO, 2011), configurando a heterogeneidade nos processos identificatórios pós-modernos, como previra Hall (2006). Todavia, as escolhas feitas não são sempre em função da resignação e, em algumas situações, podem ser compreendidas como resistência (BORTONI-RICARDO, 2011; LABOV, 2008; HALL, 2006) ou como uma aceitação revoltada (BOURDIEU, 2010). Essas conclusões se basearam no levantamento do uso dos aspectos linguísticos identitários na região e nas avaliações e atitudes dos próprios falantes. Caso o preconceito persista, há a disposição de se restringir a fala regional aos contextos íntimos e locais, a não ser que os jovens a utilizem como forma de resistência.

Palavras-chave: Sociolinguística. Aspectos linguístico-identitários. Avaliação linguística. 3º Distrito de Nova Friburgo.

RESUMEN

DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. “*Pode chegar, sá menina*”: entre las conversaciones, los aspectos lingüísticos y de identidad de las comunidades rurales de 3° Distrito de Nova Friburgo. 2017. 204 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

El trabajo fue dedicado a investigar, como parte de la Sociolingüística, la variedad dialectal de las comunidades rurales de 3° Distrito de Nova Friburgo, en una hipótesis de tratarse de una *arquicomunidad* de habla. Se tenía la intención de identificar si la variedad hablada por los agricultores de la región fue guiada al prestigio o el mantenimiento de la identidad, según el estudio de Labov (2008) y los principios de las comunidades de prácticas y de las redes sociales. Por lo tanto, la tesis exigió una búsqueda bibliográfica en torno a: la Sociolingüística; las discusiones sobre el concepto de identidad y su comprensión interdisciplinaria; y la identidad lingüística, a la luz de la orientación y la evaluación de que el hablante se apoya en su propia variante. Ya en relación con los datos del estudio, hubo 39 entrevistas con los residentes del territorio analizado, con 19 representantes de grupo de edad 1 (> 35 años) y 22 de grupo de edad 2 (<20 años); 20 mujeres y 19 hombres. La Etnografía utilizada para recopilar datos permitió percibir la existencia de comunidades de práctica en una *arquicomunidad* con sujetos, especialmente los más jóvenes, que forman parte de diversas redes de relaciones que hacen a adaptarse a sus propias identidades. Los resultados mostraron que la juventud domina muchos códigos orales y ententa utilizarlos según el contexto comunicativo. Esta acción apunta a dos conclusiones: la generación más joven si no ha dominado todas las reglas del lenguaje estándar, al menos reconoce el entorno en el que se admita una variedad con mayor facilidad y conoce los mecanismos para ajustar su forma de hablar, incluso si no puede hacerlo con éxito en sus logros; y si hay problemas con la aceptabilidad de esta variedad es porque ella sufre un gran perjuicio social. Los hablantes de mayor edad fueron los que estuvieron más tiempo expuestos a las críticas negativas de su discurso y, por eso, reproducen el estigma que sufrieron (Labov, 2008; Cardoso, 2015). Eso parece formar parte de una táctica, ya que se la impuso (Certeau, 2008), a la espera de la valoración negativa que los locales presumen tener su variedad en la sociedad y por lo tanto buscan un acuerdo, una complementaridad con el entrevistador (Bortoni-RICARDO, 2011). Ya los jóvenes experimentan lo que Haesbaert (2011) ha llamado de hibridación de identidad y utilizan como estrategia (Certeau, 2008) contra los prejuicios, su capacidad de acomodación y la convergencia de voz (Bortoni-Ricardo, 2011), estableciendo la heterogeneidad en los procesos de identificación postmodernos, como predijo Hall (2006). Sin embargo, las decisiones tomadas no siempre se deben a la renuncia y, en algunas situaciones, puede ser entendida como resistencia (Bortoni-Ricardo, 2011; Labov, 2008; HALL, 2006) o como una aceptación enojada (Bourdieu, 2010). Estas conclusiones se basaron en el estudio de los aspectos lingüísticos de identidad de la región y de las evaluaciones y actitudes de los propios hablantes. Si el perjuicio persiste, hay una voluntad de restringir la variedad a contextos locales, a menos que los jóvenes la utilicen como una forma de resistencia.

Palavras clave: Sociolingüística. Aspectos lingüísticos y de identidad. Evaluación lingüística.

3° Distrito de Nova Friburgo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Nova Friburgo.....	66
Figura 2 – Divisão administrativa do município de Nova Friburgo.....	71
Figura 3 – Estrada Friburgo - São Lourenço.....	73
Figura 4 – Áreas atendidas pelo CEFFA CEA Rei Alberto I.....	75
Figura 5 – Casarão da Fazenda Rio Grande.	78
Figura 6 – Fazenda Mendes.....	79
Figura 7 – Três Picos.	82
Figura 8 – CEFFA CEA Rei Alberto I.....	84
Figura 9 - Sede da antiga Fazenda do Barão de Nova Friburgo – São Lourenço.	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Possível amostra de informantes.	100
Tabela 2 – Amostra de informantes da pesquisa.	100
Tabela 3 – Símbolos gráficos utilizados na transcrição.	113
Tabela 4 – Características fonéticas do PB popular e do PB culto.	118
Tabela 5 - Características morfológicas do PB popular e do PB culto.	119
Tabela 6 - Características sintáticas do PB popular e do PB culto.	120
Tabela 7 – Avaliação da existência de variedade diatópica.	169
Tabela 8 – Avaliação da uniformidade territorial da variedade.	170
Tabela 9 – Avaliação da possibilidade de reconhecer um morador apenas por sua variedade.	172
Tabela 10 – Avaliação, por gênero, da possibilidade de reconhecer um morador apenas por sua variedade.	172
Tabela 11 – Avaliação da própria fala como pertencente à variedade local.	173
Tabela 12 – Atitude do falante frente a sua variedade.	174
Tabela 13 - Atitude do falante, por gênero, frente a sua variedade.	175
Tabela 14 – Avaliação estética da variedade local.	176
Tabela 15 – Avaliação estética da variedade local, por gênero.	177
Tabela 16 – Avaliação hedônica da variedade local.	178
Tabela 17 – Avaliação hedônica da variedade local, por gênero.	178
Tabela 18 – Avaliação da necessidade de adequação da própria variedade ao contexto.	179
Tabela 19 – Autoavaliação estética.	181
Tabela 20 – Desejo de mudança da variedade a partir da autoavaliação estética.	182

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	“ARRESPEITE AIS NASCENTE DAIS NOSSAIS ÁGUA CRISTALINAIS”: FUNDAMENTANDO A PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA PARA O ESTUDO DA VARIAÇÃO EM REGIÕES RURAIS	19
1.1	Para começar: situando a Sociolinguística	19
1.2	Conceituando a mudança e a variação linguística	24
1.2.1	<u>A mudança linguística</u>	27
1.2.2	<u>A variação linguística</u>	30
1.3	A variação diatópica-diastrática rural	33
1.4	Abordagens possíveis: comunidades de fala, redes sociais e comunidades de prática	39
2	“EU NASCI LÁ NO SERTÃO / NESSE LUGAR FUI CRIADO”: TEORIZANDO A IDENTIDADE LINGUÍSTICA PARA A COMPREENSÃO DO FALAR RURAL NO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO	45
2.1	Conceituando a identidade (ou a diferença)	45
2.2	A identidade linguística	50
2.3	A variação linguística rural: orientação para o prestígio ou para a identidade?	55
2.4	O local na constituição da identidade	62
3	“VIVE O POVO NA CIDADE / NO MEIO DE TANTA BELEZA / VENHA CÁ NO MEU SERTÃO / CONHECER A NATUREZA”: DELINEANDO O CAMPO DA PESQUISA – NOVA FRIBURGO E SEU 3º DISTRITO	66
3.1	Situando a pesquisa: o município de Nova Friburgo	66
3.2	O 3º Distrito de Nova Friburgo: uma arquicomunidade em macroescala.	71

3.3	Os bairros rurais do 3º Distrito: as comunidades de prática em microescala	77
3.3.1	<u>Rio Grande, Serra Velha, Serra Nova e Florândia da Serra</u>	78
3.3.2	<u>Barracão dos Mendes</u>	79
3.3.3	<u>Salinas, Alto de Salinas e Patrocínio</u>	80
3.3.4	<u>Santa Cruz e Centenário</u>	81
3.3.5	<u>Três Picos e Jaborandi</u>	82
3.3.6	<u>Baixada de Salinas e Campestre</u>	83
3.3.7	<u>São Lourenço, São Felipe e Fazenda Schuenck</u>	85
3.4	Estabelecendo as relações entre a micro e a macroescala	86
3.5	Refletindo sobre o rural: percepções do e sobre o lugar	88
4	“NAQUELE FUGÃO DE LENHA / FAZIA COMIDA BOA / CONJIQUINHA COM FEIJÃO / NO FORNO FAZIA BROA”: METODOLOGIAS, CAMINHOS E MODOS DE FAZER A PESQUISA	95
4.1	A constituição da amostra	95
4.1.1	<u>A seleção dos informantes</u>	96
4.1.2	<u>Os instrumentos de coleta de dados</u>	101
4.1.3	<u>Os cuidados legais na coleta de dados</u>	105
4.1.4	<u>As questões técnicas da coleta de dados</u>	107
4.1.5	<u>As entrevistas</u>	109
4.1.6	<u>Os criterios de transcrição</u>	113
4.1.7	<u>O cruzamento e a análise de dados com a ferramenta analítica</u>	115
5	“EU FALO DO MAR SAGRADO / O CÉU JARDIM DE FRÔ”: LEVANTANDO ASPECTOS LINGUÍSTICO-IDENTITÁRIOS DAS COMUNIDADES RURAIS DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO	117
5.1	A descrição da variação rural na trajetória das pesquisas	117

5.2	Aspectos da variação fonética nas comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo: metaplasmos encontrados na região	123
5.2.1	<u>Aférese</u>	123
5.2.2	<u>Síncope</u>	125
5.2.3	<u>Apócope</u>	128
5.2.4	<u>Monotongação</u>	130
5.2.4.1	Inicial	130
5.2.4.2	Medial	132
5.2.4.3	Final	133
5.2.5	<u>Metafonia</u>	134
5.2.5.1	Elevação da vogal pré-tônica	134
5.2.5.2	Elevação da vogal tônica	137
5.2.5.3	Elevação da vogal pós-tônica	138
5.2.5.4	Abaixamento de vogal	138
5.2.6	<u>Rotacização ou rotacismo</u>	140
5.2.7	<u>Desnasalização ou desnasalação</u>	141
5.2.8	<u>Nasalização ou nasalação e outras alterações na nasalidade</u>	142
5.2.9	<u>Despalatização</u>	144
5.2.10	<u>Paragoge ou epítese</u>	146
5.3	Aspectos morfossintáticos da variação linguística das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo	147
5.3.1	<u>Concordância verbal</u>	147
5.3.1.1	1ª pessoa do singular	147
5.3.1.2	2ª pessoa do singular	148
5.3.1.3	3ª pessoa do singular	149

5.3.1.4	1ª pessoa do plural	150
5.3.1.5	3ª pessoa do plural	152
5.3.2	<u>Concordância nominal</u>	154
5.3.2.1	Gênero	154
5.3.2.1	Número	156
5.3.3	<u>Intensificação por meio da flexão e da concordância de grau</u>	157
5.3.4	<u>Uso do pronome indefinido tudo</u>	159
5.3.5	<u>Emprego de preposições</u>	160
5.4	A variedade local e o diálogo entre as pesquisas: a relação entre língua e identidade rural na arquicomunidade do 3º Distrito de Nova Friburgo	162
6	“TUDO ISSO É VERDADE / EU FALO E NÃO É MENTIRA”: AVALIANDO A ORIENTAÇÃO PARA O PRESTÍGIO OU PARA A IDENTIDADE NA VARIEDADE LINGUÍSTICA DE COMUNIDADES RURAIS DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO	165
6.1	Atitudes, crenças e avaliação: o falante e sua variedade	165
6.2	A autoavaliação da comunidade: uma análise em ausência	168
6.3	A autoavaliação da comunidade: a análise com áudio modelo	183
6.4	Entre convergências e divergências: o cruzamento dos testes e dos dados testados	188
	CONCLUSÃO	191
	REFERÊNCIAS	194
	ANEXO A – Ficha Social	200
	ANEXO B – Roteiro de Entrevistas	201
	ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	203
	ANEXO D – Caracterização dos Informantes	204

INTRODUÇÃO

Antes de se delinearem as estratégias didáticas que visam melhorar a eficiência do ensino fundamental no Brasil, é necessário proceder ao levantamento dos traços estigmatizados dos dialetos das classes menos favorecidas. Isso permitirá aos educadores promover um diagnóstico das possíveis interferências dialetais, bem como elaborar métodos e material didático que atendam ao problema de diglossia que se instalou nas escolas. (BORTONI-RICARDO, 2005, p.38)

O trabalho apresentado nestas páginas se dedicou a investigar, no âmbito da Sociolinguística, a variedade dialetal das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo. O interesse para tal pesquisa foi se constituindo enquanto, quando ainda mestranda, construía minha dissertação no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nela busquei discutir o currículo de Língua Portuguesa na perspectiva de ensino integrado da Pedagogia da Alternância, modelo educativo voltado às escolas do campo e com o qual eu trabalhava exatamente nessa região. Durante os períodos de leitura, era comum encontrar, nas minhas referências, o discurso de que o ensino de língua materna deveria partir dos usos dominados pelo alunado para, progressivamente, ofertar possibilidades de aumento do repertório linguístico. Ademais, era unânime, também, a defesa de um exercício docente que combatesse o preconceito linguístico. Todavia, quando me deparava com as práticas nas instituições, campo de estudo, a teoria parecia estar muito distante da realidade.

Nesse sentido, eu, como professora de Língua Portuguesa de alunos da zona rural, agora modificada por novas percepções, não pude ficar inabalada. Assim, para ressimbolizar meu fazer pedagógico e tornar o processo de ensino-aprendizagem, realmente, significativo, partindo do conhecimento dos discentes, só me restava, então, buscar entender que variedade era aquela falada na região e que implicações isso trazia para a educação formal. Não obstante, o combate à estigmatização do falar regional também só seria possível se ele fosse desvelado e não mais ocultado, o que implicaria uma pesquisa de descrição aprofundada. Foi aí que decidi procurar compreender os aspectos linguísticos característicos da região na qual lecionava, partindo da hipótese de que nela havia uma *arquicomunidade* de fala, constituída de inúmeras comunidades de prática, que formam redes mais ou menos complexas de relações entre famílias, ainda, fortemente ligadas às atividades agropecuárias.

Destarte, pretendia, com a pesquisa, identificar se a variedade falada pelas famílias agricultoras da região em questão, hoje, orienta-se para o prestígio ou para a manutenção da identidade, de acordo com os estudos variacionistas de Labov (2008) e com os preceitos de

comunidades de prática e de redes sociais. Para aqueles, o domínio de certas variedades pode garantir inclusão em outras comunidades consideradas como de referência ou constituir a demarcação de certos grupos sociais. Para estas, a língua é determinadora de identificações e relações entre indivíduos, ambas sujeitas a modificações, acomodações e negociações. Todas as abordagens, no entanto, admitem a influência de questões sociais na constituição tanto da variedade como da identidade, o que traz a trabalhos dessa natureza um caráter etnográfico, visto que devem considerar, em sua análise, os modos de fazer e conviver dos grupos estudados.

Para tanto, a Tese aqui apresentada se fez, primeiramente, a partir de uma pesquisa bibliográfica em torno: da Sociolinguística e suas possíveis abordagens, no que se refere às acepções de comunidade linguística e variação; das discussões sobre o conceito de identidade e sua compreensão, interdisciplinar, nos dias atuais; e da identidade linguística, sob o prisma da orientação e avaliação que o falante constrói sobre sua própria variante. Já no que tange ao levantamento de dados e à seleção de informantes, cabe destacar os seguintes critérios metodológicos utilizados no recorte da pesquisa: a situação das entrevistas, o número de entrevistados, a localização dos informantes, a forma de registro e o tratamento dado às informações.

Labov (2008) afirma que para lidar com a língua, deve-se olhar para o cotidiano e, a partir daí, estabelecer uma análise teórica, entendendo que a variação é uma característica das línguas naturais que só pode ser observada no dia a dia. Ainda de acordo com o autor, o ideal é registrar o maior número possível das ocorrências específicas desse tipo de fala por meio de gravações e anotações, o que configura a escolha pelo método analítico quantitativo, embora ele mesmo admita que as regras e os padrões básicos da linguagem já suscitem com amostras de 25 falantes. Para esse fim, a entrevista vem se configurando como o melhor mecanismo de registro vernacular na pesquisa sociolinguística e para que os dados recolhidos possam servir a uma investigação comparativa, deve-se contar com o auxílio de um roteiro como guia. Segundo Tarallo (2007), o *script* pode ser organizado em módulos temáticos que estimulem as narrativas pessoais e afetivas, já que por meio delas é possível ter contato real com a fala menos controlada. Foi por isso que, metodologicamente, optou-se aqui por dividir as questões da arguição em cinco blocos, partindo de tópicos mais subjetivos e também de cunho regional até terminar com aqueles puramente metalinguísticos.

Com base nos critérios de mapeamento de bairros rurais elencados por Candido (2010) e de comunidade rurais definidos por Comerford (2005), Frazão (2015) entende que a região pesquisada é composta por 12 localidades. Todavia, para a finalidade deste trabalho foram

consideradas apenas aquelas que ainda têm a agropecuária como base de produção e organização social, além de uma relação direta com a escola na qual eu atuava, pois foi por meio dela que pude estabelecer vínculos com as famílias. Porquanto foram consideradas como campo de investigação, apenas, 7 localidades. Para obter os mais variados tipos de informantes, foram selecionados, no mínimo, 3 núcleos familiares por bairro, com representantes femininos e masculinos, idades diversificadas e, com pelo menos, um componente com instrução formal de nível médio (em curso ou já concluído), totalizando um número não menor que 21 famílias entrevistadas. O que resultou em subgrupos estratificados, no que Labov (2008) chamou de técnica de agregação de escores. A escolha por núcleos, e não simplesmente por falantes isolados, ocorreu para que a fala gravada fosse a mais natural e íntima possível e com o mínimo de intervenção de um interlocutor estranho, mesmo havendo um roteiro condutor que facilitou a interlocução em torno das atividades laborais, da escola, da história das famílias e das localidades e da avaliação da fala local.

Contudo, mesmo sendo a entrevista gravada o melhor método de registros dos dados, é clara sua implicação no grau de formalidade do falante, por isso, foi importante buscar outros meios de interação durante um longo e denso tempo de convívio com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Desse modo, não se pôde negar o caráter etnográfico do estudo. Assim, foram realizadas mais observações na própria escola e em outros ambientes de interação natural na comunidade. O primeiro campo de estudo foi selecionado, pois foi o motivador da pesquisa e o objeto a ser atingido por ela. É nesse espaço, também, que os jovens mantêm seus laços sociais e afetivos e possuem, concomitantemente, motivação natural e informal de fala e interlocução letrada e formal. Os outros se configuraram em momentos de partilha, que surgiam espontaneamente, sem o aparato de gravação e que permitiram uma observação sistemática e real do cotidiano das famílias. Tais ocasiões se configuraram como uma boa oportunidade para, ao mesmo tempo, recolher dados e confrontar/validar informações do *corpus* linguístico. Os aspectos da fala local relevantes para a pesquisa foram determinados apenas após a disposição desses dados e de uma análise dos indicadores (variável linguística regular) estratificados (idade, classe, gênero, instrução, entre outros).

Diante do apresentado, a Tese se organizou em 6 capítulos, além desta introdução, da conclusão e dos anexos, nos quais se encontram os documentos necessários para a construção da pesquisa. No primeiro tópico, “*Arrespeite ais nascente dais nossais água cristalinais*¹”:

¹ Os textos iniciais que fazem parte dos títulos de cada capítulo são trechos de poesias do Sr. Hermínio Botelho, agricultor, morador da comunidade rural de Três Picos, autodidata, líder e um dos ícones do 3º Distrito de Nova Friburgo, falecido durante a construção desta pesquisa.

fundamentando a perspectiva sociolinguística para o estudo da variação em regiões rurais, apresento referências teóricas importantes para um estudo social da língua, que transita do histórico da Sociolinguística até seus dois campos de investigação: a mudança e a variação. Além disso, busco situar a pesquisa na esfera da variação diastrática e diatópica rural e descrever as possíveis abordagens dos grupos e dados pesquisados: a comunidade de fala, a comunidade de prática e as redes sociais.

Já o segundo capítulo, **“*Eu nasci lá no sertão / nesse lugar fui criado*”**: teorizando a identidade linguística para a compreensão do falar rural no 3º Distrito de Nova Friburgo, para uma melhor compreensão do problema norteador, trago uma discussão a respeito do conceito de identidade, desde a concepção de sujeito do Iluminismo, chegando à compreensão do Pós-Moderno. Discuto, ainda, aspectos como o local e a linguagem, tão importantes para a constituição dos processos identificatórios, à luz das ciências sociais, com relevância para o debate acerca da identidade linguística e das teorias sobre os usos da linguagem como orientação para o prestígio e inserção em grupos de referência ou como modo de manutenção de identidade e resistência social.

Após a apresentação do referencial teórico da pesquisa, o terceiro capítulo, **“*Vive o povo na cidade / no meio de tanta beleza / venha cá no meu sertão / conhecer a natureza*”**: delineando o campo da pesquisa – Nova Friburgo e o seu 3º Distrito, é dedicado à descrição do campo de estudo. Nele são apresentados o município de Nova Friburgo e sua constituição histórico-geográfica, assim como o 3º Distrito, região pesquisada. Dessa forma, fatores como a economia, a trajetória, a cultura, a organização social, entre outros foram importantes para a construção etnográfica do objeto e das variantes independentes que, mais adiante, fizeram-se primordiais para a compreensão dos fenômenos linguísticos analisados.

No quarto capítulo, **“*Naquele fugão de lenha / fazia comida boa / canjiquinha com feijão / no forno fazia broa*”**: metodologias, caminhos e modos de fazer a pesquisa, narro a metodologia utilizada na seleção dos informantes e na coleta de dados, além de apresentar e explicar todas as ferramentas investigativas utilizadas. Descrevo ainda como ocorreram as entrevistas, procurando compartilhar um pouco das experiências vividas com aquelas comunidades e naqueles espaços.

No quinto capítulo, **“*Eu falo do mar sagrado / o céu jardim de frô*”**: levantando aspectos linguístico-identitários das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo, apresento o *corpus* da Tese. Primeiramente, faço uma aproximação teórica entre este e outros estudos de falas rurais e do português popular, no que diz respeito à caracterização desses falares para então, expor traços identitários da variação fonética e

morfossintática da *arquicomunidade* em destaque. Analiso, ainda, o cruzamento de dados, procurando compreender os fenômenos variáveis e sua relação com as variáveis independentes e a relação desta com outras variedades.

Na última parte da Tese, **“*Tudo isso é verdade / Eu falo e não é mentira*”**: **avaliando a orientação para o prestígio ou para a identidade na variação linguística das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo**, conto como a própria comunidade avalia a sua variedade. Nela, exibo se os falantes reconhecem a sua fala e por quais características eles a identificam, buscando responder a indagação aqui aventada. Finalmente, faço as considerações derradeiras.

Espero, assim, com esta Tese, contribuir com as pesquisas sociolinguísticas no Brasil, já que a região pesquisada ainda não foi objeto de análise em nenhum outro projeto. Pretendo, também, desvelar e valorizar o rural fluminense, tão esquecido e ignorado em nosso estado, até mesmo academicamente, já que inúmeras são as obras em que se reflete sobre o dialeto caipira sem mencioná-lo no estado do Rio de Janeiro, que tem seu falar reconhecidamente como *modelo brasileiro urbano*. E, enfim, a partir desta Tese de caráter descritivo, aspiro modificar minha própria atividade docente, oferecer subsídios para a prática de meus colegas também professores de Língua Portuguesa naquela região e tornar mais significativo e prazeroso o processo de ensino-aprendizagem de meus alunos.

1 “ARRESPEITE AIS NASCENTE DAIS NOSSAIS ÁGUA CRISTALINAIS”: FUNDAMENTANDO A PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA PARA O ESTUDO DA VARIAÇÃO EM REGIÕES RURAIS

1.1 Para começar: situando a Sociolinguística

Não se pretende aqui traçar um rigoroso e profundo histórico da Sociolinguística – esse não é o objetivo da pesquisa –, mas, sobretudo, situar suas motivações e os aspectos por ela priorizados, que vêm fomentando os estudos da relação entre língua e sociedade até os dias atuais. O que se busca é compreender onde e como a Sociolinguística atua no cenário científico, sem abandonar suas tensões na constituição dos objetos de análise, o que, de alguma forma, também refletirá os próprios impasses deste trabalho. Assim, o levantamento histórico ora apresentado, na verdade, tem a finalidade de, apenas, situar este estudo na zona de conflito chamada Sociolinguística.

A disciplina “como ciência autônoma (...) teve início em meados do século XX” (BORTONI-RICARDO, 2014, p.11). Contudo, segundo Calvet (2002), são os anos de 1970 que constituem um marco nos estudos linguísticos: “Vemos, a partir de então, serem publicadas revistas e coletâneas de artigos referindo-se explicitamente à sociolinguística, que adquire mais e mais importância e vem deslocar posições consideradas definitivas.” (CALVET, 2002, p.25). No entanto, a trajetória dessa ciência nunca foi harmoniosa nem deixou de apresentar múltiplas visões de seu conceito até mesmo entre seus adeptos. A própria nomenclatura adotada foi por muito tempo alvo de inúmeros embates ideológicos, muitas vezes motivados pelo olhar que se construiu para o seu campo de estudo e atuação, sem deixar de sempre carregar em si um tratamento interdisciplinar.

Para muitos pesquisadores, o termo Sociolinguística soava como redundante, uma vez que, para eles, a língua não poderia ser considerada fora do social. Isso implicou a criação de outras correntes de pesquisa como a Etnografia da Fala e a Sociologia da Linguagem, que hoje podem ser vistas, salvo os radicalismos, como integrantes de uma mesma concepção teórica, que: “estuda a língua em uso (...) voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais (...) num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial de caráter heterogêneo.” (MOLLICA, 2007, p.9).

Embora as décadas de 60 e 70 tenham sido um marco, pesquisadores influenciados pela Sociologia e pela Antropologia, anos antes, já falavam no caráter social da linguagem. De acordo com Bortoni-Ricardo, esses estudiosos não dissociavam a fala do seu falante, “pelo contrário, consideravam relevante examinar as condições em que a fala era produzida” (2014, p.11). Meillet, pertencente à escola sociológica de Durkheim (BAKHTIN, 2010, p.90) e anteriormente visto como discípulo de Saussure, rompe, no início do século XX, com o estruturalismo ideal ao defender que a língua é um “fato social” e que, por isso, necessita de uma abordagem que leve em conta tanto fatores internos quanto externos a ela, buscando explicar diacronicamente a estrutura linguística. Para o autor, a língua como (BAKHTIN, 2010, p.90), Bakhtin admite a orientação mais crítica de seu contemporâneo quando reconhece a natureza abstrata do sistema (BAKHTIN, 2010, p. 95). Nas palavras de Calvet:

Vemos, então, que o tema da língua como fato social, central em Meillet, é um tema profundamente antissaussuriano, de modo seguramente inconsciente antes da publicação do *Curso*², mas consciente depois, e que a história da linguística estrutural pós-saussuriana se caracteriza por um afastamento constante desse tema. Surge assim, desde o nascimento da linguística moderna, em face de um discurso de caráter estrutural e insistindo essencialmente na forma da língua, outro discurso que insiste em suas funções sociais. E durante quase meio século, esses dois discursos vão se desenvolver de modo paralelo, sem nunca se encontrar. (CALVET, 2002, p.17).

E é o próprio representante da Teoria da Enunciação, Bakhtin, que eleva o caráter social da linguagem ao seu máximo expoente, ainda nos anos 20 e 30. Percebe-se, na obra do autor, “teorias de natureza claramente sociolinguística” (BORTONI-RICARDO, 2014, p.11), uma vez que “coloca, em primeiro lugar, a questão dos dados reais da linguística, (...) valoriza justamente a fala, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual” (YAGUELLO, 2010, p.14). Tais afirmações podem ser apreendidas nas proposições apresentadas como conclusão de seu ponto de vista sobre o estudo da língua, aqui transcritas de forma mais sucinta:

1. A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma *abstração científica* (...). Essa abstração não dá conta de maneira adequada da *realidade concreta* da língua.
2. A língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*.
3. (...) As leis da evolução da língua são essencialmente *leis sociológicas*.
4. (...) a criatividade da língua não pode ser compreendida *independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam*. (...)
5. *A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social*. (...) (grifos do autor) (BAKHTIN, 2010, p.132).

² *Curso* se refere à publicação póstuma de Ferdinand de Saussure *Cours de linguistique générale*.

Mesmo que não se pretenda analisar profundamente os escritos bakhtinianos nem se tecer considerações sobre sua filosofia marxista da linguagem, é importante ressaltar que aspectos aventados na sua obra como a mudança e a variação da língua, a heterogeneidade, a interferência da estratificação social e a avaliação linguística (como aquelas de orientação para o prestígio ou para a identidade, mais tarde desenvolvidas por Labov) serão, anos depois, premissas fundamentais para a Sociolinguística. Contudo, somente o estreitamento de disciplinas permitiu, ao longo do tempo, o aprofundamento de tais questões.

É assim que, em meados do século XX, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p.113-115), a concepção de relativismo cultural advinda da Antropologia, abriu espaço para a Sociolinguística, que se baseava em três pilares: a) o relativismo cultural – que, herdado inclusive do próprio estruturalismo, pregava a igualdade e a equivalência entre as línguas, negando a noção de variedades inferiores; b) a heterogeneidade linguística inerente – para a qual a variação passou a ser considerada intrínseca a qualquer comunidade de fala, rompendo com a tradição saussuriana do sistema homogêneo e tendo em Labov sua principal referência; e c) a dialética entre forma e função linguística – que promoveu a mudança de foco da estrutura para a função e o uso, ou para o contexto, como defendia Hymes, tentando compreender a interferência e a relação de questões sociais e culturais na comunicação.

Diante do envolvimento com questões sociais, ainda nas décadas de 60 e 70, percebe-se uma união marcante entre a Sociolinguística e as teorias educacionais de base sociológica. Nesse aspecto, Calvet (2002, p.17-20) chama atenção para o trabalho de Basil Bernstein, que relaciona, pela primeira vez, as produções linguísticas reais dos alunos com sua situação social, definindo dois códigos: o restrito, dominado por crianças desfavorecidas, e o elaborado, dominado por crianças favorecidas socialmente. O sociólogo da educação defendia a tese de que a estrutura social é determinante no comportamento linguístico. Todavia, embora bem aceita no início, sua teoria, vista como frágil conceitualmente na ciência linguística, caiu por terra, quando Labov lançou a crítica de que Bernstein não descrevia códigos, mas estilos.

Ainda sobre a relação entre estudos sociolinguísticos e educação, Bortoni-Ricardo (2005, p.113-126) chama atenção para duas linhas de pesquisa que se voltaram para esse campo: a etnografia da comunicação, de cunho qualitativo, e a dialetologia social ou estudos da variação e da mudança linguística, de caráter quantitativo. A primeira, segundo a autora, tratou das questões de incongruência entre as culturas de professor e aluno no ambiente, por isso, conflituoso de sala de aula e a superação de sua influência negativa no ensino-aprendizagem. Para isso, a etnografia se aliou à pedagogia culturalmente sensível e propôs

uma teoria de aprendizagem alicerçada na interação verbal em sala de aula. Já a segunda, preocupou-se com a interferência dos dialetos estigmatizados na aquisição da língua padrão, ocupando-se ou da organização interna das variedades linguísticas ou dos fatores sociais externos às variantes. Essas duas correntes serão tão importantes para a Sociolinguística que serão retomadas mais adiante nesta pesquisa.

Outros muitos trabalhos foram citados pela autora, mas que, por enquanto, não cabem na discussão. Tais estudos interdisciplinares, embora não tenham ecoado momentaneamente, como coloca Calvet, marcaram espaço para que, de acordo com Bortoni-Ricardo, a Sociolinguística Educacional entrasse nos anos 90 “suficientemente madura para repensar o caminho percorrido e fazer prognóstico para a sua ação futura.” (2005, p.123). E são muitos esses caminhos, cada vez mais estreitos, na contemporaneidade. Contudo, o que vale ressaltar na descrição até agora apresentada, é a característica de uma disciplina que não se encerra nela mesma. A Sociolinguística, desde sua consolidação nos anos 70 do século passado, carregou consigo a habilidade de dialogar com muitos campos de pesquisa, como a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia e a Educação, firmando seu caráter interdisciplinar. Aliás, cabe uma atenção especial para esse momento de solidificação tão importante para a ciência.

Em 1964, segundo Calvet (2002, p.20), Willian Bright organizou uma conferência reunindo, na Universidade de Los Angeles, 25 pesquisadores, de várias nacionalidades e com diferentes enfoques na pesquisa sociolinguística. Entre eles, estavam, por exemplo, nomes como John Gumperz, Willian Labov, Dell Hymes e Charles Ferguson. Coube a Bright, a difícil tarefa de organizar as atas e sintetizar as comunicações da conferência, dada a complexidade e a diversidade dos trabalhos. Seu objetivo era “elaborar uma lista das ‘dimensões’ da Sociolinguística, afirmando que em cada interseção de duas ou mais dessas dimensões se encontra um objeto de estudo para a sociolinguística.”³ (CALVET, 2002, p.21). Ele conclui, então, que a disciplina parecia estar em rápido desenvolvimento e que a Linguística, a Sociologia e a Antropologia iriam sentir seus efeitos. O texto, além de seu valor histórico, pois marca o início da Sociolinguística, prediz, ratificando o que já foi defendido

³ “As três primeiras dessas dimensões aparecem em resposta a uma pergunta: quais são os fatores que condicionam a diversidade linguística? E ele distingue três fatores principais: a identidade social do falante, a identidade social do destinatário e o contexto, situando-se assim no marco de uma análise linguística que tomou emprestadas noções-chave da teoria da comunicação (emissor, receptor, contexto). As quatro dimensões são para ele: - a oposição sincronia/diacronia; - os usos linguísticos e as crenças a respeito dos usos; - a extensão da diversidade, com uma tríplice classificação: diferenças multidialetal, multilingual ou multissocial; - as aplicações da sociolinguística, com mais uma classificação em três partes: a sociolinguística como diagnóstico das estruturas sociais, como estudo do fator sócio-histórico e como auxílio ao planejamento.” (CALVET, 2002, p.21-22)

aqui, o modo interdisciplinar de fazer pesquisa dessa ciência. Entretanto, naquele momento, assim como concluiu Calvet, “Bright só pôde conceber a sociolinguística como uma abordagem anexa dos fatos da língua, que vem complementar a linguística ou a sociologia e a antropologia. É essa subordinação que vai pouco a pouco desaparecer com Labov.” (2002, p. 22).

O próprio Labov afirma que “uma linguística socialmente realista parecia uma perspectiva remota nos anos 1960” (LABOV, 2008, p.13) e que ele mesmo resistiu ao termo Sociolinguística por vários anos, uma vez que não concebia uma teoria da linguagem fora do social. Contudo, parece que a permanência do *sócio_* no termo foi uma escolha de resistência, já que as correntes que o desconsideravam persistiam e ainda persistem, fazendo com que essa discussão terminológica ainda seja atual. O autor coloca que uma pequena revisão de literatura na época era suficiente para desacreditar em princípios empíricos e impor barreiras à pesquisa da língua na vida diária:

Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente. Esse princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet e outros (...). A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente (...). Em seguida, Hockett observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais. O estudo empírico da mudança linguística estava, portanto, eliminado do programa da linguística do século XX. (LABOV, 2008, p.14).

Outros embates também negavam a avaliação social da mudança e das variantes linguísticas, mas aos poucos os espaços iam se abrindo na academia. Labov afirma que a contribuição de Uriel Weinreich, seu orientador de mestrado e doutorado, foi imensurável, pois ousou ultrapassar as restrições teóricas de então. Foi ele que propôs, por exemplo, a construção, em conjunto com Labov e Herzog, do ensaio sobre os *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* para uma conferência na Universidade do Texas (LABOV, 2008, p.15). Foi a partir daí que princípios básicos da Sociolinguística como heterogeneidade da língua, mudança em processo e comunidade de fala foram se solidificando e ganhando aceitação como teoria e ciência linguística, mesmo que empírica.

Além disso, foi Labov quem idealizou o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Quantitativa (TARALLO, 2007, p.7) e criou possibilidades de relacionar as variantes linguísticas com estratificações sociais, como pode ser observado na publicação *Padrões sociolinguísticos*, que reuniu seus trabalhos de pesquisa da fala. Nesse sentido, assim como defende Calvet, Labov retoma o postulado de Meillet, já há muitos anos proferido, de

língua como fato social. “Meillet, comparatista de alto nível, trabalhou sobretudo com línguas mortas, enquanto Labov trabalhava continuamente com situações contemporâneas concretas” (CALVET, 2002, p.24). Tal fato lhe impôs inúmeras superações de ordem metodológica e descritiva, originando a (Sócio)Linguística Variacionista. Paralelamente a ela, a perspectiva histórica e as análises dos processos de evolução da língua também iam se sucedendo. A dicotomia variação e mudança linguística, mesmo embebida dos novos postulados da teoria sociolinguística, desenvolveu-se e será o alvo agora de mais discussões.

1.2 Conceituando a mudança e a variação linguística

Mesmo após o advento da Linguística Moderna, a pesquisa sobre variação e mudança demorou a se consolidar. Na visão saussuriana, a sincronia assumiu o papel central dos estudos, uma vez que uma língua específica só poderia ser analisada em um determinado momento isolado no tempo e com o testemunho dos falantes que não teriam, pois, a consciência coletiva da evolução diacrônica. Assim, Saussure deu um caráter autônomo ao sistema e à estrutura que, ainda que só se concretizasse socialmente, eram soberanos na imposição das regras aos falantes que adquiriam uma língua pronta e estática. Em outras palavras, para o autor apenas a *langue*, sistema organizado e de conhecimento compartilhado, era passível de pesquisa no campo linguístico, deixando para as outras áreas acadêmicas a *parole*, realização individual, múltipla e, por vezes, assistemática. Nessa perspectiva, então, a língua era vista como uniforme em um peculiar recorte temporal e de antemão homogênea, não sendo qualquer desvio considerado influente nas rígidas regras linguísticas. Entretanto, de acordo com Bakhtin, aí se verifica o *próton pseudos* da teoria saussuriana, pois é na fala que as normas da língua se manifestam e, portanto,

O ato individual da fala-enunciação, rechaçado definitivamente para os confins da linguística, aí encontra um lugar como fator indispensável na história da língua. Esta última (...) opõe-se rigorosamente à língua como sistema sincrônico, para Saussure. Na história da língua, a fala, com seu caráter individual e acidental é soberana; razão pela qual é regida por leis completamente diferentes das que regem o sistema da língua. (BAKHTIN, 2010, p.89-90)

Anos mais tarde, o Gerativismo chomskyano, ainda objetivando delimitar o objeto de estudo da linguística, não se diferenciava da perspectiva dicotômica saussuriana, pois sua

proposta distinguia *competência*, o conhecimento linguístico, de *desempenho*, seu uso, enfocando no primeiro sua pesquisa. Nas palavras do próprio Chomsky:

Mas o que permanece de fundamental importância é que essa tentativa⁴ visava à questão básica no estudo da linguagem, pela primeira vez formulada de maneira clara e inteligível. O problema levantado é o de especificar os mecanismos que operam sobre os dados dos sentidos e produzem o conhecimento da linguagem – competência linguística. É óbvio que tais mecanismos existem. As crianças aprendem, sim, uma primeira língua; a língua que se aprende é, no sentido tradicional, uma ‘linguagem instituída’, não um sistema especificado de modo inato. A resposta proposta na metodologia estrutural revelou-se incorreta, mas isso tem pouca importância, quando comparado ao fato de que o próprio problema recebeu uma formulação clara. (CHOMSKY, 2009, p.57)

Para ele, a mudança linguística se dava de geração para geração, levando em conta que as crianças desenvolveriam seu conhecimento sobre a língua e assimilariam suas regras a partir de seu contato com os adultos. Assim, a concepção gerativa insistiu em negligenciar o uso de dados vernaculares reais e se fixou em um objeto de estudo que levava em conta uma língua ideal e não funcional e uma comunidade linguística homogênea. Para isso, primeiramente, entendia que a criança apreende princípios universais de gramática que vão aos poucos permitindo a aquisição de regras estáveis. Estas são adquiridas por meio de princípios e parâmetros mentais que podem (observa-se que não se nega a mudança) ou não abrir espaço para mudanças linguísticas, dependendo do sistema internalizado. As possíveis variedades, no entanto, eram, para o autor, teoricamente irrelevantes no estudo da língua, já que eram vistas provavelmente como manifestações de *desempenho* e, portanto, individuais⁵.

Todavia, com o advento da Sociolinguística, algumas premissas como heterogeneidade na língua, variação e mudança inerente ao sistema se tornaram praticamente unânimes como pode ser visto nas afirmações que se seguem:

Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo. (MOLLICA, 2007, p.9).

⁴ Aqui Chomsky se refere à técnica de segmentação e classificação “procedimentos de descoberta” aventada por Saussure para descrever a gramática. Todavia, há críticas em relação a essa menção: “Mas o pior ainda está por vir. É que, como Chomsky esclarecerá em seguida, o que ele entende por moderna linguística estrutural consiste fundamentalmente em um método de segmentação e classificação de unidades linguísticas. / Pobre Saussure... De um lado, reduzido à condição de homem do século XIX; de outro — naquilo que ele teria de moderno —, inteiramente assimilado à linguística bloomfieldiana e seus famosos procedimentos de descoberta. / Ora, quando se considera a ousadia com que Chomsky interpretou, por exemplo, a Gramática Filosófica do século XVII, torna-se ainda mais patente a indesculpável pobreza de sua leitura do Curso de Linguística Geral.” (LOPES DA SILVA, 2003, p.1)

⁵ As informações aqui apresentadas muito se basearam nas palavras de Martelotta (2011) e Weinreich, Labov e Herzog (1975/2006).

(...) por ser um instrumento de interação entre os indivíduos dentro de uma comunidade, as línguas naturais tendem a variar e mudar com o tempo. Em outras palavras, é parte da natureza essencial da língua a existência de variação (formas de expressão alternativas, que coexistem em um mesmo período de tempo) e mudança (surgimento de novas formas de expressão, com o possível desaparecimento de outras mais antigas). (MARTELOTTA, 2011, p.16).

As áreas de interesse da Sociolinguística se ampliaram e temas relacionadas ao contato linguístico, ao surgimento e à extinção das línguas, ao multilinguismo e à mudança e à variação passaram a fazer parte desse campo (MOLLICA, 2007). Dessas afirmações, pode-se compreender que a variação e a mudança, mesmo sendo tomadas como inerentes à evolução das línguas, são fenômenos distintos, mas interdependentes. Segundo Paiva e Duarte, no posfácio da obra de Weinreich, Labov e Herzog, *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* (2006, p.139), os sociolinguistas defendem a ideia de que nem toda variação ou heterogeneidade reconhecida na língua implica mudança, mas toda mudança já apresentou uma variação ou heterogeneidade⁶. Destarte, a posição dos autores permite identificar que existem estágios intermediários entre dois recortes temporais no contínuo e gradativo fenômeno de mudança, contornando, então, um importante postulado teórico para a ciência: “as evidências da variação sincrônica passam a constituir um excelente laboratório para a compreensão de mudanças já completadas, ocorridas no passado.” (PAIVA; DUARTE, 2006, p.139-140).

Tal princípio também é salientado por Tarallo quando fala da projeção histórica de uma variável no sistema: “A variação não implica necessariamente mudança linguística (...). A mudança, ao contrário, pressupõe a evidência de estado de variação anterior com resolução de morte para uma das variantes.” (2007, p.11). E ainda é colocado por Martelotta quando associa a Sociolinguística à Mudança:

As formas variantes podem coexistir por séculos ou encontrar-se num estágio de mutação. No último caso, uma das formas tende a desaparecer, dando lugar à mais nova, que vai gradativamente tomando os lugares antes ocupados pela forma antiga. Nesse caso, tem-se o fenômeno da mudança. (MARTELOTTA, 2011, p.40)

Assim, o que se pode compreender das colocações acima é que, embora possam analisar a língua em suas manifestações reais, sincrônica ou diacronicamente, variação e mudança seguem caminhos teóricos paralelos, mas que se completam mutuamente. O estudo de uma variação, que é sincrônica, auxilia na construção dos *corpora* de uma língua, que pode

⁶ Bakhtin já havia renunciado um esboço de análise da variação e da mudança como método para o estudo da língua real. De acordo com o autor: “as relações sociais evoluem (em função das infraestruturas), depois a comunicação e as interações verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua.” (BAKHTIN, 2010, p.129)

servir a uma análise da mudança. Desse modo, as próprias abordagens e concepções de campos de estudo, como as de comunidade, detalhadas mais adiante, podem ser comuns aos dois ramos da ciência linguística (FREITAG, 2014). Todavia, mesmo identificando um traço social embrionário a ambos, percebe-se que a mudança linguística se desenvolveu a partir de pressupostos histórico-comparativos, como defende Martelotta:

O fenômeno da mudança começa a ser estudado de forma mais sistemática a partir de meados do século XIX. Este é considerado o momento em que surge a ciência hoje conhecida como Linguística. É o momento em que perde força a visão universalista e lógica da gramática grega (...) e se desenvolve uma tendência alternativa de estudar as línguas, chamada *gramática histórico-comparativa*. (MARTELOTTA, 2011, p.31)

E evolui na tendência hoje chamada Linguística Centrada no Uso (ou para alguns, nos Usos), baseada nos princípios do Funcionalismo e em algumas bases da Linguística Cognitiva. Já as questões relativas à variação, surgiram, em síntese, como negativa às amarras estruturalistas de homogeneidade e de distinção entre língua e fala, competência e desempenho, sincronia e diacronia, entre outros, e se encontraram na Sociolinguística. Com o tempo, tal ciência também foi sendo reconhecida como Sociolinguística Variacionista ou Quantitativa e Teoria da Variação, além de ter possibilitado o nascimento de diversas perspectivas e conceitos no mesmo campo.

No que tange a esta pesquisa, as facetas da Linguística comprometida com a realização social da língua se retroalimentam. Ainda que se identifique muito mais com as questões variacionistas, não se despreza aqui o arcabouço teórico já bastante consolidado de mudança da língua, já que esta ajudará a compreender e delimitar aquela, até mesmo por exclusão de alguns objetos e campos de análise. Essa também parece ser a posição de Mollica ao defender que “O papel da mudança linguística é fundamental para os estudos sociolinguísticos.” (2007, p.10). Por isso, apresentar-se-ão agora, os conceitos-chaves e/ou as competências de ambos os campos, na tentativa de melhor situá-los nas futuras reflexões. Assim, primeiramente abordar-se-ão pontos relacionados à mudança e, em seguida, os que se referem à variação.

1.2.1 A mudança linguística

De acordo com Martelotta, uma explicação simplista da motivação da mudança linguística seria: “a língua muda porque os homens mudam e com eles as coisas que compõem sua realidade cotidiana” (2011, p.17). A mudança não diz respeito apenas ao

aumento do léxico, mas também a sua diminuição, substituição ou aos seus novos usos, assim como todos os aspectos relacionados ao emprego de todas as regras gramaticais. Desse modo, a língua pode mudar em vários níveis: fonético-fonológico; morfossintático e discursivo-pragmático. No primeiro caso, têm-se as alterações de som nas estruturas de várias expressões e em sua pronúncia, como a vocalização e a assimilação. No segundo, trata-se de questões estruturais dos vocábulos e das sentenças, bem como de suas funções textuais. E, no terceiro, o contexto comunicativo é levado em consideração em situações de mudança, de tal modo que as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivas das unidades formais são analisadas à luz do uso e da relação discursiva entre os níveis linguísticos.

Os estudos apontam para uma tendência na mudança de sentido das expressões, segundo a qual o significado dos elementos linguísticos muda de acordo com a negociação entre os interlocutores no contexto comunicativo. Quando há aumento de expressividade na perspectiva do emissor (indicação de valores e crenças) ocorre a chamada *subjetivização*. Quando o emissor busca provocar ou compartilhar essa expressividade com o receptor, tem-se a *intersubjetivização*⁷. Segundo Augusto Soares, como até bem pouco tempo a Linguística esteve voltada para questões objetivas, desvinculadas das experiências e contextos, com o desenvolvimento da Linguística Cognitiva e Funcional, a *subjetividade* passou a ser tema central nas investigações. Nessas teorias, o termo “tem o sentido geral de centralidade do falante na linguagem.” (SOARES, 2011, p.95). Ainda de acordo com o autor, “Enquanto as expressões de subjetividade codificam a atitude ou perspectiva do locutor, os marcadores de *intersubjetividade* (grifo meu) codificam a atenção do locutor para com o seu interlocutor” (SOARES, 2011, p.97). Em síntese, são esses mecanismos os principais responsáveis por interferir diretamente e promover a mudança semântica.

Nesses eventos comunicativos, de caráter interativo, em que o emissor sugere ao receptor a aceitação de novos sentidos, ocorre a *inferência sugerida*. Ela permite que novos significados sejam aceitos pelos interlocutores e veiculados naquele contexto, configurando a *implicatura conversacional*. Caso o novo valor extrapole aquela situação, ele será incorporado ao sistema oficial da língua. Quando a relação entre os significados de uma construção gramatical não é literal, ou seja, quando o sentido de uma expressão não é a simples soma dos significados de seus termos, tem-se, então, uma *construção não composicional*. Todas essas roupagens de motivação de mudança ou analogia de sentido seguem, em teoria, uma extensão unidirecional que vai desde a adoção do significado mais concreto até ao mais abstrato,

⁷ Ver mais em Martelotta, 2011.

configurando a *metáfora* como mecanismo cognitivo de mudança semântica. Todavia, se a transferência de sentido não se dá pelo todo significativo, mas apenas por traços do significado, tem-se a *metonímia*.

Dois são os fenômenos específicos de mudança: a gramaticalização e a lexicalização. Segundo Martelotta, são “processos graduais distintos, mas que apresentam características semelhantes no que diz respeito à direção natural da mudança que veiculam (...) em ambos os casos, os elementos envolvidos sofrem fusão fonética, perda de sentido e de composicionalidade.” (MARTELOTTA, 2011, p.91).

A gramaticalização se caracteriza como processo de mudança pelo qual elementos linguísticos, itens lexicais e construções sintáticas, perdem suas propriedades fonte e assumem funções de caráter gramatical, perdendo sua mobilidade no discurso e se tornando mais fixos e regulares. Assim, “o elemento deixa de atuar no nível representacional (...) para atuar no nível interpessoal, que engloba as expressões de valor processual.” (MARTELOTTA, 2011, p.92). Ou seja, itens que servem normalmente às nominalizações em geral passam a atuar metatextualmente na elaboração e organização de enunciados num dado contexto comunicativo. São exemplos clássicos de gramaticalização, segundo Martelotta: passagem de vocábulo livre para afixo; de verbo pleno para auxiliar; de advérbio para conjunção; de advérbios de modo para modalizador e para marcador discursivo.

Assim como qualquer processo de mudança, a gramaticalização também apresenta uma unidirecionalidade, já que a lógica são os elementos representacionais se gramaticalizarem. Para esse processo, de acordo com o elencado por Martelotta, existem quatro parâmetros na mudança das formas linguísticas: a) Extensão – assunção de novos contextos de uso; b) Bleaching – perda de conteúdo semântico; c) Decategorização – aquisição de novos aspectos morfossintáticos ou discursivos; e d) Erosão – perda de material fonética por coalescência e condensação. Seguindo a mesma teoria, é apresentado pelo autor um conjunto de motivos que levam a mudança, dentre as quais podem ser citados: necessidade de abstração; negociação de sentido; otimização da comunicação; tendência ao uso de novas expressões; iconicidade, marcação e frequência; e contato com outras línguas.

Já a lexicalização, é um processo a partir do qual se criam, gradualmente, novos itens lexicais por meio de modificações e/ou combinação daqueles já disponíveis no repertório da língua. Todavia, os novos elementos são menos produtivos do que os velhos e seguem as seguintes regras: a forma nova é semanticamente representacional e não funcional; os itens se distinguem da origem por serem menos composicionais; são mais amalgamados do ponto de

vista morfológico; são graduais e não instantâneos; pendem para a idiosincrasia morfológica (MARTELOTTA, 2011, p. 121).

Embora se tenha consciência de que os estudos de mudança linguística estão seguindo caminhos teóricos distintos daqueles percorridos pela variação, não se pode, enfim, desprezar o quanto a teoria aqui apresentada pode tornar a análise variacionista mais completa. Sendo assim, segue-se uma pequena descrição deste outro percurso possível no tratamento social da linguagem.

1.2.2 A variação linguística

Segundo Castilho, em sentido amplo, “entende-se por variação linguística as diferentes execuções de uma língua, em que se observam diferenças maiores ou menores na fonética, no léxico e na gramática.” (2012, p.695). A variabilidade está presente em todas as línguas naturais e para a Teoria da Variação ou para a Sociolinguística essa heterogeneidade e a coocorrência entre as formas em competição, atrelada a fatores estruturais e sociais, é o objeto de estudo que pode ser descrito e analisado cientificamente (MOLLICA, 2010). Às formas linguísticas em alternância dá-se o nome de *variantes*, que podem ficar estáveis por anos ou mudar com o tempo, caracterizando a *mudança em progresso*. Já o conjunto dessas variantes é denominado *fenômeno variável* ou *variável linguística*⁸.

O *fenômeno variável* é sempre compreendido como *dependente*, pois seu uso não é realizado aleatoriamente e sim condicionado por um grupo de fatores sociais e estruturais, que são chamados de *variáveis independentes*. Estas, por sua vez, podem ser internas, de natureza fonética, morfológica, sintática, semântica e discursiva, ou externas ao sistema linguístico, como contexto, etnia, gênero, classe social, escolaridade, e determinam a *frequência* das ocorrências. É na correlação e no entrecruzamento entre todas as variáveis que se debruçam as pesquisas sociolinguísticas variacionistas. Nesse sentido, um pressuposto básico de tais pesquisas é o que Naro bem definiu; “a heterogeneidade linguística bem como a homogeneidade não é aleatória, mas governada por um conjunto de regras (...) que funcionam para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos, os usos de uma ou outra das formas em cada contexto.” (2007, p.15). Assim, as variantes podem estar em

⁸ Exemplo: A marcação de sujeito plural em 1ª pessoa é uma variável linguística. Tem-se uma primeira variante preenchida com o uso de *nós* e outra de igual valor marcada pelo uso de *a gente*.

competição e concorrência, ou seja, o uso de uma ou outra pode alternar, mas, de acordo com a máxima, é possível identificar as motivações da alternância. Como lembra Tarallo (2007), as variantes-padrão estão sempre competindo com as não padrão, as conservadoras com as inovadoras e as de prestígio com as estigmatizadas pela sociedade. É possível que haja uma inter-relação entre elas, já que a padrão, normalmente, é a conservadora de prestígio e a estigmatizada é a não padrão, que pode ainda ser inovadora. Contudo esta não é uma regra e a explicação está sempre no *encaixamento* social dos dados reais.

Em uma só língua pode haver também inúmeras *variedades*, que, segundo Castilho, são “a soma idealizada das variações” (2012, p.197), dada a heterogeneidade de seus usuários. Ainda de acordo com o autor, ter-se-ia, assim, a seguinte hierarquia: variante > variação > variedade. As variedades levadas em conta no estudo do português brasileiro são organizadas a partir do seguinte eixo de variação: geográfica ou diatópica, sociocultural ou diastrática, temporal ou diacrônica e diafásica, como fora levantado pioneiramente por Coseriu (1980), e ainda de canal ou diamésica, temática, de registro, individual ou estilística. Cabe ressaltar que esse quadro não é unânime nem uniforme entre os estudiosos, mas é uma síntese entre as variações mais citadas e ajuda a compreender e identificar a variedade que será analisada neste trabalho e, por isso, merecem ser melhor detalhadas.

A variação geográfica (CASTILHO, 2012) ou diatópica (ILARI; BASSO, 2007) é a diferença regional, espacial ou territorial apresentada por uma mesma língua. Desse modo, há uma relação muito estreita entre as características de fala de um indivíduo e sua origem ou o lugar onde passou grande parte de sua vida. Daí os traços distintivos mais perceptíveis entre o português falado no Brasil e em Portugal, ou os outros países de Língua Portuguesa, e os dialetos do português brasileiro característicos das regiões nacionais. Entende-se por dialeto, hoje, o “termo indicador das variedades regionais assinaladas por diferentes graus de intercompreensão” (CASTILHO, 2012, p.671). Dos estudos específicos da variação diatópica surgiu, então, a Dialectologia e a Geografia Linguística, com publicações de atlas e mapas de fala regional.

A variação sociocultural (CASTILHO, 2012) ou diastrática (ILARI; BASSO, 2007) leva em conta as variantes e variações da língua associadas ao nível social e cultural do falante. Normalmente, a sistematização da variedade considera a variável independente escolarização nas análises. Desse exame, percebeu-se a relação entre o analfabetismo ou a baixa escolaridade e o uso intensificado, ou a frequência, do português popular, subpadrão ou *sub-standard*, em contrapartida, notou-se o domínio ou a maior frequência do português culto em camadas mais escolarizadas da população. Castilho (2012, p.204) chama atenção para o

fato de que o português falado em território nacional não veio da Universidade de Coimbra, mas das camadas mais populares de Portugal, o que tornam muito íntimas as bases do português popular brasileiro e europeu do século XV. Todavia o que se constata hoje é que a separação entre o culto e o popular não é tão rígida e que mesmo falantes com alto nível de instrução fazem uso do não padrão em determinadas situações, afinal não se trata aqui de duas línguas ou dialetos, mas de modalidades contextuais. Por isso, cabe à Sociolinguística entrecruzar os fatores extrínsecos e dispor de mecanismos para analisar tal frequência em situações de uso.

Já a variação diacrônica (ILARI e BASSO, 2007) é aquela que implica a própria mudança da língua, ou seja, na sua variação temporal tanto na gramática quanto no léxico. Nas pesquisas variacionistas, ela pode ser percebida na comparação da fala entre várias gerações e pode ainda servir de pilar para as análises de fenômenos como a gramaticalização e a lexicalização, entre tantos outros que já foram citados na partição sobre mudança linguística. Nesse sentido, ela opõe-se às reflexões realizadas sincronicamente, no recorte temporal da própria pesquisa, e instrumentaliza muito mais os estudos de caráter histórico do que os de variação, salvo os casos em que as diferenças entre idade sejam essenciais. Para as pesquisas cujo fator etário é primordial, como se verifica na Dialectologia, Geolinguística ou na Geografia Linguística, convencionou-se o conceito de variação diageracional como fator a ser considerado nas descrições, diferente, pois, da variação diacrônica (CARDOSO, 2010).

No que se refere à variação de canal (CASTILHO, 2012) ou diamésica (ILARI e BASSO, 2007), constata-se que o usuário da língua pode variar seu uso de acordo com o meio ou o veículo selecionado para transmitir a mensagem. Isso é ainda mais notório nas diferenças entre a realização do texto escrito e do texto falado. Há marcas de oralidade, por exemplo, que não são admitidas na escrita, assim como existem artifícios da escrita, principalmente de estrutura, que não são transferidos à fala. Como defendem Ilari e Basso, há “a ideia de que existe uma ‘gramática do falado’, que não coincide com a ‘gramática do escrito’.” (2007, p. 185). Outro fator preponderante na variação diamésica são os gêneros discursivos que vão interferir diretamente na construção dos enunciados e, conseqüentemente, no uso da língua.

Outra característica no uso que ocasiona variação é a maneira como os assuntos são tratados e desenvolvidos na comunicação, resultando na variação temática (CASTILHO, 2012). Percebem-se nitidamente as alternâncias linguísticas quando o locutor trata de temas cotidianos, pois ele usa o *português corrente*, e quando lida com matérias especializadas, lançando mão do *português técnico*. Tudo isso vem atrelado à variação de registro, na qual a

utilização da língua se faz ora de modo formal e ora de modo informal, dependendo da situação em que os enunciados serão expostos.

Por fim, em relação à variação individual (CASTILHO, 2012), observa-se que ela está centrada nas variantes apresentadas por um único falante em diferentes contextos. Assim, um mesmo indivíduo pode variar a realização de sua fala a partir de interferências situacionais do espaço interacional. Nesse caso, haverá alternâncias, principalmente: de registro, pois o falante pode ser mais ou menos formal dependendo do objetivo do discurso e de seus interlocutores; de idade, já que o sujeito pode modificar sua fala ao longo do tempo; de canal, uma vez que o usuário da língua pode adequar seu texto ao meio no qual ele será veiculado; de temática, pois ele pode ser mais ou menos técnico no seu discurso; entre outros inúmeros fatores sociais.

Como todos esses fatores podem se confundir com o contexto no e para o qual o falante organizou sua fala, a variação estilística se entrecruza e se mescla à variação diafásica, na qual “o ato de fala está intrinsecamente vinculado ao momento de sua realização, à situação em que é produzido, à postura do falante em relação ao instante da elocução e ao tipo de uso que se faz da língua” (CARDOSO, 2010, p.58). Além disso, um aspecto que tem sido muito estudado na variação individual é o gênero e a interferência que a concepção de ser homem ou mulher numa determinada comunidade traz ao ato comunicativo. Nas pesquisas de cunho dialetológico, principalmente, esse aspecto tem sido tão influente que se considera para fins de análise a variação diagenérica (CARDOSO, 2010).

Todas as variações aqui apresentadas se ocupam de delinear as variedades de uma língua, o que novamente reforça o princípio universal de heterogeneidade linguística. Todavia, nenhuma das variações define sozinha uma variedade. Esta é, na verdade, a convivência de várias daquelas, que não podem ser aplicadas em separado na reflexão social da língua. Destarte, o que define o caráter de cada pesquisa é, no entanto, a relevância dada a uma ou a outra ou, ainda, à relação entre elas na determinação do objetivo científico e no tratamento dos dados coletados.

1.3 A variação diatópica-diastrática rural

O falar rural sempre foi contemplado nas pesquisas sociolinguísticas e dialetológicas, haja vista a quantidade de trabalhos dedicados a esse tema em uma larga trajetória temporal.

Desde Amaral em 1920, que estudou o dialeto, incluindo o caipira, de São Paulo, passando pelos atlas e mapas geolinguísticos, até o trabalho de Bortoni-Ricardo atualizado em 2011, sobre migração e redes sociais em Brazlândia, e várias outras pesquisas acadêmicas atuais, a variedade rural habita os estudos de fala real. Fica evidente, no entanto, o caráter dialetal da maioria das pesquisas, mas para este trabalho, a Dialectologia é a Sociolinguística em seu máximo potencial diatópico, sem deixar de se preocupar com as questões sociais. Como coloca Cardoso:

Apesar de “consideradas até certo ponto sinônimas”, dialectologia e sociolinguística, ao se ocuparem da diversidade de usos da língua, atribuem um caráter particular e individualizante ao seu objeto de estudo. O enfoque diatópico e sociolinguístico se faz em ambas. Distinguem-se, no entanto, na forma de tratar os fenômenos e na perspectiva que imprimem à abordagem dos fatos linguísticos. A dialectologia (...) tem como base de sua descrição a localização espacial dos fatos considerados, configurando-se, dessa forma, como eminentemente diatópica. A sociolinguística (...) centra-se na correlação entre os fatos linguísticos e fatores sociais (...) (CARDOSO, 2010, p.26)

Contudo, não se pode desprezar todo o arcabouço acadêmico acumulado no campo dialectológico brasileiro, mesmo porque a Sociolinguística, quando aterrissou aqui, encontrou um terreno fecundo, que já havia sido preparado por sua escola antecessora. Segundo Castilho (1972-1973), a Dialectologia nacional apresentou duas grandes fases até o advento do Sociolinguística, caracterizadas, principalmente, por aspectos metodológicos na coleta de dados.

Na primeira, que compreende o espaço entre a década de 20 até o início dos anos 50 do século passado, não havia sistematização na aplicação de inquéritos para a investigação de falares e dialetos. Houve, no máximo, um projeto de inquérito por correspondência preparado por Jucá Filho em 1937, logo sucumbido. São do período, por exemplo, os estudos: *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral (1920); *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes (1922); *A Linguagem dos Cantadores*, de Clóvis Monteiro (1933); *A Linguagem do Nordeste*, de Mário Marroquim (1934); *Vocabulário Pernambucano*, de Pereira da Costa (1937); *Estudos da Língua Nacional*, de Artur Neiva (1940); *A Linguagem Popular da Bahia*, de Édison Carneiro (1951). Além desses, registram-se algumas publicações em forma de revistas e a realização de encontros acadêmicos como o *Congresso Nacional de Língua Cantada*, organizado por Mário de Andrade, em 1937. Como resultado, os trabalhos apresentaram descrições incompletas de variantes regionais, sobretudo lexicais e fonéticas, destoantes das literárias, mas chamaram a atenção para a necessidade da sistematização e do registro urgente das pesquisas dialetais.

Na segunda, apresentaram-se como marcos: a inauguração do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira, em 1953; a fundação da *Revista Brasileira de Filologia*, em 1955,

dirigida por Serafim da Silva Neto; e a realização do I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em 1958, na cidade de Porto Alegre. Em decorrência das pesquisas realizadas nesse momento, percebem-se, como heranças para as atuais, as mudanças no seu tratamento metodológico, tais como: a projeção e a aplicação de inquéritos linguísticos, acompanhados de uma perspectiva etnográfica na sua concepção e realização; a seleção minuciosa de áreas e de informantes; a fixação de áreas dialetais; a interpretação dos fatos dialetais; as monografias dialetais; e a construção de atlas dialetológicos.

Determinantes foram a mudança de objeto e a de interesse para os novos rumos dos estudos linguísticos na época, que se deslocaram “da recolha da variante residual para a descrição do padrão linguístico” (CASTILHO, 1972-1973, p. 124). Esses distintos campos foram chamados por Cunha (1970), respectivamente, de Dialectologia Horizontal, que se ocupava da variação de natureza espacial, e de Dialectologia Vertical, que se debruçava sobre variações motivadas por aspectos socioculturais. De acordo com Castilho, um dos fatores que concorreu para tal guinada e para o destaque desta última foi o desenvolvimento de um novo ramo da Ciência da Linguagem, a Sociolinguística, que se dedicava, então, à pesquisa dos falares, especialmente, urbanos, considerados padrão de uso da língua.

Todavia, como na Sociolinguística defendida por Labov (2008, p.237), a teoria não determina os dados, mas sim o contrário, e como a variação diatópica é um campo de atuação da disciplina, não se vê a necessidade de se destacar os aspectos teórico-metodológicos apenas da Dialectologia. Outro fator que reforça essa posição é a concepção de que não há como, neste trabalho, separar a variação diatópica da diastrática, uma vez que serão analisados aspectos do falar das famílias de base agrícola das regiões rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo. Assim, além de uma variedade regional há também, em evidência e em igual proporção, uma variedade social. Portanto, como o aspecto regional somente não é o de maior importância, a pesquisa apresentada aqui não se configura como dialetológica, mas como sociolinguística, haja vista a necessidade do entrecruzamento dos fatores geográficos e sociais. A hipótese que pode ser levantada é que na região do 3º Distrito de Nova Friburgo – RJ existe uma variedade linguística bastante demarcada, ainda que não homogênea, e que ela se configura como identitária na comunidade, mesmo que apresente variações. Nesse sentido, buscou-se identificar os traços linguístico-identitários da comunidade e estabelecer se tal variedade, na avaliação e atitude dos seus usuários, atualmente, tende mais para a manutenção e valorização da identidade, ou para a estigmatização e consequente substituição do código de acordo com o já postulado por Labov, em sua pesquisa em Martha’s Vineyard.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2011), os falares rurais e suas transformações estão no âmago das mudanças e padronizações linguísticas no Brasil e qualquer descrição do português brasileiro deve levar em conta esse fato. Em um primeiro momento, devido à grande influência da pesquisa de Antonio Candido, caipira foi uma categoria criada para classificar a população das zonas agrícolas do interior de São Paulo, mas precisamente as regiões de Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi, Botucatu e, sobretudo, Bofete (CANDIDO, 2010, p.12). Segundo as palavras do autor:

Para designar os aspectos culturais⁹, usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo¹⁰ (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua. (CANDIDO, 2010, p.27)

Já de acordo com Bortoni-Ricardo:

Presentemente, o termo, que tem etimologia tupi – *curupira* –, não está restrito à área de influência histórica paulista, mas se refere à população rural e tradicional do Brasil. Adjetivada, a palavra é usada para descrever o modo de vida isolado e antiquado dos habitantes de áreas rurais, quando comparado ao modo de vida urbano. (BORTONI-RICARDO, 2011, p.35)

Dessa afirmação, que parece refletir um certo senso comum no que se refere à compreensão do rural, pode-se observar que a conceituação se estendeu para além do estado de São Paulo, configurando um avanço na aceitação categórica do termo pelo território brasileiro. Nas palavras de Bortoni-Ricardo, comentando Candido, “Esse permanente movimento demográfico espalhou a cultura caipira, com variações locais para os estados de Minas Gerais – especialmente as regiões sul e oeste – e de Goiás e Mato Grosso” (2011, p.35). Entretanto, como a Sociolinguística é interdisciplinar e exige um entendimento do contexto e das condições sociais nas quais a fala se realiza, algumas considerações são necessárias a respeito da colocação da autora para a caracterização do rural.

Primeiramente há de se refletir sobre o que é uma população tradicional. Como bem coloca o historiador Hobsbawm, “‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” e “visam inculcar certos valores e normas de comportamento (...)” (HOBSBAWM, 1997, p.9). Ao que se nota, a tradição na citação acima está relacionado a algo imutável, estanque, fechado em si mesmo, mantenedor de regras sociais. Já a questão do modo de vida isolado, além de reforçar a ideia de reclusão e distanciamento, tem um caráter bastante idealizado para épocas de globalização. Por fim,

⁹ Aspectos da cultura denominada rústica ou caipira pelo autor.

¹⁰ Ambíguo em relação ao termo caboclo.

aquilo que se denomina antiquado, assim o é de acordo com a perspectiva que se tem de modernidade. Em síntese, há uma estigmatização, que ainda é corrente, sobre as populações ditas rurais e, ao mesmo tempo, uma *romantização* de vida no campo centrada em famílias nucleares, defensoras de bons costumes, isoladas em espaços bucólicos e sem acesso à tecnologia, o que nem sempre, ou quase nunca, é assim. Enfim, o rural atual é complexo demais, para uma análise tão simplista, mas isso será aprofundado no decorrer do trabalho. Por enquanto, pode-se definir que, pela polêmica oriunda da denominação *dialeto caipira*, optou-se, aqui, pelo uso da categoria falar rural.

O fato é que tal exprobração do homem e da vida no campo se estende ao preconceito em relação a sua representação linguística. Bortoni-Ricardo propõe para fins analíticos a disposição das variedades do português brasileiro em um contínuo dialetal “que se estende desde os vernáculos rurais isolados em um extremo até a variedade urbana padrão das classes de mais prestígio no outro” (2011, p.21). A autora ainda afirma que junto aos vernáculos altamente estigmatizados estão as variedades não padrão chamadas de *rurbanas*. Estas são caracterizadas como “usadas por falantes de classes mais baixas, não alfabetizadas ou semialfabetizadas, que vivem na cidade, mas que, na maioria dos casos, têm antecedentes rurais, e pela população que vive em áreas rurais onde já se vê introdução de tecnologia” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.21). Mais adiante ainda se lê “a maior parte do estrato social mais baixo constitui-se do campesinato e dos migrantes rurais” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.21). Tais afirmações merecem também algumas ponderações.

A tachação negativa observada não é um fator imposto pela pesquisadora, mas depreendido da percepção que os falantes têm das próprias variações de seu vernáculo. A conclusão a que se chega, então, é que a população vê o falar rural como sinônimo de desprestígio social e que a causa desse mesmo desprestígio nas áreas urbanas, segundo a autora, vem da relação de origem com as áreas agrícolas. Já em relação ao método de análise do *contínuo de urbanização*, percebe-se uma clara tendência a marcar o rural como aquela fala distante da cultura letrada e o urbano como a mais aceitável como padrão da língua. Assim, passa-se a considerar nessa classificação não o local, o território ou as atividades econômicas e de classe social como critérios, mas sim o acesso à cultura e à escolaridade, o que na verdade demarca outras características que não necessariamente aquelas vinculadas à vida no campo e ao seu cotidiano. Isso é comprovado nas próprias palavras da autora: “em nossa linha imaginária de contínuo de urbanização, os domínios onde predominam as culturas de letramento estão situados na ponta da urbanização, enquanto na outra ponta só vamos encontrar domínios onde predomina a cultura da oralidade.” (BORTONI-RICARDO, 2004,

p.61). Para exemplificar tal contradição, lança-se mão de um episódio analisado em uma de suas obras, no qual a fala de pré-adolescentes, um deles menino de rua, é classificada nesse *continuum*:

O primeiro é um menino de rua. Embora viva fisicamente na cidade, não está inserido na cultura urbana. Sua rede de relações sociais é constituída de outros meninos de rua, de marginais e policiais. Eventualmente tem contato com assistentes sociais. No contínuo rural-urbano, localiza-se próximo do pólo rural e sua linguagem apresenta variáveis descontínuas e graduais. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 68)

Observa-se, pois, que todas as justificativas para a conclusão da autora em nada remetem à questão rural. A classificação empreendida reproduz o estigma de senso comum que permeia a sociedade e que a pesquisa ora apresentada tende a combater: o campo visto como sinônimo de retrocesso cultural, tecnológico, econômico e social. Diante disso, parte-se do pressuposto, no desenvolvimento deste trabalho, que a fala rural é uma entre tantas outras naturais variedades existentes na Língua Portuguesa, marcadora de identidade social e geográfica, e que o reforço ao preconceito deve ser combatido pela ciência, por uma linguística crítica e ética como defende Rajagopalan (2003) e por uma ação responsável do pesquisador diante de seus critérios de análise e estratificação. Ademais, como bem salientam Eckert e McConnell-Ginet, em suas reflexões sobre gênero, poder, identidade e linguagem, mas que podem se estender a qualquer pesquisa sociolinguística:

Talvez a implicação mais importante seja a de que não podemos abandonar a responsabilidade social e política em relação ao modo como nosso trabalho é compreendido e utilizado, especialmente devido ao que sabemos sobre sexismo, racismo, elitismo e heterossexismo em muitas das comunidades nas quais nossas pesquisas poderiam ser disseminadas (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p.96)

Nesse sentido, há de se ter cuidado também com a própria questão da estratificação oriunda das análises variacionistas quantitativas de comunidades de fala e com o tratamento dispensado aos dados. As mesmas autoras chamam atenção para dois problemas decorrentes de estudos desse tipo encorajados “por uma visão limitada de teorização” (p.101): a abstração em demasia e o emprego abusivo de generalizações. No que tange ao primeiro, as autoras alertam para o fato de que os estratos e a linguagem abstraídos das práticas sociais podem distorcer e apagar sua implicação real nas relações de poder, nos conflitos sociais e na produção e reprodução dos valores simbólicos (p.94). Aliás, Bakhtin já se preocupava com essa questão em suas pesquisas. Para ele, abstrair a orientação contextual das análises linguísticas levaria ao seu enfraquecimento já que “o signo e a situação social em que se insere estão indissolivelmente ligados. O signo não pode ser separado de sua situação social

sem ver alterada sua natureza semiótica” (BAKHTIN, 2010, p.63). Já no que se refere ao segundo, elas atentam para a maneira como a generalização pode atenuar as exceções em uma tentativa de se constatar a uniformidade de comportamentos e de fala de uma determinada comunidade (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p.99). Conclui-se, portanto, que, já na escolha da abordagem metodológica da comunidade, o pesquisador deve atentar para os problemas apresentados. É esse enfoque, sob três perspectivas sociolinguísticas variacionistas, o próximo assunto a ser discutido.

1.4 Abordagens possíveis: comunidades de fala, redes sociais e comunidades de prática

Comunidades de fala, redes sociais e comunidades de prática têm sido conceitos metodológicos utilizados na Sociolinguística para situar e recortar os objetos de estudo na perspectiva variacionista. Tais abordagens são aplicadas ora como complementares, ora como distintas no tratamento da fala centrado ou na comunidade – comunidade de fala – ou no indivíduo – redes sociais – ou na relação entre o indivíduo e as comunidades das quais ele participa – comunidade de prática. Essas três maneiras de ver a realização e a representação comunicativa serão expostas aqui de acordo com os seguintes aspectos e desdobramentos: definição, princípios e métodos, vantagens e desvantagens ou aplicações e críticas. Por fim, a explanação resultará na definição da abordagem selecionada por esta pesquisa.

As primeiras tentativas de se conceituar comunidade de fala datam da década de 1960. A acepção do termo se apresentou tão complexa entre os sociolinguistas que resultou em uma grande multiplicidade de concepções e de aspectos priorizados nas pesquisas, que vão desde os linguísticos até os psicológicos. Em um breve, mas detalhado histórico construído por Severo (2007), observa-se que:

- a) Para Hymes, por exemplo, a comunidade de fala é aquela que apresenta regras de conduta e interpretação da fala e de uma variedade linguística. Prioriza, pois, fatores sociais e a heterogeneidade do grupo e admite a participação do indivíduo em diversas comunidades.
- b) Para Gumperz, a comunidade de fala se constrói pela vasta rede de socialização de seus sujeitos e, por isso, enfoca o indivíduo nas redes sociais como unidades de análise.
- c) Na teoria de Wardhaugh, a multiplicidade de comunidades de fala das quais o falante pode participar, também é destacada.

d) Já Guy aponta três critérios para a constituição de uma comunidade de fala: compartilhamento distintivo de traços linguísticos em relação a outras comunidades; alta frequência de comunicação; e assunção de regras e atitudes no que se refere à linguagem.

Dessas definições pode-se constatar que comunidade de fala não é um termo unânime entre os pesquisadores e que os aspectos relevantes em uma ou outra pesquisa levam a compreensões múltiplas do termo. Assim, do mesmo modo que as regras e as estruturas são postas em realce, a heterogeneidade também o é; na medida em que a comunidade pode ser vista como fechada, ela é igualmente entendida como uma rede; e, proporcionalmente, tanto o grupo, quanto o indivíduo são considerados como objeto. Enfim, desde suas primeiras alusões, tal conceito provocou polêmica e abriu espaço para inúmeras críticas.

No entanto, foi com Labov que o termo se consagrou. Para o autor, a comunidade de fala é definida como “um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua.” (2008, p.188). Essa abordagem foi o recorte utilizado pelo autor para a coleta de dados, a estratificação das comunidades pesquisadas e a comprovação matemática da variação linguística associada a fatores sociais. Embora tenha sido um avanço no tratamento da linguagem real e na consolidação de mecanismos científicos eficazes para a mensuração da variabilidade, isso não o impediu de continuar sendo ambíguo. Ainda para o autor:

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. (LABOV, 2008, p.150)

Diante das citações, o que interessa para Labov não é a fala em si, mas as regras que moldam os elementos linguísticos e, conseqüentemente, o comportamento e a avaliação dos falantes, dando espaço, assim, a consolidação dos estereótipos por meio da linguagem. Esses trechos reforçam o axioma da heterogeneidade ordenada postulado anos antes por Labov, Herzog e Weinreich (2006), já que realçam as normas e não os falantes. Entretanto, ao que parece, os motivadores da Sociolinguística Variacionista pregavam um paradoxo: a heterogeneidade, ordenada e estruturada, de uma língua e a uniformidade das atitudes individuais em uma comunidade de fala. Segundo Faraco, tal aforismo “descarta também a possibilidade de se tomar a língua do indivíduo como o legítimo objeto da linguística, à custa das características linguísticas da comunidade.” (2006, p.14). O indivíduo, então, mesmo como motivador de mudança não seria o foco de análise, mas apenas um indicador estatístico de um grupo.

Segundo Severo:

Dessa maneira, Labov teria garantido a homogeneidade não da delimitação do seu objeto, que é a língua como sistema heterogêneo, mas na definição do lócus do seu objeto, que é a comunidade de fala. Assim, o estudo da língua – que para Labov é heterogênea – se dá numa comunidade de fala – que teria características homogêneas. (SEVERO, 2007, p.151)

O autor incorreria, então, nas duas questões já apontadas aqui: abstração em demasia e abusos de generalizações no tocante tanto ao social quanto ao linguístico. É exatamente como crítica à nulidade do sujeito no estudo da comunidade fala que o conceito de rede passa a ser aplicado na linguística. De acordo com Bortoni-Ricardo, “a análise de redes é uma estratégia social primariamente voltada para as relações entre os indivíduos em grupo.” (2011, p.84). Ou seja, o sujeito não é mais um simples integrante do grupo, nem a sua posição ou atitude é percebida individualmente pelo pesquisador, ele é sim um indivíduo considerado na cadeia complexa e sistemática das relações.

Na Linguística, o conceito de redes, que já fora elucidado por Gumperz, como o mencionado anteriormente, tem propósitos analíticos e “reconhece os padrões e a densidade da comunicação humana como uma variável intermediária entre a língua e as características socioecológicas da comunidade de fala.” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 85). Nesse sentido, fenômenos não linguísticos afetam a fala somente quando interferem na comunicação de um modo geral, ou seja, na frequência, na densidade e no contato entre indivíduos, o que influencia na transmissão, no fluxo e na gradação das mudanças e das variações. As técnicas de mensuração das relações humanas e da integração comunicativa, disponibilizadas pela teoria das redes, permitem estudar a variação linguística tanto em pequenos grupos quanto em comunidades complexas, principalmente nas observações diretas. Todavia, sua observação permite esquematizar escopos micro e não macrossociais, já que não independem das estruturas da sociedade (SEVERO, 2007, p.157).

Em um primeiro momento, como coloca Bortoni-Ricardo (2011, p.94), a teoria das redes foi atrelada como complementar à noção de comunidade de fala, devido ao insucesso desta em valorizar o papel individual do falante no grupo como aquela. No entanto, a abordagem acabou sendo utilizada de forma mais ampla, pois o nível de abstração apresentado nas análises era mais baixo do que aqueles obtidos a partir da conceituação de comunidade. A nova acepção metodológica permitiu ainda reconhecer, por meio dos estudos de Fishman, que em uma mesma comunidade existem várias redes interacionais diferenciadas e em domínios diferentes da vida social. Bortoni-Ricardo lembra que Hymes conseguiu estabelecer a rede de fala de um indivíduo, ou seja, a relação entre falantes que compartilham conhecimentos de forma de fala e modos de falar. Esta se encontra na junção entre o *campo*

de língua, o conjunto de línguas pelo qual o conhecimento das formas de fala de uma pessoa lhe permite mover-se, e *campo de fala*, conjunto de comunidades nas quais um indivíduo é capaz de mover-se comunicativamente de acordo com o seu conhecimento dos modos de falar (BORTONI-RICARDO, 2011, p.95).

Como destacam Severo (2007, p.159) e Bortoni-Ricardo (2011, p.98), as redes sociais densas foram vistas por algumas pesquisas como conservadoras, pois nelas os falantes tendiam a manter a variedade ou o dialeto, diferentemente das menos densas nas quais os indivíduos estão mais suscetíveis a influências da língua padrão. Em suma, percebe-se que as análises de redes sociais subsidiam em grande importância a descrição da mudança e da variação linguística, pois desvelam dados primários e “aspectos da variação linguística que passam despercebidos do método da simples correlação entre variáveis linguísticas e sociodemográficas de grande escala.” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.99). Severo ainda elenca três vantagens apresentadas por Milroy na utilização desse construto: “(i) a possibilidade do estudo de pequenos grupos sociais (...) (ii) o uso de uma abordagem participante ao invés de analítica (...) (iii) a utilização de um procedimento de estudo da variação pautada na relação entre indivíduos ao invés de centrada em grupos” (2007, p.160).

Todavia, há também críticas em relação a esse modelo. O próprio Labov ao implantar tal metodologia em suas pesquisas, mesmo reconhecendo sua importância, destacou a dificuldade de sistematização de toda uma comunidade por meio da análise de redes. Salientou ainda a complexidade de mensuração dos dados recolhidos por meio desse construto, ressaltando que ele seria mais adequado nas reflexões de nível microssocial (SEVERO, 2007, p.158). O que parece mais plausível é utilizar o instrumento analítico como complementar a outros que deem conta de uma estrutura macrossocial da variação e da mudança linguística. As redes sociais se configuram como um ótimo aliado na compreensão de grupos menores como famílias, que, por sua vez, compõem um grupo maior como as comunidades de fala ou de prática.

Por fim, esta última concepção teórico-metodológica, pensada primordialmente por Jean Lave e Etienne Wenger, é definida como:

um conjunto de pessoas agregadas em razão do engajamento mútuo em um empreendimento comum. Modos de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores, relações de poder – em resumo práticas – emergem durante sua atividade conjunta em torno de um empreendimento. (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 102)

Essa noção de comunidade se difere de outras, pois parte do pressuposto que o agrupamento comunitário é definido conscientemente por seus membros e pelo

compartilhamento de práticas, das quais participam engajadamente. No que se refere às práticas, inclui-se aí a fala, que toma, portanto, dimensões identitárias. A abordagem da comunidade de prática também atenua a caracterização dos grupos em termos de localização geográfica e população, permitindo que a comunidade analisada possa ter sido organizada livremente de acordo com interesses comuns. Assim, podem ser objetos passíveis de estudos sociais núcleos familiares, um conjunto de vizinhos, bandas de música, grupos de amigos ou populações de um bairro, desde que unidos por algum objetivo mútuo, sem deixar de frisar que a linguagem serve a essa finalidade ou interesse. Como salientam Eckert e McConnell, “Comunidades de prática podem ser grandes ou pequenas, intensas ou difusas; elas nascem e morrem, podem sobreviver a muitas mudanças de membros e podem estar intimamente articuladas a outras comunidades.” (ECKERT; MCCONNELL, 2010, p.103).

A concepção de comunidade de prática rompe com as abstrações e generalizações iminentes na comunidade de fala, sem deixar de valorizar as questões sociais que determinam o grupo ou o indivíduo. Todavia, também permite compreender que: os grupos são heterogêneos; as comunidades podem se reunir e, assim, formar uma *arquicomunidade*; e que um mesmo agente social pode se identificar com vários agrupamentos. Por isso, prevê que haja intercâmbio entre as organizações e que um indivíduo seja capaz de adequar-se a todas elas, inclusive, linguisticamente. Tal pressuposto desfaz, pois, o postulado de uniformidade linguística da comunidade e do falante e a dualidade entre análises que priorizam ora o social e ora o individual.

Nas palavras de Severo: “A contribuição desta perspectiva para os estudos mais amplos é que ela focaliza tanto a mobilidade social do indivíduo, quanto a natureza negociativa das identidades sociais” (2007, p.161), entendendo que é na comunidade de prática que as variantes assumem significados. Nela a informação e a inovação se propagam e os discursos são compartilhados, refletindo a realidade daquele grupo de pessoas, que constroem juntas, por meio do estilo linguístico, suas identidades sociais. Tal estilo pode ser, ainda, individual e variar de acordo com a comunidade da qual o falante participa, o que também será material de análise dessa abordagem.

Ainda de acordo com Severo, citando Meyerhoff, nesse contexto, o desafio que se apresenta ao sociolinguista é o de determinar a maneira pela qual o particular e o universal se inter-relacionam. Ademais, chamam atenção para o fato de que “é impossível que essa unidade de análise dê conta de todas as relações existentes entre a estrutura social e o comportamento social” (SEVERO, 2007, p.163), já que é restringido pelo objeto linguístico.

Diante disso, segundo Battisti, “resta aos sociolinguistas o desafio de dar conta dessas forças, associando as medidas quantitativas de análise de regra variável (LABOV, 1972) a outras técnicas de investigação, assentadas em claros fundamentos teóricos.” (BATTISTI, 2014, p.80). Como já dito anteriormente, é possível integrar as abordagens, visto que, em muitos aspectos, elas são complementares teoricamente. “Na pesquisa sociolinguística, a análise de redes e práticas sociais pode esclarecer o papel das ligações entre as pessoas, da maior ou menor coesão dos grupos, da pressão dos pares e das identidades locais na variação e mudança linguística.” (BATISTI, 2014, p. 96). Sendo assim, a proposta deste trabalho é não manipular uma única variável, assim como alerta Severo, mas identificar aspectos da fala característicos das comunidades de agricultores do 3º Distrito de Nova Friburgo, integrando-as aos indivíduos, aos grupos, aos seus significados e avaliações sociais e à relação entre as comunidades e a *arquicomunidade*. Entende-se, portanto, que esta é uma comunidade: de fala, uma vez que compartilha um conjunto de aspectos identitários da língua, mesmo que negociáveis; mas que se constitui de várias comunidades de prática, já que há inúmeros grupos que se organizam por afinidades e objetivos em comum, como o caso das associações de moradores e agricultores; e que, pela presença desses agrupamentos, forma uma rede de relacionamento mais ou menos complexa, numa perspectiva macro da *arquicomunidade*. “Essa é a ideia que fica do trabalho de Eckert (2000), integrar técnicas de análise que aproximem o pesquisador da comunidade pesquisada, sem abrir mão dos procedimentos (quantitativos), tradicionalmente empregados na pesquisa variacionista.” (BATISTI, 2014, p.81).

2 “EU NASCI LÁ NO SERTÃO / NESSE LUGAR FUI CRIADO”: TEORIZANDO A IDENTIDADE LINGUÍSTICA PARA A COMPREENSÃO DO FALAR RURAL NO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO

2.1 Conceituando a identidade (ou a diferença)

Nos estudos sociolinguísticos, principalmente naqueles que focalizam a variação e a mudança linguística, a discussão sobre a relação entre linguagem e identidade é frequente, mesmo que em intensidades distintas, dependendo do traço metodológico e teórico das pesquisas. A abordagem de comunidade de prática, por exemplo, prioriza os processos identificatórios de um grupo e o objetivo comum entre seus membros na realização de qualquer atividade, principalmente, a comunicativa. Parte-se do pressuposto que a cultura se constitui e é transmitida por meio da língua, também um artefato cultural, que possibilita condições para o reconhecimento de identificações e representações simbólicas da realidade. De acordo com Severo:

Essa relação pode ser notada em níveis diferentes seja (i) no nível das práticas sociais, nas quais, através do uso da linguagem, os indivíduos se engajam; (ii) no nível da rede de relacionamentos que atravessa a vida dos indivíduos; ou (iii) no nível mais macro, da relação entre as atitudes que os indivíduos tomam acerca da linguagem e o processo identificatório deles. (SEVERO, 2007b, p.12)

Já a concepção de redes sociais dá atenção para as conexões formadas entre membros de uma comunidade no seu processo de constituição e de aceitação das identidades locais. Nas palavras de Bortoni-Ricardo, “A introdução desse conceito na tradição dos estudos sociais, iniciada na Antropologia, resultou da percepção de que as características desses vínculos podem ser muito reveladoras das identidades dos membros do grupo.” (2014, p.130). Assim, questões como laços de afetividade, parentesco e vizinhança são consideradas importantes na conservação e na defesa dos traços da variedade local, pois, como salienta a autora, “as redes densas de tessitura miúda¹¹ criam uma resistência a valores dominantes, preservando a cultura e os falares locais, ou seja, implementando uma orientação¹² para a identidade no contexto de uma ética de solidariedade” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.132).

¹¹ Entende-se por redes de tessitura miúda aquelas “onde praticamente todas as pessoas interagem entre si” (BORTONI-RICARDO, 2014, p.130)

¹² A questão da avaliação da fala com orientação para a identidade ou para o prestígio será melhor discutida mais adiante neste capítulo.

A construção e a definição das identidades – semelhanças e diferenças – levam em conta fatores como idade, gênero, profissão, escolaridade, etnia e ainda práticas sociais, ideologias e outros aspectos socioestruturais. Esses, segundo Mollica (2007), configuram também as variáveis independentes, nos estudos sociolinguísticos, já que motivam e caracterizam as alternâncias que são, por isso, previsíveis e passíveis de descrição e abordagem científica. Ou seja, o processo e os subsídios de composição das identidades implicam diretamente a motivação da variação linguística e o seu estudo, bem como os modos de usos da língua determinam características identitárias. Todavia, tais critérios não podem ser tratados de forma a limitar e apenas estratificar e homogeneizar os falantes, o que poderia ocasionar a simplificação da análise e o risco de não se considerar as relações sociais, as negociações e as tensões na construção das próprias subjetividades.

Diante disso, não se pode incorrer em imprudência e discutir identidade linguística sem antes se debruçar sobre os debates acerca da concepção e das teorias do próprio conceito de identidade e o modo como elas foram vistas no decorrer do tempo. Afinal, o tipo de abordagem adotada em cada época ou em cada linha de pesquisa determina a essência ideológica da aceção do termo assumida em cada investigação. Assim, é importante para o aprofundamento do trabalho aqui apresentado, ilustrar essa questão.

Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*, afirma que:

A questão da identidade está sendo extremamente discutida na teoria social. Em essência o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p.7)

Para esclarecer como tal crise de referência se desenvolveu, o autor distingue três concepções de identidade no percurso da história: a de sujeito do Iluminismo; a de sujeito sociológico; e a de sujeito pós-moderno. Um detalhamento de tais categorias se faz necessário para uma melhor compreensão desse campo tanto nos dias atuais, como nesta pesquisa, uma vez que ele permeará tantas outras discussões, aqui apresentadas, de caráter interdisciplinar como a própria discussão sobre identidade e Sociolinguística. Diante do colocado, ressalta-se que, segundo Hall, o sujeito do Iluminismo era visto como indivíduo centrado, unificado, dotado de razão, ação e consciência. Sua essência emergia no momento do nascimento e se desenvolvia, sem modificações, no decorrer da vida. Sua base era uma identidade individualista, autossuficiente e masculina.

Já o sujeito sociológico – que também pode ser chamado de moderno – refletia a complexidade de sua época. Não era visto como autônomo, mas construído por meio de suas relações com os outros, que mediavam seu contato com as crenças, valores e simbologias do meio. Por conseguinte, a cultura era concebida pelo indivíduo por meio de sua interação. Esse diálogo era responsável por modificar sua identidade, que se situava entre o seu interior e o seu exterior, entre o pessoal e o público, costurando-o à estrutura social e cultural da qual fazia parte. A junção entre o individual e o social estabilizava, pois, os sujeitos e os meios, tornando-os homogêneos e determinados.

Consiste na estabilidade o principal ponto de questionamentos sobre a identidade hoje. Na era da Pós-Modernidade, configura-se o sujeito como fragmentado, pois o processo identificatório é visto como provisório, variável, múltiplo, volátil e problemático. Não há mais o entendimento de uma conformidade subjetiva, mas sim a aceitação de que o sujeito é constituído de várias identidades, que, muitas vezes, podem ser até contraditórias. Essas identificações são compreendidas, agora, historicamente, e não determinadas social e biologicamente, e, como os sistemas de representação e significação são muitos, muitas também são as possíveis identidades assumidas por um mesmo indivíduo. Assim, a heterogeneidade, inclusive linguística, de um ser, e dele em relação aos outros, assume um papel central na concepção atual desse conceito, como afirma Hall:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13)

Então, as sociedades - cada vez mais complexas - como um todo passam a ser alvo de mudanças rápidas e permanentes e as práticas sociais são reformuladas constantemente. As identificações, então, também passam a ser negociadas de acordo com as necessidades momentâneas (até mesmo da linguagem, haja vista as considerações das abordagens de redes sociais e comunidades de prática), com os diversos papéis incorporados pelos sujeitos nos seus variados campos de atuação e com o reconhecimento da alteridade, já que, como defende Voese (2003), o eu não se preserva nem se desenvolve sem a busca pelo outro. Ainda, segundo Voese, os indivíduos são convocados, portanto, à interação, atividade que medeia a negociação de acordos sociais, caracterizando os sujeitos, carentes do ulterior no cotidiano, como necessariamente dialógicos. A relação do indivíduo com o social não significa, contudo, que ele atue livremente no mundo, nem que o externo anule seu poder, subjetivo, de transformação:

A reprodução e a transformação são, enfim, processos constitutivos tanto do sujeito, como do desenvolvimento do gênero humano, isto é, essa dimensão de movimento permanente, que as interações geram, garante uma situação de equilíbrio entre o posto e o novo, entre a reprodução e a transformação do instituído social. (VOESE, 2003, p.164-165)

Destarte, como coloca Rajagopalan, “já não há mais quem (...) acredite que as identidades se apresentam como prontas e acabadas. Pelo contrário, acredita-se, em larga escala, que as identidades estão em permanente estado de transformação, de ebulição.” (2003, p.71), visto que “os indivíduos: valem-se de uma ação generalizante para negociarem singularidades” (VOESE, 2003, p.169).

Se a harmonia deixa de ser preponderante na construção das subjetividades, as diferenças passam a ser cruciais no percurso de desenvolvimento da unidade, já que a identificação se dá pela exclusão/reconhecimento do outro, do diferente, do estranho ao indivíduo ou ao seu meio. São, pois, os aspectos culturais que vão tecer os elementos reconhecidos como identitários de um agente na sua comunidade. Assim, a identidade pode não ser concebida apenas pelas semelhanças dos indivíduos, isoladamente ou como pertencente a uma determinada sociedade, mas, principalmente, pelos traços que os diferenciam dos demais, considerando, dessa forma, a heterogeneidade como inerente a esse processo e como postulado das pesquisas sociais atuais. Nas palavras de Bourdieu, “existir socialmente é também ser percebido como distinto” (2010, p.118).

Para Homi K. Bhabha, “estamos no ponto de argumentação pós-estruturalista de onde podemos ver sua duplicidade: a igualdade-na-diferença ou a alteridade da identidade” (1998, p.90). Ainda segundo o autor, “encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão.” (BHABHA, 1998, p. 19). Nessa condição, na qual não há possibilidade de enquadramento identitário, a referência passa a ser construída pela negação e o que é identificável só o é pelo reconhecimento da diferença. Vive-se, então, paradoxalmente, em uma constante adaptação entre igualdades e distinções que constroem juntas as identidades, tanto individuais como comunitárias, atualmente. Aliás, para Hall (2006), a valorização da diferença parece funcionar para certos grupos sociais, muitas vezes, como estratégia de resistência à massificação de um mundo já globalizado e à completa destruição de códigos culturais regionais. Desse modo, aquilo que é singular na cultura compõe algumas das múltiplas identidades de um sujeito social e esta, baseada e construída na excentricidade, pode constituir uma bandeira de lutas sociais e exaltação do peculiar.

É nesse sentido que a socialização passa a ser considerada importante para a construção da identidade de certos agrupamentos e indivíduos. Battisti (2014), retomando os estudos de Bourdieu, aponta que socializar implica a aprendizagem de normas, condutas, valores e crenças que pautam práticas coletivas. A interiorização de um sistema de disposições estruturantes e duradouras significa a aquisição de um *habitus*, ou seja, a apreensão de princípios geradores e organizadores das práticas e representações simbólicas que conduzem o cotidiano e as posturas grupais, tornando os sujeitos seres sociais. Entretanto, ressalta-se que tal sistema não se traduz em determinações, mas tendências de formas e comportamentos que, embora tácitos, permitem mudanças e ajustes nas identidades e nos modos de participação, de um sujeito ainda autônomo, na comunidade ao longo do tempo¹³. Isso permite ainda destacar a importância da sociabilidade na construção e reinvenção da cultura e das tradições dos mesmos grupos.

De acordo com Bhabha (1998, p 20-24), o conceito de cultura também se encontra em um momento de redefinição e o reconhecimento da tradição é apenas uma forma parcial de identificação, uma vez que a articulação da diferença também é negociada de acordo com os interesses e as necessidades identitárias dos sujeitos. Igualmente, a compreensão da relação entre instituições e determinações sociais e a constituição do indivíduo podem ser relativizadas atualmente, de acordo com Voese, em sua interpretação, principalmente, de Heller, Luckás e Bakhtin:

Isto é, não entendo que a instituição tenha como que vida própria para atuar sobre indivíduos, mas considero-o um espaço em que todos os acordos são feitos (ou desfeitos) e vigiados. O controle, pois, não é feito *pelos*, mas *nas* instituições. Ainda assim, feitos os acordos, através da negociação, o submetimento do indivíduo a eles não é total, já que sempre existe a possibilidade da rebeldia da consciência que, ao analisar a sua relação com o mundo, pode não se conformar e decidir romper. (VOESE, 2003, p.172)

Ou seja, as próprias instituições, locais onde os sujeitos interagem e se constituem como indivíduos, também estão sujeitas a adaptações e acordos, pois são construídas pelas subjetividades em constante mutação.

Diante do apresentado, percebe-se, então, que os sistemas simbólicos, incluindo a linguagem e os seus usos, e os espaços compartilhados são fundamentais na constituição das identidades e, por isso, serão alvo das próximas discussões.

¹³ Nas palavras do próprio Bourdieu, explicando a noção do termo adotado por ele: “eu desejava por em evidência as capacidades criadoras, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma ação humana como em Chomsky (...), mas sim a de um agente em ação” (2010, p.61). Ainda segundo o autor, a disposição incorporada, quase postural é denominada *hexis* e as ações práticas do cotidiano são chamadas *ethos*. Ver também Battisti, 2014, p. 80.

2.2 A identidade linguística

Ficou claro até aqui que as construções identitárias são sempre situadas no tempo e no espaço, que configuram sistemas de significação. São, por isso, múltiplas as identidades de um indivíduo, já que ele convive em diferentes comunidades de prática, que formam redes, e também possuem variados processos identificatórios. Tal problemática já havia sido aventada pela Teoria da Enunciação que, embora se aproximasse muito mais da concepção de sujeito moderno e, por isso, não idealizado e determinado pelo meio, já indiciava um tratamento identitário dos atos de fala quando dava destaque a conceitos como discurso situado, subjetividade e intersubjetividade. Um bom exemplo da teoria linguística que toma o sujeito e sua identidade como produtos do meio e critica a concepção anterior é aquela apresentada por Bakhtin, consoante uma visão marxista. De acordo com o autor:

Aceita-se, geralmente, uma correlação entre o ‘individual’ e o ‘social’. De onde se extrai a conclusão de que o psiquismo é individual e a ideologia social. / Esta concepção revela-se radicalmente falsa. ‘Social’ está em correlação com ‘natural’: não se trata do indivíduo como pessoa, mas do indivíduo biológico natural. O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente socioideológico. Esta é a razão por que o conteúdo do psiquismo “individual” é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos. (BAKHTIN, 2010, p. 59)

Flores e Teixeira, ao comentarem o legado de Benveniste, principalmente nos volumes de *Problemas de Linguística Geral*, afirmam que “língua, para o autor, é o sistema ao qual os falantes de uma comunidade estão expostos desde sempre. Conclui-se disso que a intersubjetividade é condição da subjetividade (...). O sujeito, para se propor como tal na linguagem, tem de estar, ele mesmo, constituído pelo outro” (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p.34). Os mesmos autores ao analisarem as obras de Bakhtin colocam que, para ele, “o sujeito é uma autoconsciência que se constitui reflexivamente pelo reconhecimento do outro no discurso.”, que “a palavra é sempre também a palavra do outro”; e que o dialogismo bakhtiniano “acena, também, para um atravessamento do sujeito pela alteridade da interlocução.” (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 59).

Como salienta Bortoni-Ricardo, qualquer produção de enunciados é um ato de identidade e, ao passo que os falantes circulam pelos espaços sociolinguísticos e pelos multiterritórios, eles vão lançando mão da variação da língua, manifestando seu vasto número

de representações (BORTONI-RICARDO, 2011, p.110) e marcando diferentes dimensões sociais identificatórias (BORTONI-RICARDO, 2005, p.71). Para a autora, as peculiaridades de usos dos sistemas da língua demarcam objetivamente a identidade do falante, possibilitando, com isso, a identificação de sua origem, especialmente geográfica, pelo sotaque ou pela utilização de expressões típicas, porém não apenas elas indicam marcas identitárias, mas também os aspectos de cunho ideológico ou psicossocial¹⁴ (BORTONI-RICARDO, 2014, p.27-28). No que se refere à relação entre ideologia, aspectos estruturais e identidade, Bakhtin já defendera que o signo ideológico é capaz de identificar e modificar o ser que dele faz uso e que esse processo se dá na luta de classes de uma mesma comunidade semiótica. Desse modo, segundo ele, “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valores contraditórios” (BAKHTIN, 2010, p.47), o que faz da “palavra” uma arena de confronto, capaz de evoluir e forjar as estruturas e as classificações sociais.

Da mesma forma, Voese (2003), em sua releitura bakhtiniana, explica que o indivíduo pode até não ter consciência das determinações ideológicas, mas que tem a possibilidade de, em específicos momentos, romper com elas, mesmo que por questões sentimentais. Afirma, ainda, que a produção do discurso também constitui os sujeitos e concretiza a inclusão e continuidade do gênero humano, e que a mediação discursiva possibilita singularizar o genérico em um processo, simultâneo, de socialização e individuação. Para ele, o caráter generalizante da palavra faz com que a apropriação e a objetivação verbais mediem a reprodução e a transformação dos homens, caracterizando-os, como dialógicos e solidários. Ademais, tal interação

Também deve ser entendida como lugar de conflito, onde se disputam, muitas vezes acirrada e violentamente, poderes. Isso significa que as singularizações que ocorrem tanto na apropriação como na objetivação, pelos efeitos que podem produzir sobre o instituído social e os indivíduos, têm implícita a noção de confronto, ou seja, individuação e conflito são, de certo modo, noções indissociáveis e conduzem, sem a negociação, ao rompimento do tecido social. (VOESE, 2003, p.170)

Contudo, para o autor, as escolhas linguísticas, mesmo que conscientes e determinadas pelas regras, não garantem, por si, a univocidade, já que o discurso, como mediação e momento gerador de novas necessidades entre os interlocutores, gera inúmeras ações e constrói diversos significados.

¹⁴ Segundo Bourdieu (2010, p.112-213), critérios objetivos de identidade, como língua, dialeto ou sotaque, são propriedades simbólicas de emblemas ou estigmas e, na prática social, funcionam como objetos de representações mentais (de percepção e apreciação, de conhecimento e reconhecimento) em que se investem interesses e pressupostos (materiais e simbólicos) dos grupos portadores, e de representações objetivas (coisas ou atos) com vistas a manipulação simbólica para determinar as representações mentais para os outros grupos.

O sistema linguístico, então, hoje, passa a ser considerado sob duas funções identitárias que lhe são alegóricas: a unificadora, que garante o sentimento de nação, “contribuindo para a atitude de lealdade aos valores nacionais¹⁵” (BORTONI-RICARDO, 2014, p.28); e a indicadora de estratos ou agrupamentos sociais, já que toda variedade é um recurso que caracteriza determinados grupos, sejam eles regionais, ideológicos ou de qualquer outra natureza. A linguagem, pois, veicula e, concomitantemente, faz parte do sistema simbólico sendo, assim, fator constituinte das identidades. Segundo Severo,

O pressuposto por detrás da noção de comunidades de práticas é que através dessas práticas – envolvendo a questão da identidade – que a produção de significados sociais ocorre; tais significados são vinculados à linguagem. Trata-se, portanto, de espaços interacionais onde as identidades, tanto individuais como grupais, vão sendo construídas. É na comunidade de prática que as diferenças individuais são percebidas, recebem significado e são avaliadas; esses significados passam a ser compartilhados pelos membros dessa comunidade e são transportados para outras comunidades das quais aqueles membros também participam. E é o conjunto das comunidades de prática, em diferentes locais sociais, que constitui o grupo de práticas que são vistas como cultura de classe, cultura étnica, práticas de gênero, etc. (SEVERO, 2007b, p. 8)

Se a linguagem carrega em si os significados das variadas comunidades de prática e da rede da qual um indivíduo faz parte e se elas são responsáveis pela multiplicidade de identidades que o mesmo indivíduo tem, pode-se afirmar que ele também possui inúmeras identidades linguísticas e que estas apresentam um forte vínculo com o espaço compartilhado. Afinal, tornar-se usuário de uma (variedade da) língua e membro de uma comunidade específica, envolve a interação com outros agentes em diversas práticas, que delineiam outros processos identificatórios e sociais e outras relações, concomitantemente (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p.96). Nesse sentido, compreende-se que o fenômeno da variação linguística está fortemente relacionado à construção de identidades e significados sociais, conforme defende Severo:

Linguagem e construção dos significados sociais são coincidentes: a variação não reflete um significado anterior; ela se inscreve no próprio processo de formação dos significados. A variação linguística está conectada ao engajamento e envolvimento dos indivíduos nas práticas sociais, onde os significados são negociados, criados ou mantidos. (SEVERO, 2007b, p10)

Os indivíduos, nessa concepção, são atores sociais que, por meio da linguagem, negociam seus próprios interesses e se fazem representar, o que se reflete nas condições e

¹⁵ Segundo levantamentos documentais feitos por Bortoni-Ricardo, há considerações de mais de 200 idiomas falados no Brasil, entre 180 línguas indígenas (autóctones), 30 faladas por descendentes de imigrantes (alóctones), pelo menos, 2 de sinais e variadas práticas linguísticas de comunidades afrobrasileiras, além de inúmeras variedades diatópicas e diastráticas. Ou seja, vivemos em uma situação de multilinguismo, muito mais comum no mundo do que o monolinguismo, já que 94% dos países falam mais de uma língua. (BORTONI-RICARDO, 2014, p.24 e 25)

dominações linguísticas, que estão em constante variação e mudança. Battisti, ao discutir a identidade no estudo da variação, considera o já colocado por Wenger e Eckert, na proposição da abordagem de comunidade de prática, afirmando que:

A construção de identidade consiste em negociar os significados de nossa experiência de pertença a diferentes grupos sociais. Nossas identidades são fruto de nossa filiação social, das posições que ocupamos nos grupos de que fazemos parte, esses estruturados em relação aos campos ou classes sociais distintas. (BATTISTI, 2014, p.81)

Além disso, defende que, mesmo se relacionando mais intensamente com parceiros localmente mais próximos, em contexto onde todos se conhecem, os empreendimentos de um indivíduo são múltiplos, assim como as comunidades das quais participa, e, por isso, os processos simbólicos e as relações identitárias também serão diversos. As escolhas e usos linguísticos de acordo com determinadas situações dependem da posição social do sujeito, ou seja, da identidade assumida por ele, em cada comunidade de prática da qual participa e na rede em que transita, o que possibilita vê-lo como “agente articulador de uma variedade de formas de participação” (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 103).

Battisti (2014, p.80), portanto, lança mão de uma observação feita por Labov, que admite serem a rede social e a comunidade de prática duas forças motrizes de variação e mudança. A primeira, quando complexa e densa, preserva os falares. A segunda possibilita evocar distintas identidades e negociar *status* e valores sociais, incrementando ou regredindo a mudança. Daí, então, a necessidade de não se abstrair o *corpus* linguístico de suas práticas sociais para que seus reais significados e simbologias não sejam apagados ou isolados acriticamente na análise teórica, até porque “a identidade individual é baseada na multiplicidade dessa participação.” (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 103).

A aceção de comunidade de prática amplia, enfim, a visão variacionista do conceito de comunidade de fala, já que: esta “apaga (ou pelo menos minimiza) as diferenças individuais e parece deslocar o processo identificatório dos indivíduos para um segundo plano”, salientando a uniformidade da fala de um determinado grupo (SEVERO, 2007b, p.11); e aquela considera “o processo de formação das identidades para localizar e explicar os fenômenos tanto da manutenção como da variação/mudança linguística” (SEVERO, 2007b, p.11), destacando que os indivíduos fazem parte de inúmeros grupos e que cada um deles compartilha práticas distintas, nas quais emergem os significados locais, as variantes linguísticas e, então, as identidades.

Essa noção, ao destacar a importância dos agrupamentos sociais, também ressalta a importância do lugar, tanto físico como social, aliado a práticas e modos de fazer, para a

construção da identidade linguística. O grupo se autoidentifica a partir de suas experiências subjetivas e se define no embate fronteiroço entre ele e os outros. A identificação, portanto, estabelece profundos vínculos com os locais de interação nos quais os significados comunitários são erguidos e partilhados, juntamente com elementos linguísticos (SEVERO, 2007a, p.161). Para tal abordagem, dados de localização e população vão para além das abstrações e generalizações de comunidade de fala e passam a ser articuladas às práticas, enfocando o engajamento mútuo e situado como determinante na caracterização de uma comunidade (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p.102).

Fenômeno análogo pode ser percebido na abordagem de redes sociais quando considera, na sua análise variacionista, os domínios sociais e as “identidades” assumidas pelo sujeito em cada um deles. “Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e direitos definidos por normas socioculturais” (BORTONI-RICARDO, 2004, p.23). Entretanto, há variações em todos os domínios e são elas e suas motivações os objetos de reflexão linguística e identitária. Em síntese, as variações, e por consequência as identidades (também linguísticas), nessa concepção, são o resultado da dinâmica entre fatores estruturais e funcionais colocados em cena nas relações sociais que só se estabelecem nos *domínios*, ou seja, nos locais de interação.

Em sua consideração discursiva, Voese chama atenção para a questão do cotidiano como o lugar das primeiras motivações de apropriação e socialização de valores nas escolhas linguísticas. Para o autor, tal concepção enfatiza as determinações afetivas relacionadas ao social “porque as referências que se constroem no cotidiano estão perpassadas de sentimentos e de emoções que, evidentemente, tanto podem ajudar como bloquear interações em que diferentes sistemas de referência são colocados em ação (VOESE, 2003, p.165).

Tal pluralidade faz com que a própria identidade linguística, não só do indivíduo, mas das comunidades de prática, não seja homogênea, uma vez que existem articulação e trocas simbólicas e de repertório entre os grupos e entre seus membros. Essa noção se diferencia substancialmente das comunidades de fala que tendem a homogeneizar e tornar estáticas as variantes linguísticas. Outra diferença é sopesar o agrupamento de pessoas em prol de um interesse comum e sua participação política, o que de certa forma reforça a concepção de território mais adiante detalhada. Ainda de acordo com a abordagem de comunidade de prática, as identidades, tanto social quanto linguística, definem-se a partir do sentimento de pertença consciente assumido pelo indivíduo ou pelo grupo (SEVERO, 2007a, p.163).

O repertório linguístico é um conjunto de recursos do qual se faz uso na negociação ou na articulação das formas de pertencimento e participação. Todavia, de acordo com Eckert e McConnell-Ginet, as variações individuais de fala não são determinadas apenas por isso:

Uma forma de falar em uma comunidade não significa algo como ligar o interruptor linguístico de uma comunidade específica, nem é uma reivindicação simbólica de pertencimento àquela comunidade, mas sim uma articulação complexa das formas de participação do indivíduo naquela comunidade e em outras que são relevantes naquele momento. (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 106)

Assim, mais do que variar a fala e pertencer a um grupo conscientemente, a identidade presente na variação linguística pressupõe haver uma contínua articulação intra e interpessoal, que não é nem mecânica, nem simples. O pertencimento não passa apenas pelo domínio da variedade linguística, esta não é uma premissa em si para a participação em um grupo, mas também pela capacidade e interesse do indivíduo em manipular uma ou outra forma de atuação e compartilhamento de práticas identitárias. Os padrões linguísticos são, pois, desenvolvidos na proporção em que se dá o engajamento nas atividades diárias da comunidade e eles podem mudar de modo constante, bem como a identidade, as práticas e a própria comunidade, o que não significa negar as identidades linguísticas, mas modificá-las (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 105). Assim, diante dessas considerações, é importante, para esta pesquisa, compreender como os processos aqui debatidos se configuram na realidade rural.

2.3 A variação linguística rural: orientação para o prestígio ou para a identidade?

Em se tratando de comunidades rurais, como bem coloca Labov, “a identidade local é uma categoria de pertencimento extremamente importante e difícil de conquistar.” (2008, p.342). De acordo com sua conclusão sobre as pesquisas em Martha’s Vineyard, mais do que qualquer categoria ou abstração social, as mudanças linguísticas encontradas na ilha, no estado de Massachussets, eram uma afirmação de identidade contra “os forasteiros” (LABOV, 2008, p.343), os homens do continente, que se dirigiam ao local para passar os verões. Todavia, esse pertencimento e essa identidade quando expressados linguisticamente fora do local, normalmente são ridicularizados ou estigmatizados. Ainda segundo Labov:

Quando um falante rural chega na (SIC) cidade, descobre em geral que sua fala caipira é ridicularizada. Mesmo sendo um marcador de identidade local, e uma fonte de prestígio em casa, ele já pode ter consciência do caráter provinciano de sua

fala antes de chegar na (SIC) cidade. Em consequência disso, vemos frequentemente uma rápida transformação dos traços mais salientes dos dialetos rurais à medida que os falantes se incorporam à vida urbana. (LABOV, 2008, p.343)

Em relação à variável linguística do português brasileiro que reflete a identidade e a pertinência a um local, Bortoni-Ricardo (2014) relata a sua experiência enquanto pesquisadora e cidadã de uma cidade do interior de Minas Gerais, São Lourenço. O município, análogo a Martha's Vineyard, recebe muitos turistas, principalmente do Rio de Janeiro, e ainda preserva características dos falares denominados caipiras encontrados, também, no interior de Goiás e São Paulo como, por exemplo, o /r/ retroflexo. A variação também aqui é compreendida pelos locais como marca de origem e quando um morador pronuncia o /r/ como velar, segundo a autora, é criticado por estar falando como um carioca. Nas suas palavras, “‘Falar carioca’ era uma pecha grave porque interpretado como uma traição à identidade local” (p.58).

Contudo, como salienta Camacho e em consonância a Labov, o mesmo fenômeno variável, quando colocado em uso fora de sua comunidade linguística, carrega em si forte carga estigmatizadora, devido à tendência para a conformidade imposta pela necessidade de filiação à variedade socialmente prestigiada. Esta, por sua vez, nada tem a ver com a qualidade da língua, mas sim com questões ideológicas, motivadas histórica, política e economicamente e por meio das quais se estabelece a norma considerada padrão. Assim, de acordo com a observação do autor: “Pessoas que se mudam de uma região dialetal para outra se acham frequentemente expostas ao ridículo por conta de seu sotaque e por isso, obrigadas a adaptar-se tanto quanto possível às normas da variedade local” (CAMACHO, 2013, p.18). Tal situação é, em grande parte, verificada quando um usuário do falar rural se vê impelido a acomodar-se ao falar urbano, socialmente avaliado como o de *status*.

No que se refere à dicotomia rural-urbana brasileira, Bortoni-Ricardo (2005) relata que ela é fruto do processo de colonização do país. A língua dos colonizadores foi mantida nos grandes centros litorâneos devido a sua importância para a economia da época. O português falado ali se constituía como um grande conglomerado dos vários dialetos portugueses. Já aquele falado no interior, o vernáculo rural, distanciou-se um pouco mais da metrópole e sofreu maiores influências das línguas indígenas e do pidgin, falado entre as gerações de negros já instituídas em território brasileiro e entre eles e os brancos e mestiços. Segundo a autora, “é possível que essas populações interioranas tenham evoluído para a adoção de uma variedade linguística em que já se achavam presentes todas as oposições fundamentais que

(...) caracterizam o sistema da língua portuguesa” (2005, p.33). Esse processo, mesmo com a urbanização do país, ou por conta dela, distanciou o falar rural da variedade urbana, vista como a forma de mais prestígio, inclusive economicamente, e, por isso, considerada como culta, o que deixou fortíssimas marcas de estigmatização até os dias atuais.

Grande parte dos estudos sociolinguísticos do português do Brasil, que focalizam a questão regional, tende a analisar a relação *rurbana* nas variáveis. A própria Bortoni-Ricardo em sua pesquisa, em Brazlândia-DF, verificou que os migrantes de zona rural se inserem nas chamadas redes isoladas, formada por indivíduos com vínculos pré-migratórios ou da vizinhança, e nas redes integradas, dispostas de modo mais disperso e heterogêneo no território analisado. O resultado obtido, por meio do reconhecimento da rede social, foi que os membros das redes isoladas preservavam suas características rurais e aqueles que faziam parte de redes integradas tendiam a utilização da variedade urbana. A autora conclui que “as mudanças linguísticas observadas são paralelas a mudanças na própria identidade que o indivíduo assume, ou seja, a identidade de um morador rural ou a identidade de um indivíduo urbano, já inserido nos modos urbanos de produção” (2014, p.135). Contudo, os estudos parecem, como já foi colocado no capítulo anterior, considerar o falar rural como aquele iletrado e arraigado na oralidade e o urbano como o letrado e culto, mesmo que os indicadores de ausência de escolaridade sejam encontrados em moradores da zona urbana, sem vínculos com regiões agrícolas. Tal análise indica um fenômeno a ser considerado nesta pesquisa, uma vez que sugere a manutenção da estigmatização com bases na cultura dominante.

Bourdieu (2010), ao analisar a relação entre as forças simbólicas, inclusive linguagem, e o regionalismo e suas interferências na constituição das identidades, afirma que, no jogo de poder, estão em xeque a conservação e a transformação do material simbólico nas identidades sociais. Nesses casos, existem dois caminhos a seguir: a aceitação, resignada ou revoltada, da definição dominante ou a assimilação, que procura ocultar os sinais de estigma e afastar a identidade legítima. Entretanto, há ainda uma outra estratégia, diferente daquelas que legitimam a dominação, “a luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas que tem em vista não a superação das características estigmatizadas mas a destruição da tábua de valores que as constitui como estigmas” (p.125). Aí se coloca em cena o esforço dos sujeitos pela autonomia em definir a divisão social, segundo seus próprios interesses, e a reapropriação coletiva do poder de construção e avaliação de sua própria identidade. Ainda de acordo com o autor, em alguns casos, o estigma incita o levante contra ele próprio, tornando-o emblema: “É, com efeito, o estigma que dá à revolta regionalista ou nacionalista, não só as suas determinantes simbólicas mas também os seus fundamentos econômicos e sociais,

princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização” (BOURDIEU, 2010, p. 125). Desse modo, estendendo a análise à variação, a imagem negativa do falar regional seria a implicatura por uma luta que invertesse a avaliação das características estigmatizadas.

Ainda a respeito dos padrões simbólicos de comportamento linguístico, Camacho aponta que eles são definidos, como os sociais, por normas implícitas e explícitas. As primeiras, por força do hábito e da comunidade, pressionam os sujeitos a se adaptarem a elas, assegurando, portanto, coesão social e identidade, sendo denominada como padronização informal. Já as segundas, chamadas de padronização formal, derivam de um conjunto de normatizações oficiais, como leis, gramáticas e dicionários tradicionais e guias ortoépicas e ortográficos. As normas implícitas, porque são naturais e independentes das instituições, tornam-se, mais eficazes na padronização linguística. No entanto, como podem ser pressionadas pelo prestígio social de uma determinada comunidade, correm o risco de serem tomadas como referência, provocando a adequação de usos linguísticos e o apagamento do vínculo com a forma desprestigiada, ocasionando o entendimento normativo sob dois aspectos:

num deles, norma é dependente da observação, e no outro, da elaboração de um sistema de valores. O primeiro conceito corresponde a uma situação objetiva e estatística, baseada em convenções sociais, que se alinha ao padrão arbitrário; o segundo, a um conjunto de intenções subjetivas, que se alinha ao conceito de padrão mínimo. (CAMACHO, 2013, p.59)

Isso leva a pensar na motivação pessoal do indivíduo na construção de suas muitas identidades linguísticas, que pode ora se orientar para a resistência e manutenção da identidade, ora buscar associação a formas de prestígio social. Destarte, Bortoni-Ricardo (2011, p.110) salienta a hipótese de Le Page de que o falante cria as próprias regras a fim de se assemelhar aos integrantes dos grupos com os quais pretende associação. Estes, por sua vez, passam a representar uma referência para o falante, já que configuram o código de condutas e atitudes, *habitus*, a ser observado pelos elementos do agrupamento. O comportamento linguístico fica, pois, submetido a diversas influências sociais (BORTONI-RICARDO, 2005, p.175 e 176) e a variedade linguística identitária passa a ser acomodada, condicionada e limitada por alguns dos seguintes princípios que completam a tese geral de Le Page:

- (1) a capacidade que a pessoa tem de identificar o grupo modelo;
- (2) a capacidade de ter acesso a esses grupos e a habilidade de trabalhar as regras de seu repertório;
- (3) o peso de várias (e possivelmente conflitantes) motivações em relação a um ou outro grupo modelo ou em relação à preservação de sua própria identidade;

(4) a habilidade de modificar seu comportamento linguístico. (BORTONI-RICARDO, 2011, p.110)

A hipótese revela, além da mobilidade e da adesão social, o interesse dos sujeitos em ver sua identidade arrolada a segmentos da sociedade julgados como de referência, orientando-se, assim, para o prestígio e para o status, em um jogo de força e poder simbólico. Tal acomodação linguística pode estar relacionada, inclusive, a modelos virtuais com os quais se pretende identificação e aprovação e não, necessariamente, aos chamados ouvintes primários, o que de certa forma refrata juízos de valor preconceituosos e ideologicamente motivados e que devem ser, portanto, considerados nas análises. Labov (2008) em seus estudos nas lojas de departamento em Nova York, já havia chamado atenção para o fato de que as atendentes das lojas voltadas para as classes média e alta, mesmo pertencendo à classe baixa, tentavam aproximar sua fala às normas dominadas pelas clientes. Isso não significa que a linguagem à qual as atendentes tentavam se assemelhar era a padrão. Ela era, sim, aquela considerada de prestígio, pois representava um grupo de estabilidade na sociedade. Prova-se, por conseguinte: que a identidade linguística individual é sempre negociada e palco de conflitos complexos; que a maioria das pessoas pode adaptar-se, ao menos, parcialmente ao tipo de fala apropriado a cada contexto; e que os próprios falantes, por vezes, estigmatizam a sua própria variedade.

Nesse sentido, é importante, também, que a pesquisa busque compreender as atitudes e os julgamentos, positivos ou negativos, que os falantes fazem de sua fala, já que o prestígio é um valor sociossimbólico que pode interferir no desaparecimento de formas em competição, conforme coloca Bortoni-Ricardo (2014, p.59). Aliás, Labov afirma que a avaliação é um dos problemas a ser considerado na explicação da mudança linguística devido ao seu componente social, assim a pesquisa deve “mostrar como os membros da comunidade de fala reagem à mudança em progresso e descobrir que informação expressiva as variantes veiculam.” (2008, p.326). Para o autor o comportamento linguístico é mediado pelo *status atribuído*, “filiação étnica e religiosa, casta, sexo, família” (2008, p.327), e pelo *status adquirido*, “educação, renda, profissão e possivelmente pertencimento a grupos de pares” (LABOV, 2008, p.327), e, por isso, a mobilidade e aderência social interferem significativamente na mudança linguística.

A identidade linguística pode, pois, ser forjada como já previra a Teoria da Acomodação. Segundo essa corrente, as pessoas são motivadas a ajustarem sua fala ou a se acomodarem com a finalidade de expressar valores e práticas em relação a outras, revelando o caráter negociativo das interações, ademais de “garantir a integração social e preservar a

identidade do grupo” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.95). O modelo investigativo se desenvolveu sobre três pilares, como destaca Bortoni-Ricardo (2011): convergência, complementaridade e divergência. O primeiro é um recurso utilizado na busca pela atenção e apoio do interlocutor no ato comunicativo, em uma tentativa de reduzir as diferenças linguísticas. “O termo foi cunhado para referir-se ao processo de mudança de fala, por meio do qual os falantes se esforçam para se tornarem mais semelhantes àqueles com quem estão interagindo. É basicamente um processo de adaptação (...)” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.107). Entretanto, a convergência pode “representar uma perda da integridade percebida do falante e de sua identidade pessoal ou grupal, sendo deletéria para sua autoestima.” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.108).

Já o segundo considera uma relação complementar quando se nota que, na interação, um falante é subordinado a outro. As diferenças são mantidas linguisticamente, pois reforçam a posição social, ou seja, “psicologicamente implica mais aceitação da situação de que dissociação. Ela costuma ocorrer quando o falante assume uma posição subalterna” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.109). Por fim, em contrapartida, a divergência é a manutenção das diferenças linguísticas entre os interlocutores, uma tática de dissociação social e reforço das identidades. Geralmente é usada como estratégia de resistência para enfatizar a similaridade e a identificação no interior de um grupo e sua distinção em relação a outros. Ao contrário da convergência, a divergência mantém as identidades de forma consciente e enaltece a autoestima, uma vez que é positivamente avaliada tanto pelos pares quanto por elementos externos (BORTONI-RICARDO, 2011, p.108). Cabe ressaltar, porém, que mesmo reforçando ou anulando as identidades, todos esses pilares são influenciados cultural e socialmente. A Antropologia fornece, nessa perspectiva, uma importante conclusão no que diz respeito a comunidades de alta densidade¹⁶ e multiplexidade¹⁷ com baixa complexidade de papéis. Nelas há “um grande consenso normativo e, conseqüentemente, uma forte resistência à influência de valores exógenos” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.95).

Enfim, é óbvio que a identidade linguística é construída socialmente, “na prática real, sentidos sociais, identidades sociais, filiações comunitárias e o valor simbólico da forma linguística estão sendo constante e mutuamente construídos.” (ECKERT; MCCONNELL-

¹⁶ Segundo Bortoni-Ricardo, densidade é “o número de ligações que efetivamente existem como uma proporção do número máximo de ligações que poderiam existir. Em comunidades pequenas e tradicionais, onde todo mundo conhece todo mundo, a densidade é alta. Nos grandes centros, por outro lado, a densidade é baixa. (2005, p. 94)

¹⁷ Ainda de acordo com a autora, multiplexidade diz respeito ao relacionamento das pessoas “em diversas condições, como parentes, vizinhos, parceiros de trabalho, no lazer etc. Em comunidades de baixa densidade, os laços tendem a ser ‘uniplex’ e não ‘multiplex’. Exemplos de relações ‘uniplex’ são as que se estabelece entre patrão e empregado”. (IDEM)

GINET, 2010, p. 105). Mesmo quando não brotam, conscientemente, de um grupo, os processos identificatórios são socialmente definidos e eles podem ser muitos, dependendo do espaço, do território, das práticas. Eles podem representar resistência ou resignação, confronto ou acomodação, mas não deixam de ser simbólicos e está na linguagem a manifestação pública e compartilhada de tudo isso.

No caso do *locus* desta pesquisa e de suas comunidades de prática, ou de sua *arquicomunidade*, parece haver entre os habitantes das regiões analisadas uma forte identidade regional, já que não foi imposta e delimitada por forças de poder extrínsecas a ela. Essa identificação se estende aos usos linguísticos que ainda mantêm o traço rural, mesmo que os falantes tenham contato com comunidades urbanas e meios de experimentar a fala padrão. O contínuo *rurbano* é fato nessa região, pois os falantes têm fácil acesso ao Centro da Cidade e muitos, devido à necessidade de comercialização de mercadorias, estão em constante contato com grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro. Todavia, isso não parece ser impeditivo para a manutenção da variedade dominada por eles, o que também não pode controlar a influência de outras variedades na língua desses falantes. Outra característica marcante é que todas as comunidades de prática, ou bairros rurais, que serão melhor descritos mais adiante, possuem uma associação de moradores e pequenos produtores com ampla participação popular, inclusive de falas públicas. As reuniões são frequentadas por políticos e representantes de órgãos de extensão que também não inibem, nesse contexto particular, o modo de falar dos associados.

Em hipótese, parece haver, no espaço e no território deste estudo, fortes traços linguísticos que demarcam a identidade local de seus falantes, como, por exemplo: variações fonéticas – monotongação, metafoia, principalmente na elevação de vogais temáticas, despalatização e paragoge – e morfossintáticas – alterações no padrão de concordância verbal e nominal, mais expressivamente na de gênero, e no emprego de preposições. A identidade e a variedade em questão, portanto, demonstram e refletem o sentimento de pertença dos habitantes em relação ao seu lugar, o que não anula a avaliação estigmatizada que os próprios falantes podem fazer de sua variante. Todavia, são os resultados da pesquisa de campo e o seu cruzamento de dados, apresentados nas próximas páginas, que podem validar tais colocações. Por enquanto, cabe, enfim, entender um pouco mais sobre a identidade vinculada ao espaço.

2.4 O local na constituição da identidade

Hall (2006, p. 48-75), retomando outros estudos sociológicos sobre identidade, afirma que a condição humana exige um reconhecimento de lar e, por conseguinte, uma identificação regional e nacional. Estes constituem as marcas culturais responsáveis por construir o sentido de identidade, mesmo que sejam ambivalentes. Todavia, as culturas nacionais devem ser pensadas como dispositivos que representam a diferença como unidade e não como meio de uma unificação forçada, já que são todas elas híbridas hoje. Diante disso, tempo e espaço (cruzado e não mais fixo)¹⁸ são encarados como coordenadas de sistemas de representação, pois têm efeito identificatórios. O local, sob a égide da globalização, vem tendo sua importância destacada e necessariamente reforçada como defensiva ao seu próprio apagamento, não negando a criação e o compartilhamento de novas identidades.

O espaço, como o local da enunciação, então, passa a ser visto como um “entrecorte” (BHABHA, 1998, p. 92) na constituição das identidades e na hibridização da linguagem. Para Bourdieu (2010, p.113), as lutas a respeito da identidade, das propriedades ligadas à origem ou lugar, como o sotaque, são ocorrências especiais de lutas de classificação, de definição legítima do mundo social, que constroem e destroem grupos. Conforme coloca o geógrafo Rogério Haesbaert em seu trabalho *A identidade importa: dilemas de construção identitário-territorial na contemporaneidade*, “onde nós estamos (...) tem tudo a ver com o que e quem nós somos” (2011, p.45), evidenciando a importância do espaço em fenômenos simbólicos como a identidade, inclusive linguística. Contudo, o próprio autor afirma que essa é uma questão que merece cuidado na sua análise e, por isso, sua discussão é importante.

O autor parte do princípio de que “toda identidade, a exemplo de qualquer processo social, tem uma dimensão espacial – pelo simples fato de que não se realiza puramente ‘em abstrato’ (...), mas contextualizada no espaço-tempo, geográfica e historicamente percebido/vivido.” (HAESBAERT, 2011, p.51). Assim, dialoga com Hall, para quem “Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos.” (HALL, 2006, p.71). Percebe-se, então, que qualquer processo de identificação, até mesmo o linguístico, está intrinsecamente associado ao local onde é concebido, construído e reconhecido. Nesse sentido, corrobora-se a posição do geógrafo de que o espaço importa na constituição de todo tipo de fenômeno social, inclusive da identidade. Por isso, faz-se necessário, para este

¹⁸ Sabe-se das discussões existentes entre a conceituação de lugar e espaço, mas por ora, neste trabalho, não haverá essa distinção.

trabalho, embrenhar-se um pouco mais nessa área de estudos para entender melhor o próprio campo de pesquisa e sua relação com a identidade linguística.

O espaço, durante muito tempo, foi visto como fixo e estático, absoluto e ordenado em si mesmo. Hoje, de acordo com Haesbaert, procura-se compreender que ele pode se transformar em função de diversas circunstâncias, podendo ser, portanto, relacional. Para Hall, “a moldagem e remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas.” (HALL, 2006, p.71). O espaço, pois, na correlação entre os dois teóricos, não é simplesmente material, mas também simbólico, pois nele forjam-se, mais do que objetos, as práticas socioespaciais e identitárias, o que parece corroborar também o postulado da comunidade de prática, que reconhece no espaço a possibilidades de interação e partilha de objetivos e atitudes comuns.

Ainda segundo Haesbaert, a compreensão “das identidades espaciais – ou territoriais – irá adquirir feições diversas de acordo com a concepção de espaço à qual está vinculada.” (HAESBAERT, 2011, p.47). Assim, uma visão essencialista de território, resultará em uma essencialização das identidades territoriais. Em contrapartida, se aqui se parte do pressuposto que as identificações estão em curso e são múltiplas, entende-se, então, que os espaços, como as práticas produzidas socialmente, também são mutáveis e adaptáveis, haja vista a interdependência de todos esses fenômenos. Além disso, aceita-se, ainda, a possibilidade de sujeitos ou grupos adaptarem suas representações de acordo com os diversos lugares nos quais se inserem.

Diante disso e antes de qualquer outra discussão, cabe uma breve consideração sobre a relação entre espaço e território. Na proposição de Haesbaert, não há como separá-los nitidamente, já que coexistem, embora ele reconheça que os termos não são equivalentes. O primeiro pode ser compreendido mesmo como imaterial, para além de uma dimensão da sociedade, num cruzamento entre o concebido e o vivido. Nas palavras de Haesbaert, há três momentos do espaço propostos por Lefebvre: “práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, associados, respectivamente, ao percebido, ao concebido e ao vivido” (HAESBAERT, 2011, p.50). Ainda segundo o autor,

Para Lefebvre, ‘práticas espaciais’ envolvem produção e reprodução, realidade cotidiana, uma certa ‘competência’ e ‘performance’; ‘representações do espaço’ ligam-se ao espaço instrumental dos cientistas e planejadores; enquanto os ‘espaços de representação’ significariam ‘o espaço vivido através das imagens e dos símbolos que o acompanham’. (HAESBAERT, 2011, p.50)

Já o segundo torna-se cenário político, de relações de poder, materializado pelas práticas espaciais. Indo mais além, caracterizado pelos modos de conviver e fazer no cotidiano. O poder, segundo Foucault, é sempre relacional, já que é construído por meio de relações sociais das quais a negociação faz parte (FOUCAULT, 1990). Segundo Certeau, as práticas sociais e as experiências cotidianas prevalecem sobre a análise de grupos / instituições na configuração das identidades e na escuta dos sujeitos, por meio do discurso alheio. É nessa interlocução e nesse cenário cotidiano que o jogo de poder se institucionaliza e as táticas e estratégias são colocadas à mostra. (CERTEAU, 2008). Nas palavras de Haesbaert:

Talvez pudéssemos mesmo afirmar, de maneira simples, que assim como o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade em sentido amplo, em sua coexistência / simultaneidade (incorporando aí, obviamente, a própria transformação da natureza), o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, (n)a dimensão política ou de manifestação / realização das relações de poder. (HAESBAERT, 2011, p.50)

Conclui-se, enfim, que esta pesquisa tratará de dois lugares distintos, caracterizados no próximo capítulo, mas indissociáveis: o espaço geográfico, onde a comunidade pesquisada se localiza, convive, mora, etc., ou seja, uma região; e um território, no qual as relações funcionais e simbólicas, inclusive a linguagem, entre os indivíduos e suas identidades se manifestam, num *continuun* de articulação territorial, compreendido:

(...) desde os territórios – ou, para sermos mais precisos, os processos de territorialização – com maior carga funcional (e “material, poderíamos acrescentar) até aqueles com maior carga simbólica. Considerando os dois extremos (que, se existissem, seriam apenas enquanto “tipos ideais”), diríamos que não é possível conceber territórios puramente funcionais (já que sempre, por menos expressiva que seja, estará nela contida uma dimensão simbólica), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material, diante denominado “espaço – ou território – de referência identitária”, deverá estar presente). (HAESBAERT, 2011, p.51)

Ambos, território e espaço, como construtos sócio-históricos, entrecruzam-se e serão importantes nesta discussão, tendo em vista o cuidado que Eckert e McConnell-Ginet já apontaram em relação à abstração demasiada dos dados na análise linguística. Para as autoras, abstrair a linguagem das práticas sociais (e aí se acrescente espaço sócio-histórico), “obscurece e, às vezes, distorce os modos pelos quais se conectam e o modo como essas conexões estão implicadas em relações de poder, em conflitos sociais e na produção e reprodução de valores e projetos.” (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 94). Desse modo, tanto espaço, local de vivência, quanto território, cenário onde se colocam em jogo a

participação social e as ideologias, serão importantes na constituição de uma comunidade identificada por práticas compartilhadas e, concomitantemente, situadas.

Em suma, não se pode desarticular a linguagem e a identidade do espaço e do território nos quais os indivíduos interagem, já que aquelas implicam na construção destes e estes na constituição daquelas. É nessa relação que as representações e os significados são compartilhados e, se são muitos os palcos de atuação do indivíduo, muitas também serão suas identidades linguísticas e territoriais, configurando o que Haesbaert (2001, p.57) denominou de “hibridismo identitário”, vinculado à questão da “multiterritorialidade”. Tal perspectiva, segundo o autor, baseia-se numa concepção relacional da espacialidade, tomada como antagonica, em um *continuum*, a processos de “fechamento ou reclusão territorial” na divisão de espaços restritos e estanques, em comunidades nas quais o ambiente é altamente repartido e incondicional. Mais uma vez, então, chama-se atenção para a questão da heterogeneidade nesses processos, pois nenhum dos aspectos sociais já citados é estabelecido sem conflitos, tensões ou negociações.

A articulação da diferença (e - por que não? - da unidade) caracteriza o que Bhabha chamou de “entre-lugares”, que “fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade” (1998, p.20). A emergência de outros espaços resulta, necessariamente, em novas identificações e estas podem se acumular em outros territórios. Contudo, nem todas as identidades são territoriais. Elas são situadas, porém podem estar vinculadas mais fortemente a outros fatores estruturais. De acordo com Haesbaert, todas elas são, sim, espaciais e “se realizam tanto ‘a montante’ (na sua construção) quanto ‘a jusante’ (nos seus efeitos).” (HAESBAERT, 2011, p.53), mas não são imprescindivelmente motivadas por questões de território.

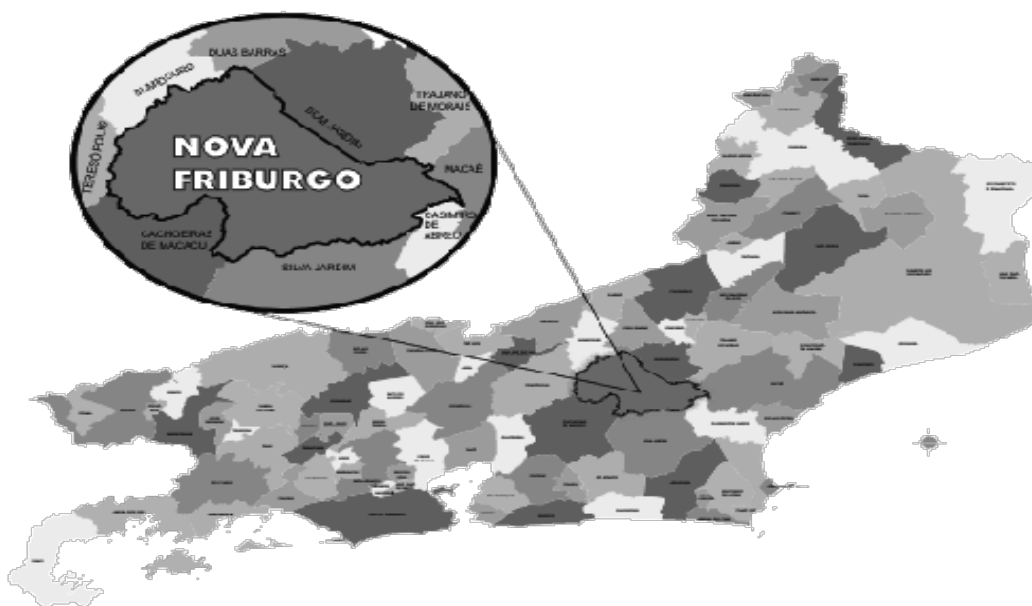
Por agora, cabe, então, delimitar o espaço para o qual esta pesquisa se orientará, deixando que o território, didaticamente, revele-se aos poucos, no decorrer das descrições.

3 “VIVE O POVO NA CIDADE / NO MEIO DE TANTA BELEZA / VENHA CÁ NO MEU SERTÃO / CONHECER A NATUREZA”: DELINEANDO O CAMPO DA PESQUISA – NOVA FRIBURGO E SEU 3º DISTRITO

3.1 Situando a pesquisa: o município de Nova Friburgo

A cidade de Nova Friburgo se localiza na Região Serrana Fluminense, onde, segundo o Ministério do Trabalho, é polo da microrregião que abrange também os municípios de Bom Jardim, Duas Barras e Sumidouro (RIO DE JANEIRO, 2011), ocupando 933, 414 km² do território central do estado (IBGE, 2014).

Figura 1 – Localização de Nova Friburgo.



Fonte: <http://www.ieadcnf.org.br/ieadcfriburgocomocheugar.htm>

Sua população estimada em 2014 era de 184.460 habitantes (IBGE, 2014). No último Censo, realizado em 2010, ela era de 182.082, dos quais (dados importantes para essa pesquisa) 22.710 residiam nas zonas rurais (IBGE, 2010), dividindo-se entre 11.655 homens e 11.055 mulheres.

A cidade possui uma história muito peculiar. Foi o primeiro município brasileiro a implantar um o projeto de colonização de povoamento, nas primeiras décadas do século XIX:

Ao invés da tradicional colônia de exploração fundamentada na grande propriedade e na escravidão, voltada para a exportação de gêneros tropicais e dependente do exterior, a proposta se inseria no que a historiografia denominou de colônia de povoamento: um estabelecimento em que o trabalho livre comprometido com a propriedade da terra poderia ser estimulado ao progresso e à prática da cidadania. Eram as bases de uma economia cuja produção não se destinava à metrópole e que era capaz de detonar um desenvolvimento voltado para as necessidades internas da população. (MAYER, 2003, p. 26 - 27)

A idealização da proposta, de acordo com Mayer, partiu da Suíça, em 1817, que, após as guerras napoleônicas, viveu uma severa crise de mercado e social potencializada pelo desemprego gerado com a industrialização e pelas dificuldades agrárias que desencadearam o desabastecimento alimentar. Diante disso, o país se empenhou na política de colonização externa e mostrou interesse em terras norte-americanas e brasileiras. O então agente e empresário do Cantão de Fribourg, Nicolau Sebastião Gachet, solicitou, com interesses capitalistas, a D. João VI a concessão de terras, primeiramente, em Santa Catarina, para implantação de uma colônia cujo transplante de 3.000 suíços e cuja comercialização da produção seriam gerenciados por sua própria empresa. Contudo, após as negociações com a monarquia portuguesa, a área escolhida para tal empreitada foi a Região Serrana Fluminense, estabelecendo-se, ainda, nessa transação, o limite para a vinda de 100 famílias, obrigatoriamente católicas, que seriam naturalizadas, e a impossibilidade de qualquer ingerência suíça em terras brasileiras, já que a direção da colônia seria exercida por autoridades portuguesas (MAYER, 2003, p.25). Segundo Mayer, as negociações resultaram em um documento fundador, assinado em 16 de maio 1818 (data do aniversário da cidade), que deixava clara a característica agrária da colônia, baseada na pequena propriedade, concebida como autossustentável e destinada a imigrantes pobres, além de assegurar a vinda dos mais variados profissionais, com, provavelmente, metade do contingente formado por agricultores.

O Estado assumia a incumbência de financiar a travessia atlântica e o traslado para o local escolhido, a doar semente e animais, a construir as casas destinadas a alojar os imigrantes¹⁹. Assumia a responsabilidade de pagamento de subsídios (...). Os colonos ficavam isentos de impostos por dez anos, a exceção do quinto do ouro. (MAYER, 2003, p26)

Todavia, o embarque de mais da metade dos colonos se deu, apenas, no dia 04 de julho de 1819. O desembarque em solo nacional aconteceu entre novembro de 1819 e fevereiro de 1820 e os fatos históricos mostram que os acordos não foram seguidos à risca: no

¹⁹ Daí as muitas críticas de supervalorização dos gastos com a implantação da colônia. Segundo documentos levantados por Mayer (2003, p.31), a Fazenda do Morro Queimado, local que receberia a Vila de Nova Friburgo, foi comprada por um valor 20 vezes acima do que foi pago em transação anterior.

lugar de 100, vieram 261 famílias; os imigrantes tiveram que pagar por parte do traslado, além dos pousos em lugares específicos, durante a viagem; as condições das embarcações, que ainda traziam cargas em detrimento do espaço dos viajantes, eram subumanas, o que provocou inúmeras mortes a bordo (cerca de 20% dos embarcados) e a ocorrência de 300 crianças órfãs; a estadia no Rio de Janeiro e o trajeto até a sede da colônia, Vila de Nova Friburgo, na Fazenda do Morro Queimado, que demorou 12 dias e provocou mais mortes e mais perdas de bens materiais, também, foram feitos em condições desfavoráveis; os primeiros suíços só chegaram ao seu destino final em janeiro de 1820. Tudo isso fez com que os agentes da operação fossem acusados de desrespeito ao acordo estabelecido entre Suíça e Portugal (MAYER, 2003, p.28-30).

No entanto, no Brasil, entre o prometido e o realizado, também havia enorme distância. Com a aquisição da propriedade, a construção do novo projeto, a distribuição dos lotes coloniais centrais aos suíços e a instalação da Vila, logo se viu que as terras não eram, por conta das características geográficas, adequadas à agricultura e a maior parte da infraestrutura haveria de ser construída pelos colonos. Relatos da época, levantados por Mayer (2003), inclusive, apontavam para a existência de terrenos em condições mais propícias à prática agrícola em regiões vizinhas. Na área central da Fazenda do Morro Queimado, os suíços encontraram cem casas e a sede colonial prontas. As residências de telhado, sem assoalho e sem janelas, pois se julgava ali não fazer frio, antes pensadas para abrigar apenas um núcleo familiar, serviram de morada a grupos de 17 pessoas, em média, reunidas por parentesco, afinidade ou arbitrariedade colonial-administrativa. De acordo com Laforet, “os colonos mantinham-se obrigados ao convívio coletivo, privados da intimidade do lar há muito perdida.” (LAFORET, 2003, p. 51). Além disso, ainda segundo a autora, o solo, que havia sido desmatado para a construção da Vila, encharcava-se facilmente com as cheias dos rios, tornando aquela região úmida e insalubre, o que provocou doenças e a morte de inúmeros habitantes (LAFORET, 2003, p. 50).

Em virtude dessa situação, vários colonos passaram a reclamar oficialmente outras terras, mais produtivas e habitáveis, o que fez com que a administração local, distribuísse lotes agrícolas reservas, um pouco mais afastados, mas que também não se apresentavam como “opção atrativa se comparados a áreas vizinhas, que pouco a pouco eram conhecidas.” (LAFORET, 2003, p. 53). Foi, então, que algumas famílias passaram a ocupar terras menos acidentadas e mais férteis fora do eixo central da Vila, expandindo os limites do povoamento. Entre os anos de 1821 e 1822, uma série dessas ocupações “ocorreu no quarto de légua reservado entre a Vila e a Fazenda Córrego D’antas” (LAFORET, 2003, p.54) – localidade

anterior à sede atual do 3º Distrito – e foram seguidas de outras em regiões distintas, até mesmo em outras cidades, e de inevitáveis pedidos de posse junto à direção da colônia.

Todavia, o projeto de imigração não se limitou ao acordo com a Suíça. Em 1824, novos imigrantes, agora alemães protestantes, engrossaram a colonização estrangeira em terras fluminenses. No plano inicial, 342 pessoas viriam para a Vila, porém se sabe que, apenas, 276 aceitaram partir para tal destino: “Certamente sabedores das dificuldades vivenciadas pelos helvéticos, alguns resolveram buscar outras alternativas.” (LAFORET, 2003, p. 56). A colônia serrana, já com alguma experiência nesse processo, tentou não reincidir nos erros cometidos com os suíços. Assim, conforme coloca Laforet (2003), terras impróprias à agricultura não foram disponibilizadas para a doação e, como o contingente alemão era menor, os lotes oferecidos eram um pouco maiores que os anteriores. Enfim, pode-se compreender que, mesmo com tantas dificuldades no trato com a terra e com a negligência das autoridades coloniais no reconhecimento da falta de condições para essa prática, a produção agropecuária de subsistência delineava a frágil economia da Vila, que era, então, forjada.

Fato é que, embora na história de Nova Friburgo tenha se criado o mito da Suíça brasileira (ARAÚJO, 2003, p.217-237), a cultura de imigração portuguesa e escravista já estava aqui estabelecida, como o foi em grande parte do território brasileiro. Na verdade, a região de Cantagalo, da qual a Fazenda do Morro Queimado fazia parte, havia, em finais do século XVIII, despertado o interesse da Coroa, pois se configurava como potencial zona de contrabando de ouro, devido a sua proximidade com Minas Gerais, e como refúgio para tribos indígenas e quilombolas, já que a densa Mata Atlântica tardava a ocupação portuguesa. Foi nesse cenário, que o Governo Real realizou incursões no chamado Vale ou Sertões de Macacu com vistas à extinção do garimpo e do tráfico de ouro e a tomada de sua exploração. Como os resultados financeiros não foram os esperados, em 1803, a Coroa decidiu findar a empreitada, certa de que a lavoura de café traria mais lucratividade, o que motivou a distribuição de sesmarias na região, aumentando o número de fazendas pertencentes a colonos de procedência mineira.

a colônia foi instalada em fazendas compradas pelo Rei D. João VI no Distrito de São Pedro de Cantagalo, uma região que já vinha sendo ocupada desde o séc. XVIII, e, no início do séc. XIX, já podia ser vista como um pólo cafeeiro na província do Rio de Janeiro. Documentos, como cartas de sesmarias, mostram que, quando os suíços chegaram, já encontraram ocupada a área adjacente à colônia por fazendeiros luso-brasileiros que possuíam recursos para comprar escravos; aliás, condição essencial para adquirir terras na época, e que já haviam iniciado a plantação de café. (LISBOA, 2003, p.81)

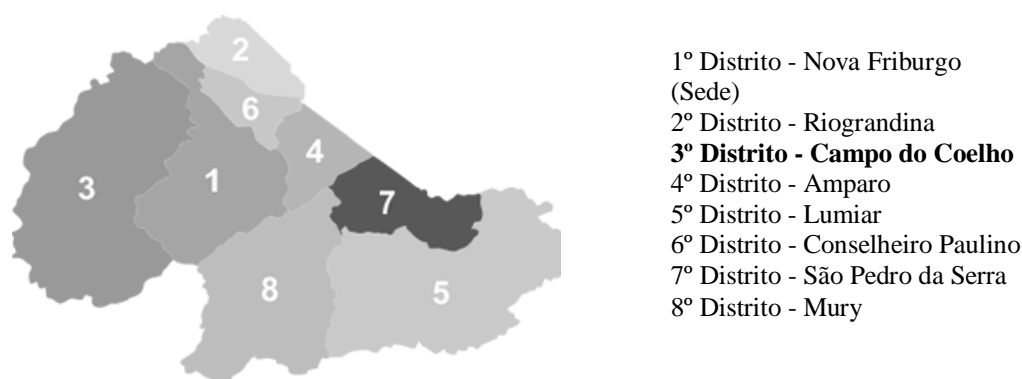
De acordo com Mayer (2003, p. 35), essa foi, provavelmente, a origem da Fazenda Morro Queimado, tempos depois fracionada em lotes coloniais.

Foi em 1820 que a Vila de Nova Friburgo foi desmembrada de Cantagalo. Sua jurisdição, de acordo com Mayer, Pedro e Lisboa (2003), compreendia: a Freguesia de São João Batista, sede da Vila; Conceição da Sebastiana, hoje território de Teresópolis; São José do Ribeirão, atualmente distrito de Bom Jardim; Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, hoje Sumidouro; até os limites de Cantagalo e Cachoeiras de Macacu. Cabe ressaltar que, para a pesquisa aqui apresentada, é importante destacar que a localidade estudada pertenceu, durante longo tempo, à sede da Vila e fica, exatamente, nos limites entre Nova Friburgo, Sumidouro, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu. Com esse último município, a divisão se estabelece, apenas, dentro do Parque Estadual dos Três Picos, não havendo, assim, uma estrada que interligue, diretamente, o 3º Distrito friburguense com a outra cidade. Já em relação aos outros municípios, existem estradas que os conectam ao *locus* pesquisado. O distrito fora criado por decreto em 25 de janeiro de 1924 com o nome de Terras Frias e, somente, em 15 de dezembro de 1938 fora denominado Distrito de Campo do Coelho (PMNF, 1988, p.39).

Nessa região, o que se percebe, ao menos momentaneamente, é a pouca influência da colonização suíço-alemã. Pode-se deduzir, pela maioria das famílias ali presentes (Fonseca, Almeida, Rosa, Corrêa, Cordeiro, Medeiros, Brantes, Botelho, Martins, Veiga e Mendes, para citar algumas), com exceção de duas (Schuenck e Tardin), e pelo seu patrimônio arquitetônico, que a descendência portuguesa, talvez, tenha sido muito mais preponderante na organização social daquela comunidade, quem sabe até na herança linguística com características do português de Portugal. Tal fato encontra eco nas palavras de Lisboa, quando afirma que Nova Friburgo “apresenta características culturais, institucionais e arquitetônicas muito mais próximas da sociedade cafeeira e escravista, que caracterizou o Brasil do séc. XIX, do que de uma colônia de imigrantes suíços e alemães” (LISBOA, 2003, p.81).

Hoje, o município tem seu território administrativamente organizado em oito distritos, como pode ser observado na imagem abaixo, com destaque para a observação do 3º, campo deste estudo e para o qual a descrição se destinará a partir de agora:

Figura 2 – Divisão administrativa do município de Nova Friburgo.



Fonte: <http://www.turismoemnovafriburgo.com.br/distritos-de-nova-friburgo>

3.2 O 3º Distrito de Nova Friburgo: uma arquivicunidade em macroescala

As comunidades de prática analisadas se situam no 3º Distrito de Nova Friburgo. Esse distrito, onde há “o predomínio da atividade agrícola” (OLIVEIRA, 2011, Apresentação), comporta 12 bairros rurais de acordo com Frazão, distribuindo-se da seguinte forma:

Campo do Coelho; Três Cachoeiras; Conquista; Pilões; Rio Grande; compreendendo as localidades de Serra Velha, Serra Nova e Florândia da Serra; Barracão dos Mendes; Santa Cruz; Salinas, incluindo o Alto de Salinas; Patrocínio, englobando a área de Centenário; Baixada de Salinas, abarcando o Campestre; e São Lourenço, que abrange uma área que é chamada pelos moradores mais antigos de São Filipe. (FRAZÃO, 2015, p.44)

A sede do distrito é o bairro de Campo do Coelho que se destoa dos demais, principalmente, por conta de sua ocupação urbana, já desordenada, e sua economia não mais tão agrícola. Cabe destacar que Campo do Coelho é o bairro fronteiro ao distrito central do município (onde se localizava a Fazenda Córrego D’Antas já mencionada anteriormente, hoje, bairro chamado, apenas, Córrego D’Antas) e, por isso, suas características urbanas vêm paulatinamente substituindo sua vocação rural. Ademais, devido aos seus inúmeros loteamentos, o lugar foi habitado por pessoas sem qualquer vínculo, familiar ou econômico, com ele. Já Conquista, bairro vizinho, ainda preserva um pouco de sua relação com a prática agropecuária, até porque abriga o Mercado do Produtor da Região Serrana, o CEASA, que se tornou referência, também, para o comércio de implementos e insumos agrícolas. Entretanto,

percebe-se que outras atividades econômicas, como pequenas indústrias, já estão se estabelecendo na região, assim como a ocupação por meio de loteamentos. Ambas as localidades, que se situam às margens da RJ – 130, Estrada Friburgo-Teresópolis, configuram-se, assim, como passagem obrigatória dos habitantes das demais para o Centro da Cidade e como distintas das outras mais adiante detalhadas. Tal fato parece também ter sido percebido por Oliveira (2011) que, ao classificar as localidades da região, segundo os indicativos do IBGE, definiu como Vila a sede do distrito e como Aglomerado Rural Isolado a área de Conquista, “pelas características apresentadas e diferenciadas das demais” (OLIVEIRA, 2011, Apresentação), enquanto os outros lugares foram enquadrados como Povoados.

Na mesma rodovia, encontra-se o bairro rural de Alto de Vieira, que faz divisa com o município de Teresópolis. E, nas proximidades de Conquista, em direção à cidade de Sumidouro, localizam-se outras duas comunidades rurais: Três Cachoeiras e Pilões. A princípio, parece que essas comunidades não mantêm uma relação tão íntima e identitária com as outras regiões, nem carregam marcas internas de compartilhamento intenso de práticas e engajamento mútuo. A hipótese leva em conta alguns fatores geográficos: a) as regiões são limítrofes com outros municípios e, portanto, seu hibridismo nato parece abafar ou diminuir suas possíveis semelhanças ou o estabelecimento dos processos identificatórios; b) suas dimensões territoriais as distanciam dos outros bairros; e c) essas mesmas dimensões também dispersam os núcleos familiares, principalmente os agrícolas, na sua extensão espacial, fazendo com que haja menor interação entre os indivíduos.

Tal suposição encontra respaldo ainda no relato dos próprios moradores entrevistados, que destacam, principalmente, as localidades de Conquista e Campo do Coelho como as mais distintas das suas. Quando indagados sobre quais povoamentos eram os que mais se diferenciavam dos seus, obteve-se a confirmação da tese levantada, como pode ser ilustrado nas falas que se seguem²⁰:

INFOR.	FALA
01	Já tá mais disinvoldido ((Campo do Coelho)). No Campo do Cuelho já tá praticamente viranu um... uma pequena cidadi né. Purque já tem... Purque o qui faz o disinvoldimento é tê um lotiamento.

INFOR.	FALA
03	Conquista. (...) Eu acho qui tem algumas coisa diferente lá, né? (...) Eu acho bem mais... ((urbano)).

²⁰ Optou-se por não utilizar a transcrição fonética para que a leitura tivesse maior fluidez. No entanto, procurou-se fazer uma transcrição que fosse o mais similar possível à fala dos entrevistados, dando ênfase àquelas características peculiares da variação local. Desse modo, características comuns a toda realização oral, sem distinção de variantes não foram marcadas para que os aspectos da comunidade fossem ressaltados.

INFOR.	FALA
04	Mais diferente? Campo do Cuelho (...) ((Conquista?)) Totalmente diferente! Porque lá é poucas coisa qui a gente acha de lavôra... mais urbanização.
INFOR.	FALA
05	Acho ali, acho qui Campo do Cuelho mesmo ali. Campo do Coelhu achu qui é mais [] diferente...
INFOR.	FALA
06 - C	Conquista já tem mais casa,é... esses troço, aqui já é mais lavôra.
INFOR.	FALA
07	Campo do Cuelho mesmo, Conquista... Barracão dos Mendi.
INFOR.	FALA
08 - A	Já questão lá da Conquista aí a gente já tá mais afastado um poco, né? Já num tem tantA convivênça com a turma de lá, mas aí o poglesso lá chegô antIs do que aqui né. Então, é onde qui a gente tá mais no cantinho, mais zona rural mesmo. (...) Lá tá mais urbanizado. ((Campo do Coelho, então)). Nem si fala...

Da mesma forma, os informantes reconhecem como bairros rurais, que compartilham maiores semelhanças, aqueles localizados a partir do início da Estrada Friburgo - São Lourenço, ou seja, as comunidades fora do eixo da RJ-130, como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 3 – Estrada Friburgo - São Lourenço.



Fonte: Google Earth

Ademais, segundo as entrevistas realizadas, as localidades enumeradas por Frazão correspondem, em grande parte, àquelas identificadas pelos ali residentes. Contudo, são elencadas, pelos moradores, como pertencente ao agrupamento do bairro de Salinas, a comunidade de Patrocínio; ao grupo de Santa Cruz, a comunidade de Centenário; e, ainda, um

outro conjunto, abrangendo as localidades de Três Picos e Jaborandi. Portanto, para fins da descrição aqui desenvolvida, opta-se por seguir essa divisão, a mais consensual apontada pela pesquisa de campo.

Assim, percebe-se, com a observação etnográfica ali vivenciada, que essas localidades, fora do eixo RJ-130, ainda se vinculam mais estreitamente devido à forte produção agrícola oriunda de minifúndios com mão de obra basicamente familiar, além dos laços de parentesco e vida social, que ultrapassam seus próprios limites territoriais, caracterizando, em tese, uma identidade socioterritorial de seus habitantes. Todas elas, como já dito antes, estão ligadas pela estrada vicinal, que se inicia logo depois do CEASA, na RJ – 130, e termina em São Lourenço, último bairro da região do qual já não se tem nenhuma passagem para outro lugar. Vale lembrar que muitas dessas comunidades ou estão rodeadas ou tem parte do seu território dentro do Parque Estadual dos Três Picos, região ambientalmente protegida. Em uma perspectiva de macroescala, parece haver aqui uma *arquicomunidade* de prática, integrando-as. A ideia aqui delineada leva em conta alguns conceitos que necessitam ser apresentados com um pouco mais de atenção. Primeiramente, a definição e a relação de macroescala e microescala se baseiam na teoria debatida pelo historiador Jacques Revel que, ao dialogar com antropólogos, mais precisamente etnógrafos, no tratamento do trabalho de campo, vê

no princípio da variação de escala um recurso de excepcional fecundidade, porque possibilita que se construam objetos complexos e portanto que se leve em consideração a estrutura folheada do social. Ela afirma ao mesmo tempo que nenhuma escala tem privilégio sobre outra, já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico.” (REVEL, 1998, p.14)

Nesse sentido, as análises que se cercam desse princípio se beneficiam da contraposição das duas abordagens, micro e macro, que podem trazer informações mais completas do que aquelas cujo objeto se centra em apenas uma das perspectivas. Já na pesquisa por ora desenvolvida, a variação de escala permite considerar tanto as relações estabelecidas no seio das comunidades de prática, quanto aquelas constituídas nas redes territoriais de uma região em sentido mais amplo. Por isso, em segundo lugar, pode-se ponderar sobre a existência de uma *arquicomunidade* que, segundo Eckert e McConnell (2010, p.104), configura-se a partir da reunião ou da relação estabelecida entre várias comunidades de prática.

Por fim, voltando à análise da região, estão em Baixada de Salinas, em uma mesma propriedade, dois Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), um que oferece o Ensino Fundamental, custeado pela Prefeitura de Nova Friburgo, e o outro o Ensino Médio, financiado pela rede estadual de educação. As duas escolas exercem um papel importante na relação entre essas comunidades, já que promovem a Educação do Campo, congregando as

famílias agricultoras, inclusive com formação profissional, o que reforça a ideia da *arquitocomunidade*. A relação dessas escolas com as comunidades foi tratada por Frazão em sua tese de doutorado e a figura abaixo, extraída de seu trabalho, exemplifica de forma clara a abrangência de tais instituições e sua função como núcleo integrador, principalmente, das comunidades relevantes para este estudo:

Figura 4 – Áreas atendidas pelo CEFFA CEA Rei Alberto I



Fonte: FRAZÃO, 2015, p.44.

A divisão das localidades já descrita, realizada por Frazão, toma por base critérios teóricos importantes para esta Tese. Um deles é a definição de “bairros rurais” de Antonio Candido: “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos, vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.” (CANDIDO, 2012, p.76); e o outro é o conceito de “comunidades rurais” de John Comerford: “grupo concreto delimitado em termos territoriais e em termos de sua atividade, (...) esse grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, e coparticipação nas atividades lúdico-religiosas.” (COMERFORD, 2005, p. 112).

O referencial para esse agrupamento parece coerente com a caracterização de comunidade de prática apresentada por Severo, que leva em conta três aspectos já levantados por Meyerhoff e Homes:

(i) engajamento mútuo; (ii) negociação de interesses e propósitos; (iii) troca de repertório entre os membros. O primeiro envolve as interações regulares; o segundo trata do processo de negociação em direção a um empreendimento maior, sendo que essas negociações refletem o entendimento dos participantes em relação a seus papéis na comunidade onde estão inseridos; o terceiro envolve o repertório compartilhado pelo grupo, como certos usos linguísticos, gestos, rotinas, etc. (SEVERO, 2007b, p.8)

E torna-se ainda mais dialógico com a definição proposta por Eckert e McConnell-Ginet:

Como construto social, uma comunidade de prática é diferente da noção tradicional de comunidade, sobretudo porque é definida simultaneamente pelos seus participantes e pela prática na qual se engajam. Na verdade, são as práticas da comunidade e a participação diferenciada de seus membros nessas práticas que estruturam socialmente a comunidade. (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 102)

Diante dessas conceituações, pela vivência nessas comunidades e pela pequena descrição apresentada, percebe-se, enfim, como hipótese, que o bairro de Campo do Coelho, embora seja sede do Distrito, não mantém, ou, pelo menos, vem perdendo, relações identitárias com as outras comunidades. Não se nota nele nem as mesmas práticas, nem os mesmos interesses e laços com os outros bairros. Como esses fatores são cruciais para delimitação da comunidade de prática, optou-se por sua exclusão do campo de investigação de tal localidade, até mesmo porque ele não foi definido ou identificado pelos participantes das comunidades de prática pesquisadas. Já as regiões de Conquista, Três Cachoeiras, Pilões e Alto de Vieira, como ou foram apontadas como muito distintas ou nem foram mencionadas nas entrevistas, também, colocaram-se de fora da recolha de dados²¹. Nesse sentido, reafirma-se que as demais localidades parecem caracterizar uma *arquicomunidade*, mas não se descarta a possibilidade de uma microanálise apontar a existência de peculiaridades entre elas que, mesmo assim, inter-relacionam-se, ao menos, parcialmente. Somente uma descrição detalhada poderá sustentar ao longo deste trabalho tais hipóteses. Todavia, não se pode negar que, em grau maior ou menor, todos esses bairros mantêm, em si e entre si, um sentimento de localidade, por meio de relações familiares e de compartilhamento de algumas práticas econômicas e lúdicas, que determinam um interesse comum local. Desse modo, são necessárias outras considerações, para além do espaço geográfico e das atividades econômicas, buscando o entendimento de questões estruturais e simbólicas, ou seja, do território e das identidades locais e linguísticas. Por isso, cabe agora um maior detalhamento

²¹ As comunidades de Rio Grande, Serra Velha, Serra Nova e Florândia da Serra também não compuseram o *corpus* do trabalho, não por deixar de apresentar as características necessárias, mas por inviabilidade de recolha de dados. Isso será melhor detalhado no próximo capítulo. Todavia, optou-se por mantê-las nas descrições de território.

de cada um dos bairros rurais considerados na pesquisa, sempre, partindo do ponto de vista de seus habitantes.

3.3 Os bairros rurais do 3º Distrito: as comunidades de prática em microescala

Perceber o campo de estudo sobre outros prismas é fundamental para a descrição densa exigida nas pesquisas sociais. Olhar para ele a partir de um distinto ponto de vista pode revelar nuances, indícios, problematizações e características que passariam despercebidos em uma perspectiva global e, que, no entanto, quando olhados mais de perto, podem contribuir detalhadamente para a representação de uma realidade e gerar conhecimentos menos tendenciosos à homogeneização. Revel afirma que o trabalho de campo

consiste, afinal de contas, em levar a sério as migalhas de informações e em tentar compreender de que maneira este detalhe individual, aqueles retalhos de experiências dão acesso à lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo conjuntos muito maiores. (REVEL, 1998, p.13)

Em vista disso, compreender como os moradores de cada comunidade definem o seu próprio lugar e as relações estabelecidas nele e com ele parece constituir uma estratégia, ao menos, prudente para sua descrição e coerente com as teorias referenciadas nesta pesquisa. Tal escolha se torna metodologicamente necessária uma vez que se parte do princípio de que uma comunidade de prática “é definida simultaneamente pelos seus participantes e pela prática na qual se engajam” (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 102) e de que essa definição “é de suma importância para qualquer estudo sobre linguagem (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 101).

Nesse sentido, descrever cada bairro rural da *arquicomunidade* pesquisada com base na divisão estabelecida pelos próprios moradores e na caracterização feita por eles, além de ser um modo de mostrar respeito à fala desses sujeitos sociais, reforça a ideia, já apresentada nas páginas anteriores, de uma Linguística sensivelmente responsável. Sendo assim, a exposição das comunidades se organizará à maneira como elas se distribuem geograficamente ao longo da Estrada Friburgo - São Lourenço e tomará como embasamento de informações os dados levantados nas entrevistas com os moradores e nas experiências vividas nessas localidades.

3.3.1 Rio Grande, Serra Velha, Serra Nova e Florândia da Serra

Este é o aglomerado de bairros rurais mais isolado de todos os analisados aqui e também o menos povoado. Nele se encontra uma forte colonização japonesa ainda pouco estudada e considerada no município. A agricultura é a atividade de maior importância no local e com a qual praticamente todas as famílias residentes ali se envolvem. Geograficamente, é uma região muito acidentada o que faz, por exemplo, com que a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – mantenha, em conjunto com os agricultores, inúmeras unidades de pesquisa e demonstração em agricultura de montanha.

Na localidade, encontra-se um dos casarões mais antigos de Nova Friburgo, datado, provavelmente, de meados ou final do século XVIII, e considerado, por isso, um dos símbolos do lugar.

Figura 5 – Casarão da Fazenda Rio Grande.



Fonte: Arquivos pessoais da fotógrafa Raphaele Tatsue do Amaral, 2015.

Como se poderá perceber mais adiante, assim como todos os aglomerados rurais descritos, a comunidade acomoda associações de moradores e agricultores. No entanto, neste, verifica-se uma instituição para cada bairro, o que parece contribuir ainda mais para o isolamento das localidades. Mesmo assim, sua importância social foi mantida e elas

representam uma referência para a comunidade, que se reúne ali uma vez por mês. Ademais, o local conta com uma capela e uma escola municipal.

Devido à colonização nipônica, árvores exóticas ali cultivadas, quando florescem, abrem espaço para a comemoração da Festa das Cerejeiras em Rio Grande, evento já conhecido na cidade, cuja organização é inteiramente realizada pelos moradores da comunidade. As famílias, por sua vez, mantêm uma relação de tessitura miúda, no aglomerado, favorecida, principalmente, por seu número reduzido de moradores e propriedades, se comparado aos outros bairros ou conjuntos.

3.3.2 Barracão dos Mendes

O bairro rural de Barracão dos Mendes recebeu esse nome porque ali a tradicional família homônima manteve, até o final da década de 70, um mercado que funcionava como centro de comercialização de hortifrutigranjeiros da região. Desse modo, a localidade representou, durante muitos anos, um ponto de interseção entre agricultores dos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Sumidouro.

A sede da Fazenda Mendes ainda é mantida pela família, que guarda, assim, um dos símbolos arquitetônicos do 3º Distrito, prova, também, da influência lusitana ali, como pode ser percebido na imagem seguinte:

Figura 6 – Fazenda Mendes.



Fonte: Lucas Veiga, 2013.

Barracão, como é chamado pelos moradores, possui sua própria Associação de Produtores Rurais e tem sua economia basicamente sustentada pelas práticas agropecuárias, embora o comércio local venha se expandindo a cada ano. Suas imediações, segundo os entrevistados, fazem limite com os seguintes bairros: Rio Grande, Alto de Vieiras e Granja dos Porcos, pertencente ao aglomerado de Salinas.

Os lugares da comunidade apontados pelos moradores como importantes para o seu cotidiano são: a escola, o comércio local, a capela e a Associação de Pequenos Produtores. Não há eventos tradicionais na comunidade, fazendo com que as festas religiosas ou da escola, mesmo que inconstantes, sejam as únicas comemorações do lugar, capazes de reunir seus moradores.

Ainda de acordo com os seus habitantes, o que simboliza Barracão dos Mendes é a sede da Fazenda Mendes e seu histórico importante para a economia da região. Já o que o diferencia dos demais bairros é a falta de infraestrutura e serviços públicos como posto de saúde e acesso à rede de comunicações como telefonia e internet.

As pessoas desse bairro se autocaracterizaram como indivíduos simples que se relacionam bem, visto que todos se conhecem e mantêm vínculos de parentesco e amizade, em grande parte, estabelecidos pela agricultura. Também se nota um grande reconhecimento da importância da família Mendes, já que a escola, a igreja e a futura creche da região só se materializaram devido à doação dos terrenos feita por seus descendentes.

Por fim, as mudanças mais profundas observadas pelos moradores na localidade foram: o crescimento do comércio, a pavimentação da principal via da localidade e a obtenção de um terreno para a ampliação da sede da Associação.

3.3.3 Salinas, Alto de Salinas e Patrocínio

Como conta a lenda da região, o substantivo Salinas é uma aglutinação do antigo pronome de tratamento Sá, relacionado às mulheres, e o nome Lina de uma antiga e querida moradora da localidade. Esse aglomerado se inicia em Patrocínio e termina em Floresta Mendes de onde, por uma estrada de terra, também se pode chegar à sede do Distrito.

A comunidade é caracterizada por seus habitantes como rural. Sua classificação, segundo as entrevistas, justifica-se pela economia baseada na agricultura, pela relação de

união e ajuda mútua estabelecida pelos moradores, que são, em grande parte, reconhecidos por sua origem familiar, e pelas suas tradições, mesmo que elas venham se perdendo com o tempo, como a presença de rezadores, a dança do mineiro-pau e as festas. Tudo isso, para os moradores, é o que singulariza o aglomerado diante dos demais bairros rurais, juntamente com a retomada de uma roda de viola que se apresenta nas residências em ocasião de aniversários, por exemplo, ou alguma outra comemoração.

Os logradouros destacados como simbólicos nas imediações de Salinas são a escola, muito querida e reconhecida pelos moradores, a quadra, onde se realizam festas e “jogos de bola”, as instituições religiosas, a Associação de Moradores e Produtores e as “vendas”, que caracterizam o pequeno comércio da região. Por isso mesmo, tradicionalmente, os eventos destacados como importantes para a comunidade são as partidas de futebol, a festa junina da escola e as reuniões dos associados, que sempre congregam muita gente.

Com o passar do tempo, as mudanças mais perceptíveis para os moradores ocorridas na localidade foram a chegada da internet e o acesso aos meios de comunicação, que, segundo eles, interferem na relação entre as pessoas, que já não se visitam mais como antigamente e estão perdendo o costume das longas conversas. Além disso, o mineiro-pau, a quadrilha e a folia de reis são atividades que foram se extinguindo.

3.3.4 Santa Cruz e Centenário

Santa Cruz é destacado pelos entrevistados como o bairro mais urbano daqueles aqui analisados, sem, contudo, perder as suas características rurais, principalmente por ainda possuir famílias reconhecidas na região e vinculadas à agricultura. O bairro faz divisa com as comunidades de Salinas, Jaborandi e Baixada de Salinas, cada uma por uma via distinta.

Nesse conjunto, que possui sede própria da Associação de Moradores e Produtores Rurais, representando, ainda, a localidade de Jaborandi e compartilhada com uma base da Embrapa-RJ, há uma pequena diversidade de comércio de alimentos e roupas, além de consultórios médicos e odontológicos. Existem também inúmeras entidades religiosas, tanto católicas, quanto evangélicas. Aqui há ainda um posto de saúde e uma das sedes na cidade da Aldeia da Criança Alegre, instituição de origem alemã que oferece atividades lúdicas e desportivas aos jovens da região.

A comunidade se caracteriza, principalmente, por seu modo de vida e laços estreitos de parentesco e afetividade, mas também por apresentar uma ocupação territorial distinta das demais. As propriedades são bem pequenas e ocupadas por domicílios, inclusive ofertados para aluguel, e não por plantações. Assim, aqueles que plantam, normalmente, têm de se deslocar até os terrenos destinados a esse fim que formam uma outra propriedade da família ou são arrendados de outros proprietários.

De acordo com os moradores, o bairro foi se modificando substancialmente com o passar dos anos e essa transformação pode ser notada com mais clareza na prestação de serviços e na infraestrutura das localidades, além do número de moradores que cresce a cada dia.

3.3.5 Três Picos e Jaborandi

As localidades de Três Picos e Jaborandi são chamadas pelos moradores do 3º Distrito como “Bicos” e “Brandi”, respectivamente. Elas estão situadas, por completo, na área pertencente ao Parque Estadual dos Três Picos e, por isso, o conjunto montanhoso é a marca simbólica da comunidade.

Figura 7 – Três Picos.



Fonte: <http://www.exitorio.com.br/novafriburgo/ponto,turistico,novafriburgo,43,tres-picos-de-salinas.html>

Por suas belezas naturais, o local recebe grande quantidade de turistas, principalmente, aqueles ligados à prática de escalada e montanhismo. Também, por isso, a região possui inúmeras hospedagens pertencentes, basicamente, a pessoas de outros municípios e estados, o que faz do lugar um ponto de contato e trocas culturais entre nacionalidades e naturalidades distintas.

Todavia, mesmo com sua marca multicultural, o aglomerado é apontado pelos entrevistados como o bairro rural que mais se destaca e distingue dentre os outros, exatamente, por manter suas origens. Na concepção dos habitantes de todo o 3º Distrito, Três Picos guarda as características genuinamente rurais por conta de suas tradições, seus laços de parentesco, suas relações de respeito e afeto, suas festas e costumes, como, por exemplo, as manifestações culturais, a forma respeitosa de tratar os mais velhos, a diversificação de produtos cultivados, diferentemente dos demais bairros, que vêm intensificando uma agricultura mais degradante e dependente de insumos químicos e menos rica em diversidade. Isso parece comprovar que, em meio à urbanização do rural, ou à massificação das culturas, o regional ou as particularidades locais podem funcionar como uma bandeira de resistência identitária no inevitável hibridismo pós-moderno, como já fora colocado por Hall (2006, p.69).

No entanto, na mesma proporção em que as singularidades elencadas identificam a localidade, elas também acabam por representar os símbolos de toda a região pesquisada. Quando perguntados sobre as tradições de cada lugar, os moradores de todo o 3º Distrito indicam ícones, costumes e tradições dos Três Picos, como: a Festa de São João, na qual é feita uma grande fogueira da qual a brasa serve de testemunho de fé, já que homens descalços devem passar sobre ela sem que queimem os pés para demonstrar a força de sua crença; o mineiro-pau, dança masculina que simula um jogo com bastões; comidas típicas como a broa de inhame ou fubá e a chimirra, tipo de queijo; e a realização da folia de reis. Assim, parece que tal localidade funciona como detentora e guardiã da identidade do 3º Distrito.

3.3.6 Baixada de Salinas e Campestre

Fica em Baixada de Salinas o Centro Familiar de Formação por Alternância Rei Alberto I, que congrega duas instituições: um colégio municipal de Ensino Fundamental e outro estadual de Ensino Médio Integrado aos cursos de Administração e Agropecuária.

Figura 8 – CEFFA CEA Rei Alberto I.



Fonte: a autora, 2011.

Ambas as instituições se configuram como responsáveis por oferecer educação formal, primordialmente, aos filhos dos agricultores da região e contam com associações de pais que se ocupam de cogeri-las junto com o poder público. Exatamente, por isso, a fazenda onde se localizam as escolas acaba por se tornar um ponto de referência e encontro de moradores de todos os bairros aqui descritos. É, por exemplo, em seu auditório que se realizam as reuniões da Associação de Moradores e Produtores de Baixada de Salinas, Campestre e Três Picos e, em suas dependências, a Festa Cross Country, evento que traz para a comunidade muitos cidadãos friburguenses e de municípios vizinhos.

Há em Baixada de Salinas uma capela, na qual, uma vez por mês, celebra-se uma missa, e algumas igrejas evangélicas. Já na divisa entre os dois bairros, fica o chamado Salto, pequena queda d'água onde moradores de toda a região se reúnem, com maior intensidade, nos finais de semana, para um banho de rio.

O comércio não oferece muitas alternativas nessas localidades, o que faz com que seus moradores tenham que se deslocar para bairros vizinhos, como São Lourenço ou Santa Cruz, ou, até mesmo, para o Centro da Cidade, em busca de produtos e serviços. No entanto, exatamente por acolher as escolas de maior porte, foi o primeiro aglomerado a ser atendido pelas empresas de telecomunicação, com telefonia e internet. Essa oferta, segundo os moradores, foram as mudanças mais significativas no lugar nos últimos anos.

O conjunto, embora ainda se mantenha com base na agricultura, talvez tenha sido, junto com Três Picos, a localidade mais afetada pela instalação do Parque Estadual, já que tem grande parte do seu território nos limites do órgão. Tal situação vem interferindo no

modo de vida dos agricultores locais, uma vez que a utilização dos recursos naturais agora passa por uma rigorosa fiscalização ambiental, gerando alguns conflitos.

3.3.7 São Lourenço, São Felipe e Fazenda Schuenck

O conjunto em questão é o último da região. Dele não há passagem, via estradas, para outros lugares. Todavia, São Lourenço faz divisa com o município de Cachoeiras de Macacu, onde se pode chegar por uma antiga trilha, utilizada por tropas de burros, no século XIX, para escoamento de mercadorias agrícolas, principalmente café. Segundo contam os moradores, a pequena via foi aberta e, em alguns pontos, calçada por escravos. Nela se encontra uma antiga bica construída para que os viajantes pudessem se refrescar.

Mais precisamente em Fazenda Schuenck fica também uma das construções antigas do município: a Fazenda do Barão de Nova Friburgo. Tais terras foram adquiridas e mais tarde trabalhadas exatamente por se localizar em um ponto estratégico e importante para o comércio e os negócios da antiga Vila. Por conta de seu apelo histórico, esses locais são considerados pelos moradores como marcas identitárias de seu lugar.

Figura 9 - Sede da antiga Fazenda do Barão de Nova Friburgo – São Lourenço.



Fonte: a autora, 2015.

São Lourenço comporta igrejas evangélicas e uma capela, além de possuir sede própria de sua Associação. O comércio e os serviços vêm paulatinamente se desenvolvendo na localidade, mas a agricultura ainda a sustenta economicamente e os serviços de telefonia e internet ainda são uma reivindicação dos moradores. De acordo com as entrevistas, a principal transformação observada nos últimos anos fica por conta do asfalto nas vias principais do aglomerado.

Em relação à rede social estabelecida ali, percebe-se uma relação muito estreita entre os moradores, quase sempre parental. Embora os bairros ocupem uma considerável dimensão territorial, as pessoas ainda conseguem visualizar seus laços de sangue, mesmo que distantes, e manter vínculos afetivos íntimos. Assim, todos se conhecem, mantêm ações de ajuda mútua e veem nessa condição uma forte marca característica da região.

3.4 Estabelecendo as relações entre a micro e a macroanálise

Em suas reflexões sobre a micro-história, Revel aponta que:

a identidade de uma coletividade, de uma profissão ou de uma classe não pode mais ser considerada evidente por si só ou não pode mais ser definida apenas com base na descrição estatística de propriedades comuns independentemente das trajetórias e da experiência social dos membros que a compõem. (REVEL, 1998, p.11)

Nesse mesmo caminho, Eckert e McConnell-Ginet atentam para o perigo do estabelecimento excessivo de abstrações, nos estudos das comunidades linguísticas, que, ao propor generalizações, desarticulam questões sociais das identidades, sistema da prática, linguagem das ações, interações e eventos da história comunitária e pessoal. As autoras propõem, portanto, “a ligação de cada uma dessas abstrações com uma ampla gama de práticas linguísticas e sociais que possibilite o exame das especificidades de sua realização concreta em comunidades reais” (2010, p.95). O desafio, então, para o pesquisador social, e aí se inclui o da língua, parece estar no que já apresentara Revel: “articular de maneira rigorosa a relação entre a experiência singular e a ação coletiva.” (1998, p.11), ou seja, relacionar a micro e a macroanálise se torna fundamental em um diagnóstico complexo.

Embora esteja claro que cada um dos bairros rurais descritos tem suas próprias peculiaridades, ficou evidente também que seus moradores comungam símbolos e práticas sociais que configuram, assim, uma identidade compartilhada. Se, por um lado, a organização

material, como o povoamento e a ocupação, e a imaterial como os costumes, são indícios para a delimitação e o reconhecimento de cada bairro rural do 3º Distrito, por outro, alguns símbolos, práticas sociais, o relacionamento entre os sujeitos e suas características, além da linguagem, funcionam como elo integrador entre todos eles.

O estilo de vida simples, a maneira de se vestir e, até mesmo de caminhar, a relação de trabalho e sustento estabelecida com a terra, a confiabilidade no modo de convivência entre vizinhos, parentes e amigos são características apontadas pelos moradores como pertencentes a toda região, embora os limites geográficos de definição entre as localidades sejam reconhecidos por todos. Essa demarcação pode ser observada com mais precisão quando se nota a presença de entidades religiosas e associativas nos bairros, o que, de certa forma, acaba definindo hábitos sociais. Praticamente, em todos os bairros rurais existe uma capela pertencente ao conjunto da Paróquia de Campo do Coelho, uma congregação (ou filial de igreja) evangélica e uma associação de produtores rurais e moradores, o que determina seu território, físico e simbólico. Assim, tais ambientes, podem ser compreendidos como determinantes na concepção dos lugares, pois são, segundo Hall (2006, p. 72) em consonância com Giddens, o ponto de práticas sociais que moldam e formam os sujeitos, com o qual suas identidades estão estreitamente ligadas e onde se fincam suas “raízes”.

Como funcionam como ambientes onde há realizações, socialmente situadas, de ações e objetivos comuns e engajamento mútuo, esses locais são preponderantes na definição dos bairros, ou aglomerados, como comunidades de prática, em uma perspectiva de microescala, o que não os impossibilita de estarem intimamente ligados a outras comunidades de prática (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010). É essa ligação que pode ser percebida, por exemplo: nos laços de parentesco e afetividade que impõem uma relação para além dos perímetros bairristas, já que as famílias se mesclam, e estabelecem vínculos entre todas as comunidades; nas relações de trabalho, comerciais e agrícolas, pois os serviços atendem as diversas localidades e a produção hortigranjeira local, quase que por completo, está submetida a uma única lógica de mercado, na qual os atravessadores impõem condições injustas aos produtores e onde há um predomínio da dependência de insumos químicos; na cooperação entre todas as entidades já citadas que, por muitas vezes, promovem atividades em conjunto para um determinado fim, como a própria escola já mencionada; e no uso identitário da Língua Portuguesa, reconhecido pelos seus usuários. Ademais, aspectos da cultura local, que funcionam como símbolos regionais, como, por exemplo, o mineiro-pau, também constroem a identidade local. Por isso, a trama social construída entre as comunidades pode sim as assinalar, em uma escala maior, como uma *arquicomunidade*.

3.5 Refletindo sobre o rural: percepções do e sobre o lugar

Pensar o rural não é tarefa fácil, assim como defini-lo é um tanto complexo. Como já fora alertado no primeiro capítulo, perceber o modo de viver de homens e mulheres do campo como antiquado e distanciado das modernidades urbanas, bem como compreender que nesse estilo de vida estão guardadas as tradições estereotipadas de famílias nucleares, conservadoras e patriarcais, é um erro. Junto a isso, reduzir o rural às condições econômicas e às atividades agrícolas também parece levar a um equívoco. Nesse sentido, Oliveira afirma que:

A busca da conceituação do rural revela um grau de complexidade que remete a limites de ação, percepção e compreensão da realidade, além da temporalidade e da representação social, econômica e política do objeto que se estuda. O rural não é somente agrícola, assim como não deve ser analisado tão somente pelo viés econômico e dele extrair-se traços das influências mercadológicas dos interesses do capital como verdade única. O rural possui complexidades que vão além da visão homogeneizadora da ocupação agrícola do espaço. (OLIVEIRA, 2011, p.20)

O autor, também investigador do 3º Distrito de Nova Friburgo, defende que, para se discutir tal questão, é necessário compreender e contextualizar o conceito de ruralidade, uma vez que cada lugar constrói em si suas identidades, comporta relações humanas e apresenta multiplicidade de atividades, o que não admitiria nem condicionaria caracterizações universais. O termo é pensado por Carneiro “como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.” (CARNEIRO, 1998, p.61). Ou seja, mesmo em se tratando de comunidades que se estabelecem e se reconhecem a partir de seus laços de afeto, parentesco, objetivos e práticas comuns, a ruralidade presente nelas é mutável e singular, não permitindo, por isso, que seja vista como global e unificadora. Ainda em relação a esse processo, assim como ocorre na linguagem, que é também plural e aberta a interferências externas, o contato entre culturas no *continuum* rural-urbano possibilita adaptações, acomodações e transformações na constituição das ruralidades, que serão, portanto, características de cada contexto social.

Não obstante, assim como as identidades estão, hoje, híbridas e sujeitas a modificações, a ruralidade, como constituinte dos processos identificatórios dos sujeitos do campo, também se encontra em transformação constante “desde as facilidades de acesso aos meios de informação até as recentes formas de ocupação do espaço, resultando em alterações comportamentais de conteúdos sociais e culturais” (OLIVEIRA, 2011, p.22). Nesse sentido,

Rua, ao mencionar as considerações do geógrafo Milton Santos, alerta para a necessidade de se “rever o rural (em sua multiplicidade) como uma variedade de híbridos” (RUA, 2006, p.88), levando em conta que a polaridade em relação ao urbano homogeneizador, se um dia realmente aconteceu, hoje já não é mais rígida e não dá conta das possibilidades de se perceber o rural. O autor ainda coloca que:

a produção de um rural híbrido transcende as condições materiais e os processos que lhes dão origem. Tal origem está também relacionada à produção de discursos sobre o rural e de poderosas imagens e símbolos, através dos quais o rural é representado como o “outro”, em relação ao urbano. Isto implica em múltiplas narrativas que relacionam as práticas materiais, representacionais e simbólicas, cada uma apresentando características particulares que internalizam relações dialéticas. O hibridismo re-apresenta um processo de produção de espaços, feitos territórios, em um movimento de vir-a-ser e de perpétua transgressão (criação). (RUA, 2006, p.89)

Conceber o rural a partir de uma imagem estanque, arraigada em um senso comum, não possibilitaria compreender o real significado das diversas ruralidades que as formas e modos da vida no campo podem apresentar. Da mesma maneira, pesquisá-lo com base em uma visão prévia ocasionaria a construção de um quadro infiel à realidade, que obscureceria a pluralidade existente nesses contextos. Sendo assim, parece fundamental para uma pesquisa sensível e responsável com os sujeitos do campo apresar que

Entender o rural requer o conhecimento da dinâmica social desse mesmo rural, isto é, do dia a dia das pessoas que lá vivem, dos processos de mudança e o grau de interferência que se desenvolvem nesse cotidiano, além do entendimento das relações com o meio externo, com os recursos da natureza, com os processos de produção e com os tipos de suporte a ele destinado. O simples olhar da aparência é capaz de gerar enganos, quando se pensa que os símbolos externados nas paisagens serão determinantes para caracterizá-las como rural ou não. (OLIVEIRA, 2011, p.35)

Diante disso, a etnografia parece dar condições de uma análise do rural sem as prévias construções estigmatizadas ou romantizadas do campo atual, pois, além de recusar uma direção estabelecida de antemão, preconiza, fundamentalmente, a comunicação no contexto da situação estudada, a vivência densa no campo de pesquisa e a transformação dessa experiência em texto (PEIRANO, 2014). Consoante ao método etnográfico, considerar, pois, a voz dos sujeitos na sua própria identificação passa a ser preponderante para a compreensão da ruralidade analisada, deixando de lado uma visão previamente definida. Portanto, é imprescindível descrever, nas palavras dos moradores do 3º Distrito, o que os caracteriza enquanto rurais, sem, contudo, deixar de narrar como tais informações foram recolhidas.

Em primeiro lugar, é importante destacar que os vínculos entre pesquisadora e informantes já estão há muito tempo estabelecidos, já que aquela atuava como professora na

escola já mencionada neste capítulo e é, assim, um sujeito conhecido das famílias entrevistadas, tendo em vista sua relação direta com os filhos destas. A instituição de ensino em questão adota a Pedagogia da Alternância, modelo pensado para a realidade educacional do campo e que apresenta uma gama de ferramentas pedagógicas que fomenta a conexão entre professores, famílias e comunidade. Uma delas é a chamada Visita às Famílias. Nelas um grupo de educadores realiza incursões à casa dos alunos, objetivando acompanhá-los em suas atividades no meio sociofamiliar. Sendo assim, a presença de professores nas residências das famílias não é estranha no contexto das comunidades estudadas. Valendo-se disso, o acesso aos informantes não foi nenhum obstáculo. Em todas as visitas ficava claro o contato prévio entre os atores sociais envolvidos no estudo, o que permitia vivenciar as relações pessoais e comunitárias com certo grau de intimidade, sempre na companhia de um receptivo café.

Nessa conjuntura, foi-se estabelecendo a tônica do levantamento de dados. Contudo, além de se constituir o *corpus* linguístico necessário à pesquisa, procurou-se conhecer melhor os modos de viver, conviver e fazer daquelas pessoas com a intenção de entender, também, suas identidades. De acordo com Certeau (2009), que se dedicou a estudar o cotidiano e as relações entre indivíduos dentro de um bairro, os comportamentos, a simbologia na maneira de se portar e a convivência, estabelecidos nas práticas concretas e ideológicas, são decisivos na construção identitária de um sujeito (para o autor, usuário) ou um grupo, o que permite a assunção de uma posição na rede de relações sociais pertinentes a um determinado ambiente. Diante disso, primeiramente, buscou-se saber dos entrevistados se as suas comunidades eram rurais e eles foram unânimes em responder que sim. Em seguida, questionou-se o porquê dessa categorização e identificação e o que se pôde notar é que, para eles, a questão do trabalho com a terra é o primeiro critério dessa caracterização, como se elucida nos seguintes trechos das entrevistas:

INFOR.	FALA
01	É porque é a área de produção né, produção agrícola. Ninguém aqui... É muito difícil aqui até ter alguém que trabalha de casêro. Entendeu? Geralmente, todos quase depende da, da lavôra, da produção rural. Aí vem sê a produção agrícola. Entendeu? Porque num tem outro tipo de comércio, o comércio é muito pouco, porque agora ainda tem, ainda tem supermercado... entendeu?

INFOR.	FALA
05	É acho que é o(:) acho que assim o produção rural, assim né, a agricultura, que é o que mais... (...) Acho que ela - por sê acho que um a(:) principal atividade econômica da região, que num tem muito...

INFOR.	FALA
05	Acho que é só isso assim por sê, sim, as terras são boas também, por causa disso. Aí eis resolveru

	assim. Acho também que as pessoas mais antigas, eis num tinha istudo, essas coisas, aí eis resolveru ficá na agricultura.
--	---

Todavia, observa-se, na convivência estabelecida na comunidade, que a relação do trabalho com a ruralidade vai além da questão econômica. Segundo Carneiro (2003), no seu estudo de outras comunidades rurais de Nova Friburgo, as várias funções da agricultura, ou seja, suas multifuncionalidades, fazem com que a identidade social do agricultor seja mantida e que ele e sua família sejam, portanto, reconhecidos como membros de um grupo e de uma localidade. Naquelas pesquisadas, percebe-se que é o trabalho o responsável por estabelecer o modo de vida do lugar. É por conta dele, por exemplo, que se acorda cedo para a lida com a terra antes que o sol es quente muito, ou para a colheita sem que a planta sofra com o calor, ou, ainda, para arrumar a carga que deve estar disponível nos centros urbanos antes da abertura dos comércios. Por consequência desse despertar, almoça-se ainda na parte da manhã e se dorme também muito cedo. Tal ritmo vai ditando a vida do homem do campo e o distinguindo daquele vivido na cidade. Ademais, o trabalho na lavoura propicia uma maior autonomia na gerência do tempo e das atividades diárias, o que parece ser muito valorizado pelas famílias agricultoras, assim como o contato com a natureza.

A agricultura também permite que se trabalhe com a família e que se compartilhe, portanto, as responsabilidades com o sustento do lar. Nesse processo, vai se dando a educação informal das crianças e dos jovens e a transmissão dos valores sociais importantes para a manutenção do modo de vida da comunidade, assim como também percebeu Comerford em suas pesquisas. O autor, ao analisar comunidades rurais de Minas, entendeu que as famílias locais, análogas àquelas aqui descritas, viam o trabalho como forma de socialização dos jovens, pois, por meio dele, podem-se formar adultos trabalhadores, estabelecem-se relações de respeito entre pais e filhos e cria-se uma “unidade básica da solidariedade, da confiança e da ajuda mútua” (COMERFORD, 2003, p.113), o que, de alguma forma, transcende o espaço familiar e atinge a comunidade como um todo.

Por fim, esse trabalho garante não só a renda da casa, mas ainda a fartura de alimentos que, muitas vezes, não são nem comercializados, como frutas cítricas, por exemplo, e sim prazerosamente compartilhados entre vizinhos, familiares ou visitantes. A alimentação é vista por Candido (2010) como um importante elo, um mediador, do grupo com o meio e com a natureza. Já a ação de partilhar a comida, segundo o autor, pode ser compreendida como um processo de sociabilidade, não só do fruto do trabalho, mas também de atos e intenções, por meio dos quais se prolongam práticas imemoriais e se constroem manifestações simbólicas. Nas visitas realizadas durante a pesquisa, era impossível haver uma recepção sem uma mesa

farta e posta ou sem que, depois das conversas, fossem oferecidas sacolas de frutas ou verduras que poderiam, assim, ser levadas para casa. Essas ações pareciam cumprir uma dupla função: autorizar uma intimidade ou uma inclusão social daquele estranho; e socializar o orgulho pelo produto do trabalho.

Tal partilha, pelo que se nota, está relacionada a outros tempos em que o acesso a serviços era bem mais difícil e a necessidade das ações comunitárias bem mais importante. Nesse aspecto, situa-se a segunda característica responsável pela ruralidade da região: a infraestrutura disponibilizada para os moradores da zona rural. A dificuldade encontrada para desfrutar de mecanismos públicos, como postos de saúde, colégios, iluminação, entre outros, além da prestação de serviços, como o comércio, é tão grande que a disponibilidade dos mesmos caracteriza, para os entrevistados, a perda da identidade rural de uma região e o ganho paulatino de traços urbanos, como pode ser observado nas falas sobre Conquista e Campo do Coelho. A falta de acessibilidade acaba por aliar ao modo de vida no campo uma visão de atraso, e, portanto, negativa se comparada à cidade, já que é um estigma colocado pelos próprios moradores que se veem, muitas vezes, isolados e cerceados de direitos básicos.

Contudo, venha, talvez, desse isolamento e dessa necessidade de ajuda mútua um terceiro aspecto da ruralidade: o modo de conviver a partir dos laços de afetividade estabelecidos entre os moradores da região, como se observa na seguinte fala:

INFOR.	FALA
08 - A	Naum, o pessual também, né? Até a forma do pessual interagi um com os outrus, né, é sIM... caracterísca mais da rural do que colqué otra coisa, né. Tá si perdenu um poco hoji...

No que tange a essa interação, a identidade rural parece passar pela capacidade que os sujeitos têm em: reconhecer seus pares e identificar aqueles que são de fora; e se organizar para ações de ajuda mútua, constituindo, assim, os bairros e as comunidades de prática, como defenderam Candido (2010), Comerford (2003), Eckert e McConnell (2010). De acordo com as entrevistas, parece haver nas comunidades pesquisadas uma forte valorização do autorreconhecimento e das relações, inclusive de cooperação, intimamente estabelecidas entre os atores sociais que ultrapassam, até mesmo, as de parentesco, como se pode perceber na fala dos entrevistados:

INFOR.	FALA
05	Todo mundo se conhece são, até pe... famílias de pessoas diferente, famílias diferente parecem sê até da mesma família, tem um convívio muito bom entre elis ali.

INFOR.	FALA
08 - A	São pessoa bem unida. São. São. Apesar dI, de variar uns o otrus no mei, mas em questão de união são bem unida. Qualquer coisa qui () assIM ... Não, i de contrário na, na, num é? Surgiu qui nem aqui... um rôbo na casa do meu tio ali, com tu viu a comunidade tava todinha lá e pegô o, num dexô

	sair (...) Num dexô, num dexô evadi ninguém não, forum preso.
--	---

Tal convívio permite saber quem é quem no lugar e rapidamente identificar “forasteiros”. Esse fator se torna preponderante na constituição das identidades a partir do reconhecimento do diferente para a identificação do semelhante:

INFOR.	FALA
08 - A	... condo surgiu qui tinha passado um carro diferente... Gente ((suspiros)). Tinha gente na Conquista cercanu, tinha gente na Floresta cercanu, tinha gente pra Son Lorenço, tinha genti no Alto de Viêra. É, fechô. Num é? Infelirmente, coitado, o cara qui passo cum carro dele, qui era desconhecido no lugá, passô apertado. Purque, INFELIZMENTE, coitado, ele tava a trabalho né...

É comum, por exemplo, abordagens diretas como: “De onde você é?” ou “Você é parente de quem?”. A ação de reconhecimento, por meio da associação de parentesco ou de lugar, também foi percebida por Comerford (2003) e chamada por ele de mapeamento. É por meio dele que os moradores controlam, de forma informal e eficaz, a circulação de pessoas nas localidades. Segundo o autor: “Esse controle sobre a movimentação nas estradas e a circulação das pessoas na direção das casas é apenas um aspecto do controle mais amplo exercido de maneira mais geral, não só sobre a incursão dos estranhos (...), como também sobre as ações dos moradores” (COMERFORD, 2003, p.31).

Essa percepção passa por um quarto aspecto decisivo na construção da ruralidade: o estabelecimento e a apreensão de padrões comportamentais transmitidos na convivência e identificáveis por meio de sua contraposição com o que parece distinto. Tais modelos, embora muito empíricos e adquiridos nas práticas sociais, sem que houvesse neles uma racionalidade inerente, estão presentes, por exemplo, nos modos de vestir, de andar e de falar, como o admitido pelos próprios entrevistados:

INFOR.	FALAS
05	As pessoa vem mais assim, diferente, né? A gente conheci mais assim o istilo de se vesti, às vezes, modo de falá, as vez, fala mais diferente.
	Ah, eis são... Assim, dá para percebe, né, purque eis são () a face assim, o jeito da face mai rugado por casu do sol, pur casu de trabalhá, essas coisa assim, acho qui dá pra... ((perceber))
	Acho qui eis têm mais coisa, mas é qui num to lembranu
	É isso tem () Dependendo da fala também, a gente dá pra saber qui é da região, as vez, tem u[m]a(:) algu[m]a família assim qui já tem esse () qui vai passanu assim de geração em geração o modo de falá, aí as pessoa vão pegando esse jeito assim de falá.

As atitudes identificadas pelos moradores como identitárias tomam destaque quando colocadas em foco a partir do estranhamento do outro e são, por isso, pouco racionalizadas ou passíveis de descrição no cotidiano. Quando indagados sobre que “jeito” é esse dos moradores da região, os entrevistados não conseguiram nocioná-lo ou descrevê-lo precisamente, mas foram categóricos em informar que é uma maneira de se comportar diferente daquela

observada em outros bairros vistos como mais urbanos. Esses modos de comportamento traduzidos na maneira de se vestir, falar e andar são estabelecidos na convivência, em uma espécie de acordo coletivo, perceptível, apenas, nas práticas sociais e identitárias cotidianas. Nas palavras de Certeau: “A prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento.” (CERTEAU, 2009, p.46). Destarte, os homens e mulheres do 3º Distrito reconhecem uma unidade comportamental em seu território muito mais pela oposição a outros sujeitos do que pela definição de um *script* de ações conscientes.

Enfim, pode-se afirmar, seja pela relação com o trabalho, seja pelo modo de viver e conviver dos moradores do 3º Distrito de Nova Friburgo, que essa é uma comunidade rural. No entanto, a ruralidade descrita aqui diz respeito apenas a esse lugar e não se pretende estender para a compreensão de outros rurais, que são também variados e abstrusos na mesma medida. Muito mais do que os critérios por ora apresentados, o que parece ser importante para uma pesquisa que investiga aspectos linguístico-identitários é o discurso dos próprios agentes envolvidos no estudo. Nele se pôde, sem nenhuma presunção teórica, perceber o autorreconhecimento de um grupo que se avalia e se entende enquanto tal. Essa condição se apresenta como fundamental para compreender a região analisada como um aglomerado de pequenas comunidades de prática, cujos membros podem se identificar não só no seu compartilhamento de ações e objetivos, mas também no uso que fazem da língua materna.

4 “NAQUELE FUGÃO DE LENHA / FAZIA COMIDA BOA / CANJIQUINHA COM FEIJÃO / NO FORNO FAZIA BROA”: METODOLOGIAS, CAMINHOS E MODOS DE FAZER A PESQUISA

4.1 A constituição da amostra

Em toda pesquisa de caráter sociolinguístico os critérios adotados na constituição da amostra são importantíssimos para a consistência dos dados e, conseqüentemente, para a execução da análise. O processo envolve desde ações que antecedem as entrevistas em si até sua transcrição para que o *corpus* possa ser objeto de reflexões. Todas as escolhas realizadas pelo investigador interferem diretamente no processo e no resultado do trabalho, desde a qualidade até o tipo de material disponível para os enfoques e abordagens dos fenômenos destacados na averiguação. A seleção dos informantes, dos instrumentos e das ferramentas de coleta e de sistematização das informações angariadas reflete, na prática de campo da pesquisa, todos os pressupostos teóricos apresentados durante a Tese. O detalhamento metodológico se torna, por isso, fundamental para a coerência e compreensão do estudo apresentado.

Optou-se, aqui, por descrever tais aspectos de acordo com a ordem em que foram, de fato, sucedendo-se na pesquisa. Primeiramente, buscou-se narrar como e a partir de quais critérios os informantes foram selecionados. Expuseram-se, também, os instrumentos e as ferramentas de coleta de informações, a saber: o roteiro de entrevista, sua organização, seu processo de construção e as estratégias escolhidas para a interlocução; a ficha social e seus indicadores para determinar as variáveis independentes; os documentos legais e os procedimentos de permissão para a utilização dos áudios; e os tipos de gravador e de mídia de arquivo. Em seguida, devido à característica etnográfica deste trabalho, fez-se necessário contar como as entrevistas aconteceram e como a interação entre a pesquisadora e os entrevistados ocorreu. Talvez, aí se disponha o conteúdo social principal de análise, pois foram nesses momentos que os modos de conviver, comunicar e fazer das comunidades se revelaram, propiciando condições para uma análise menos fria e mais intuitiva, na tentativa de comungar teoria e empiria. Por fim, foram caracterizados os critérios de transcrição dos eventos interacionais e o programa que auxiliou no cruzamento e na apreciação do *corpus*.

Espera-se, assim, tornar o trabalho mais claro no que se refere à aplicação dos referenciais teórico-metodológicos e mostrar subsídios que permitam o aprimoramento de pesquisas sociais no território em questão. Além disso, pretende-se ainda apresentar as dificuldades encontradas e como elas foram solucionadas a fim de contribuir com outros pesquisadores que tenham interesse em pesquisas de mesmo gênero ou em áreas afins na região.

4.1.1 A seleção dos informantes

Partindo da hipótese aventada por esta pesquisa, e já mencionada anteriormente, de que no 3º Distrito de Nova Friburgo há uma *arquicomunidade* de fala, constituída de inúmeras comunidades de prática, que formam redes mais ou menos complexas de relações entre famílias ligadas à agropecuária e na tentativa de identificar se a variedade linguística dominada por essas famílias, hoje, orienta-se para o prestígio ou para a manutenção da identidade, a seleção dos informantes seguiu pressupostos tanto teóricos quanto empíricos. Vale destacar que não há um modelo padrão para a escolha da amostragem nas pesquisas sociolinguísticas. Existem sim orientações, mas o importante é que “Os critérios de constituição da amostra devem ser coerentes com a pesquisa que se pretende realizar” (VITÓRIO, 2014, p.53) e que se “estabeleça parâmetros rígidos para a seleção dos informantes” (TARALLO, 2007, p.27). Assim, torna-se oportuna, portanto, a descrição da seleção empregada.

Com base nos estudos labovianos, era sabido que, para uma análise variacionista de uma comunidade linguística, não se poderia contar com menos de 25 informantes na coleta de dados. O autor, ao estudar a língua em seu contexto social nas comunidades de fala e com o apoio de outras pesquisas que utilizaram centenas de entrevistas em seu *corpus*, concluiu “que os padrões básicos de estratificação por classes, por exemplo, emergem de amostras com apenas 25 falantes.” (LABOV, 2008, p 238). Mesmo em outras análises que contavam com 700 inquéritos, a amostragem de 25 informantes apresentou padrões extremamente regulares nas variáveis linguísticas. Segundo Labov, alguns estudos conseguiram a estratificação com somente 19 pessoas divididas em quatro estratos. Ainda de acordo com os procedimentos levantados pelo sociolinguista, Denise Cardoso afirma que em cada variável, identificada nas tabelas estratificadas por células, a recomendação é de que haja material vernacular a ser

explorado de 4 ou 5 falantes (CARDOSO, 2015, p.29). O mesmo é recomendado por Vitório ao adotar os pressupostos de Guy e Zilles (VITÓRIO, 2014, p.54). No Brasil, Tavares e Martins (2014, p.74) lembram que os bancos de dados costumam apresentar 2 ou 3 informantes por célula, o que vem sendo suficiente para constatar padrões nos fenômenos variáveis em comunidades de fala. A partir do levantamento teórico, a intenção era seguir a média das indicações e as estratificações sociais mais recorrentes na bibliografia especializada, na tentativa, também, de facilitar estudos comparativos. Desse modo, garantindo o mínimo de 4 falantes por estrato/célula, chegar-se-ia a um total de 56 entrevistas na extensão geográfica do 3º Distrito friburguense.

Sabia-se que as amostras deveriam representar todo o território rural da localidade que contava, consoante as informações apresentadas pelos próprios moradores, com 7 núcleos comunitários. Esses bairros foram identificados por suas características rurais seguindo os critérios de ruralidade descritos pelos próprios entrevistados. Retomando o capítulo anterior, os aspectos para a determinação do rural nas comunidades foram: a necessidade de a maior parte da população local trabalhar em atividades ligadas à agropecuária; a típica disponibilidade da infraestrutura de serviços, principalmente públicos e de comércio, no bairro onde residem; a existência de laços afetivos entre os moradores da localidade; e a manutenção de padrões comportamentais dos habitantes identificáveis por oposição ao centro urbano. Assim, as famílias que serviram de amostra deveriam, então, residir nessas localidades e ter como fonte maior de subsistência a agropecuária e, na medida do possível, deveriam ter participação em alguma (ou algumas) comunidade de prática da região, que as permitissem seguir modelos de comportamento e manter interações pessoais com propósitos em comum, o que garantiria relações de identidade.

Todavia, durante a pesquisa de campo, o aglomerado das comunidades de Rio Grande, Serra Velha, Serra Nova e Florândia da Serra, mesmo apresentando todas as indispensáveis características, mostrou-se inviável para a recolha de dados. A exclusão desses bairros se deu pelos seguintes motivos: 1) o isolamento geográfico de Serra Velha e Serra Nova que dificultou o ir e vir necessários às visitas; 2) o número reduzido de alunos dessas localidades matriculados no CEFFA CEA Rei Alberto I, ponto de partida para a seleção e o contato com os possíveis informantes; 3) em decorrência do aspecto anterior, a relação interpessoal da pesquisadora com os moradores de tais locais seria muito diferente daquela estabelecida com as outras famílias, o que interferiria diretamente, principalmente, na variação de registro empregada pelos falantes; e 4) a descendência japonesa de grande parte das famílias ali residentes que, se por um lado pode ser interessante para uma pesquisa sociolinguística muito

específica, por outro, pela amplitude dos dados analisados aqui, comprometeria os resultados. Ademais, as características de fala dessas pessoas (como o tom de voz baixo, respostas muito objetivas e curtas) e a dificuldade em estabelecer um pouco mais de intimidade dificultariam o trabalho. Obviamente, não se pretendeu aqui uniformizar toda a comunidade japonesa, mas esta pesquisa não daria conta de considerar algumas questões que deveriam ser levantadas caso a variedade da comunidade fosse apreciada. Talvez ali exista uma comunidade de prática (e quem sabe de fala) que mereça uma maior atenção do pesquisador. Sendo assim, o universo de entrevistas seria reduzido para 48 inquéritos.

Em relação à análise de fala identitária, procurou-se coletar a representação de falas dos dois gêneros, pois parece ser consenso nos estudos linguísticos a distinção, principalmente de registro, entre homens e mulheres. Tal fato vem se tornando ainda mais perceptível nos estudos variacionistas diatópicos. Segundo Cardoso, “em geral, a geografia linguística de base rural, vê a fala das mulheres como conservadora enquanto a dialetologia urbana, pelo menos a dos grandes centros, a vê como inovadora” (CARDOSO, 2015, p.27). Considerar essa informação se desvelou, portanto, imprescindível para compreender a questão da identidade linguística, principalmente se se ponderar que

A análise da dimensão social da variação e da mudança não pode ignorar (...) que a maior ou menor ocorrência de certas variantes, principalmente daquelas que envolvem o binômio forma padrão/forma não padrão e o processo de implementação de mudanças estejam associados ao gênero/sexo do falante e à forma de construção social dos papéis feminino e masculino. (PAIVA, 2007, p.33).

Por isso, para cada comunidade ou bairro rural pesquisado, era preciso tentar obter a mesma representatividade numérica para ambos os sexos.

Do mesmo modo, era necessária a verificação por geração, buscando compreender quais dos aspectos linguísticos estão sendo mantidos e quais estão se modificando em tempo aparente²². Se o uso de variantes mais inovadoras “for mais frequente entre os jovens, decrescendo em relação à idade dos outros informantes, você terá presenciado uma situação de mudança em progresso (TARALLO, 2007, p.65). Logo, ainda de acordo com Cardoso, “alguns linguistas consideram que as diferenças de idade são mais importantes que as de sexo.” (CARDOSO, 2015, p.27). Contudo, embora se considere “que os hábitos linguísticos de representantes da geração mais jovens [sejam] menos conservadores,” (CARDOSO, 2015,

²² Os estudos sincrônicos e diacrônicos da língua devem levar em conta a distinção entre tempo real e tempo aparente. O primeiro diz respeito a um período arbitrário do tempo e, por isso, coloca-se à disposição da diacronicidade. Já o segundo se refere ao padrão de comportamento etário, em um determinado tempo e é, assim, base dos estudos sincrônicos. (CARDOSO, 2015, p27-28)

p.28), isso não é uma regra. Então, para além dos 4 informantes por localidade seria preciso ampliar esse número para o dobro, visto que deveria haver o mesmo dígito para uma segunda variável: a faixa etária. Com o objetivo de garantir a fidelidade geracional, entrevistaram-se pais e filhos, de forma separada, tendo aí a estratificação de duas gerações. O primeiro grupo contou com indivíduos entre 35 e 50 anos. Já o segundo grupo representou a faixa etária entre 14 e 19 anos.

No entanto, Cardoso (2015) alerta para o fato de que, no Brasil, o controle da variável idade está sujeita à interferência de outras, como, por exemplo, a escolaridade. Isso exige, portanto, um maior cuidado no cruzamento dos dados e na análise dos resultados, visto que a variação apresentada pela geração de jovens atuais pode estar associada ao seu maior acesso à instrução formal. A instituição escolar pode provocar mudanças na fala individual daqueles que a frequentam, ocasionando variação estilística e na atividade discursiva da comunidade. Concomitantemente, ela pode acabar atuando como preservadora das formas consideradas de prestígio (VOTRE, 2007, p. 51), contribuindo, muitas vezes, para a propagação da estigmatização e para a consequente fala monitorada e controlada.

Especificamente neste estudo, o contato com os informantes foi estabelecido pela relação entre professor/pesquisador – aluno, que determinou, portanto, a necessidade de o CEFFA CEA Rei Alberto I como intercessor entre os sujeitos envolvidos. Assim, constatou-se que os mais jovens, então, também seriam aqueles detentores de estudos formais, como já alertara Cardoso. A interação estabelecida por meio do colégio foi primordial para o êxito na seleção dos informantes, uma vez que os interlocutores já mantinham uma afinidade anterior à pesquisa, o que garantiu a receptividade por parte dos entrevistados e a informalidade e a confiança necessárias para o andamento das entrevistas, tanto nos eventos com os informantes mais velhos quanto com aqueles mais novos. Nesse sentido, o intercâmbio para além das entrevistas tão aconselhado pelos teóricos, mas reconhecidamente tão difícil de se estabelecer, não foi um obstáculo. O requisito fundamental na pesquisa etnográfica da condição de pesquisador-observador (TARALLO, 2007, p.20) ou da constante observação participante (LABOV, 2008, p. 63 e p.245) foi, portanto, preservado.

Enfim, seguindo os critérios aqui descritos, chegar-se-ia à seguinte amostra, ou seja, “ao grupo de indivíduos [...] selecionados para representar, no estudo, a população ou o universo do qual fazem parte e que o pesquisador quer estudar” (GUY; ZILLES, 2007, p.109; Apud: VITÓRIO, 2014, p.53):

Tabela 1 – Possível amostra de informantes.

LOCALIDADE	GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		ESCOLARIDADE	
	F	M	Faixa 1 > 35	Faixa 2 < 20	Ensino Médio (concluso ou cursando)	Baixa ou inexistente
Barracão dos Mendes	4	4	4	4	4	4
Santa Cruz, Patrocínio e Centenário	4	4	4	4	4	4
Baixada e Campestre	4	4	4	4	4	4
Três Picos e Jaborandi	4	4	4	4	4	4
Salinas	4	4	4	4	4	4
São Lourenço	4	4	4	4	4	4
TOTAL						48

Contudo, não foram todos os inquiridos que tiveram êxito na sua realização. Alguns, por exemplo, mesmo com inúmeras tentativas, inclusive agendadas, não aconteceram, pois os moradores não eram encontrados. Durante algumas entrevistas, os informantes-alvo ou não puderam estar presentes ou foram abafados por outros que também participaram do evento, modificando, assim, o quantitativo ideal por células. Em uma outra, houve muita interferência sonora, o que inviabilizou a transcrição. E, por fim, embora a pergunta fosse feita aos alunos com antecedência, só se descobria a real origem de alguns entrevistados enquanto a interlocução se desenvolvia. O fato ocorreu quatro vezes, mas, em duas delas, optou-se por considerar as informações, uma vez que os informantes haviam mudado para a localidade ainda muito crianças e apresentavam as mesmas características de fala dos demais moradores. Desse modo, a amostra real considerada para o Capítulo V (fenômenos variantes) e o Capítulo VI* (questionário com e sem áudio modelo) foi:

Tabela 2 – Amostra de informantes da pesquisa.

LOCALIDADE	GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		ESCOLARIDADE	
	F	M	Faixa 1 > 35	Faixa 2 < 20	Ensino Médio (concluso ou cursando)	Baixa ou inexistente
Barracão dos Mendes	5	2	3	4	4	3
Santa Cruz, Patrocínio e Centenário	3	4	3	4	4	3
Baixada e Campestre	3	4	3	4	4	3

Três Picos e Jaborandi	4	3	3	4	4	3
Salinas	3 (*1)	4	4 (*3)	3 (*2)	3 (*2)	4 (*3)
São Lourenço	4	2	3	3	3	3
TOTAL	41 (*39)					

Enfim, mesmo com todos os obstáculos encontrados, o número e os critérios mínimos de seleção de informantes recomendados pela teoria foram garantidos. De acordo com os pesquisadores já citados, não poderia haver menos de 2 indivíduos por célula na avaliação das variantes nem um número inferior a 19 no total, sendo o ideal 25, o que também se manteve. Em números finais, o resultado consolidado de inquéritos analisados foi satisfatório. Contou-se, portanto, com 19/*18 representantes da faixa etária 1 e 22/*21 da faixa etária 2; 19/*20 mulheres e 19 homens.

4.1.2 Os instrumentos de coleta de dados

A metodologia empregada na coleta de dados teve como principais ferramentas: a ficha social, o roteiro de entrevista e a observação participante. Outra vez, optou-se por preconizar os instrumentos mais recorrentes e indicados no referencial teórico da Sociolinguística, sempre os adaptando à realidade desta pesquisa.

A ficha social é um importante facilitador na sistematização dos dados e é fundamental para a organização das variáveis independentes no cruzamento de informações de qualquer programa estatístico a ser utilizado na análise, seja ele o GoldVarb, o Varbrul ou qualquer outro, uma vez que seu objetivo é traçar o perfil dos informantes. Nesse tipo de documento, o pesquisador sinaliza quais critérios e estratos sociais serão priorizados em suas reflexões. “Sempre haverá perguntas precisas sobre a idade e a instrução” (SILVA, 2007, p.126), além daquelas específicas de cada trabalho.

O também chamado questionário de amostra sociolinguística (VITÓRIO, 2014, p.55) é geralmente o primeiro contato formal de arguição entre o pesquisador e o entrevistado. Assim, ele “além de fornecer informações sobre os informantes, o (SIC) familiariza com o gravador e mapeia seus possíveis interesses, auxiliando no momento da entrevista.” (VITÓRIO, 2014, p.55). Como na maioria das pesquisas, o contato prévio entre os sujeitos

envolvidos na interação é impossível, o questionário social cumpre o papel de torná-los conhecidos (SILVA, 2007, p.126).

Nesta pesquisa especificamente já havia um contato prévio entre os interlocutores, então a ficha se tornou um meio de organização das informações sociais que seriam analisadas mais tarde com o apoio do GoldVarb. Por esse motivo, na maioria das vezes, ela era preenchida posteriormente à entrevista ou concomitante a ela, já que não havia a necessidade de familiarização entre os indivíduos. Os indicadores utilizados foram aqueles mais comuns nos estudos variacionistas (Anexo A): nome, sexo, idade, local de nascimento, estado civil, descendência dos membros da família (devido à história de Nova Friburgo já descrita), escolaridade do entrevistado e dos membros da família, condições materiais objetivas (moradia, meio de transporte, renda) e participação em comunidades de prática (religiosa, associativa ou cooperativa, outras).

O último quesito se relaciona diretamente com a hipótese da tese e tinha o claro objetivo de localizar as comunidades de prática existentes na região, a condição de participação de cada sujeito nelas e a interferência desses agrupamentos na fala dos moradores. Obviamente, algumas questões precisaram ser aprofundadas nas entrevistas cujo roteiro já previra essa necessidade. Unindo as duas ferramentas, obteve-se um maior conhecimento sobre as comunidades de prática em que se engaja cada indivíduo. Elas “não apenas fornecerão subsídios para uma análise mais aprofundada de cada informante (...), como também trarão indícios de quais comunidades de prática (...) são mais interessantes para a realização de estudos nos moldes da terceira onda” (TAVARES e MARTINS, 2014, p.77) e poderão indicar outras possíveis pesquisas, com novas entrevistas e novos agrupamentos.

Segundo Silva (2007, p.124 e 125), a metodologia sociolinguística dispõe, basicamente, de três tipos de ferramentas de registro do vernáculo: interações livres, testes e entrevistas. A primeira serve à análise da conversação, pois se configura em uma gravação de dois interlocutores interagindo livre e espontaneamente. Já a segunda é normalmente um mecanismo complementar que serve para elucidar os dados desejados. Nesta pesquisa, selecionou-se a última: não uma “interação de dois informantes entre si, mas [a] de um pesquisador ou de seu ajudante (entrevistador) com o informante ou falante (entrevistado) [que] (...) deve-se constituir de uma conversa, a mais informal possível, apesar das circunstâncias adversas” (SILVA, 2007, p.125).

A escolha pela entrevista se deu por ela ser o método mais habitual e seguro da Sociolinguística. Para Labov (2008, p. 63) a entrevista individual gravada é o meio básico de se conseguir grande quantidade de dados confiáveis de fala. O script norte para uma

interlocução tem como objetivos “homogeneizar os dados para posterior comparação, controlar os tópicos da conversa e provocar narrativas de experiências pessoais” (VITÓRIO, 2014, p.55; TARALLO, 2007, p.22).

De acordo com Tarallo

A narrativa de experiência pessoal é a mina de ouro que o pesquisador-sociolinguista procura. Ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativa, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma. (2007, p.23)

Essa foi a conclusão a que chegou Labov (2008) em suas pesquisas de campo e o que se tentou também aqui. O roteiro de entrevista (Anexo B) foi organizado em blocos por assuntos pessoais e caros aos entrevistados, denominados na literatura como módulos. Eles poderiam seguir modelos já consagrados na área ou serem adaptados à realidade. A última alternativa pareceu ser a mais adequada para uma pesquisa que se pretende etnográfica e é aquela aconselhada por outros linguistas. O próprio roteiro já idealizado para um contexto comunitário específico pode ser moldado às peculiaridades dos eventos comunicativos, garantindo um ambiente propício à recolha das informações desejadas. Tarallo afirma que “O sucesso da aplicação dos módulos poderá variar para cada comunidade de fala, para cada grupo de falantes ou mesmo para cada indivíduo. Cabe, portanto, ao investigador adaptá-los a cada grupo estudo!” (2007, p.22).

Sendo assim, optou-se por organizar o roteiro-guia em 5 blocos, que primavam por possibilitar os discursos subjetivos, as impressões particulares e as experiências pessoais. No primeiro, buscou-se definir a localidade geograficamente: seu nome, seus limites, sua ruralidade e suas peculiaridades em comparação a outras. No segundo, procurou-se caracterizar a população: as pessoas, suas características, a organização das famílias e os modos de convivência. No terceiro, a finalidade era traçar um perfil cultural da comunidade: os lugares mais frequentados, importantes no cotidiano, e, por isso, os pontos de encontros e partilhas sociais; as festas e eventos tradicionais; as comidas típicas; as manifestações folclóricas e religiosas; os hábitos; as transformações pelas quais a comunidade vem passando; a participação dos entrevistados nesses espaços e o nível de engajamento deles nesses eventos. No quarto, o inquérito assumiu um caráter mais individual e pretendeu identificar a rotina dos entrevistados; sua rede de relacionamentos; seus modos de fazer; seu tipo de participação e grau de comprometimento nas comunidades de prática que participa; sua interação com os meios de comunicação e a importância deles em seu dia a dia; seus modos e condições de vida com a família e com a comunidade; e sua relação com a escola.

Por fim, o último módulo foi dedicado a reflexão metalinguística: a maneira de falar da comunidade e a dos próprios entrevistados; a avaliação das variantes empregadas ali; e como o vernáculo local constitui a identidade dos indivíduos. Esse tipo de questionário se configura como um teste em ausência de fala, na qual os informantes têm que demonstrar as impressões de seu próprio vernáculo, sem ouvi-lo (CARDOSO, 2015).

O tópico foi finalizado com dois áudios, ambos de mulheres com a mesma faixa etária, um deles de uma moradora da região e o outro de uma natural do Grande Rio. As amostras gravadas funcionam, segundo Cardoso (2015, p.31), como estímulos em presença de fala para as manifestações dos informantes e por meio delas se pode colher reações e julgamentos, positivos ou negativos, sobre a fala local e outras variantes. Nos dois áudios, foi selecionado um recorte com a mesma temática, a infância, e com, aproximadamente, o mesmo tempo. Após, a audição foi realizada um questionário que tinha como objetivo recolher elementos para a análise das avaliações e atitudes dos falantes frente ao seu próprio linguajar e em comparação com uma amostra urbana. Foram planejadas perguntas que permitissem identificar estigmas: se a fala era feia ou bonita; se pertencia a uma pessoa pobre ou rica, com estudo ou sem, mais velha ou mais jovem; se o exemplar era agradável ou não; e se soava estranho ou familiar, na tentativa de identificar se era local ou não. Para tipos de teste como esse, o questionário parece ser a técnica mais adequada, “uma vez que, através dele, obtêm-se respostas mais claras e mais espontâneas, sem prejuízo de conteúdo, [com a certeza] de que todos os informantes responderão às mesmas questões.” (CARDOSO, 2015, p.29).

A organização do roteiro seguiu, portanto, as indicações metodológicas. Elas sugeriam que as perguntas metalinguísticas fossem deixadas para o final das entrevistas, evitando chamar atenção do informante para o seu modo de falar e que os assuntos tratados envolvessem emocionalmente o falante, criando condições para uma fala menos cuidada (SILVA, 2007, p.132). Outra estratégia foi induzir momentos discursivos em que estivessem presentes comparações entre o passado e o presente para que entrevistado tivesse a possibilidade de empregar distintos tempos verbais, aspecto muito importante a ser analisado nesta variedade linguística.

Contudo, o próprio Labov já chamava atenção para o fato de que a entrevista é um evento de fala formal em comparação com a vida cotidiana, já que se configura como “uma fala pública – monitorada e controlada em resposta à presença de um observador externo.” (LABOV, 2008, p. 63). Mais um fator que impõe ao evento um caráter de comunicação artificial é a presença de um gravador. Em vista disso, todos os estudiosos são unânimes em

afirmar que o entrevistador deve neutralizar ou, ao menos, minimizar essa interferência, propondo algumas alternativas.

Tarallo defende que

Tal neutralização pode ser alcançada no momento em que o pesquisador se decide a representar o papel de aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades. Seu objetivo central será, portanto, aprender tudo sobre a comunidade e sobre os informantes que a compõe. (2007, p.21).

Seu conselho converge com a tática indicada por Labov:

Um modo de controlar isso é estudar a pessoa em seu contexto social natural – interagindo com a família ou seus pares (Labov, Cohen, Robins & Lewis, 1968). Outro modo é observar o uso público da língua na vida diária fora de qualquer situação de entrevista – para ver como as pessoas usam a língua em contexto quando não existe observação explícita. (LABOV, 2008, p.63)

Diante dessas colocações foi importante o contato já estabelecido com os informantes. Planejou-se que as visitas fossem marcadas e se contava com a ajuda dos jovens alunos para “preparar o terreno” em casa. Não se deixou aparente o interesse específico pela fala e a postura prevista para as entrevistas era a de um pesquisador que estava buscando aprender sobre a comunidade. Isso facilitaria o contato e a neutralização dos papéis sociais assumidos em uma pesquisa. A observação participante, técnica etnográfica já experimentada e recomendada por Eckert em seus estudos com comunidades de prática (BATTISTI, 2014, p.81), seria realizada nos muitos contatos com a comunidade e também contribuiria para a condução das entrevistas e a confirmação dos dados recolhidos, criando condições para que uma etnografia da fala pudesse ser construída neste estudo. Desse modo, poder-se-ia conhecer os padrões e conflitos identitários dos grupos e relacionar práticas sociais a questões culturais (MILROY, 1980, apud, BATTISTI, 2014, p.81).

4.1.3 Os cuidados legais na coleta de dados

Segundo Abreu (2014), no Brasil, as pesquisas envolvendo seres humanos, sendo médicas ou não, são reguladas pelo Ministério da Saúde, por meio de seu Conselho Nacional de Saúde. A regulamentação se materializou por meio da Resolução 196, de outubro de 1996, que instituiu a criação da Comissão de Ética em Pesquisa (CONEP/MS). A comissão se

caracterizou por ser “uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente e vinculada ao Conselho Nacional de Saúde” (ABREU, 2014, p.9). Juntamente com o CONEP, foram também criados, nas instituições de pesquisa, Comitês de Ética em Pesquisa para orientar os estudos com humanos desenvolvidos no âmbito de cada unidade.

Em 2012, ainda de acordo com Abreu (2014), em um processo de revisão das orientações anteriores, novas regras para os estudos envolvendo seres humanos entram em vigor com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro:

Fiel às suas origens, o novo texto, mantém-se ainda excessivamente biomédico, mas aponta, em seu item XIII.3, o fato de que as especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que utilizam de metodologias próprias dessas áreas serão contempladas em resolução complementar, dada suas particularidades. (ABREU, 2014, p.9).

Os documentos complementares passaram, pois, a ser discutidos nas entidades representativas de cada área, incluindo-se aí a ANPOLL, Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Em julho de 2015, houve uma conclamação, publicada no site da organização, para que pesquisadores, professores e estudantes das áreas de Ciências Humanas e Sociais (CHS) participassem da consulta aberta à sociedade em relação à Minuta de Resolução da Ética em Pesquisa em CHS (CONEP/CNS/MS)²³. As contribuições deveriam ser enviadas até o início de setembro de 2015, de acordo com o publicado no site do Conselho Nacional de Saúde²⁴. Em 06 de abril de 2016, após algumas modificações indicadas pelos conselheiros formadores do órgão, a minuta foi aprovada na 59ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde. A resolução específica ainda tramita no CONEP/CNS/MS²⁵, mas no seio dos debates, floresceram movimentos que fizeram emergir a necessidade da criação de um Conselho de Ética no Ministério da Ciência e Tecnologia e não mais no da Saúde, já que:

Apesar dos avanços, as associações têm sido unânimes em alertar para o fato de que uma resolução complementar, vinculada à resolução nº 466/12 (...) manterá as ciências humanas e sociais em uma situação de descabida subordinação às ciências médicas, tolhendo-lhes a autonomia metodológica. (ABREU, 2014, p.10)

²³ Disponível em: <http://anpoll.org.br/portal/pt/mensagem-importante-conclamacao-aos-pesquisadores-professores-e-estudantes-das-areas-de-ciencias-humanas-e-sociais-chs-sobre-a-consulta-a-sociedade-minuta-de-resolucao-da-etica-em-pesqui/>. Data de acesso: 01/06/2016.

²⁴ Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2015/07jul21_minuta.html. Data de acesso: 01/06/2016.

²⁵ Informações disponíveis em: <https://www.abrasco.org.br/site/2016/04/aprovada-a-resolucao-sobre-etica-em-pesquisa-nas-chs/>. Data de acesso: 01/06/2016.

Contudo, mesmo no âmbito da subordinação, no que se refere às pesquisas linguísticas, Abreu (2014) atenta para duas questões legais específicas a serem observadas: a aceitação explícita dos participantes da pesquisa e a necessidade de sigilo dos dados coletados. As duas exigências são observadas pela Comissão de Ética da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e foram cumpridas nesta tese por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O documento (Anexo C), que foi adaptado para esta pesquisa conforme orientação da própria comissão, deixa claros: o objetivo da pesquisa, o tipo de participação e o evento para o qual o entrevistado está sendo convidado e os meios de coleta e divulgação dos dados. Além disso, o termo explicita o comprometimento ético do pesquisador em não tornar pública a identidade dos participantes da pesquisa. Por realizar a construção dos *corpora* utilizando entrevistas gravadas, foi obrigatória, no documento, a menção ao método por determinação da Comissão de ética da UERJ. Todos os entrevistados assinaram os termos e ao pesquisador coube lê-los para os participantes, antes da entrevista, e arquivá-los, após o consentimento, para quaisquer consultas. Além disso, por precaução e para assegurar claramente a permissão de gravação dos eventos, todos os entrevistados foram indagados sobre sua concordância antes da realização dos inquéritos e esta consta gravada no corpo de todos os áudios.

4.1.4 As questões técnicas da coleta de dados

Os pesquisadores que lidam com a forma oral da língua têm no gravador seu principal utensílio de trabalho. O equipamento deve ser capaz de proporcionar o armazenamento do maior número possível de dados originais, com qualidade sonora suficiente para assegurar uma transcrição fiel ao contexto comunicativo real. “De gravador em punho, o pesquisador-sociolinguista, como afirmamos, deve coletar: 1. situações naturais de comunicação linguística e 2. grande quantidade de material de boa qualidade sonora.” (TARALLO, 2007, p.21).

Nos dias atuais, os gravadores digitais do tipo *solid state* são os mais recomendados. Eles “utilizam como mídia cartões de memória estável (*secure digital*), o que os torna menos vulneráveis a choques e vibrações, e desse modo, a interferências/ruídos no sinal registrado.” (OLIVEIRA Jr, 2014, p.21). É importante considerar na escolha do gravador sua resolução, frequência e alcance, seu tipo de alimentação, a existência de entras para microfones e a

possibilidade de registro em formato não comprimido (OLIVEIRA Jr, 2014, p.21). No caso deste estudo, optou-se por um equipamento com as seguintes especificações:

Intervalo de frequências para cada modo de gravação:

- SHQ: 75Hz – 20.000 Hz.
- HQ: 75Hz – 17.000 Hz.
- SP: 75Hz – 15.000 Hz.
- LP: 75Hz – 3.500 Hz.

Velocidade de transmissão e de frequência para cada modo de gravação:

- SHQ: 44, 1 KHz, 192 kbps estéreo.
- HQ: 44, 1 KHz, 128 kbps estéreo.
- SP: 44, 1 KHz, 48 kbps mono.
- LP: 11,025 KHz, 8 kbps mono.

Taxa de bits: 32 – 320 kbps, VBR.

Com isso, obteve-se, na medida do possível, alta qualidade de som estéreo na coleta, já que foram gravadas no modo SHQ, e as condições para a gravação em formato WAV (arquivo não comprimido) foram asseguradas. Arquivos desse tipo “tem se tornado padrão (...), sendo o mais recomendado por órgãos de referência e, em muitos casos, o único formato aceito para preservação em bancos de dados internacionais.” (OLIVEIRA Jr, 2014, p.24).

Como a qualidade das gravações-teste se mostrou satisfatória, preferiu-se, mesmo com a possibilidade técnica, não utilizar microfones para não inibir os informantes ou tornar o evento comunicativo ainda mais artificial. Para tanto, levou-se em consideração a recomendação de Tarallo (2007, p.21): “Seja qual for a natureza da situação de comunicação, seja qual for o tópico central da conversa, seja quem for o informante, o pesquisador deverá tentar neutralizar a força exercida pela presença do gravador e por sua própria presença”. Obviamente a tentativa de minimizar tal interferência só pôde ser tomada após a comprovação de que ela não comprometeria os áudios. Além disso, como a pesquisa partia de um interesse e de recursos da própria pesquisadora, ou seja, não se podia contar com investimentos externos, nem as amostras comporiam um banco de dados maior, o empenho material não poderia ser mais alto do que foi. O menor número de equipamentos também facilitou o trânsito entre uma entrevista e outra e tornou o acomodar-se nas residências mais fácil e menos intruso.

Todavia, mesmo com todos os cuidados e planejamentos, nas investidas em campo, sabe-se que imprevistos ocorrem e já se contava com eles. Por isso, diante de situações adversas, os áudios deveriam ser assegurados em quaisquer condições, pois não se podia

garantir outras visitas ou entrevistas. Tal decisão se baseou na recomendação feita por Oliveira Jr (2014, p.26): “uma gravação feita em uma situação distante do ideal é melhor que nenhuma gravação. É preciso considerar que as condições de coleta de dados nunca serão perfeitas. Portanto, o que se recomenda é sempre planejar (...), e na hora, lançar mão do melhor que se puder.”

4.1.5 As entrevistas

As entrevistas tiveram sempre como ponto de partida o CEFFA CEA Rei Alberto I. A partir da relação estabelecida com os alunos e da conversa com eles, a seleção dos informantes foi se dando. Então, procurava-se, a princípio, conversar com eles sobre a pesquisa e sondá-los se seria possível uma entrevista com eles e com algum membro da família. Obviamente, os jovens sabiam do interesse prévio sobre a variação linguística local até mesmo por conta dos assuntos que surgiam durante as aulas, mas quando se falava da coleta de dados em si, o que se procurava evidenciar era a curiosidade sobre a história e os costumes regionais. O tratamento dessas questões, além de propiciar um contato mais pessoal com os informantes, permitia ainda a identificação e a valorização dos símbolos identitários da comunidade e, conseqüentemente, a quebra da expectativa por um possível preconceito em relação à cultura rural. Desse modo, o que sempre se narrava com uma certa timidez e descrédito no início, logo virava motivo de orgulho diante da condição de aprendiz-interessada (TARALLO, 2007, p.21) assumida pela pesquisadora. Essa postura também se manifestou com destacada importância no trabalho etnográfico de Comerford. O antropólogo conta que os camponeses o viam como uma espécie de estagiário, como alguém que queria ouvir e coletar o que as pessoas diziam, que desejava fazer amizades, “inaugurando uma relação recíproca de proximidade, intimidade e (...) de confiança e responsabilização mútua” (COMERFORD, 2003, p.18).

Assim, as primeiras entrevistas foram, na maioria das vezes, feitas com os alunos na própria escola. Optava-se por entrevistá-los em separado, em algum lugar mais sossegado da instituição que, no momento, apresentasse a menor possibilidade de interferência externa. Outrossim, o cuidado com o lugar da entrevista não impediu que eventuais interrupções acontecessem, o que não se apresentou como um entrave para a realização do trabalho. Em poucos eventos, os alunos preferiram que alguns colegas também participassem da interação.

De modo habitual, o amigo se colocava como, apenas, observante, mas também havia aqueles que, eventualmente interagiam com a situação. De início, não se negou o pedido, porém havia um receio quanto a essa múltipla interação. Observou-se, no entanto, com tal prática, que ela poderia ser mais benéfica do que problemática, pois o ambiente criado se tornava menos formal e mais agradável, oportunizando uma maior naturalidade na fala. Situação equivalente foi relatada por Labov em observações participantes de longo termo com grupos de jovens: “Não houve constrangimentos evidentes nessas sessões em grupo; os adolescentes se comportavam de seu modo habitual, e a maior parte da interação (...) ocorreu entre os membros. Como resultado, reduziu-se ao mínimo o efeito da observação sistemática.” (LABOV, 2008, p.245).

Esse primeiro contato com os alunos foi primordial para que eles atuassem como mediadores entre a pesquisa de campo e seus pais ou avós. Depois de “quebrado o gelo” com os jovens, a arguição com adultos era mais fácil. Os moradores assumiam, mesmo que com algum embaraço, o papel de embaixadores da comunidade, pois eram os reais conhecedores das histórias ali contadas. Durante as entrevistas, os próprios filhos ou netos mediavam, quando achavam conveniente, a interação. Aliás, aí se teve um dos primeiros axiomas quebrados nesta pesquisa. Pensou-se, originalmente, em se fazer as entrevistas com cada informante em particular. Todavia, viu-se logo nas primeiras visitas que isso não seria uma regra, pois além dos jovens participarem (estes de forma comedida), quando se notava a presença de um “estranho”, várias outras pessoas iam-se chegando e participando livremente da conversa, tornando aquele momento uma rica partilha.

Nos primeiros momentos, havia sempre um típico acanhamento por parte dos entrevistados. Este era muito mais uma preocupação com o tipo de avaliação que a professora faria das respostas a cada pergunta, do que a vergonha em falar. Havia uma grande apreensão em “responder ao questionário de forma correta”. Quando se comprovava realmente que as questões apresentadas eram familiares e caras a eles, tudo mudava, a conversa fluía, e não se lembravam mais do gravador. A visita, então, transformava-se em um evento social, onde amigos se faziam na presença de “um bom café acompanhado” por broas e bolos preparados com antecedência para receber bem a professora. Portanto, habitualmente, se a recepção não se fazia na cozinha, era nela que acontecia a despedida. Dos espaços privados que abrigam a memória cotidiana e os modos de vida de uma comunidade, a cozinha “aquele ‘compartimento quente’ onde a família se reúne, teatro de operação das ‘artes de fazer’ e da mais necessária entre elas, ‘a arte de nutrir’.” (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 2009, p.207) parece ser central. O café para finalizar soava como uma tática cotidiana (CERTEAU, 2008,

p.100), um tipo de aceitação da “forasteira” e uma espécie de permissão para uma maior intimidade, já que aquele era o espaço para se compartilhar. O mesmo sentimento é descrito por Comerford ao narrar sua experiência em comunidades rurais mineiras. O autor percebeu ter conquistado a confiança dos camponeses, quando passou “da sala para a cozinha” (2003, p.17), ou seja, quando passou a partilhar o espaço íntimo do cotidiano só permitido aos da família.

Era ali, com o gravador muitas vezes já desligado, que a relação se estreitava e se podiam confrontar os dados recolhidos ou aprofundar certos assuntos, delineando-se de fato a pesquisa etnográfica e a observação participante. Como já alertara Tarallo (2007, p.20), o sociolinguista deve participar de modo direto da interação, controlando os tópicos da conversa e a realização das variáveis linguísticas pesquisadas, utilizando a observação desde seu adentrar na comunidade. No entanto, é aí que se tem um dilema: como ser um pesquisador ao mesmo tempo observador e participante? Foi então que se percebeu a necessidade, já aconselhada por Silva (2007, p.124) da presença de um outro interlocutor que, além de conhecer a comunidade, deveria ter domínio das teorias do campo sociológico. A partir daí, contou-se, em alguns eventos, com a presença de um sociólogo e historiador, ex-morador e ex-professor da região. Ele tinha a função de observar e também provocar, indiretamente, alguns debates que serviriam, posteriormente, de base para reflexões acadêmicas mais aprofundadas. A presença dele também assegurou a confiança necessária para a interação. Quando ele se apresentava como morador da região, imediatamente a pergunta “Você é parente de quem?” surgia. Tal questão tão tradicional em comunidades fortemente ligadas por laços de parentesco e amizade (COMERFORD, 2003, p.30) garantia o reconhecimento dos sujeitos como iguais e estabelecia uma relação de credibilidade e afeição.

A presença de mais de um interlocutor nos eventos comunicativos poderia ter se configurado como um problema, mas foi, na verdade, uma ótima maneira de envolvimento com a comunidade. Foi a partir dessa interlocução que se obtiveram os convites para a participação em outros episódios sociais como trilhas, almoços, cafés, nos quais se pôde estabelecer um abarcamento comunitário para além das entrevistas, rompendo, assim, o *paradoxo do observador* colocado por Labov: “o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas.” (LABOV, 2008, p.244). Evidentemente, a empatia pré-estabelecida com aqueles indivíduos a partir da relação alunos-pais-professores acelerou muito o processo de inclusão da pesquisadora, mas o fato de eles perceberem que sua cultura estava sendo objeto de investigação científica os fez ter vontade de contar suas histórias, de

apresentar suas famílias, de mostrar os lugares e espaços sociais representativos da comunidade. Muitos comentavam que não entendiam o porquê “daquilo ser estudado”, mas se mostravam orgulhosos em poder contribuir naquela construção. Até mesmo as entrevistas que não aconteceram serviram de elo entre esses sujeitos, pois quando surgia um impedimento, como doença ou falecimento de algum membro da família, se por um lado havia a preocupação em avisar, desculpar-se e em remarcar a reunião, por outro permitia a implicação da pesquisadora em questões pessoais. Sendo assim, a relação entre ambas as partes foi se estabelecendo de forma natural e gradual.

Outro fator também relacionado à escola que pode ter contribuído para o bom andamento das entrevistas foi a Pedagogia da Alternância, adotada pelo CEFFA CEA Rei Alberto I. Dentre as inúmeras ferramentas metodológicas usadas pela instituição, existe uma, chamada Plano de Estudos, que propicia a experiência da comunidade com instrumentos da pesquisa social. O

Plano de Estudo é um roteiro de pesquisa elaborado por educandos e orientado pela equipe de tutores [professores] (...). Ele compreende um guia para uma entrevista, que deve ser realizada com a família ou com membros da comunidade (...). Seu objetivo é traçar um perfil local em relação a um determinado assunto, apontado pela comunidade escolar como de extrema importância para o seu próprio desenvolvimento e/ou o do educando. (DÁLIA, 2011, p.33)

Ou seja, as famílias de alguma forma estão acostumadas a dar entrevistas e, em muitos momentos, com a presença de um gravador. Desse modo, a interlocução que resultaria em uma pesquisa científica também não era para aquela população algo totalmente novo. Por isso, até quando ocorreram situações em que a visita não pôde ser marcada com antecedência, as famílias foram muito receptivas e agiram, dentro do possível, com naturalidade para um evento não tão natural assim. Todavia, cabe destacar, que mesmo sem o agendamento, a pesquisa não era uma novidade. Os pais e avós dos alunos sabiam que ela estava acontecendo e que iriam, em algum momento, ser entrevistados.

Por fim, vários professores do CEFFA também fizeram trabalhos acadêmicos de cunho etnográfico²⁶ o que também favorece a desenvoltura da comunidade com eventos desse

²⁶ FRAZÃO, Gabriel Almeida. “A *serviço da formação do jovem rural*”: desafios e contradições na atuação do CEFFA CEA Rei Alberto I como agente do desenvolvimento do meio. 13/ 05/ 2015. 206 f. Tese de Doutorado – CPDA/UFRRJ, 2015.

SANTOS, Thamy Pereira dos. A contribuição da Matemática para agregar valores à cultura e às atividades cotidianas familiares de educandos de uma região rural através de eixos temáticos. 11/ 09/ 2015. 85 f. Dissertação de Mestrado – PPGEA/UFRRJ, 2015.

tipo. Nesses estudos, é comum reconhecer a mesma postura da comunidade experimentada nesta Tese: o acolhimento. No final da pesquisa de campo, a pesquisadora já não era mais professora da instituição e isso de forma alguma comprometeu a recolha de dados. A autorização para pertencer àquela comunidade se manteve e a acolhida sempre se fez presente. “Em outras palavras, a minha presença ali abria (como de fato abriu) uma perspectiva de uma relação de amizade, confiança e proximidade, concebida como em alguma medida semelhante às que há com pessoas da família” (COMERFORD, 2003, p.18).

4.1.6 Os critérios de transcrição

Muitos são os critérios e os modelos de transcrição das audiências disponíveis na literatura. A escolha por um paradigma já indica “uma teoria que norteia muitas decisões a serem tomadas durante o processo. De certa forma (...), a transcrição pressupõe uma pré-análise dos dados” (PAIVA, 2007, p.135). Aqui, as regras seguidas foram as compiladas por Gago (2002), que teve como referências, basicamente, os símbolos usados por Sacks, Schegloff & Jefferson (1974) e Ochs, Schegloff & Thompson (1996):

Tabela 3 – Símbolos gráficos utilizados na transcrição.

Sinais	Significado
,	pausa com menos de um segundo, medida com cronômetro
(2.8)	pausa em segundos, medida com cronômetro
[início de sobreposição de fala
]	finalização de sobreposição de fala
=	ausência de pausa entre a fala de dois falantes distintos
.	entonação descendente, indicando finalização do enunciado
?	enunciado com entonação de pergunta
↑	subida do contorno prosódico
↓	descida no contorno prosódico
:	alongamento de vogal*

-	corte na fala ou autointerrupção
MAIÚSCULA	forte acento ou ênfase no volume da voz
<u>palavra</u>	trecho sublinhado indica acento fraco no volume da voz
“palavras”	trecho entre aspas indica fala relatada
(())	comentários do analista
(palavra)	transcrição duvidosa
()	transcrição impossível
°palavra°	trecho marcadamente mais suave ou devagar que o restante da fala.*
>palavra<	fala comprida ou acelerada*
* a duplicação dos símbolos indica maior intensidade do fenômeno	

As transcrições foram realizadas logo após ter-se conseguido grande volume de material gravado. Elas seguiram o modelo ortográfico e não o fonético, ou seja, os registros respeitaram a ortografia oficial, mantendo as características da fala coletada, pois

do ponto de vista prático, é pouco desejável estabelecer como meta uma descrição fonética detalhada de grande massa de dados. Quando nos propomos a trabalhar com muitas horas de gravação de uma variedade linguística, podemos, no máximo, fornecer indicações de aspectos fonéticos que, no caso de constituírem objeto de interesse para outros pesquisadores deverão ser criteriosamente revistos. (PAIVA, 2007, p.136-137).

Procurou-se transcrever literalmente apenas as marcas específicas da variação local. Assim, em situações cuja fonética não corresponde ao símbolo gráfico, mas é comum em todo território nacional, como o *_e* final com som de *_i*, optou-se pela grafia original da palavra. Objetivava-se, assim, manter um sistema mais simples e de fácil compreensão por todos os que tivessem acesso ao material transcrito, visto que “é interessante projetar que tais gravações poderão ser utilizadas em pesquisas futuras, pelo mesmo pesquisador ou por outros, de modo que se recomenda uma transcrição mais ‘neutra’.” (OUSHIRO, 2014, p.130).

Diante da grande quantidade de horas gravadas para uma tese de doutorado, foi necessária a ajuda de auxiliares no processo de transcrição. No entanto, todo material transcrito passou por algumas rigorosas revisões com a finalidade de manter a coerência nos registros e checar possíveis desvios. Os critérios compartilhados nesse processo foram em menor número possível tendo em vista que quanto maior eles forem “mais heterogêneas tendem a ser as transcrições das gravações do mesmo *corpus*, algo que não é desejável quando um dos principais objetivos é padronizar o material” (OUSHIRO, 2014, p.130).

É comum para auxiliar nesse processo a utilização de programas de manipulação de áudio. Neste trabalho, contou-se com a ajuda do Digital Voice Editor compatível com o gravador. Ele permitiu: alterar a velocidade dos áudios, quando necessário para a transcrição; selecionar trechos e destacá-los das audiências originais; unir arquivos separados; e modificar o tipo de armazenagem. A ferramenta contribui muito, inclusive, para a revisão de todo o material.

4.1.7 O cruzamento e a análise de dados com a ferramenta analítica

O programa GoldVarb de acordo com Vieira, Corrêa e Alves é uma “Ferramenta estatística que possibilita verificar (i) o grau de variabilidade de um fenômeno variável, (ii) a produtividade de cada variante por contexto observado e (iii) a relevância de fatores que favorecem ou inibem a realização das formas alternantes (2009, p1). Aqui se contou com a versão GoldVarb X, que pôde ser baixada gratuitamente pelo site <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/GoldVarb.html> e que foi uma forte aliada na análise quantitativa dos dados.

Normalmente o instrumento é utilizado para avaliar um fenômeno variável dependente associado as suas variáveis independentes. Assim, consegue-se isolar, a partir das transcrições, o trecho da fala ou o vocábulo específico e observá-lo em suas estratificações de: gênero, faixa etária, origem, escolaridade, classe social, nível de linguagem, além dos contextos enunciativos e estruturais da língua que motivaram o fato. Esses critérios de observação vão variar de acordo com cada pesquisa, que também terá prioridades singulares, dependendo de sua abordagem e objetivo.

No entanto, as possibilidades de utilização do programa podem ser inúmeras e superar aquelas previstas para a Sociolinguística. Por permitir o cruzamento de vários dados, o GoldVarb é facilmente adaptado a muitas análises estatísticas sociais. Assim, as informações de um questionário ou de uma entrevista etnográfica podem ser codificadas e lançadas no programa, que irá traduzi-las em números totais e percentuais. A estatística é apresentada, inicialmente, por cada entrada de código, ou seja, para cada variável independente um resultado será formado, mas eles podem ser também cruzados. Desse modo, é possível relacionar as informações, por exemplo, de faixa etária e gênero para uma dada resposta dos informantes.

Cabe ao pesquisador criar um código para cada possível resposta de uma pergunta, que será representada por um grupo no programa, ou, no caso de fenômenos sociolinguísticos, codificar cada variável independente para descobrir em que situações a variante em observação ocorre. Os especialistas recomendam que os códigos sejam de rápida associação com o dado para que o lançamento das informações se torne uma tarefa mais fácil: “Montado o *corpus*, passa-se ao levantamento e à codificação dos dados para a análise quantitativa. Trabalha-se com códigos (de preferência mnemônicos) que alimentarão o Programa GoldVarb.” (OLIVEIRA, 2004, p.7).

Valendo-se das possibilidades de utilização da ferramenta, esta pesquisa a utilizou de uma forma muito específica. Como aqui não se pretendia analisar um fenômeno variável específico, mas sim aspectos identitários da fala local, o uso tradicional do GoldVarb foi dispensado. Ele foi acionado, então, para o exame dos testes em ausência e em presença de fala. Nos dois, cada pergunta foi transformada em um grupo e cada possível resposta em um código. Para o primeiro caso, contou-se com 14 grupos e, para o segundo, com 11 grupos estratificados, que representaram as variáveis independentes de gênero, faixa etária, escolaridade e as próprias perguntas. O número de códigos para cada agrupamento dependeu da quantidade de respostas possíveis ao estímulo.

Para que as tabelas com os resultados quantitativos fossem elaboradas, foi preciso escolher qual seria o grupo principal para que as demais informações fossem associadas a ele. Na avaliação em ausência, optou-se por manter o cruzamento fixo das informações com a faixa etária. Assim, todas as demais variáveis foram primeiramente relacionadas à geração, mas, quando se julgava necessário, para o aprimoramento das reflexões, fazer a interseção com mais outro dado, o programa permitia. Já em presença, a chave das tabelas foram as duas variantes em comparação (rural e urbana), havendo cruzamentos se interessante fosse. A associação dos resultados ficará mais clara quando estes forem descritos nos próximos dois capítulos.

Enfim, a utilização do programa foi de suma importância para a Tese, uma vez que a transformação dos inquéritos em dados estatísticos trouxe à tona inúmeras questões que geraram muitas reflexões. Sem o GoldVarb não seria possível evidenciar com tanta clareza os resultados encontrados na pesquisa de campo. A ferramenta também foi fundamental para, com maior segurança, traduzir em dados reais e objetivos aquilo que fora observado e pressuposto empiricamente, como poderá ser comprovado com o prosseguimento deste texto. Comprovou-se, portanto, o quão necessário é para a Sociolinguística se valer da estatística, demonstrando mais uma vez o caráter transdisciplinar dessa ciência.

5 “EU FALO DO MAR SAGRADO / O CÉU JARDIM DE FRÔ”: LEVANTANDO ASPECTOS LINGUÍSTICO-IDENTITÁRIOS DAS COMUNIDADES RURAIS DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO

5.1 A descrição da variação rural na trajetória das pesquisas

Os estudos linguísticos nacionais, há muito, já consideram a pesquisa nas variedades rurais, como fora elucidado no primeiro capítulo desta Tese, haja vista a publicação de 1920 de Amadeu Amaral, “O dialeto caipira”. Em seu início as abordagens tinham um perfil dialetológico e contribuíram, mais tarde, também para a construção dos atlas linguísticos brasileiros. Com o passar do tempo, o caráter sociolinguístico das investigações foi tomando corpo e as características do falar rural do Brasil foram sendo descritas. Em grande parte das pesquisas, percebe-se a convergência entre tal variedade diatópica e aquela já consagrada como o Português Brasileiro Popular que se opõem à norma considerada culta. O falar popular é, pois, constantemente associado ao iletrado e, conseqüentemente, o mesmo ocorre com o rural, como coloca Bortoni-Ricardo na descrição de seus dados dos migrantes rurais em Brazlândia, DF: “Entre elas [as regras fonológicas], algumas são específicas dessa variedade, mas a maioria está presente no falar caipira e nas variedades urbanas desprestigiadas.” (2011, p.57).

Essa concordância pode ser notada ao analisar algumas compilações dos principais aspectos dessas variedades. Em relação ao Português Popular, suas principais características podem ser encontradas na síntese apresentada por Ataliba de Castilho para o arquivo do Museu da Língua Portuguesa e em sua “Gramática do Português Brasileiro”. Já no que se referem às descrições que se debruçam sobre os traços do falar rural, são observados fenômenos dos mais variados tipos, mas que mantêm inúmeras características de interseção entre os estudos e entre os dados, o que parece indicar uma similaridade nas variações rurais distribuídas em território nacional. Faz-se necessário, então, uma revisão de tais aspectos para, além de compará-los com a variedade em análise aqui, verificar a tão propagada similaridade entre a norma popular e a fala rural.

No campo fonético/fonológico, Castilho elenca os seguintes aspectos de distinção entre o Português Popular e o Culto:

Tabela 4 – Características fonéticas do PB popular e do PB culto.

PORTUGUÊS BRASILEIRO POPULAR	PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO
PRONÚNCIA DAS VOGAIS E DOS DITONGOS	
Ditongação das tônicas seguidas de sibilante no final das palavras: <i>mêis, Luiz</i>	Manutenção dessas vogais: <i>mês, luz</i> .
Perda da vogal átona inicial: <i>marelo, sucra</i> .	Manutenção dessa vogal: <i>amarelo, açúcar</i> .
Nasalação das átonas iniciais: <i>inzame, inducação, inleição, indentidade</i> .	Mantém-se a átona inicial, fluando sua pronúncia como: <i>exame / izame, educação / educação</i>
Nasalação dos monossílabos tônicos: <i>im, vim</i> .	Manutenção dos infinitivos monossilábicos: <i>ir, vir</i> .
Abertura das átonas pretônicas no Nordeste (<i>còvardi, nòturno, nèblina, rècruta</i>), fechamento no Sul (<i>covardi, noturno</i> , etc.). Fechamento maior em palavras dissilábicas, donde <i>filiz, chuver</i> .	Mesmos fenômenos.* * Informação disponível no material de acervo do Museu.
Queda das vogais átonas postônicas nas proparoxítonas: <i>pêzgu, cosca, oclos</i> (...) por <i>pêssego, cócegas, óculos</i> . Com isso, predominam as paroxítonas.	Mantém-se as átonas postônicas nas proparoxítonas.
Manutenção das vogais átonas finais <i>-e, -o</i> em algumas regiões, e fechadas em outras, encontrando-se as pronúncias: <i>pente – penti, lobo – lobu</i> .	Mesmos fenômenos.* * Informação disponível no material de acervo do Museu.
Perda da distinção entre ditongos e vogais em contexto palatal: monotongação em <i>caxa, pexe, bejo, quejo</i> ; ditongação em <i>bandeija, feichar</i> .	Perda da distinção. Variação regional da ditongação.
Desnasalação e monotongação dos ditongos nasais finais: <i>hómi, faláru</i> .	Os ditongos nasais são mantidos: <i>homem [òm~ey], falaram [falárãw]</i> .
Monotongação dos ditongos crescentes átonos em posição final: <i>ciência, experiência, negócio</i> .	Manutenção desses ditongos: <i>ciência, experiência, negócio</i> .
PRONÚNCIA DAS CONSOANTES	
Retroflexão do <i>r</i> na área dos falares caipiras, seja no final ou na posição inicial de sílaba e nos grupos consonantais: <i>porta, caro, cobra</i> . No Nordeste e no Rio de Janeiro, vibração posterior. No Sudeste e Sul, vibração anterior.	Mesmos fenômenos, com a tendência a discriminar o <i>r</i> retroflexo em situações formais.* * Informação disponível no material de acervo do Museu.
Troca de <i>l</i> por <i>r</i> em final de sílaba e em grupos consonantais: <i>marvado, pranta</i> .	Manutenção do <i>l</i> : <i>malvado, planta</i> .
Troca de <i>v</i> por <i>b</i> em palavras tais como <i>barrer, bassoura, berruga, bespa</i> , em Pernambuco, Bahia e São Paulo.	Manutenção de <i>v</i> : <i>varrer, vassoura, verruga, vespa</i> .* * Informação disponível no material de acervo do Museu.
(1) manutenção das dentais <i>t</i> e <i>d</i> em posição final; (2) palatização, como em <i>denti, pòdi</i> ; ou (3) realização de africadas como em <i>dentfi, pòdzi</i> .	Mesmos fenômenos.* * Informação disponível no material de acervo do Museu.
Iodização da palatal <i>lh</i> : <i>[oreya], [vèyu]</i> .	Manutenção da palatal: <i>orelha, velho</i> .
Expiração e perda de <i>-s</i> final: <i>vamoh > vamo; poih > pô</i> .	Manutenção da sibilante: <i>vamos, pôs</i> .* * Informação disponível no material de acervo do Museu.
Perda das consoantes <i>d</i> e <i>b</i> quando precedidas de vogal nasal: <i>andano, emora</i> .	Manutenção das consoantes na fala formal monitorada: <i>andando, embora</i> . Na fala espontânea, perda dessa consoante.

(CASTILHO, 2012, p.206)

Em se tratando do falar rural, a variação fonética é a mais explorada e, portanto, com maior número de possibilidades comparativas da teoria. Bortoni-Ricardo (2011, Cap.3), ao

priorizar tal campo, elenca as características comuns às variações rurais e consegue, com isso, sintetizar o que pode ser percebido em outros trabalhos. Em resumo, o rol é o seguinte:

- Tendência a sílabas abertas: monotongação dos ditongos decrescentes (otro); desnasalização (bença; viage); apagamento de consoantes finais (fazemu).
- Tendência para as paroxítonas: redução dos ditongos crescentes (negoço); redução das proparoxítonas (chacra).
- Processos que afetam as líquidas: 1) almoço > armoço; 2) garfo > galfo; 3) planta > pranta; 4) outro > otu; 5) milho > mio.
- Mudanças esporádicas de vogais: elevação das vogais pretônicas (intindidu; suzinhu); hipercorreção (enteressante, osina); arcaísmos (premeru); preservação de formas dialetais do século XVI (antão, pricurá); mudança da vogal tônica (vevi, assesti, habitoa, truxi).
- Outros aspectos: prótese (alembirá); nasalização da vogal oral inicial (inxemplu, ansim; por assimilação, inducação); metátese (pruque, percisá); epêntese (dispois); aférese (cabou, ranca, gnorante); assimilação (falanu, querenu, tamein).

Nos aspectos mórficos, Castilho chama atenção para os seguintes fenômenos:

Tabela 5 - Características morfológicas do PB popular e do PB culto.

MORFOLOGIAaIA	
PORTUGUÊS BRASILEIRO POPULAR	PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO
Morfologia nominal e pronominal	
Perda progressiva do <i>-s</i> para marcar o plural, que passa a se expresso pelo artigo: <i>os homi, as pessoa.</i>	Manutenção das regras redundantes de marcação do plural, salvo na fala rápida: <i>os homens, as pessoas.</i>
Perda do valor do sufixo <i>-ior</i> nos comparativos de superioridade, utilizando-se o advérbio <i>mais</i> : <i>mais mio, mais pió.</i>	Preservação do valor comparativo do sufixo <i>-ior</i> : <i>melhor, pior.</i>
Alterações no quadro dos pronomes pessoais: generalização do reflexivo <i>se</i> para a primeira pessoa (<i>eu se esqueci, nós não se falemo mais</i>), perda do pronome <i>o</i> , generalização do pronome <i>lhe</i> , substituição de <i>tu</i> por <i>você</i> no centro do país, substituição de <i>nós</i> por <i>a gente</i> .	O pronome reflexivo ou mantém sua pessoa gramatical, na terceira pessoa (<i>ele se esqueceu</i>) ou é omitido (<i>eu esqueci</i>). A perda de <i>o</i> na língua falada se difunde, mantendo-se apenas na língua escrita. Usa-se <i>tu</i> apenas nas regiões Norte e Sul do país e na cidade do Rio de Janeiro, neste caso sem com ele concordar o verbo: <i>tu sabe de uma coisa?</i> Substituição progressiva de <i>nós</i> por <i>a gente</i> .
Redução do quadro dos pronomes possessivos para <i>meu / seu / dele</i> , com perda progressiva de <i>teu</i> nas regiões em que desapareceu o pronome <i>tu</i> .	Mesmas características. O pronome <i>teu</i> pode aparecer em contextos marcados, alternando com <i>seu</i> : <i>Meta-se com os seus negócios, isto não é da tua conta!</i>
Redução dos pronomes demonstrativos a dois tipos: <i>este/esse</i> , para indicar objetos próximos ou para retomar informações próximas, mantendo-se <i>aquele</i> para indicar objetos e informações remotas.	Mesmas características.
Generalização do pronome relativo <i>que</i> , perdendo-se <i>cujo, onde</i> .	Mesmas características.
Morfologia verbal	
Elevação da vogal temática no pretérito perfeito do indicativo: <i>fiquemu, falemu, bebimu.</i>	Manutenção da vogal temática, continuando indistintos o presente e o pretérito: <i>ficamos, falamos, bebemos.</i>

Simplificação na morfologia de pessoa, dadas as alterações no quadro dos pronomes pessoais, reduzindo-se a conjugação a apenas duas formas diferentes: <i>eu <u>falo</u>, você / ele / a gente / eles <u>fala</u></i> . Por hipercorreção, pode-se ouvir <i>a gente <u>falamos</u></i> .	A morfologia de pessoa reduz-se a três, às vezes a quatro formas diferentes: <i>eu <u>falo</u>, você/ ele / a gente <u>fala</u> / eles <u>falam</u>/ nós <u>falamos</u></i> .
--	---

(CASTILHO, 2012, p.207)

Sintaticamente, podem-se depreender as seguintes diferenciações entre a norma popular e a culta, ainda segundo Castilho:

Tabela 6 - Características sintáticas do PB popular e do PB culto.

SINTAXE	
PORTUGUÊS BRASILEIRO POPULAR	PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO
Simplificação da concordância nominal, expressa apenas pelo determinante (como em <i>as pessoa</i>), e acentuada quando o substantivo e o adjetivo vêm no diminutivo (<i>aqueles cabelim branquim</i>). A concordância é ainda visível quando há saliência fônica diferenciando a forma singular da forma plural, como em <i>as colheres</i> .	Manutenção da concordância nominal com redundância de marcas: <i>as pessoas, aqueles cabelinhos branquinhos</i> .
Simplificação da concordância verbal: <i>as pessoa <u>fala</u>, <u>fala</u>, mas não <u>resolve</u> nada</i> . Ocorrendo saliência fônica entre as pessoas do verbo, mantém-se a concordância: <i>as pessoa <u>sáiru</u>, mas elas <u>são</u> <u>bão</u></i> .	Manutenção da concordância do verbo com o sujeito, mas a regra pode não se aplicar quando o sujeito é posposto e separado do verbo por expressões várias: <i>Faltou mesmo depois de tanta luta as respostas mais interessantes</i> .*
Predominância do sujeito exposto e colocado antes do verbo, evitando-se o sujeito posposto.	Mesma característica. Sujeito “pesado”, isto é, constituído por muitas sílabas tende a pospor-se, mas a sintaxe torna-se progressivamente mais rígida.
Expressão do objeto direto pronominal pelo pronome <i>ele</i> (<i>eu vi ele</i>) ou por <i>lhe</i> (<i>eu não lhe conheço</i>). Objeto direto ou indireto exposto por pronome demonstrativo neutro e complemento oblíquo tendem a aparecer antes do verbo: <i>Isso eu quero, Isso eu preciso</i> . Supressão da preposição em alguns complementos oblíquos: <i>Eu preciso isso</i> .	Discreta preferência pelo objeto direto omitido: <i>eu vi Ø</i> . Na fala culta espontânea é comum dizer-se <i>eu vi ele</i> , mas ainda é raro o uso de <i>lhe</i> como objeto direto. Manutenção da preposição: <i>Eu preciso disso</i> . Mesmas características nos demais casos.
Abundância de construções de tópico sujeito, com retomada pronominal no interior da oração: <i>A <u>menina</u>, ela chegou agora mesmo</i> .	Mesma característica.
Preferência pela oração relativa cortadora, em que se omite a preposição antes do pronome relativo (<i>Perdi a revista que a capa estava rasgada</i>) e pela relativa copiadora, em que se insere pronome pessoal depois do relativo (<i>O menino que ele chegou trouxe a correspondência</i>). Nos dois casos, nota-se que o relativo se “despronominaliza”, transformando-se em uma conjunção.	Preferência pela oração relativa padrão, sobretudo na variedade escrita: <i>Perdi a revista cuja capa estava rasgada; O menino que chegou trouxe a correspondência</i> . Na variedade falada espontânea já se encontram as relativas cortadora e copiadora.
Preferência pela oração substantiva “dequeísta”: <i>Ele falou de que não sabia de nada</i> .	Preferência pela oração substantiva “não dequeísta”: <i>Ele falou que não sabia de nada</i> .

Falta de concordância: (i) de gênero, em Vale do Ribeira e na Baixada cuiabana: <i>o meu sobrinha</i> . (ii) de pessoa gramatical, nos mesmos lugares: <i>eu falou; eu apanhou</i> . (iii) de número entre o verbo e o sujeito posposto: <i>tava lá as empregadas</i> .	Manutenção da concordância em (i) e (ii), mas pode não se aplicar em (iii). Registro de concordância com o verbo haver: <i>Haviam muitas pessoas na sala</i> .
Uso de <i>ter</i> nas construções existenciais: <i>Hoje tem aula</i> .	Mesmo fenômeno, com exceção da língua escrita.

(CASTILHO, 2012, p.208)

Nos aspectos morfossintáticos, os estudos do falar rural são bem menos expressivos e descritivos. Normalmente, os fenômenos analisados se restringem a concordâncias verbais e nominais (Como em: BORTONI-RICARDO, 2011, p.222-239; ALMEIDA BARONAS, 2007 e ALMEIDA, 2006²⁷; ALMEIDA e CARNEIRO, 2003²⁸, e outros), muito mais ao primeiro caso do que ao segundo, e, em um especificamente, à ordenação dos constituintes na sentença (SANTOS, 2005).

Bortoni-Ricardo concluiu em sua pesquisa que “à medida que os migrantes rurais se envolvem mais com a cultura dominante, tendem a exibir melhor controle da regra de concordância.” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.234). Ou seja, a tendência da fala rural é não fazer, segundo a autora, a concordância de 3ª pessoa do plural. A regra padrão se torna mais realizável quando o falante passa a acessar os códigos da cultura letrada, sendo, portanto, um indicador facilmente associado ao valor sociossimbólico de uso da língua. Nas manifestações de concordância de 1ª pessoa do plural, a autora chama atenção para o fato de que “Na variedade caipira, a variante /mu/ geralmente coocorre com a mudança da vogal temática (/a/ > /e/) nos pretéritos da 1ª conjugação” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.234). Assim, ter-se-ia, como muito produtiva, a realização, por exemplo, de “falemu”, como pretérito, em oposição à “falamu”, presente. Ademais, a substituição de *nós* por *a gente*, tão comum em áreas urbanas, foi muito baixa em seus dados, o que não motivou uma observação mais sistemática desse fenômeno no grupo de migrantes rurais.

Almeida, em seu levantamento das peculiaridades do falar rural, destaca a ausência de concordância nominal dessa variedade, como em “*us homi quase nenhum vai*” (ALMEIDA, 2006, p.52), cujo plural seria marcado apenas no determinante. A simplificação morfológica no Português Brasileiro Rural demonstraria, para alguns gramáticos, a influência africana na Língua Portuguesa. Todavia, a pesquisadora não deixa de ilustrar que tal tese já fora refutada por outros estudiosos que afirmam ser o fenômeno também produtivo na vertente europeia do

²⁷ Citações distintas para a mesma pesquisadora em seus próprios textos.

²⁸ Dados referentes ao Projeto NELPRU – Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa Rural – da Universidade Estadual de Feira de Santa, BA.

idioma, inclusive nos dias atuais. A mesma análise é feita quando observada a redução do paradigma flexional verbal na variação do PB. A flexão do verbo apenas em duas pessoas, 1ª e 3ª, registrada nas áreas rurais, encontra explicações tanto na influência da diáspora africana quanto na mudança linguística natural da própria língua materna.

Ainda em relação à concordância verbal, dados preliminares do Projeto NELPRU – Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa Rural – demonstram que a sua realização é registrada em menos de 50 % dos falantes de áreas rurais do interior da Bahia. Todavia, também aí, os pesquisadores concluíram que o contato com a escolarização condicionaria o resultado, uma vez que os índices de concordância sobem na medida em que a instrução formal dos entrevistados é maior. Para eles, “Esses fatos comprovam a sensibilidade do fenômeno ao contato externo, relacionando-se, portanto, a fatores socioculturais e não a fatores geográficos.” (ALMEIDA e CARNEIRO, 2003, p. 128).

Por fim, vários também são os estudos que tratam da variação lexical em comunidades rurais. Entretanto, por serem muitos e de caráter muito diatópico não cabem aqui menção. A pesquisa sobre léxico requer ainda uma metodologia própria que, por hora, não poderia ser realizada, o que inviabilizou a comparação do vocabulário nas áreas pesquisadas por esta Tese. Fica claro, no entanto, o fato de que há varias correlações entre o PBP – Português Brasileiro Popular – (ou o Português Brasileiro Não-Culto) e o Português Brasileiro Rural, mas elas não são unânimes. Compete a este trabalho agora analisar se tais fenômenos ocorrem nas comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo e se a região indica outros fatores a serem analisados.

Cabe, antes disso ainda, lembrar que o objetivo da Tese não se restringe à análise de um único fenômeno variável. Procurou-se elencar os aspectos característicos da fala daquela região. Sendo assim, a reflexão sobre os dados foi muito mais qualitativa do que quantitativa, não se pretendendo, portanto, isolar homogeneidades, mas, ao contrário, admitir variações de uso dentro da própria variedade, tanto inter quanto intrafalantes. No que diz respeito aos dados, é importante frisar que eles foram coletados a partir das entrevistas. Serviram, pois, de estímulo às falas dos moradores, os blocos 1, 2, 3 e 4 do Roteiro que consta no Anexo B.

5.2 Aspectos da variação fonética nas comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo: metaplasmos encontrados na região

No que diz respeito aos fenômenos fonéticos, optou-se aqui por não destacar nem transcrever aqueles que são comuns ao português falado em grande parte do território nacional, ou ainda aquelas características típicas do falar fluminense de um modo geral. Nesse sentido, não foram considerados na análise aspectos como: a ditongação seguida de sibilante como em *faiz* e a palatização das consoantes oclusivas dentais /t/ e /d/, realizada na maior parte do estado do Rio de Janeiro; e o fechamento das vogais finais *-e* e *-o*, como em *denti* e *caru*, comum em grande extensão territorial brasileira.

Como modo de apresentação e exame, buscou-se ainda, para uma melhor compreensão e assimilação, organizar os fenômenos a partir da consideração dos metaplasmos contemporâneos elencados por Botelho e Leite (2005), uma vez que eles servem tanto à análise da variação quanto à da mudança linguística, pois “continuam agindo e transformando a Língua Portuguesa” (BOTELHO e LEITE, 2005, p.1). Optou-se também por apresentar realizações e recorrências de fenômenos em todas as gerações pesquisadas e nos dois gêneros, mesmo que os exemplos, por vezes, se repetissem, já que se pretende investigar a agregação de escores, ou seja, a variação nas variáveis independentes. Assim, puderam-se constatar os seguintes mecanismos atuando como identitários na fala dos moradores, identificados por números²⁹, da região pesquisada:

5.2.1 Aférese

A aférese é uma mudança fonética que consiste na supressão de um fonema, de uma sílaba ou da parte inicial de um vocábulo (BOTELHO e LEITE, 2005. p.4; DUBOIS et.al., 2014, p.26) como pode ser percebido nos casos abaixo destacados:

01	... a fulia <u>inda tá</u> , o pessual daqui, uns daqui, participa junto cum o povo ali de Três Bicu...
----	---

04	Mais ou menos... porque Salinas agora tem a roda de viola, nê? Que <u>tão</u> saindo um sertanejozim pelas casas...
----	---

²⁹ O elenco de informantes com suas características consta no Anexo D.

05	Ah, eis são... Assim, dá para percebê, né, porque eis são () a face assim, o jeito da face mai <u>rugado</u> por causa do sol, pur causa de trabalhá, essas coisa assim, acho qui dá pra...
07	... podi <u>tá</u> na berada da rua qui ninguém fala “oi...”
09	A salsa <u>tá</u> sameadinha, <u>tá</u> nascenu, aí tem o cuntru pra <u>rancá</u> , tem o feijão tamém qui <u>tá</u> , já maiózim...
10	É... Jaguarimbé, faz parte cum... um... meu Deus, como é o nome daquele lugá lá? De <u>Taocara</u> ...
10	Ah todo dia... (suspiro), acordá, nê, fazê o serviço da casa, porque eu janto e num <u>rumo</u> cozinha...
11 – A	Não a minha lavôra é ali im cima. Eu trabalhava aqui, mas aí era, era <u>rendadu</u> , aí eis pidiru o <u>rendamento</u> , aí eu (...)
11 – A	Não, não, <u>rendado</u> ...
12 – A	... Aí eu tra... muito dia eu <u>travessava</u> dentro d’água (()) naqueles pasto pra, pra lá... aí muitos dia eu passava dentro d’água pra podê istuda. Aí minha mãe falava: “aqui, <u>cabô</u> de istuda vem embora pra <u>cê rancá</u> batata doce pra cuzinhá pros porco (())lenha.” I(:) era a luta era feia. Eu nunca tive sossego na vida não. Até hoje, aí eu <u>custumei</u> com esse ritmo, minha vida é trabalhá, eu num gosto de ficá parado. Eu <u>tô</u> chegando agora aqui, mas <u>tava</u> atrás de compromisso. I, criação, eu sou danado pra gostá de criação.
13	... A gente é mar bobo, porque a gente assim num sabe se expressá direito, num sabe nem falá direito, a gente fica <u>canhado</u> e todo mundo já conhece, né? ...
13	Não, meu marido não, mas aí pra amanhã, <u>diantá</u> pra amanhã. São (()) eu e minha irmã que trabalha juntas, né?
15 – A	Não, até que a iscolinha era tranquilinha , tinha ãa sala lá...a iscolinha <u>tá</u> lá até hoje () rsrs... <u>cabô</u> tudo (). Depois <u>cabô</u> . A escola era manera ().
17	Todo mundo se ajuda. Por exemplo, <u>cabei</u> lá esses dia memo passado lá, eu lá enrolado, meu pai saiu pra levar minha mãe, né, pra ela fazê fisioterapia, eu fiquei lá na minha salsa lá, cortano minha salsa, aí meu tio de lá <u>cabô</u> o qui <u>tava</u> fazeno, já chegô pra mim “ah () vô aqui te dá ãa mão”. Pô não pricisava () é assim, a gente procura o auxílio do otro, na doença, na...seja no que for, eu acho que isso é [uma]a... muito bacana.
18	Não porque a maioria aqui é todo mundo unido, né, através da <u>sociação</u> , cada localidade tem ãa <u>sociação</u> , aí o povo se reúne muito...
19	(Você acredita que a localidade onde você mora é rural?) <u>Credito</u> .
24	É tem, ingual tem gente qui sabe de um produto qui, qué bom pa lavôra os oto vai e passa pra gente, <u>tendeu</u> ? Aí fala se <u>tá</u> , ingual tem terra aqui qui sabe qui dá um, ãa virose assim qui a gente num conhece, aí os oto fala. Ingual tem <u>sociação</u> pra issu, qui aí eis vão comunica e fala um po oto.

25	Ah, o clima gelado (()) é bem gelado aqui. <u>Xô</u> vê, a abundância de recursos...
27	Importante pra, pra comunidade do Tercêro Distrito intêro eu achu qui é o Ceasa, porque os agricultores, eles agora <u>tão</u> se livranu dos atravessadores e <u>tão</u> inu vendê mercaduria no Ceasa...
28	Não tem saída. É chegô, <u>cabô</u> , é lá.
36	Mas diferente, unidu né, são unido se pricisá dũa ajuda é, por exemplo, ah, precisa de um <u>juntamento</u> pra ajudá tirá um mato num pasto, as vezis a genti junta, o pessual vai ...
37	Porque a Ceasa tinha <u>cabado</u> , agora voltô, tá fazendo muita coisa ali, né?
37	Não, aí meu genro pega a carga dele e os cara pega aqui (...) <u>panha</u> aqui na roça, vem aqui buscá (...) <u>panha</u> aqui.
42	Acho qui associação né lá, essa coisa da <u>sociação</u> .

Com exceção da aférese inicial do verbo estar no infinitivo e em suas conjugações, as demais realizações são bem representativas da variedade utilizada pelas famílias agricultoras do 3º Distrito de Nova Friburgo, apesar de também ocorrerem em outros lugares, devido a sua recorrência e a diversidade de variáveis independentes que formam o contexto estrutural linguístico em que ocorrem. Cabe ressaltar, que o fenômeno foi percebido nos dois gêneros, nos dois grupos de faixas etárias e de escolarização e se estendeu por todo o território pesquisado.

5.2.2 Síncope

A síncope se caracteriza pela queda de um ou mais fonemas no interior de um vocábulo. Segundo Dubois et. al., estão mais sujeitas ao desaparecimento, as vogais e sílabas átonas (DUBOIS et. al., 2014, p.516) e é o que ocorre, com poucas reservas, nos exemplos destacados:

01	Tudo bom. E você? Tá boa? Tá <u>passiano</u> , tá bom! <u>Passiano</u> não, ce tá TRABALHANDO. TRABALHANDO!
03	Eu acho qui é mais parecida porque <u>as mema</u> coisa qui você vê lá, cê vê aqui!
03	...hoje meu tio falô qui ia <u>sufatá</u> côvi lá...

05	Oh, Salinas assim... te(:)m...tem num sei nem direito onde falá onde qui é u ponto assim, u <u>Cento</u> de Salinas, porque tem, sim Baixada de Salinas, aí <u>dento</u> de Salinas tem Santa Cruz, CE(a)ntenário, Campestre, muito lugá assim...
05	Aí <u>eis</u> resolveru assim. Acho também qui as pessoas mais antiga, <u>eis</u> num tinha istudu, essas coisa, aí <u>eis</u> resolveru ficá na agricultura.
05	Sim... qui faltava muito, num tinha posto de gasolina, agora tem, é, <u>sumercado</u> , tá <u>abrino</u> mais mercado, mercadinho ...
06 – A	[...] Eu cunheci um seu [...], mas só qui num tô <u>lembranu</u> ...
07	Jaborandi começa,.. lá <u>viranu</u> (:) a virada lá, aí você sabe onde [...] mora? Onde é a torre! Não tem a torre da... da Vivo? Ali já começa virá pra Jaborandi, pra cá ainda é Três Picos.
08 – A	Tinha gente na Conquista <u>cercanu</u> , tinha gente na Floresta <u>cercanu</u> , tinha gente pra Son Lorenzo, tinha gente no Alto de Viera.
08 – A	A nossa região agora aqui cumeçô a tal da roda de viola, mas tava mei perdido <u>tamém</u> , cumeçaram tem pocuo tempo...
09	Da lavora, é(:) que num... pra lá já num tá <u>fazenu</u> mais, nê?
09	A salsa tá sameadinha, tá <u>nascenu</u> , aí tem o cumentru pra rancá, tem u feijão <u>tamém</u> qui tá, já <u>maiózim</u> ...
11 – A	Certo. É vai a(:) comunidade tá <u>crescenu</u> , nê? Intão aí vai, vai <u>diminuinu</u> o ispaço, nê? Vai <u>crescenu</u> , vai... isso aí é(:) qui eu acho a mudança
11 – A	Tá, tá lá, no <u>memo</u> lugá...
12 – A	...Tem <u>abóbra</u> , e nós temu um tomatizim pico <u>tamém</u> (...).
15 – A	Mas só que ãa professora dava aula pra ãa série, a <u>mema</u> dava aula pra mais aula. Tinha dois livro lá: um pra mais e...
17	Todo mundo se ajuda. Por exemplo, cabei lá esses dia <u>memo</u> passado lá, eu lá enrolado, meu pai saiu pra levar minha mãe, né, pra ela fazê fisioterapia, eu fiquei lá na minha salsa lá, <u>cortano</u> minha salsa, aí meu tio de lá cabô o qui tava <u>fazeno</u> , já chegô pra mim “ah () vô aqui te dá ãa mão”. Pô não pricisava () é assim, a gente procura o auxílio do otro, na doença, na...seja no que for, eu acho que isso é [uma]a... muito bacana.
18	Ah, <u>eis</u> levanta assim cedo, vai assim pra roça, trabalha até ãas cinco horas, depois retorna para os lares e fica em casa....

22	<u>Eis</u> fala Zé.
23	Meu pai trabalha, ele no momento tá <u>plantanu</u> tomate, tomate e plantô tomate cereja <u>tamém</u> , acho qui só esses dois.
24	É tem, ingual tem gente qui sabe de um produto qui, qué bom <u>pa</u> lavôra os <u>oto</u> vai e passa pra gente, tendeu? Aí fala se tá, ingual tem terra aqui qui sabe qui dá um, ùa virose assim qui a gente num conhece, aí os <u>oto</u> fala. Ingual tem sociação pra issu, qui aí <u>eis</u> vão comunica e fala um <u>po oto</u> .
27	... eles agora tão se <u>livranu</u> dos atravessadores e tão <u>inu</u> vendê mercaduria no Ceasa...
31	Porque o pessoal daqui sempre age <u>pensanu</u> mais nos <u>otros tamém</u> , se tem um legume em casa já, vai dividi cum vizim.
36	É um povo mais unido, tudo cuida da tradição. Sai daqui, né? Fulia die Reis é daqui, Mínero-Pau é daqui, vem de tradição, (...) assim meu tio falava, né, qui vem mais de oitenta ano, né, qui aí vem <u>mudanu</u> , né qui... meu tio (...) tomava conta, aí já foi, já, ele parô um tempo, aí já entrô <u>oto tomanu</u> conta, aí a geração vai <u>mudanu</u> , a geração nova vai <u>formanu</u> os novo aí e vai <u>continuanu</u> , né.
38 – A	Não, assim, vamu supô, qui tá <u>mudanu</u> cadim é, vamu supô, acredito qui é Santa Cruz, né? Qui tá <u>ficanu</u> mais povuada, vamu supô, vai <u>entranu</u> otros elemento qui vamu supô, qui sai da rotina de Salina, né? Qui vai <u>agruperanu</u> gente. Aí entra certos elemento qui dêxa a desejá, né?
40	Não, os mininu ajudava nê (...) <u>quanu</u> ele num tava <u>trabalhanu</u> , ele ajudava, a mulhé quando podia, mas ela sempre trabalhô fora, nê, doméstica.

De tais exemplos, são importantes as seguintes observações:

- A síncope em gerúndios, como já fora elucidado por Castilho, é muito presente. Ela só não ocorre quando a fala está sendo muito monitorada ou intencionalmente pausada. De uma forma geral, ela foi detectada na fala menos controlada em todos os informantes, o que a coloca, nesses casos, como marcadora de identidade linguística local.
- Em sílabas tônicas e pré-tônicas também se observou a síncope, mas em palavras específicas, a saber: queda do *s* em *mesmo* e suas flexões, do *b* em *também*, e do *r* em *maiorzinho*. No entanto, aqui houve instabilidade, principalmente, considerando-se a palavra *mesmo* que apresentou outras variações.
- A síncope do *d* na palavra *quando* oscilou bastante.
- A queda do *r* nas palavras *Centro* e *dentro*, que não são facilmente observáveis em outras regiões.
- A queda do *l* em *sufatá* se apresenta como uma mudança na região, pois a forma original *sulfatar* já não se observa. É interessante sinalizar ainda a extensão semântica desse vocábulo

que na comunidade não se restringe a impregnar de sulfato, mas se relaciona a qualquer aplicação de defensivos na lavoura.

5.2.3 Apócope

A apócope é a eliminação de um ou mais fonemas no final da palavra. Dubois et. al. (2014, p.56) chamam atenção para o fato de ser muito comum em línguas românicas a apócope dos infinitivos, como pode ser confirmado nos trechos abaixo:

01	Pode... mas será que eu vô <u>sabê</u> <u>respondê</u> as coisa?
01	Mas aí, seria qui tipo mais ou <u>menu</u> de pirlunta?
01	Não! Aqui géralmente o nome do <u>lugá</u> é Son Lorenzo, <u>ma</u> cada sítio tem um nome.
05	Barracão tem bastante agricultura, mai(:)s ta(:) tendo um desenvolvimento <u>maió</u> assim (...) desenvolvimento urbano
06 – A	Tá mudanu pra <u>pió</u> , nê?
07	Ah(:) Campo do Cuelho mesmo, Conquista, Barracão dos <u>Mendi...</u>
07	... Quando tinha, agora já há dois anos qui não foi feito aqui. Aí foi feito na <u>Salina...</u>
07	Mudô, né, mudô, nê? Ah, porque eu acho qui antigamente era mai[<u>trabalhá</u> , puque quase não tinha <u>tratô</u> ... e a gente usava veneno muito discontrolado sem, sem <u>sabê</u> nê, <u>usá</u> ... hoje em dia não, hoje em dia já tem um controle, já é mais FACILIDADE, tem <u>tratô</u> pra <u>lavrá</u> a terra, aí a gente já usa, eu mesmu nunca trabalhei cum... nunca sulfatei, porque a única coisa qui eu num faço é issu, agora(:)... já melho muito.
09	Mudô assim o jeito de <u>trabalhá</u> , nê? Facilitô, porque antigamente as coisa era mais difícil, nê? Hoje em dia assim tem <u>tratô</u> pra <u>lavrá</u> a terra, pra <u>sulfatá</u> ficô mais fácil, qui tudo era mais difícil nê?
12 – A	...Tem abóbra, e nos temu um tomatizim <u>pico</u> tamém (...).
13	Aqui? É (:) o bairro é <u>Salina...</u>
15 – B	... As <u>mulhé</u> lá, maioria tudo trabalha em Friburgo, então é muito difícil assim as <u>mulhé</u> que trabalha na roça sabe? Os homi alguns sim ()...

17	... Tem essa semana santa memo agora aí, aqui a gente num pode <u>varrê</u> casa, aqui num... tem isso ainda. Não sei se você já viu? A gente não pode <u>varrê</u> casa, não pode <u>fazê</u> isso, não pode <u>trabalhá</u> , não pode, nem <u>jogá</u> bola pode. Tem que <u>ficá</u> assim sem fazer nada memo. E é assim, muito... desde muito antigo memo e a gente, eu por exemplo, assim não tenho nada contra, nada a favor, mas eu procuro <u>respeitá</u> , então eu acho que isso (...) vários lá procura <u>respeitá</u> isso, acho que isso é até um, ãa coisa legal. Tem lá os mais velho passa pra gente, a gente <u>respeitá</u> também, mesma coisa. Fica uma coisa bacana.
19	Agora qui pararu, qui existia era a fuguera de São João, <u>má</u> agora tá sendo em <u>Salina</u> .
19	... aí nós parava, prantava um <u>brócus</u> comum, americano, depende da época tamém.
22	Eu acho qui é a família mais tradicional, né? Todo mundo lá casado, assim, casado aí tem seus filhos, aí os filhos casarum, morum <u>per</u> deles, eu acho qui é mais tradicional. Aí se juntam.
23	É... é pra <u>tê</u> ãa palavra, <u>lê</u> ãa palavra essas coisas assim.
25	Ah, eu limpo a pousada pra ele, e às vezes, tamém, eu ajudo a <u>fazê</u> alguma coisa, tipo: “Ah, hoje a gente vai <u>tê</u> qui <u>fazê</u> um jantar.” Às vezes, eu ajudo.
28	O qui eu mais faço é <u>puxá</u> manguêra pra <u>sufatá</u> é, e <u>ajudá</u> a <u>colhê</u> tumate, jiló, essas coisa qui são mais fácil, num pego pesado não, só... <u>colhê</u> mesmo, colheita e <u>puxá</u> manguêra, <u>ajudá</u> nessas coisa, <u>adubá</u> ...
31	A minha rotina? Na semana que eu istudo é <u>levantá</u> , <u>tomá</u> banho e vim pra iscola, ai quando chega, eu tenho qui <u>arrumá</u> casa, <u>fazê</u> a janta e <u>insina devê</u> no meu irmão, ai depois durmi de novo.
33	Não chegô, tinha a possibilidade de <u>chegá</u> , mas ficô muito caro, ficô quase mil reais pra cada um, ((interferência)) num sei se foi porque pocas pessoa ou porque é muito longe. Eu acho qui era os dois, entendeu? Aí ficô muito caro, aí a gente optô por não <u>botá</u> .
34	Eu num posso <u>trabalhá</u> muito qui eu tô istudanu, né, aí, eu ajudo meu pai na lavôra com as coisa mais <u>fáci</u> qui as <u>difici</u> é ele qui faz
38 – B	Não, eu pra mim <u>falá</u> tamém, eu sô mais acanhada. Assim se, pur exemplo, condo é na parte de <u>cantá</u> , eu canto, pode <u>tê</u> assim várias pessoa memo, tamém teve uma reunião aqui, tinha o quê?, na faxa de quatrocentas, quinhentas pessoa, né? daí pra frente mais ou menu, aí eu cantei, toquei, tranquilo, sabe? Mas pra <u>dá</u> uma palavra já sô meia tímida, não sô aquela, boa não.
41	... mas ainda, é um <u>lugá</u> bom de se <u>vivê</u> ainda...
42	É, <u>Salina</u> foi mais, aqui a gente até sofreu um pouco, mas ainda deu pra...

O fenômeno nos infinitivos não é uma marca identitária singular da variedade em questão, mas ele é de fato presente e bem marcado. Enquanto em outros falares o fonema caminha para o apagamento, aqui ele já desapareceu e se estendeu para outros termos com *-r*

final. A variação é muito produtiva também com *-s* e bem menos com o *-l* final. Entretanto, neste último caso, como em *difíci*, ele se faz mais característico dessa variedade, já que não é tão comum em outras. Aqui ele foi mais identificável entre as comunidades mais distantes do Centro, como em São Lourenço e Campestre. Em três situações se observou a queda de um conjunto de fonemas e não de um apenas: *per(to)*, *brócu(li)s* e *pico(lo)* – tipo de tomate *pícolo*. Os dois últimos exemplos, embora muito percebidos no convívio com a comunidade e, por isso, bem característicos, não foram registrados em números significativos nas gravações. A palavra bróculis, como já fora presenciado em inúmeras vezes, também é muito pronunciada como *brocu*, que é ainda mais comum.

5.2.4 Monotongação

A monotongação é a redução de um ditongo, ou ainda de um tritongo, em uma vogal (BOTELHO e LEITE, 2005. p.7; DUBOIS et.al., 2014, p.388). O fenômeno pode ocorrer em sílabas na posição inicial, medial ou final de palavra e é muito comum em Língua Portuguesa.

5.2.4.1 Inicial

05	Acho qui parece mais... () de <u>otro</u> , fora, fora do do terceiro...
07	... podi tá na <u>berada</u> da rua qui ninguém fala “oi”, e aqui não...
07	Qui(:) eu(:) prantava é quase a mesma, porque na época do meu pai já era <u>otra</u> cultura, mas eu já peguei a cultura da salsa... <u>cove</u> minera... hoje em dia eu já planto <u>cuentro</u> , eu não prantava <u>cuentro</u> , nem <u>alface</u> , hoje em dia eu já planto mais <u>cuentro</u> e <u>alface</u> (interferência auditiva...).
08 – A	Surgiu qui nem aqui... um <u>robo</u> na casa do meu tio ali, <u>condo</u> tu viu a comunidade tava todinha lá e pegô o, num <u>dexô</u> sair ((...)) Num <u>dexô</u> , num <u>dexô</u> evadi ninguém não, forum preso.
11 – A	Eu acho qui sim, u... na(:)... porque,,, vamu botá assim... é o crime, num pareci nada não, mas di(:)... do Ba... Ceasa pra cá já muda um <u>poco</u> ...
15 – A	<u>Cove</u> é ùa coisa que tu cortô, cabô, né?

16	Acho que é rural <u>por casu</u> da Associação de Moradores que eu acho que começô já tem bastante tempo...
16	Acho que tem sim, porque, <u>condo</u> eu vô, tipo pra casa da minha, da ex mulhé de meu pai, lá tem muita coisa diferente...
18	...ninguém assim, é... julga otras pessoas <u>por casu</u> de tê mais bens materiais, são todo mundo assim igual...
19	Um cado (por) <u>casu</u> da tecnologia, modização, esses troço.
19	Hoje nós tão prantano cuentro, alface, <u>fejãozim</u> e salsa.
22	Do Barracão ali no posto, no mercado mesmo aonde era, aí o ano, tem uns dois anos, que foi pro CEASA <u>por casu</u> que juntô com <u>otro</u> mercado de lá. Aí juntô aí faz tudo lá que é maió e tal.
23	Por conta dá agricultura, também. Criação di(:)... Não, mas ai é em casa eu acho que num é tanto, de, animais (...) tem, tem galinha, boi, tamém. (...) Eu creio qui é <u>por casu</u> da agricultura, de criações.
24	É, aqui é a relação é bem boa, né, porque todo mundo se.. assim, nunca vi gente assim briganu <u>por casu</u> de troço assim.
26	<u>Por casu</u> da agricultura, mas (...) num tem muita, assim... num tem...
28	Porque Santa Cruz tem ãa movimentaçãozinha maior e Conquista tamém já cumeça tê um <u>pocu</u> de do comércio, assim essas coisas, <u>casu</u> tamém de se istrada principal pra i pra <u>otros</u> lugares, ai eu acho qui é Campestre e Salinas
29	Minha mãe é de <u>Baxada</u> e meu pai sempre foi de Centenário.
31	Acho qui <u>Baxada</u> de Salinas, Salinas Barracão é um <u>poco</u> , porque do Barracão pra lá já num...
32	... se você percebê São <u>Lorenço</u> , ela é totalmente dividida, tem ali pa Fazenda Schuenck é totalmente, a <u>maoria</u> são Schuenck, no ponto final, quando cê vai pa direita, a <u>maoria</u> são Cabral e pa isquerda a, a <u>maoria</u> são Gravino, é uma divisão assim por <u>casu</u> , <u>casu</u> das terras
38 – B	... <u>condo</u> é na parte de cantá, eu canto, pode tê assim várias pessoa memo, tamém teve uma reunião aqui, tinha o quê?, na <u>faxa</u> de quatrocentas, quinhentas pessoa, né? daí pra frente mais ou menu, aí eu cantei, toquei, tranquilo, sabe? ...
40	Qui são diferente? Quêli negóciu nê? A gente mermo qui tá, a gente num vê assim muita diferença nê, a <u>maoria</u> qui vem de fora, qui vê...

Nos casos de monotongação em sílaba inicial, percebe-se que ela ocorre em maior número nos ditongos decrescentes dos quais permanecem a vogal. Porém, chamam atenção como caracterizadores desta variedade linguística, especialmente, os casos:

- *_qua_ > _con_*: como em *condo*, em que se verifica o fenômeno em ditongo crescente e junto a ele uma assimilação do traço de arredondamento da vogal posterior e, em seguida uma nasalização, muito peculiar da região;

- *_au_ > a*: como em *por casu*, em que houve, além da monotongação, a hipértese do *_u_*, ou seja, a transposição desse fonema para a sílaba seguinte, provavelmente provocada pela necessidade da dissimilação desse som para diferenciá-lo do anterior no mesmo vocábulo; e

- a queda do *_i_* em *maoria*, fenômeno pouco visto em outras variedades.

5.2.4.2 Medial

01	In(d)endeu? Cada propriedade tem um nomi. Até qui agora essa propriedade até tem númiro, somo anumerada, in(d)endeu? Ma cada sítio tem um nome, géralmenti o nomi é dum, dum, du, du, <u>primêro</u> dono. Intendeu? Geralmenti é du <u>primêro</u> dono.
04	Totalmente diferente, purque lá é poucas coisas qui a gente acha de <u>lavôra</u> , essas coisas. Mais urbanização.
05	Na semana eu assim, nessa época, agora qui é época do inverno, qui tá acabanu, é(:) a gente num planta <u>lavôra</u> não, é mais no verão qui é o forte assim, qui é o qui pranta mais, mais coisa, aí no no inverno así eu fico mais em casa, num frequente muito a <u>lavôra</u> não, mas no verão acordo bem cedo qui aí cumeça a prepará as terra, cumeça prepará as coisa pra plantá.
06 – A	Pur causa da plantação, nê? É da <u>lavôra</u> , aqui só tem <u>lavôra</u> , nê?
06 – A	... aqui é dez horas, dez horas e quando tivé <u>colhêta</u> , aí tem que almoçá mais tarde, purque num dá tempo de vim nê? Tem que tirá a <u>colhêta primêro</u> ... quando a gente vai na igreja, aí a gente janta nove e poco, nove meia, dez hora.
07	Não, purque do <u>tercêro</u> distrito, DAQUI TEM, agora, do <u>tercêro</u> distrito já tem muita gente, de Fruburgo, de otros lugares....
07	Tinha a <u>fuguêra</u> , nê? Quando tinha, agora já há dois anos qui não foi feito aqui. Aí foi feito na Salina. Mas o pessual ainda sente muita falta, purque quando fala qui a <u>fuguêra</u> é aqui(:) dá muito mais genti,

	parece qui é outra coisa, é diferente...
09	Da <u>lavôra</u> , é(:) que num... pra lá já num tá fazenu mais, nê?
10	Já é <u>Viêra</u> , nê?
13	... A gente, eu e minha irmã, a gente colhe quase todo santo dia. De segunda a segunda, tá? Qui aí no sábado, a gente só não vai colhê agora sexta-fêra qui é feriado e não vai tê <u>colhêta</u> ...
16	Ah, tem um pessoal meio <u>dislexado</u> assim...
18	Eu acho qui é do <u>Tercêro</u> Distrito <u>intêro</u> .
20	Então por <u>enconto</u> ainda não foi, não foi ainda (...)lá pra Baxada de Salinas.
25	Tem o <u>minêro-pau</u> , e, e a quadrilha.

A redução medial ocorre basicamente enquanto sílaba tônica nos ditongos decrescentes *_ei_* e *_ou_*, sendo comum na Língua Portuguesa do Brasil. No entanto aqui, chamam atenção como peculiares à região pesquisada as palavras *colhêta* e *enconto* no lugar de *enquanto*. A primeira foi mais perceptível em mulheres da faixa etária 1. Já a segunda, que apresenta o mesmo processo de transformação de *condo*, não ocorreu em quantidade muito significativa nem homogênea. As demais manifestações foram comuns em todas as variáveis.

5.2.4.3 Final

01	Pode... mas será que eu <u>vô</u> sabê responder as coisa?
08 – A	... O minino aqui, ali em cima, foi durmi dibaxo de um caminhão, e mãe <u>caçô</u> de um lado (...) depois qui o minino <u>acordô</u> , ele tava durmino dibaxu dum caminhão, aí cê vê bem nê?
09	<u>Mudô</u> assim o jeito de trabalhá, nê? <u>Facilitô</u> , porque antigamente as coisa era mais difícil, nê? Hoje em dia assim tem tratô pra lavrá a terra, pra sulfatá <u>ficô</u> mais fácil, qui tudo era mais difícil nê?
16	Aí é mei difícil. Porque eu acho que Barracão <u>herdô</u> muita coisa de fora então, aqui já <u>puxô</u> muito o pessoal de fora que não é típico daqui mesmo.

17	... aí meu tio de lá <u>cabô</u> o qui tava fazeno, já <u>chegô</u> pra mim “ah () <u>vô</u> aqui te dá ãa mão”. Pô não pricisava () é assim, a gente procura o auxílio do otro, na doença, na...seja no que for, eu acho que isso é [uma]a... muito bacana.
26	Meu pai já <u>trabalhô</u> no caso, quando eu era... (...), mas depois ele <u>passô</u> a trabalhá só cum tempero, lôro.
28	Não tem saída. É <u>chegô, cabô</u> , é lá.
33	Não <u>chegô</u> , tinha a possibilidade de <u>chegá</u> , mas <u>ficô</u> muito caro, <u>ficô</u> quase mil reais pra cada um, ((interferência)) num sei se foi porque pocas pessoa ou porque é muito longe. Eu acho qui era os dois, entendeu? Aí <u>ficô</u> muito caro, aí a gente <u>optô</u> por não botá.
38 – B	Mas pra dá uma palavra já <u>sô</u> meia tímida, não <u>sô</u> aquela, boa não.

As reduções de ditongo final foram percebidas quase que em sua totalidade em verbos da primeira conjugação flexionados na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito e com os verbos ir e ser na primeira pessoa do singular do presente do indicativo. Em ambos os casos a terminação *_ou* se transformou em *_ô*. Esse fenômeno parece ser muito produtivo no português e na região foi bastante democrático.

5.2.5 Metafonia

A metafonia se caracteriza pela modificação no timbre ou na altura de uma vogal (BOTELHO e LEITE, 2005. p.8), segundo Dubois et. al., por influência de outra próxima a ela (2014, p.381). O fenômeno pode ocorrer tanto como uma elevação quanto como um abaixamento da altura da língua no momento da pronúncia do som vocálico, que pode estar em posição de sílaba pré-tônica, tônica ou pós-tônica e pode ser, ainda, motivada por outros processos.

5.2.5.1 Elevação da vogal pré-tônica

01	Mas aí, seria qui tipo mais ou menu de <u>pirgunta</u> ?
----	--

01	Não...eu acho qui deu uma mioria, nê? Claro! Miorô muito, porque a gente, foi... quando era <u>piqueno</u> pra agora deu UMA...uma mudança boa, mas num sei no que qui issu pode ajudá vocêi[3]i.
03	...eu sô curiosa aí eu <u>cumeço</u> a pesquisá algumas coisa, aí eu <u>cumeço</u> a pesquisá e num durmu di noite ...
03	<u>Ontiontem, ontiontem</u> qui (...) ligô o notibuqui, conectô lá, mas eu nem...
04	COM CERTEZA! Se <u>pricisá</u> falo!
05	Sim... qui <u>faltava</u> muito, num tinha posto de <u>gasulina</u> , agora tem, é, sumercado, tá abrindo mais mercado, mercadinho ...
06 – A	É, começa lá no posto nê, de <u>gasulina</u> e termina aqui.
06 – C	... elis <u>duaram</u> nê, pra fazê ali...
06 – A	Eu achava até <u>bunito</u> , compensação quando pegava na cabeça de uma pessoa, nê? (...) Sempre teve <u>fulia</u> de reis, nê? Tudo tinha lá...
07	Qui(:) eu(:) prantava é quase a mesma, porque na época do meu pai já era outra cultura, mas eu já peguei a cultura da salsa... cove minera... hoje em dia eu já planto <u>cuentro</u> , eu não prantava <u>cuentro</u> , nem alface, hoje em dia eu já planto mais <u>cuentro</u> e alface (interferência auditiva...) mais folhagem
08 – A	... O <u>minino</u> aqui, ali em cima, foi durmi <u>dibaxo</u> de um caminhão, e mãe caçô de um lado (...) depois qui o <u>minino</u> acordô, ele tava durmino <u>dibaxu</u> dum caminhão, aí cê vê bem nê?
09	Rádio eu gosto, fico na Rádio Friburgo aí quase o dia intêro (...) (risos) qui aí a gente tá trabalhanu, tá iscutanu, num <u>pricisa</u> pará pra... nê...
10	É, porque as vezi a gente, meu marido dependeu de i, i nu Rio, qui a gente tem descenu pru Ri, direto, aí logo falô cum, cum rapazim qui trabalha ali nu Barracão, o rapazim do Barracão já falô cum otru rapaz qui levo a gente (...) num <u>pricisô</u> nem a gente i na casa dele pra <u>pidi</u> , (...) todo mundo ajuda.
11 – A	SIM, TEM é(:) rur,(...) é divedi nê? Qui muitas pessoa trabalha de impregado sai pra trabalhá, mas a <u>maioria</u> é rural.
11 – A	Mais frio, mais frio, vamu botá assim, quando o tempo vira, a(:) aqui dá <u>nibrina</u> , pra baxo é difíci dá.. intão muita das hora qui tá <u>nibrinanu</u> , pra li pra baxo tá um tempo bão, intão tem uma diferençazinha, eu creio eu qui(:)...
13	É <u>Patrúcinio</u> , isso.
16	Cultural não. Só aqui em Três Pico que tem o, tem aquela dança de igreja, como qui é o nome

	daquilo? <u>Fulia</u> de Reis.
18	... assim, já me <u>nomiaru</u> só que nós nunca juntamu assim pra saber como que é.
19	Agora qui pararu, qui existia era a <u>fuguera</u> de São João, má agora tá sendo em Salina.
22	... agora <u>dirrubaram</u> pra fazê a casa da minha tia...
23	Meu pai trabalha, ele no monento tá plantanu <u>tumate</u> , <u>tumate</u> e plantô <u>tumate</u> cereja tamém, acho qui só esses dois.
25	Tem sim, mas num tá atendendu bem não, porque muitas pessoas têm qui saí de casa e i pra longe comprá alguma coisa se <u>pricisá</u> .
26	..., eu era <u>piquenu</u> eu <u>divia</u> tê um, uns três ano, eu ainda lembro, mas depois ele passô a trabalhá só cum tempero, lôro.
27	... porque os agricultores, eles agora tão se livranu dos atravessadores e tão inu vendê <u>mercaduria</u> no Ceasa, <u>intão</u> isso é importante pra comunidade, <u>intão</u> eu acho qui o Ceasa é importante...
30	Ali no Campestre tudo parente, né, todo mundo parente mesmo, só agora qui veio (...) uma mulhé que mudô po lado de casa <u>ontiontem</u> assim, mas o resto é tudo parente, tudo...
40	Nada! Agora otrus vão ouvi minha voz, (...) não, se ouvi também num tem <u>pirigo</u> não.

A elevação da vogal pré-tônica é um fato observado com frequência na Língua Portuguesa do Brasil. Todavia, sua ocorrência, em alguns casos, está fortemente ligada a condições diatópicas e, por isso, por vezes é indicador dialetal. Nas situações acima, como em grande parte dos fenômenos desse tipo, o alteamento se deu, majoritariamente, de /e/ > /i/ e de /o/ > /u/, e aqui chamam atenção ocorrências típicas do local como *maioria*, que compete com a outra forma empregada pelos moradores que é *maoria*, e *Patrucínio*. Algumas dessas realizações parecem ter sido motivadas por uma harmonização ou, ainda, assimilação da vogal vizinha, assim como alertaram Dubois et. al., como em *minino*, *pricisá*, *pirigo*, *nibrina*, *pidir* e *divia*, destacando-se o termo *ontiontem*, bem característico dos moradores mais antigos da região. Outras, talvez, tenham sido motivadas pelo processo oposto, ou seja, a dissimilação para diferenciar o fonema daqueles semelhantes no mesmo vocábulo, como em *faltava*, também bem peculiar. Por fim, mais uma particularidade recai sobre a palavra *cuentro* que, além de apresentar elevação da vogal *o*, caminha para a ditongação onde comumente se pronuncia um hiato.

5.2.5.2 Elevação da vogal tônica

12 – A	... Aí num deu certo, <u>separemu</u> . Aí, é... a mãe dela fomo, <u>juntemu</u> os pano e fomo morá junto. Tem 28 ano.
15 – A	Aí meus colega, <u>nós entremu</u> junto. Eles ia subindo de série e aquilo pra mim quando eles ia e passava, eu não passava, pra mim não tava nem ai. (...)
41	Pra mim, pra nós aqui, é... é o nosso, é o nosso ganha pão, é o nosso, é o qui <u>nós aprendimu</u> fazê, vem de geração nê, vem do meu pai, a gente tem um sítio, e esse sítio tem possibilidade de se torná até outras coisas nê, por assim... turístico e tal, mas a gente vivi da agricultura nê, intão a gente, é isso qui a gente é.
42 – B	Purque tamém nós <u>moremu</u> em Friburgo.
42 – A	É a gente... fomu, arrumamu uma padaria lá e fomu, lá cum-, <u>fiqumu</u> cum a nossa, cum a minha cunhada, aí a gente ficou um tempo lá, mas aí num deu certo.

A vogal tônica aqui coincide com a vogal temática. A alteração da altura desse fonema, principalmente /a/ > /e/, já é um fenômeno conhecido na literatura sociolinguista sobre variação em áreas rurais, mas sua explicação não é consensual entre os especialistas. Bortoni-Ricardo, como o já colocado, afirma que a alternância vocálica serve à distinção entre o pretérito perfeito e o presente do indicativo. Já Zilles, Maya e Silva registraram:

a seguinte distribuição das ocorrências de vogal temática /e/ em lugar de /a/, *andemo* em lugar de *andamo(s)*: 22 ocorrências no Presente do Indicativo (20 com desinência *-mo* e 2 com desinência padrão) e 22 ocorrências no Pretérito Perfeito, todas com a desinência *-mo*. Assim, nossos dados, de fato, não sustentam a relação que vem sendo feita na literatura entre o uso de vogal /e/ em lugar de vogal /a/ e o tempo verbal Pretérito Perfeito. (ZILLES, MAYA, SILVA, 2000, p.212)

Entretanto, os registros do 3º Distrito de Nova Friburgo indicam ainda uma outra alternância vocálica além da que ocorre em verbos da 1ª conjugação, a elevação de /e/ para /i/, e em todos os casos registrados o fenômeno ocorreu em tempo pretérito, em conjunto com o enfraquecimento da vogal final (/o/ > /u/). As notações só não representam a variável feminina da geração 2, ou seja, o gênero masculino nas duas gerações e o feminino da faixa etária 1 foram observados. Elas também sinalizam que as concretizações foram concentradas nos bairros rurais mais distantes como Baixada de Salinas, Campestre e São Lourenço.

Contudo, isso não significa que esse não seja um fenômeno mais presente do que o demonstrado pelas gravações.

Provavelmente, a transformação fonética da vogal temática seja um dos processos variantes mais identitários da região, embora também seja observado em outros locais, principalmente porque ocorre ainda em outra conjugação verbal. O tempo de convivência na comunidade mostrou que esse é um metaplasmo muito produtivo e democrático, ocorrendo em todas as variáveis independentes. Ademais, o contato com a população em outros ambientes aponta para o uso consciente dessa elevação como uma marcação de identidade regional por meio da língua. É comum ver, nas redes sociais dos jovens, a seguinte passagem como legenda de suas fotos: *#rebenemo*. Normalmente a nota vem associada a um grupo de moradores que praticou alguma ação digna de orgulho, que para eles está vinculada a sua origem. Se esta não fosse uma pesquisa etnográfica, talvez essa observação não pudesse ser realizada, uma vez que os dados não correspondem fielmente à realidade.

5.2.5.3 Elevação da vogal pós-tônica

Normalmente a elevação da vogal pós-tônica coincide com o abrandamento da vogal final: /e/ > /i/ e /o/ > /u/. Assim, como já fora colocado, sendo esse um fenômeno comum em tantos outros territórios, não foi considerado para fins de análise aqui, já que não é marcador de identidade local. Contudo, ele também pode ocorrer em outras situações, mas em números bem menos significativos que os outros casos. Nas audições foi possível observar o seguinte exemplo como o mais saliente:

01	In(d)endeu? Cada propriedade tem um nomi. Até qui agora essa propriedade até tem <u>númiro</u> , somu anumerada, in(d)endeu?
----	--

5.2.5.4 Abaixamento de vogal

O abaixamento de vogal também parece ser um fenômeno bem característico da região em questão e ocorre nas mais variadas posições silábicas e em distintos processos de transformação, como pode ser observado nos exemplos a seguir:

04	Mais ou menos... porque Salinas agora tem a roda de viola nê? Que tão saindo um sertanejozim pelas casas e tão indo, eles tão tentando conservar a tradição, só qui pra Conquista pra cá a única coisa qui <u>deferencia</u> é qui lá é mais urbano aqui é mais pra roça mesmo
06 – A	Graças a Deus tudo bem, num tem, Graças a Deus, confusão nenhuma, <u>vevi</u> todo mundo bem...
09	A salsa tá <u>sameadinha</u> , tá nascenu, aí tem o cumentru pra rancá, tem o feijão tamém qui tá, já maiózim...
11 - A	SIM, TEM é(:) rur,(...) é <u>divedi</u> nê? Qui muitas pessoa trabalha de impregado sai pra trabalhá, mas a maiuria é rural.
12 – A	Aqui do jeito que a gente <u>vevi</u> aí já tem as criação da gente, ninguém mexe em nada, roça da gente ninguém mexe em nada da gente. Então tá bom, né?
12 - A	Aí se dependê (()) vem algum <u>calabora</u> , má, má a maió parte, num... Cada um pra si praticamente, né?
12 – A	Tem muita gente já, negócio de muita gente demais, já cumeça <u>safoca</u> , fazê a parte do otro, né?
16	A gente <u>asseste</u> televisão, minha mãe tem vez que fica no quarto assim, só, só isso. E eu vô pa casa da minha família qui mora perto.
19	Não. É ... <u>vareia</u> de lugá pra lugá...
37	Não, mas tem algum lugar que é mais <u>deferente</u> , mas que eu fico só aqui nesse canto (...) Não. O que eu vejo <u>deferença</u> um cadim é na Ceasa.
41	... a tecnologia ela vem pra ajudá, mas muitas vezes no, nos <u>distancia</u> também dos otros, nê. E nós temu o telefone hoje, então, tu vai falá cum vizinho...

Merecem proeminência nesse processo: a realização de *vareia* e *distancia*, que, além do decesso vocálico, apresentou uma ditongação; e o fato de o abaixamento acontecer em verbos ou em vocábulos deverbais. O fenômeno, juntamente com a alternância da vogal temática, faz dos usos fonéticos das conjugações verbais uma das variações mais representativas da fala local.

5.2.6 Rotacização ou rotacismo

O rotacismo é conhecidamente um fenômeno típico do falar rural quando encontrado na transformação de /l/ intervocálico ou em posição final de sílaba em /r/ (BOTELHO e LEITE, 2005. p.7). Contudo, diacronicamente foi caracterizado pela substituição da sibilante sonora [z] em [r] (DUBOIS et.al., 2014, p.489). Esta pesquisa registrou de forma muito significativa, em todas as variáveis independentes, as duas possibilidades de transformação fonética, como se observa nos seguintes exemplos:

01	... intão a genti <u>pranta</u> a côvi pra terra não ficá parada...
04	Mais ou menos... pur enquanto não mudou qui é a <u>merma</u> coisa nê? Istudá, ir pra casa, só, achu qui daqui uns anos vai mudá , eu vo começá a trabalhá e tudu...
05	Na semana eu assim, nessa época, agora qui é época do inverno, qui tá acabanu, é(:) a gente num planta lavora não, é mais no verão qui é o forte assim, qui é o qui <u>pranta</u> mais, mais coisa, aí no no inverno así eu fico mais em casa, num frequento muito a lavora não, mas no verão acordo bem cedo qui aí cumeça a prepará as terra, cumeça prepará as coisa pra plantá.
07	Eu gosto mais da <u>Grobo</u> ((risos)).
08 - A	Rádio Friburgo, a Rádio Cipó (risos), a Rádio Cipó, a Rádio Friburgo, desde da hora qui chego lá, ele ligô já fica ele lá, e lá uma vez o outra, a rádio <u>Grobo</u> , mais é difícil (risos)
09	É côvi-flô, é salsa, é cuentru, é feijão, feijãozim aqueli piquininim, nê, num sei se você já viu aqueli qui a genti bota na bandejinha, é(:) bróculis, é, bastante tipo de lavôra, a genti <u>pranta</u> ...
10	É geral! (...) Tudo! Sameá, tirá bandeja, <u>prantá</u> , repicá, enchê... depois ti levo lá pra cê vê.
11 - A	Eu acho qui sim, u... na(:)... porque,, vamu botá assim... é o <u>crima</u> , num pareci nada não, mas di(:)... do Ba... Ceasa pra cá já muda um poco...
11 - A	Mais frio, mais frio, vamu botá assim, quando o tempo vira, a(:) aqui dá <u>nibrina</u> , pra baxo é difíci dá.. intão muita das hora qui tá <u>nibrinanu</u> , pra li pra baxo tá um tempo bão, intão tem uma diferençazinha, eu creio eu qui(:)...
15 - A	Eu <u>prantei</u> só que num deu bom não. Ano passado já não deu tanto dinheiro, já deu bom. O negoço é <u>compricado</u> .
19	Hoje nós tão <u>prantano</u> cuentru, alface, feijãozim e salsa.
24	Dá, dá pra conhecê sim. Ah, o tipo de falá, jei – jeito de... de se visti tamém mucado, é diferente mucado, né? Qui tem <u>rente</u> qui, qui mora na roça, mas se <u>verti</u> bem e aí, aí fica mei difícil também, né? Eu acho...

29	<u>Assembleia</u> de Deus de Salinas, ali no Patrocínio.
30	Ali é tudo parente <u>mermo</u> assim, meus avô é tudo da roça tamém, meus tio, só uma qui mora em urgo, assim qui se distanciô mais, má é, ela trabalha em confecção, má o resto tudo na lavora.
34	É, <u>Grobo Esporte</u> , futibol e alguns filme e novela tamém, qui eu gostu de vê, eu e meu pai, a genti vê direto.
36	... a gente teve prejuízo cum a lavôra né a gente <u>prantô</u> tumati e <u>prantô</u> umas lavora, aí tevê prejuízo cum a lavôra.
38 - A	Não, só muda um cadim é o <u>crima</u> , né? Mas em si a comunidade intera, ela gera um conjunto, né? Assim acredito e pelo que eu convivo assim cum o pessoal é o <u>mermo</u> conjunto de, da população, <u>merma</u> amizade, e se <u>incruí</u> a Salina intera, né?
40	É eu <u>prantava</u> aqui mesmo.
42	Não, já tem um bom tempo qui a gente num <u>pranta</u> .

Percebe-se na maioria das realizações do verbo plantar a rotacização do /l/, muito comum também em outros encontros consonantais perfeitos. Os demais casos ocorrem em final de sílaba, principalmente com o /s/ e na transformação do /g/ em *rente* uma especificidade mais encontrada no cotidiano do que nas audições.

5.2.7 Desnasalização ou desnasalação

A desnasalação ocorre quando a pronúncia de um fonema nasal se torna oral (BOTELHO e LEITE, 2005. p.6). Nos casos registrados por esta pesquisa, o processo se deu por conta da ou em conjunto com a queda da consoante nasal ou da vogal posterior a que se desnasalizou. Em ambos os casos, concomitantemente, houve uma monotongação. O fenômeno também ocorreu em todas as variáveis possíveis sem, no entanto, ser homogênea e funcionar como regra geral, ou seja, houve oscilação.

01	... Intão é um tipo assim duma <u>homenagi</u> . In(d)endeu? ...
03	...modu da pessoa lidá <u>cu você</u> , falá <u>cu você</u> ...
05	Acho qui o o lugar ali onde se distacô mais foi a quadra qui eis <u>fizeru</u> ...

07	É assim, aqui você tem um tio, você toma <u>bença</u> você num passa e fala “Oi” ...
07	Todo mundo, nê! Aqui é <u>cu</u> todo mundo!
09	Num tinha, só em Friburgu, nê, e era difícil, papai tinha três filha pra mantê naquela época, não, não dava <u>passagi</u> , não dava nada, nê, tinha qui pagá tudo. Fico difícil pra ele, continuá, nê?
15 - B	As mulhé lá, maioria tudo trabalha em Friburgo, então é muito difícil assim as mulhé que trabalha na roça sabe? Os <u>homi</u> alguns sim ()...
18	É <u>porcentagi</u> .
19	“ <u>Bença</u> , vó!”
19	Durante a semana só um boteco que tem lá, mais os <u>homi</u> .
21	É, <u>bença</u> , beijo na mão. Os mais velhos sempre, né? Padrim, madrinha eles beijam a mão dos mais velhos.
22	É, teve ãas palavras qui eu pesquisei no dicionário qui ela fala, qui eu falo que vô fazê um dicionário dela, é tipo “aragi”, eu acho qui eu vi no dicionário é aragem mesmo, tipo pará de chovê, se eu não me engano, mas se não for é esse o significado qui ela dá: parô de chovê é <u>aragi</u> , ãa <u>aragi</u> de sol...
23	Tem mais sempre tem aquelas richinhas qui as famílias tem uma <u>qua</u> outra, tipo assim...
32	... saiu um <u>reportagi</u> dele, do negócio da TV...
36	E quando as vezes chamam, aí eles vão, até <u>ontj</u> memo teve uma fuguêra de São João lá Salinas, só qui não chamou o Mineiro-Pau daqui nem quadrilha, né, aí não participam, mas quando chama, eles...
38 - A	É pertim da <u>barragi</u> . Da cabiçera da <u>barragi</u> , é quatro quilometro de distância e chega...
42	Mais <u>folhagi</u>

5.2.8 Nasalização ou nasalação e outras alterações na nasalidade

A nasalação é o processo oposto ao narrado anteriormente, sendo, portanto, a transformação de um fonema oral em nasal, como pode ser observado nas seguintes realizações:

16	Praticamente todo. Porque muita gente num <u>instudô</u> . Cada um tem seu jeito.
----	---

16	É, tem o jeito mais simples qui o pessoal de lá. <u>Inqual</u> minha irmã...
----	--

24	É tem, <u>inqual</u> tem gente qui sabe de um produto qui, qué bom pa lavôra os oto vai e passa pra gente, tendeu? Aí fala se tá, <u>inqual</u> tem terra aqui qui sabe qui dá um, <u>ũa</u> virose assim qui a gente num conhece, aí os oto fala. <u>Inqual</u> tem sociação pra issu, qui aí eis vão, comunica e fala um po oto.
----	--

34	É <u>invangélico</u> .
----	------------------------

No primeiro e último casos, percebe-se, ainda, o alteamento da vogal nasalizada. Todos os exemplos acima se configuram como modelos clássicos de nasalização já registrados tanto no português popular quanto nas variedades rurais. No entanto, foram encontrados outros processos, mais complexos e mais característicos dessa região, envolvendo a nasalidade. Como em:

01	Não! Aqui géalmente o nome do lugá é <u>Son</u> Lorenço, ma cada sítio tem um nome.
----	---

16	Praticamente todo. Porque muita gente <u>num</u> instudô. Cada um tem seu jeito.
----	--

19	É, pode ser... <u>Son</u> Lorenço, Brandi. <u>Son</u> Lorenço ainda tem umas trilhas () ponto turístico, assim tamém.
----	--

Aqui, houve a queda da vogal nasal e uma conseqüente monotongação e nasalidade foi assimilada pela vogal remanescente. Entretanto, em *Son* ocorreu um abaixamento dessa vogal, o que não foi notado em *num*. Já na realização dos artigos indefinidos femininos e em seus afins como o pronome indefinido *alguma*, observou-se a síncope da consoante nasal /m/, enquanto a nasalidade da vogal anterior a ela foi acentuada. Além disso, houve a formação de hiato entre as vogais mantidas, como se nota abaixo:

05	se tivé algum trabalho, <u>algũa</u> coisa eu faço e vô na casa du meus amigu ...
----	---

13	Não, assim, eu acho que Santa Cruz tá assim tipo mais um bairrozim, né, mais <u>ũa</u> cidadizinha, que lá é roça, má se vê que tem pouca lavôra, né? Mas assim, São Lorenço tem bastante roça, Baxada de Salinas também.
----	---

14	Todo mundo se conhece, intão bastó passá <u>ũa</u> pessoa diferente, todo mundo sabe qui é de fora. É, o pessoal qui morum aqui, qui já tem casa há bastante tempo, a gente já conhece, né?
----	---

15 - A	Mas só que <u>ũa</u> professora dava aula pra <u>ũa</u> série, a mema dava aula pra mais aula. Tinha dois livro lá: um pra mais e...
--------	--

17	São é muito assim, não liga pro seu modo de se vestir, num, num visa o jeito que cê chega lá, por exemplo, se você é rico se você é podre, se você é o que for, acho que é <u>ũa</u> , <u>ũa</u> comunidade assim...
----	--

	de um modo geral muito tranqüila, muito hospitalêra.
18	... são todo mundo assim igual, vive <u>nũa</u> sociedade bem ali, coletivo ali, todo mundo se reúne cá na associação de moradores, todo mundo debate ali o que a localidade precisa. Eu acho isso.
19	Começa pra cima, pra cima do IBELGA e termina perto da encruzilhada do Brandi, e tem <u>ũa</u> casa dividino lá no Brandi também.
21	Tem a.. broa de milho, tem .. ricota, a chimirra no caso. (()) Ah não sei, eles fazem <u>ũa</u> confusão.
26	Todo mundo, se bem dizê, todo mundo, tem sempre, tem uns qui, não se fala, mas maioria se ajuda ou se precisa de <u>algũa</u> coisa dento do lugá pra alguém to-, acho qui a comunidade toda se ajunta e faz ... () o povo, eis se relacionam bem.

5.2.9 Despalatização

A despalatização “é o nome dado à transformação de fonemas palatais em um nasal ou oral” (BOTELHO e LEITE, 2005. p.8). Além da típica iotização do /lh/, já descrita por Castilho, nos falares rurais, torna-se bem simbólico da variedade aqui descrita a nasalização do /i/ final após a queda da palatal /nh/, devido à assimilação da consoante /m/. O processo se evidencia principalmente por conta do vasto uso de diminutivos na região, em todas as variáveis independentes consideradas. Esse último caso pode ser considerado, por sua frequência, uma marca linguística simbólica dos falantes entrevistados.

01	Não...eu acho qui deu uma <u>mioria</u> , nê? Claro! <u>Miorô</u> muito, porque a gente, foi... quando era piqueno pra agora deu UMA...uma mudança boa, mas num sei no que qui issu pode ajudá vocêi[3]i.
05	Acho qui é mais no bar assim, as vez no <u>vizim</u> , nos <u>vizim</u> ...
04	Mais ou menos... porque Salinas agora tem a roda de viola, nê? Que tão saindo um <u>sertanejozim</u> pelas casas...
08 – A	Eu acredito qui terceiro distrito todo porque nós tão mais <u>perdidim</u> no canto aqui, já vê a turma daqui mesmu. Na cidade já fica difícil de difenciá, nê?
09	É, aonde começa <u>certim</u> , a gente não sabe, nê.
09	Eu acho qui não... alguns <u>lugazim</u> já tá lotianu também, mas(:) a maioria ainda, nê? (...)é...
11 – A	Não, sô muito difici. É, eu gosto mais di(:), qui nem diz o otro, sentá nu <u>cantim</u> lá, ouvi(:)

15 - A	... Cheguei em casa tomei um <u>bâim</u> e fiquei pensano assim na vida...quando passei na escola eles tava tomano <u>bâim</u> , fiquei pensano assim...
15 - A	...a maioria desses meero <u>trabaia</u> com eles...
18	Não, assim. Mamãe, ela fica no meu quarto veno por casu qui na sala ela acha muito ruim por casu da televisão sê muito perto e no quarto lá é um <u>pouquim</u> mar longe.
22	É diferente, né? As pessoas tipo lá no Centro as pessoas falam muito <u>certim</u> . Minha tia mesmo fala: “tudo tem que ser <u>certim</u> , com s, todos os s possível”. Aqui a gente fala mais solto, mais a vontade, digamos assim.
24	Eu num sei, eu acho qui não (()) é pra um lugar lá indo pra Teresópolis, assim têm uns <u>camim</u> assim, qui entra lá, aí é longe o <u>lugazim</u> ...
26	Não muito, tem poco, tem <u>poquin</u> , poco ele, mas ele compra, pra(:)...
28	Meu pai, meu irmão, minha madrasta e meu otro irmão <u>piquinim</u> .
29	É tudo <u>coladim</u> assim, tem alguns qui num é da minha família, mas perto tamém, conhecido.
31	Porque o pessoal daqui sempre age pensanu mais nos otros tamém, se tem um legume em casa já, vai dividi cum <u>vizim</u> .
32	Lá pro Alto de Salinas parece qui eis são, um <u>poquim</u> pior, pareci qui o <u>rocerim</u> deles foi um <u>poquim</u> mais evoluído (risos).
34	É, de i no <u>barzim</u> de tarde, qui normalmente quase todas pessoa vão.
37	Não. O que eu vejo deferença um <u>cadim</u> é na Ceasa.
38 - A	Não, só muda um <u>cadim</u> é o crima, né?...
40	Centenário, é o seguinte... a gente conhece Centenário, eu mermo conheço Centenário só essa regiãozinha aqui, tendeu? Pega da ponte, até no <u>altim</u> aqui em cima, viranu ali, subinu o <u>morrin</u> ali, viranu pra Baxada. Centenário é até aqui ó, o qui eu cunheço, nê?

5.2.10 Paragoge ou epítese

A paragoge consiste no acréscimo de um fonema ao final de uma palavra. Nas manifestações encontradas em Nova Friburgo a adição do fonema [i] se deu após as consoantes /s/ e /z/. Todavia, o fenômeno não ocorreu de forma isolada, outros processos o acompanharam. Na maioria das realizações houve palatização das fricativas alveolares, acompanhada pela ditongação da vogal anterior.

01	Eu não sei no que qui issu pode ajudá <u>vocêi</u> [__z]i
05	... vô na igreja, aí assim é, eu vô bastante na igreja, e tem uma banda, aí eu sempre, assim, tem bastante <u>yezi</u> qui a gente marca insaio pra insaiá essas coisa assim...
07	A broa de fubá qui a [nome da pessoa] <u>fai</u> [__z]eu acho qui é só! Só isso mesmo...
07	Ah, agora eu num tô trabalhandu, nê? Porque eu tô cum ela, <u>mai</u> [__z] levanto de manhã, vô pá roça...
11 – A	Ah não! É diferente, nê? O Campo do Cuelho é <u>mai</u> [__z]i num tem agrucultura lá, nê? É muito poça. Tem sim mais é(:)... é muito poquinha. Já aqui tem mais, nê? Aqui pode vê qui(:) é(:)a maioria é agriculto. Intão acho qui tem diferença
18	Santa Cru[__k]
36	É, tem, na casa da minha mãe aí tem, ela <u>fai</u> [__z]ichimirra ³⁰ , quando tem a vaca danu leite, tem o queijo né, tem a broa de milho qui eis <u>fai</u> [__z]é e tem essas coisas assim, né.
40	Mais contato, é Centenário, Santa Cru[__k]Baxada...
41	... antigamente a gente ia na casa, conversava, tomava um café é, mostrava lá uma criação: “oh, minha criação criô e tal”, hoje, hoje já num <u>fazi</u> mais isso...

Novamente, os fenômenos foram mais perceptíveis no grupo de falantes mais velhos, principalmente homens, dos bairros mais longínquos, como Santa Cruz, Três Picos, Baixada de Salinas e São Lourenço. Esse resultado corresponde ao que foi observado no contato diário com as comunidades pesquisadas.

³⁰ *Chimirra* é o nome dado a um produto alimentício local, produzido a partir de leite de vaca, com textura pastosa, normalmente consumido com broa, pão ou biscoito.

5.3 Aspectos morfossintáticos da variação linguística das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo

5.3.1 Concordância verbal

Como já foi exposto no início do capítulo, a concordância verbal é o aspecto morfossintático mais explorado nas pesquisas sobre os falares rurais. Há uma forte tendência em afirmar que o padrão de conjugação verbal em qualquer variação do português brasileiro está sendo simplificado com a diminuição de flexões pessoais do verbo. No 3º distrito de Nova Friburgo foi encontrada a utilização de cinco pessoas discursivas (eu, tu, ele, nós e eles), porém com um sistema de concordância verbal bem heterogêneo.

5.3.1.1 1ª pessoa do singular

Além do emprego natural e predominante dos verbos concordando com a 1ª pessoa do singular, foram registradas algumas alternâncias nesse processo. Em alguns casos, houve oscilação da flexão pessoal do verbo em 1ª e 3ª pessoa do singular para se referir à 1ª pessoa discursiva.

12 – A	<u>Eu tem...</u> <u>eu tem</u> salsa, <u>tem</u> vinte e cinco mil muda de salsa, já tirei um corte, agora vô começá essa semana tamém () se Deus quiser.
19	São todos bem unida, né? Que, eu por exemplo, vô todo dia na casa de vovó, tomo café na casa dum, <u>faz</u> visita num, bebo uns café, como uns troço.
24	A minha é: <u>eu acordo</u> sete, né, pa vim po colégio, aí <u>venho istudá</u> , aí depois <u>volta</u> , aí <u>chega</u> em casa almo -, aí <u>janta</u> , né, ai depois...
31	A minha rotina? Na semana que eu istudo é levantá, tomá banho e vim pra iscola, ai quando <u>chega</u> , eu tenho qui arrumá casa, fazê a janta e insina devê no meu irmão, ai depois durmi de novo.
33	Na semana qui <u>eu venho</u> pra iscola é acordá cedo, aí venho, aí a hora qui <u>chega</u> em casa, ou <u>ajuda</u> em casa ou <u>ajudo</u> em algum, alguma coisa de, da lavôra, mas não diretamente, como uma coisa assim diretamente, e na semana inversa é ajudá minha mãe em casa, eu num vô muito pra roça, eu ajudo mais em casa.

Foram poucas as ocorrências desse fenômeno encontradas, mas, por serem tão incomuns, seu registro é importante. Cabe ressaltar que, com exceção de um informante, todos os outros que fizeram uso dessa variação são jovens e, portanto, com um maior nível de escolaridade, não havendo distinção entre meninos e meninas, representantes de toda extensão territorial investigada. O emprego se deu sempre no presente do indicativo de aspecto habitual e não concluído.

5.3.1.2 2ª pessoa do singular

Aqui a concordância verbal seguiu aquela encontrada também na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a utilização da 2ª pessoa discursiva, representada pelo pronome pessoal *tu* com o verbo conjugado na 3ª pessoa do singular. Também não se registraram grandes eventos desse fenômeno, o grupo que fez uso dele foi inversamente proporcional ao anterior. Apenas um jovem empregou a forma *tu* em referência à 3ª pessoa do singular. Os demais foram, em igual número, homens e mulheres da faixa etária 1, com baixa escolaridade, distribuídos ao longo da comunidade. Diferentemente do fato anterior, a temporalidade verbal não foi homogênea.

08 - A	... condo <u>tu viu</u> , a comunidade tava todinha lá e pegô o, num dexô sair ((...)) Num dexô, num dexô evadi ninguém não, forum preso. Ele(s) se uni...
10	Tudo quanto é tipo de muda qui <u>tu imaginá</u> nós produz
15 - B	Mas se saí e vim em casa pra almoçá, <u>tu perde</u> muito tempo quase andano do que trabalhano, aí...
24	Ah hoje em dia é mais fácil, né, quem pranta lavôra, ingual dependeno... da lavôra qui <u>tu prantá e fizé</u> um dinheiro é, <u>tu já, já salva</u> um dinheirim pra tu, né? ...
36	É minha mãe e meu pai mermo, inclusive tem dia qui as vezes <u>tu passa</u> pá tirá algũa verdura cedo, né, qui a gente tira verdura cedo as vezes, eis já tão cedim, eis já levantô, já acendeu o fugão de lenha.

5.3.1.3 3ª pessoa do singular

O que se pôde perceber aqui foram casos de silepse, nos quais o verbo concordava não com o sujeito no singular, mas com sua ideia de plural. O fenômeno não é restrito a um território exclusivo nem ao falar rural, mas aqui foi registrado com bastante significância, assim como é percebido no cotidiano desses informantes, em todas as variáveis independentes consideradas.

07	A maioria é parente, <u>a maioria são parente e(:)</u> muita gente, os qui vem de fora são de fora mesmo, até de outros países. (eu tenho qui dá mamá nela) ai eu acho que é pur isso qui é diferente, purque, ou são parentes ou são de fora
12 – A	É porque a gente foi criado aqui, <u>a gente conheceu</u> todo mundo, né? Todo mundo.
13	... aqui o <u>peçoal são muito bão</u> , assim, todo mundo trabalha muito, só que assim, <u>são muito amigo um do outro...</u>
13	... <u>A gente são</u> mais humilde (...) o <u>peçoal vão</u> dá atenção nos mais arrumadim, mais bunitim...
13	Ah é. <u>A gente plantamu</u> só que assim, é muito trabalhoso...
14	Todo mundo se conhece, intão bastó passá ùa pessoa diferente, todo mundo sabe qui é de fora. É, <u>o peçoal qui morum</u> aqui, qui já tem casa há bastante tempo, a gente já conhece, né?
18	É, elas lá em Santa Cruz <u>todo mundo são humilde</u> (...) <u>são todo mundo assim igual...</u>
20	Ah, eu acho, tipo, <u>o peçoal aqui da roça costumam almoçar</u> mais cedo e o da zona, da zona urbana já não tanto, mais ou menos meio dia, onze e pouco. Acho que só esses os hábitos que eu consigo diferenciar.
32	... se você percebê São Lorenço, ela é totalmente dividida, tem ali pa Fazenda Schuenck é totalmente, <u>a maioria são</u> Schuenck, no ponto final, quando cê vai pa direita, <u>a maioria são</u> Cabral e pa esquerda a, <u>a maioria são</u> Gravino, é uma divisão assim por casu, casu das terras
36	Não, eu acho qui não, qui aqui o <u>povo são um povo diferente</u> , né?
42 - A	É <u>a gente... fomu</u> , arrumamu uma padaria lá e <u>fomu</u> , lá cum-, <u>fiqumu</u> cum a nossa, cum a minha cunhada, aí a <u>gente ficou</u> um tempo lá, mas aí num deu certo.

5.3.1.4 1ª pessoa do plural

A concordância de 1ª pessoa do plural apresentou grande heterogeneidade, totalizando cinco grupos de possibilidades de uso: 1) A tradicional, em que verbo e pronome concordam na 1ª pessoa do plural e que não houve necessidade de ser representada aqui; 2) Pronome pessoal ou palavra-sujeito em 1ª pessoa do plural com o verbo na 3ª pessoa do singular; 3) Pronome pessoal ou palavra-sujeito em 1ª pessoa do plural com o verbo na 3ª pessoa do plural; 4) Pronome pessoal ou palavra-sujeito em 1ª pessoa do plural com o verbo na 1ª pessoa do plural, apresentando alteração na vogal temática e apagamento do *_s* final; e 5) Pronome pessoal ou palavra-sujeito em 1ª pessoa do plural com o verbo na 1ª pessoa do plural, sem alteração na vogal temática e apagamento do *_s* final. Além desses fenômenos ilustrados abaixo, é de se notar que a utilização de *a gente* em lugar de *nós* tem sido muito produtiva na região, com as mesmas variações da forma verbal já apresentadas.

03	... <u>nós tinha</u> qui istudá, chegá im casa, tomá conta da casa, cuzinhá, lavá ...
08 – A	Eu acredito qui terceiro distrito todo porque <u>nós tão</u> mais perdidim no canto aqui, já vê a turma daqui mesmu. Na cidade já fica difícil de difenciá, nê?
10	Tudo quanto é tipo de muda qui tu imaginá <u>nós produz</u> .
10	Ah! Nós hoje... HOJE <u>nós podi</u> se considerá qui é bem de situação pa caramba, nê, em vista daquela época, qui <u>tem</u> as coisa tudo direitim em casa, <u>tem</u> a televisão, <u>tem</u> tudo, <u>podí</u> agradecê muito a Deus porque <u>tem</u> !
11 – A	É nós, a gente é evangélico, nê? Antão <u>nós se reúne</u> na, na igreja, entendeu?
12 – A	É, <u>nós trabalha</u> junto: (...).
12 – A	...Tem abóbra, e <u>nós temu</u> um tomatizim pico tamém (...).
15 - A	Aí meus colega, <u>nós entremu</u> junto. Eles ia subindo de série e aquilo pra mim quando eles ia e passava, eu não passava, pra mim não tava nem ai. (...)
15 – B	... a semana que ela num tá em casa, aí tem vez que <u>nós vem almoçá</u> mei dia porque <u>tão adiantano</u> serviço, aí se <u>adiantá</u> bem <u>nós vem</u> em casa, depois que <u>adianta nós vem</u> em casa e almoça. (). <u>Nós tinha</u> , má agora minha mãe que tem ali no pastozim do meu tio ali.
18	Ah, por casu do assim, <u>vamu dizer</u> , igual do, quando chega gente nova todo mundo fica meio assim...

18	Porque eu aprendi assim aqui na iscola, <u>nós aprende</u> que não é “dificuldade”
19	Porque tem vez casu qui nós tá enrolado de serviço, tão lindando, aí nós para pra almoçá, aí <u>nós fala</u> : “não <u>vão terminá</u> pelo menos esse serviço aqui e <u>nós para</u> pra almoçá, aí quando <u>vai vê</u> já são duas horas.
19	Hoje <u>nós tão prantano</u> cuentro, alface, feijãozim e salsa.
24	Não, o terreno, <u>nós pranta</u> a mei, aí é o terreno é deles lá, mas só qui aí <u>nós pranta</u> lá só...
24	<u>Nós morava no</u> Barracão, ai <u>moramu</u> no Rio Grande, aí depois <u>voltamo</u> pro Barracão de novo.
25	Não a gente, na minha casa, <u>mora eu, minha mãe e meu pai</u> , mas no terreno moram minha vó e uma moça...
26	Tomo café, vô trabalhá, só qui ai chega... dez hora da manhã, tem o almoço, ai pô paro um cado, ai só lá pra umas duas horas da tarde tem u café, a gente toma o café ai só na... ai umas cinco, cinco e meia, <u>nós para de trabalhá</u> , e... ai depende tamém do dia, a janta num...
29	É cum a broa, lá em casa <u>nós faz</u> bolo, bolo cum fubá qui <u>a gente faz</u> , qui tem um muinho lá, <u>ai nós faz</u> bolo cum...
30	<u>Nós trabalha</u> em... <u>nós faz intrega</u> de verdura e legume. (...) <u>Nós planta</u> tamém.
32	Pelo tipo de falá, porque... <u>nós identifica</u> qui a pessoa qui fala ...
34	(Nós) <u>Plantam</u> tomate, salsa, bróculis.
37	É que eu ia na Baxada lá em cima, mas depois eu passei pra qui, qui era mais <u>fácil pra nós i</u> .
38 - A	É, <u>vamu supô</u> ...é <u>nós tamu vivenu</u> numa área que, <u>vamu supô</u> , é boa, <u>vamu supô</u> , embora a gente tenha dificuldade ainda em asfaltu, né? Mas é uma área boa e <u>vamu supô</u> , é um lugá que tá senu de turista, né? <u>Nós tem</u> a visão, hoje tá fechado o tempo, né, num dá nem pra vê as Pedra dos Bico, né? <u>Mas nós tem</u> o ponto referente de cheio memo pra Pedra dos Bico, né?
40	Ah, o, sei lá o sutaque nê, o jeitu, é, diferente um poquim nê... o jeito de trabalho, purque normalmente <u>nós já somu</u> mais... o istilo de andá, <u>nós somu</u> mais... mais caipira mermo, roceirão
41	É <u>nós tamu</u> no mei da...

5.3.1.5 3ª pessoa do plural

Como a concordância de 1ª pessoa do plural, a de 3ª também apresenta heterogeneidade. No entanto, suas possibilidades se restringem a duas: ou o pronome pessoal ou a palavra-sujeito de 3ª pessoa do plural são usados com verbo na 3ª do singular ou ele vai para o plural com o apagamento da marca de pluralidade *_m* e o abrandamento da vogal que passa a ser final. Diferentemente do caso anterior, a concordância padrão está quase extinta, sendo predominante o último fenômeno descrito, como na maioria do território brasileiro.

01	...Aí géralmenti <u>os sítio é assim</u> ...géralmenti <u>é os primerus donu</u> , qui <u>é os nomi do sítiiu</u> , purque num tem nome de rua.
03	Eu só via o qui <u>os otros postava</u> , as coisa qui <u>os otros postava</u> ...
05	Aí <u>eis resolveru</u> assim. Achu também qui as pesoas mais antiga, <u>eis num tinha istudu</u> , essas coisa, aí <u>eis resolveru ficá</u> na agricultura.
04	Totalmente diferente, purque lá <u>é poucas coisas</u> qui a gente acha de lavora, essas coisas. Mais urbanização.
06 - A	Só <u>vai os</u> qui não são evangélico. É! Os qui são evangélico não vão.
06 - A	...Aqui só se <u>comprá</u> de lá! Entendeu? As vezis, <u>eles traz</u> pra vendê, e a pessoa compra...
08 - A	Ah, <u>são pessoa bem unida</u> . São. São. Apesar de, de variar uns o outros no mei, mas em questão de união <u>são bem unida</u> . Qualquer coisa qui () <u>assIM</u> ... Não, e de contrário na, na, num <u>é</u> ? Surgiu qui nem aqui... um robo na casa du meu tio ali, condo tu viu, a comunidade tava todinha lá e pegô o, num dexô sair ((...)) Num dexô, num dexô evadi ninguém não, <u>forum preso</u> . <u>Ele(s) se uni</u> ...
09	Não, costumava sê sopa, um mingau assim qui, mingau ingraçadu lá qui <u>eles fazia</u> , mas era gostosim... (risos)
10	Que a pessoa daqui é mais simpres, nê? <u>Os qui vêm de fora já é mais ((risos)) mais mitidihu</u> , pode num tê nada, nê? Mas só que é mais, mais nariz em pé, logo a pessoa já reconheci, purque aqui a pessoa anda de bota, anda de chinelo, nê, num bota uma ropa boa pra vim pa roça.
11 - A	Tá funcionanu, <u>É(:)</u> a nossa...que nem diz o otro, a maioria, <u>eis gosta</u> da(:) associação, <u>eis acha</u> qui é um... é um mei de ganhá recurso, condo <u>eis vê</u> qui... qui vai vi um recurso qui beneficia eis, aí <u>eis corre</u> pra vê se... mas tem um grupo bom, qui frequenta todo, todo mês...
14	Olha, o pessoal que já tá morando aqui, eles querem fazer amizade cum o pessoal. Então a gente já se conhece, às vez, dá uma verdura, um legume, eles pedem. <u>Eles quê comprá</u> .

15 - A	Aí meus colega, nós entremu junto. <u>Eles ia subino</u> de série e aquilo pra mim quando <u>eles ia e passava</u> , eu não passava, pra mim não tava nem ai. (...)
16	Acho que <u>as mais diferentes é Campo do Cuelho</u> por casu que lá já tem, bem, eu nunca vi, praticamente assim, nunca vi lavôra lá, bastante lavôra qui nem tem ni Barracão.
16	Com certeza, tem. Acho que tipo, antigamente não tinha muito esse, essa coisa tipo assim: minha mãe trabalhava na roça e meu pai também, agora <u>eles já não trabalha, trabalha...</u>
17	... Acho que nos otros lugá até pelo conhecimento, qui as pessoa... pode até havê, mas <u>as pessoa não conhece</u> . Eu acho que conheço também.
18	Ah, <u>eis levanta</u> assim cedo, <u>vai</u> assim pra roça, <u>trabalha</u> até ãas cinco horas, depois <u>retorna</u> para os lares e <u>fica</u> em casa. Quando têm compromisso de i pa igreja e vão assim a rotina é assim.
19	Agora qui <u>pararu</u> , qui existia era a fuguera de São João, má agora tá sendo em Salina.
20	Ah, eu acho que <u>os avanços tecnológicos seria uma parte</u> dessas, por exemplo, aqui antes não tinha internet, telefone <u>era poucas pessoas</u> que tinham e isso hoje já abrange bastante pessoas. Internet mesmo acho qui 80% da população aqui, aqui já tem em casa internet e telefone.
21	Olha, eles querem agradá, sabe? Muitos não são <u>aquelas pessoa</u> qui a gente achava qui era a gente vai vendo isso com o tempo, mas a maioria do pessoal vem ali pra ajudá.
21	Eles que na maioria das vezes, <u>eles que reúne</u> o pessoal, não sei se é ainda.
22	Ah, <u>são bem organizado</u> , assim tem Associação todo mundo segue bem direitim, <u>os que precisa</u> assim.
22	<u>Eis fala</u> Zé.
23	Eu gosto, mas eu acho o lugá muito... sem graça assim. Porque, igual <u>eis falu</u> , qui os jovens ficam tudo na rede social porque num tem um lugá qui você vá pra interagi cu as pessoas alí, intão a genti... fica no Facebook. É.
24	É tem, ingual tem gente qui sabe de um produto qui, qué bom pa lavôra os oto vai e passa pra gente, tendeu? Aí fala se tá, ingual tem terra aqui qui sabe qui dá um, ãa virose assim qui a gente num conhece, aí os oto fala. Ingual tem sociação pra issu, qui aí <u>eis vão, comunica e fala um po oto</u> .
26	Todo mundo, se bem dizê, todo mundo, tem sempre, tem <u>uns qui, não se fala...</u>
27	Não, só <u>algumas pessoas qui vai</u> na igreja qui é a única igreja qui tem lá, qui é só na segunda-feira, mas tamém num tem nada, num tem um cumérciu num tem...
28	Ah, as plantações porque todo nundo trabalha assim, a maioria das pessoas, <u>eles trabalha</u> com agricultura, eu acho qui é issu.

29	É tudo coladim assim, tem <u>alguns qui num é da minha família</u> , mas perto tamém, conhecido.
29	Era mais é, antigamenti era mais pra cumê, né, batata-doce, feijão essas coisa assim, sigundo <u>elis conta</u> né.
32	Não <u>eis fala</u> qui tem um, um pote de oro plantado de baxo dela.
33	Já <u>eles ria</u> , uma pessoa pode até ri ou falá: “Ah, tá falando errado!; num sei o que...; num é assim qui fala!”.
36	É, <u>eis fala</u> né, num sei se tem otro nome, mas eu conheço...
37	<u>Eles fala</u> , né? Que é Granja de Salinas
38 - B	Foi, foi, <u>todos mora</u> aqui no sítio. Só um que saiu, mas perto também aqui, Salinas memo. Os <u>otros mora</u> tudo aqui memo no sítio.
40	Não, <u>os mininu ajudava</u> nê (...) quandu ele num tava trabalhanu, ele ajudava, a mulhé quando podia, mas ela sempre trabalhô fora, nê, doméstica.

5.3.2 Concordância nominal

A concordância nominal é o segundo aspecto mais avaliado nas pesquisas dialetais rurais. No entanto, predominantemente ele é considerado, por ser mais recorrente, apenas no que se refere ao número. Esta pesquisa conseguiu apurar em seu campo que a variação na concordância de gênero também é muitíssimo comum, embora a de número seja mais facilmente encontrada.

5.3.2.1 Gênero

O emprego da concordância de gênero raramente é avaliado nas pesquisas sociolinguísticas. Aqui, a variação desse quesito se mostrou frequente em todas as variáveis apreciadas assim como já havia sido observado empiricamente, mas um fenômeno teve mais saliência do que outro. Nos sintagmas nominais, a alternância de concordância foi mais corrente quando o núcleo era feminino e os adjuntos masculinos. Raros foram os casos em

que o núcleo nominal era uma palavra masculina e os adjuntos empregados femininos, como pode ser observado nos destaques seguintes:

03	... aí eu sô <u>obrigado</u> (informante feminino) a ir, aí eu vô pra um encontro de pais, e tem a igreja.
04	Da <u>pessoa urbano</u> é! Pessoa de cidade pur causa do sutaque todo... a maneira de falá, é diferente.
05	Eu acho qui sim, <u>a maioria das pessoa mais antigo</u> , acho qui tem o mesmo tipo do linguagem, assim fala as coisa diferente, errado... (...) é o mais antigo (...) no é elis falam errado, as vezi comi as letra, fala faltano alguma coisa...
06 – A	Eu acho qui é! Chega <u>uma pessoa bem vistido</u> aqui na ro(:)ça...
14	É. Aqui? Aqui é o terreno do meu pai. Então a minha irmã mora comigo ali na frente e tem <u>a meu pai</u> , minha mãe e minha irmã que mora naquela casa ali na subida.
16	Acho que em parte. Porque sempre que a gente vai apresentá trabalho tem <u>a coisa escrito</u> lá, tipo a gente vai fazê trabalho, pesquisa na internet, aí tem sempre umas palavra meio difíceis, a gente se enrola pra falá, mas o jeito, o jeito de falá a gente não muda não.
18	Ah, assim o avanço tecnológico veio chegano, a internet mesmo, <u>era muito pouco pessoa</u> agora a maioria das casa tem.
19	É, <u>são todas gente boa, simpática</u> , é, gosta de conversá, <u>todo mei simples</u> , não esquenta cabeça muito cum nada.
19	<u>São todos bem unida</u> , né? Que, eu por exemplo, vô todo dia na casa de vovó, tomo café na casa dum, faz visita num, bebo uns café, como uns troço.
20	Ah, porque a maioria das atividades aqui é <u>voltado</u> para a agricultura familiar, então uma área rural, por isso.
26	<u>Feitu [como construída] a associação</u> , <u>a iscola agora qui tá senu reformadu</u> , importanti, tem a quadra né? A quadra é ondi é <u>feitu as coisas</u> tamém, né, a maioria das festinha qui vai fazê, festa julina algũa coisa assim e ali qui faz.
28	É, acho qui é acho qui é, porque... é eu acho qui é porque aqui, <u>as pessoas já são acostumadu</u> a acordá cedo sim, porque tem sempre um compromisso, ajudá a mãe em casa, até os jovens, muito deles têm qui acordá cedo
32	Assim, mais assim na época assim da nossas avó, avô tinha até mais filho, qui ai antigamente, a família, as menores famílias tinham dois três, <u>o maior é cinco, dez, tipo onze filho</u> ...
36	É <u>algum posada</u> aí tem né, acho qui tem né...
37	Não. O que eu vejo deferença um cadim é <u>na Ceasa</u> .

5.3.2.2 Número

Em muitas situações nos dados coletados, a concordância de número seguiu a regra da economia linguística presente em várias variedades. Quase sempre o plural dos sintagmas nominais foi marcado uma única vez, sendo assim pluralizado apenas o determinante. Nos eventos de concordância entre sujeito e predicativo, aquele sofria flexão normalmente no primeiro adjunto, quando havia, ou nele mesmo quando funcionava isoladamente, e este mantinha-se no singular. Tal fenômeno variável também foi notado em todas as variáveis e em toda a região.

01	... Aí géralmenti <u>os sítio</u> é assim... géralmenti é <u>os primerus donu</u> , qui é <u>os nomi</u> do sítio, porque num tem nome de rua.
05	<u>As pessoa</u> vêm mais assim, diferente, né? A gente conhece mais assim o istilu de se vesti, às vezes, modo de falá, <u>as vez</u> , fala mais diferente.
06 - A	Só vai <u>os</u> qui não são <u>evangélico</u> . É! <u>Os</u> qui são <u>evangélico</u> não vão.
07	SÃO BONS! Tem também <u>as fofoca</u> , má porque é muito parente,(risos) família,é tudo família não tem jeito, mas o mais é muito bom, pessual, se a pessoa tivé duente, todos ajudam, vão visitá(:), <u>tão sempre unido</u> ...
08 - A	...eles tinham caçado <u>nos posto</u> , tinha caçado em tudo quanto é lugá e não achava...
09	Num tinha, só em Friburgu, nê, e era difícil, papai tinha <u>três filha</u> pra mantê naquela época, não, não dava passagi, não dava nada, nê, tinha qui pagá tudo. Fico difícil pra ele, continuá, nê?
10	Não, parente só aqui, esse sítio aqui é do meu pai, aí aqui é parente e tem <u>alguns parente</u> qui lá também tem, mas tem <u>muitos amigo</u> , nê?
11 - A	Pra mim é boa, gosto daqui, moro aqui(:) <u>há trinta ano</u> , então pra mim... eu acho a região muito boa, e é o que, a gente, nem diz o otro, o privilégio morá aqui e contemplá essa beleza, então é(:) muito bom, nê. Bem, eu acho...
13	Ah, eu acho <u>muito boas</u> [pessoas], <u>muito legal</u> (...)São <u>dizoito pessoa</u> que mora aqui dentro do sítio e, graças a Deus, a gente nunca brigô, tá?...
14	Olha, o pessoal que já tá morando aqui, eles querem fazer amizade cum o pessoal. Então a gente já se conhece, <u>às vez</u> , dá uma verdura, um legume, eles pedem. Eles quê comprá.
15 - A	Tinha <u>duas professora</u> ali dento..
17	Por causa desses costumes. <u>Nos otros lugá</u> não, não.

19	São todos bem unida, né? Que, eu por exemplo, vô todo dia na casa de vovó, tomo café na casa dum, faz visita num, bebo <u>uns café</u> , como <u>uns troço</u> .
22	A maioria é, só qui minha avó agora mora no Centro, <u>as irmã</u> dele também (...) mas a maioria <u>dos parente</u> deles é por ali.
24	É novela, é mais é novela, esse negócio de <u>dez mandamentu</u> qui mamãe gosta de vê, <u>esses negócio</u> assim...
28	... porque tem sempre um compromisso, ajudá a mãe em casa, até os jovens, <u>muito deles</u> têm qui acordá cedo
29	Eu acho qui agora num, num dá pra conhecê mar não, porque sim, depende da pessoa tamém né, <u>os mais antigo</u> , eu acho qui dá pra conhecê ainda, o tipo de se visti, <u>essas coisa</u> , mas <u>os mais jovem</u> agora tá quase tudo igual, tá todo mundo igual, assim eu acho qui num dá não.
30	Ali é tudo parente mermo assim, <u>meus avô</u> é tudo da roça tamém, <u>meus tio</u> , só uma qui mora em Friburgo, assim qui se distanciô mais, má é, ela trabalha em confecção, má o resto tudo na lavora.
32	Assim, mais assim na época assim <u>da nossas avó</u> , avô tinha até <u>mais filho</u> , qui ai antigamente, a família, as menores famílias tinham dois três, o maior é cinco, dez, <u>tipo onze filho</u> ...
33	... num sei se foi porque <u>pocas pessoa</u> ou porque é muito longe. Eu acho qui era os dois, entendeu? Aí ficô muito caro, aí a gente optô por não botá.
34	É dois carros e três... <u>quatro moto</u> .
36	Olha... Eu acho qui é <u>as três pedra</u> , qui todo mundo vem de fora, já olha, já vê qui num tem erro, né, é <u>Três Pico</u> , já né.
38 - B	... pode tê assim <u>várias pessoa</u> memo, tamém teve uma reunião aqui, tinha o quê?, na faxa de <u>quatucentas, quinhentas pessoa</u> , né? ...
42 - A	Não. Assim <u>as pessoa</u> que, que vêm pegá né, mas...

5.3.3 Intensificação por meio da flexão e da concordância de grau

O uso de diminutivos é muito frequente na variedade rural do 3º Distrito de Nova Friburgo. Em vários de seus empregos parece haver, inclusive, por parte do enunciador, uma tentativa de concordância de grau, já que se pode perceber um certo paralelismo nas

enunciações. Um nome no diminutivo leva para seus adjuntos a necessidade de também se empregar neles a mesma flexão. Esta, por sua vez, sugere uma intensificação dos sentidos que se quer produzir nos enunciados.

03	... a iscola era um <u>piniquinzim</u> agora é uma senhora iscola lá im cima...
07	Ah, porque eu num sô rica, mas <u>pobrinha</u> também num sô, graças a Deus o qui eu trabalho dá pra mi mantê, eu, eu, me considero assim, mais ou menos.
08 - A	Eu acredito qui terceiro distrito todo porque nós tão mais <u>perdidim</u> no canto aqui, já vê a turma daqui mesmu. Na cidade já fica difícil de difenciá, nê?
09	Ainda num tem não, cumeçô fazê agora, é(:) vai sê <u>pertim</u> do posto de gasolina, ali pra cima um <u>poquim</u> , já fez assim o alicerce, mas pur inquanto tão se reunindo ali no Barracão mermo, ali no(:) pra cim, pra cima do posto um <u>poquim</u> , uma <u>obrazinha</u> qui o rapaz imprestô pra reuni (...) é tem duas porta assim.
12 - A	Ai, é, tinha um <u>colegiozim</u> lá no cantim...
13	Não, assim, eu acho que Santa Cruz tá assim tipo mais um <u>bairrozim</u> , né, mais ùa <u>cidadizinha</u> , que lá é roça, má se vê que tem pouca lavôra, né? Mas assim, São Lorenço tem bastante roça, Baxada de Salinas também.
13	... o pessoal vão dá atenção nos mais <u>arrumadim</u> , <u>mais bunitim</u> ...
15 - A	Não, até que a <u>iscolinha</u> era <u>tranquilinha</u> , tinha ùa sala lá...a <u>iscolinha</u> tá lá até hoje () rrsrs...cabô tudo (). Depois cabô. A escola era manera ().
24	Eu num sei, eu acho qui não (()) é pra um lugar lá indo pra Teresópolis, assim têm uns camim assim, qui entra lá, aí é longe o <u>lugazim</u> ...
26	Não muito, tem poco, tem <u>poquin</u> , poco ele, mas ele compra, pra(:)...
29	Ah, eu acho qui é quase tudo junto, né? () <u>pedacim</u> má é poca coisa, quase é o mermo lugá, <u>pertim</u> , <u>coladim</u> .
32	Lá pro Alto de Salinas parece qui eis são, um <u>poquim</u> pior, pareci qui o <u>rocerim</u> deles foi um <u>poquim</u> mais evoluído (risos).
40	Centenário, é o seguinte... a gente conhece Centenário, eu mermo conheço Centenário só essa <u>regiãozinha</u> aqui, tendeu? Pega da ponte, até no <u>altim</u> aqui em cima, viranu ali, subinu o <u>morrin</u> ali, viranu pra Baxada. Centenário é até aqui ó, o qui eu cunheço, nê?

5.3.4 Uso do pronome indefinido tudo

Muito frequente no falar da região rural friburguense é a realização do pronome indefinido variável *todo* e suas flexões como o invariável *tudo*. Na maioria das ocorrências, o pronome foi utilizado para se referir a pessoas, principalmente, para fazer menção a relações afetivas de parentesco, amizade ou vizinhança. Também não houve aqui o destaque desse uso para um determinado grupo ou região.

03	...aqui a maioria aqui <u>é tudo desviado</u> , aqui a maioria é desviado...
05	<u>São tudo</u> ... assim, <u>são tudo agricultô</u> , <u>são tudo bem</u> ... são assim, (...), <u>são tudo amigo</u> ...
06 - A	Eu acho qui se relaciona bem porque aqui é muita família qui mora, nê? Assim... pra tu vê , esse sítio aqui mermu oh, <u>é tudo família</u> . Oh, aquelas casas lá <u>é tudo é irmão</u> , tio, <u>é(:) neto</u> , <u>é tudo família</u> , aí(:) se relaciona todo mundo bem, nê?
07	SÃO BONNS! Tem também as fofoca, má porque é muito parente,(risos) família, <u>é tudo família</u> não tem jeito, mas o mais é muito bom, pessual, se a pessoa tivé duente, todos ajudam, vão visitá(:), tão sempre unido...
09	Ah, aqui aonde eu moro aqui é muito bom, é, um relacionamento bom,bom é... aqui <u>é tudo parente</u> , nê, do lado aqui é tio, ali do lado de lá <u>é tudo tio e primo</u> , intão, assim, <u>é tudo muito parente</u> ...
12 - A	Não. Não, aqui <u>é tudo família</u> .
13	Sempre trabalhanu <u>tudo</u> junto.
14	Tem. Tem o pessoal que mora aqui na faixa da... perto do bar aonde cumeça o movimento das casa até a igreja são todos parenti, <u>eles tudo fala</u> do mesmo jeito (...) Intão é aquele mesmo jeito de se cumprimentá, de falá...
15 - B	...Aí, depois lá pra frente tamém <u>é tudo parente</u> , tem meus tios.
17	Olha, a minha relação é muito boa, muito boa mermu. Tamém <u>a maioria lá, tudo parente meu</u> , tamém, acho qui por isso tamém facilita um poco.
23	Eu gosto, mas eu acho o lugá muitu... sem graça assim. Porque, igual eis falu, qui <u>os jovens ficam tudo</u> na rede social porque num tem um lugá qui você vá pra interagi cu as pessoas alí, intão a genti... fica no Facebook. É.
24	... <u>é tudo conhecido</u> ali, aí se, se relaciona bem.
27	Assim Salinas não, mas os Três Picos é porque assim, num tem muita casa, e todo mundo se conheci

	assim, <u>é tudo mais família</u> , e lá também é pouco, é pouca casa e todo mundo se conhece...
29	Aondi eu moro? Assim onde eu moro é quase <u>tudo conhecido</u> , todo mundo conhecido, <u>tudo gente boa (...)</u> Quase tudo é família.
30	Ali no Campestre <u>tudo parente</u> , né, todo mundo parente mesmo, só agora qui veio (...) uma mulhé que mudo po lado de casa ontiontem assim, mas o resto <u>é tudo parente</u> , tudo...
31	<u>É tudo simples</u> , né? Fala já do jeito é, da roça mesmo. (referindo-se às pessoas do local)
32	Isso ai, qui pega ali tudim qui ali, ali tem a entrada de Fazenda Schuenck, mas ali pra baxo, ali também <u>é tudo ainda Schuenck</u> .
36	<u>Tudo daqui</u> , fui nascido aí mermo, meu pai mora ali né, passou ali pela...
37	<u>Era tudo dos Bico</u> () minha mãe era... (referindo-se à família)
38 - A	Aqui os quatro. Onti, onti memo de noite eu tava, tirei até a foto das três. Tava <u>tudo</u> no quarto é, venu (...) Aí eu cheguei e fragrei as três assim <u>tudo</u> conectada.
41	Olha... aqui é um lugá muito bom de se vivê nê, lugá tranquilo, por inquanto tem sido nê, é... a vizinhança, até o momento, são todos SÍTIO, <u>são tudo vizinho</u> , <u>tudo da família</u> nê, é primo, prima, parente próximo, antão, é um ambiente famíliá, por inquanto ainda tem sido um ambiente família.

5.3.5 Emprego de preposições

O emprego regencial de preposições parece estar se simplificando no 3º Distrito. A preposição *a* vem sendo substituída gradualmente por *de* e *em*. Muito característica da região é a utilização de construções do tipo *dar + nele(a)*, *pagar + nele(a)* e suas variações. Outra realização bastante produtiva é o uso de adjuntos adverbiais de lugar com o modelo *ni + lugar*, observados muito mais entre os mais jovens.

03	...eu sô curiosa aí eu cumeço a pesquisá algumas coisa, aí eu cumeço a pesquisá e num <u>durmu di noite</u> ...
05	... e <u>vô na casa</u> du meus amigu assim, meus vizim, assim qui eu custumo frequentá diariamente, assim, qui eu vô sempre.
07 (eu tenho qui <u>dá mamá nela</u>) ...

08 - A	...Tinha gente <u>na</u> Conquista cercanu, tinha gente <u>na</u> Floresta cercanu, tinha gente pra Son Lorenzo, tinha gente no Alto de Viera.
10	Não, só <u>de noite</u> .
13	...Chegô lá o pessoal vão <u>dá atenção nos mais arrumadim</u> , mais bunitim. É verdade, é sério. (...) o pessual vão <u>dá mais atenção naqueles</u> primêro e agente fica sempre por último. E é vários lugá que é assim, vários.
14	Não, aqui já é de 1h. (referindo-se ao horário do almoço]
15 - A	...os pequeno vai lá e compra, fornece a gente, pra gente prantá com eles, <u>pagá neles</u> .
16	Acho que é tudo morano perto, ingual lá na minha propriedade, no sítio que eu moro, mora a família toda junto só que <u>ni casa</u> diferente. <u>Ni Barracão</u> já não, <u>ni Barracão</u> lá pra dentro, no centro, já tem é, um pessoal morano qui num é da família ai já tá dividido.
21	Eu moro <u>nos</u> Três Picos.
22	Eu acho que sim, porque.. tipo a gente vai, antigamente, era só <u>i na escola</u> , nem era istudá porque eu era pequena assim, aí criança é muito, <u>ia na escola</u> , voltava, brincava o dia intero e aí depois a gente pega uma certa idade...
24	Barracão cumeça alí na, é ali em cima ali <u>ni</u> , cumé qui fala aqueli nome ali memo? É perto do mercado ali memo, né? Cumeça ali...
26	São e achu tamém lá, <u>ni</u> ... acho qui <u>ni</u> Rio Grande tamém.
27	Não, só algumas pessoas qui <u>vai na igreja</u> qui é a única igreja qui tem lá, qui é só na segunda-feira, mas tamém num tem nada, num tem um cumérciu num tem...
28	Os lugares? Os Três Picos qué bem importante e alguns restaurantes qui tem, pizzaria, essas coisa qui têm, porque eu acho qui ajuda muito, porque num é só a gente daqui qui <u>vai nesses</u> lugares, vem muita gente de fora, e também do Centro já encontrei pessoas qui moram em Conselhêro <u>ni restaurante</u> aqui em cima, aquele João e Maria, já encontrei ai assim
28	Não, não é só final de semana, é porque a gente sai pra visitá otras igreja e sempre acaba <u>passanu ni algum</u> lugá pra cumê quando volta ai é só.
31	A minha rotina? Na semana que eu istudo é levantá, tomá banho e vim pra iscola, ai quando chega, eu tenho qui arrumá casa, fazê a janta e <u>insina devê no meu irmão</u> , ai depois durmi de novo.
34	Tem, tem, tem a festa aqui né na iscola né, <u>ni IBELGA</u> , e tem a festa julina, junina, sei lá, lá <u>ni Salinas</u> .
34	É, de <u>i no barzim de tarde</u> , qui normalmente quase todas pessoa vão.

5.4 A variedade local e o diálogo entre as pesquisas: a relação entre língua e identidade rural na arquicomunidade do 3º Distrito de Nova Friburgo

Em se tratando da relação entre a variedade rural do 3º Distrito de Nova Friburgo e o Português Popular Brasileiro, caracterizado por Castliho, há de fato muitas interseções. Muitos também são os traços comuns entre esse e outros falares rurais como, por exemplo, aquele pesquisado por Bortoni-Ricardo. Todavia, existem distinções responsáveis por construir a identidade linguística local.

Nos aspectos fonéticos, percebeu-se que, no interior friburguense, a aférese é um fenômeno bem representativo da fala local e corresponde à perda da vogal inicial átona registrada no português popular e nos migrantes rurais de outras regiões. A síncope e a apócope, principalmente dos gerúndios e dos infinitivos, respectivamente, também são bem características, mas enquanto os outros estudos apontam para um processo de apagamento, aqui os fonemas já desapareceram da fala não monitorada. A rotacização, especialmente, do verbo plantar, intrinsecamente ligado ao cotidiano da comunidade, e suas flexões foi comumente empregada. Fenômenos como prótese, epêntese, metátese e betacismo não foram significativos na fala local, assim como a retroflexão do /r/.

No que se refere aos metaplasmos que afetam as vogais, não foram características fortemente marcadas a ditongação e o apagamento final, mas houve também muitas aproximações, como a monotongação dos ditongos decrescentes, a desnasalação em final de palavra e a nasalação de algumas vogais. No primeiro caso, no entanto, chamaram atenção as reduções de ditongo na palavra *maoria* e nas construções com a palavra *causa*, que se transformou em *casu*, e com as palavras *quanto* e *quando* e suas afins, que se modificaram para *conto/condo*, como o já descrito. Já no último, chamaram atenção, como marcadores identitários: a transformação da oral em nasal no emprego das formas de artigo e pronomes indefinidos femininos (uma/alguma); e o recorrente uso de diminutivos com despalatização e nasalização na última sílaba; ambos não descritos nos trabalhos anteriores. Por outro lado, a nasalação de vogal inicial apontada por outros autores como característica do rural e do popular não foi uma ocorrência tão observável por esta pesquisa. A metafonia também foi bastante registrada nas entrevistas realizadas em Nova Friburgo, destacando-se principalmente aquelas realizadas nos verbos e palavras deverbais, como a elevação da vogal temática e o abaixamento de algumas vogais com mudança na tonicidade silábica. Embora, esses fenômenos tenham sido percebidos em outros territórios, aqui ele é conscientemente

utilizado pelos jovens como caracterizador de suas origens. Por fim, a paragoge em conjunto com a palatização das alveolares também foi bastante peculiar, mas mais exemplar nos informantes mais velhos.

Em relação aos aspectos morfossintáticos, as análises sobre concordância verbal e nominal são as que mais se destacam nos estudos do português popular e do falar rural. As regras gerais de simplificação da conjugação verbal e da marcação única de plural nos sintagmas nominais também foram encontradas aqui. No que tange ao uso dos verbos, além das mudanças fonéticas, houve muita oscilação, ou seja, muitas variações na própria variação: em algumas audiências não há concordância de 1ª pessoa do singular; o pouco uso do pronome *tu* não implica emprego de seu correspondente verbal; há uma forte tendência em apagar as marcas de plural *_s* e *_m* nas formas verbais de 1ª e 3ª pessoas, tanto no presente quanto no pretérito; a alternância da vogal temática de /a/ > /e/ ou de /e/ > /i/ não está associada ao uso da desinência não-padrão *_mu*; a forma padrão das desinências de 1ª e 3ª pessoas *_mos* e *_am* são tão pouco frequentes que configuram um quase desuso; há uma competição entre as formas *nós* e *a gente* antepostas aos verbos. Assim, pode-se afirmar que há uma grande similaridade entre os dados encontrados aqui e aqueles descritos em outros trabalhos (BORTONI-RICARDO, 2011; ALMEIDA BARONAS, 2007 e ALMEIDA, 2006; ALMEIDA e CARNEIRO, 2003). Já nos sintagmas nominais, é caracterizadora da fala local a frequência da não concordância de gênero, o que não foi registrado por grande parte da bibliografia.

Outros fatores morfossintáticos que colaboram para a identidade linguística local e que não tiveram correspondência em outras pesquisas foram: o alto uso de diminutivos, gerando inclusive uma incomum concordância de grau como intensificadora semântica; o emprego do pronome indefinido invariável *tudo* em lugar normalmente ocupado pelo correspondente variável *todos*, especialmente para se referir a pessoas de laços afetivos estreitos; a utilização da preposição *em* e suas contrações nas construções com os verbos *dar* e *pagar* e em uma inovadora combinação que gerou o vocábulo *ni* utilizado em expressões adverbiais de lugar.

Percebeu-se, ao fazer as transcrições e ao analisar os dados, que os traços característicos da fala local foram mais recorrentes gradualmente nos seguintes grupos: faixa etária 1, com baixa escolaridade; gênero masculino; estudantes do curso de agropecuária; regiões distantes dos centros urbanos. Essa percepção não significa que os aspectos encontrados não sejam simbólicos de toda a *arquicomunidade*, mas que eles foram percebidos com menos esforço nas audições de tais grupos, apontando para as seguintes conclusões preliminares: como alertado por Bortoni-Ricardo, a escolarização auxilia na monitoração da

fala; os homens e os meninos apresentam menos necessidade de controlar sua variedade e, talvez, menos vergonha dela; as mulheres e as meninas, como apontado em outras pesquisas, parecem mais inovadoras dentro de sua própria comunidade linguística; o fato de os estudantes optarem por cursar agropecuária já sugere uma maior identidade com o local e suas atividades econômicas, o que os mantém em estreito contato com agricultores mais velhos e seus espaços de prática – majoritariamente masculinos – e isso parece se refletir na linguagem que utilizam; bairros mais isolados e longínquos como São Lourenço, Campestre, Baixada de Salinas, Três Picos e Salinas acabam por promover uma relação de tessitura miúda entre seus moradores, configurando comunidades de prática, que facilitam a manutenção do código. Todavia, uma melhor compreensão só poderá ser feita se a atitude desses falantes frente a sua própria variedade for avaliada mais de perto e é o que se buscará no próximo capítulo.

6 “TUDO ISSO É VERDADE / EU FALO E NÃO É MENTIRA”: AVALIANDO A ORIENTAÇÃO PARA O PRESTÍGIO OU PARA A IDENTIDADE NA VARIEDADE LINGUÍSTICA DE COMUNIDADES RURAIS DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO

6.1 Atitudes, crenças e avaliação: o falante e sua variedade

Segundo Lucchesi “a avaliação social reforça o valor simbólico das diferenças linguísticas” (LUCCHESI, 2015, p.35), o que implica diretamente o comportamento dos falantes e, por conseguinte, a utilização objetiva e subjetiva da língua. Assim, tem-se o uso que gera avaliação que pode acarretar mudança (LUCCHESI, 2015, p.36). A variação, então, não estaria sob influência apenas do contexto, mas também do julgamento do ouvinte que aprovaria ou não a variante (HORA e LOPES, 2015, p.86). Diante disso, para a ciência sociolinguística, considerar as crenças, as ações e a apreciação dos usuários frente a uma determinada variedade e ao seu dialeto é primordial, não só para compreender a variação e sua relação com as questões sociais que a envolvem, como para examinar o processo sincrônico e diacrônico de mudança linguística e a categorização social a partir de questões dialetais (CARDOSO, 2015, p.14). Ademais, segundo Hora e Lopes:

O estudo das atitudes linguísticas é importante para a sociolinguística porque, a partir dele, pode-se prever um determinado comportamento linguístico, como a escolha de uma língua ou variação particular em uma comunidade multilíngue, a lealdade de uma determinada variante, a variante de prestígio ou estigmatizada, dentre outros. (HORA; LOPES, 2015, p.80)

O ajuizamento linguístico, de acordo com Cardoso (2015, p.9), nada mais é do que uma apreciação social, na qual também estão presentes a autorrepresentação e a autoavaliação, que tendem a fazer com que o falante aproxime sua fala daquela considerada modelo (LABOV, 2008, p.161; CARDOSO, 2015, p.10), já que a variação adotada é forte indício de identidade de grupo. Ele se baseia na capacidade de identificação e associação das variantes a categorias sociais de valor positivo ou negativo (HORA; LOPES, 2015, p.81 e 86). Nesse sentido, como já discutido no Capítulo II, o indivíduo nega ou filia-se à imagem à qual pretende ser associado. Cardoso ainda afirma que: “Os estudos mais recentes da sociolinguística sugerem que a avaliação que um ouvinte faz da língua de um falante depende,

em grande parte, das atitudes linguísticas pré-estabelecidas em relação ao dialeto, à classe social e ao grupo étnico desse falante.” (CARDOSO, 2015, p.15)

As atitudes linguísticas podem ser compreendidas, portanto, como o resultado mais concreto das representações simbólicas que são criadas a partir dos fenômenos linguísticos.

Assim:

O falante emite um julgamento sobre as variedades linguísticas, e associa a elas diferentes valores, hierarquizando-as: um modo de falar é visto como “desagradável” e “feio”, um outro como “cantado” e “lento”, e outro, enfim, como “importante” e “conhecido”, símbolo de signo de cultura. (CARDOSO, 2015, p.9 e 10)

Associando a avaliação com a atitude de um sujeito frente a uma determinada variedade se pode depreender como ele próprio se sente em relação a sua identidade linguística. De certa forma, a observação das crenças e do procedimento linguístico do falante traz à tona novamente os princípios da Teoria da Acomodação de Giles (1980, apud BORTONI-RICARDO, 2011) e da hipótese geral de Le Page (1980, apud BORTONI-RICARDO, 2011) para a motivação do comportamento linguístico individual. Relembrando, a primeira defende que, de acordo com a avaliação do falante: pode haver convergência da sua fala, para que ele consiga atração e apoio do modelo ao qual ele quer se associar linguística e identitariamente; divergência do arquétipo de seus interlocutores como estratégia para a marcação e a manutenção de identidade; e complementaridade de fala, quando reconhece, na relação interlocutória, que sua fala e sua posição social são subordinadas, inferiores, a outras, o que remete a uma aceitação da condição subalterna e não o reconhecimento de uma relação de alteridade. A segunda coloca que o falante consegue estabelecer regras a fim de se integrar a grupos que linguística e socialmente lhe parecem mais interessantes, desde que: identifique um modelo; tenha capacidade de acessar o grupo e manipular seu repertório; haja motivação para a dissociação ou para a manutenção de sua identidade; e apresente condições de alterar seu comportamento linguístico. (BORTONI-RICARDO, 2011)

Complementando essas abordagens, Bell (1984, apud HORA e LOPES, 2015) compreende que o resultado da acomodação linguística que um falante pode fazer em sua própria variação seria o estilo. A teoria de *Audience Design* defende que o falante modela suas respostas nos eventos interativos de acordo com sua audiência, podendo redefinir os papéis interlocutórios quando se detecta divergências linguísticas com o(s) destinatário(s). Nesse sentido, a interferência que modificaria o estilo de um falante poderia ser causada pelo

tema, pelo ambiente ou, principalmente, pelo interlocutor, de acordo com suas características pessoais e sociais e sua variação (HORA e LOPES, 2015, p. 76-77).

A partir dos registros dessas situações que permeiam a avaliação dos falantes, pode-se analisar se a variedade em questão está se aproximando daquela considerada a de prestígio ou a estigmatizada, ou, ainda, se ela se configura como símbolo de manutenção ou rompimento de identidade. Contudo, assim como colocara Labov (2008), havendo motivação, é possível que grande parte dos indivíduos tenha habilidade linguística para atuar em mais de um sistema sociolinguístico e se agregar a um grupo de referência. O impulso, implicado por uma atitude avaliativa, tem caráter múltiplo. Ele é empírico, emotivo, afetivo e cognitivo e, por isso, está sob o olhar de outro campo científico: a psicologia social (BORTONI-RICARDO, 2011; CARDOSO, 2015).

Sobre tal aspecto, Cardoso adota um conceito de atitude de estrutura tridimensional, baseado nos estudos de Rokeach (1974): “Nele os pensamentos e as crenças representam a dimensão cognitiva; os sentimentos e ações, a dimensão afetiva; e as tendências para reagir representam a dimensão conativa.” (CARDOSO, 2015, p.17). Essa concepção é teoricamente compreendida como mentalista, tendo como representante Allport, e se difere, portanto, da corrente behaviorista que considera apenas o comportamento afetivo (HORA E LOPES, 2015, p.81). A atitude é vista, pois, como uma reação afetivo-cognitiva-conativa, positiva (valorização) ou negativa (rejeição), a pessoas, objetos, situações, acontecimentos e, aqui, variedades linguísticas. No entanto, ela não é apenas um resultado, mas um processo sociossimbólico, “Ou seja, a percepção do objeto e a demonstração ativa de um indivíduo (...) são precedidas e reforçadas por outros procedimentos: o enquadramento do objeto no sistema de crenças e valores do indivíduo e sua eventual reação emotiva a ele.” (CARDOSO, 2015, p.18).

Voltando a Lucchesi (2015), é a atitude que leva a uma avaliação dos usos, variedades e variantes, da língua e que, dependendo do seu resultado, a aversão ou a aceitação, pode provocar mudanças. Como essa valoração passa por questões tanto subjetivas quanto sociais, ela pode afetar os padrões linguísticos coletivos e interferir nos processos simbólicos de reconhecimento identitário por meio da linguagem. Ou seja, o julgamento de certos padrões pode estabelecê-los como arquétipos aos quais se pretende associação ou como modelos para os quais se deseja uma dissociação. No caso das identidades linguísticas, tanto os padrões como os seus julgamentos podem variar de acordo com o espaço, o lugar, as comunidades e as redes estabelecidas.

Alguns testes podem ser aplicados para que a avaliação do falante frente a uma determinada variação ou variedade possa ser analisada. No caso desta pesquisa, optou-se por recolher dados atitudinais com dois tipos de teste: em ausência de estímulo de fala (CARDOSO, 2015, p.35), ou seja, a avaliação do falante sobre o falar da comunidade a partir de questões propostas, sem que houvesse, para isso, uma fala específica a ser avaliada; e com áudio modelo (CARDOSO, 2015. p.31), no qual a incitação para o julgamento partiu de duas falas gravadas, a de uma moradora da região e a de uma informante “forasteira”, residente nas proximidades do Centro de Nova Friburgo, mas que conservava contato com a região pesquisada. Manteve-se aqui a disposição de informantes apresentada no 4º Capítulo, a saber: 39 ao todo, sendo 19 representantes da faixa etária/geração 1 (mais velhos) e 21 da faixa etária/geração 2 (mais jovens); distribuídos, quase que igualmente, entre os dois gêneros, 20 mulheres e 19 homens. O resultado dos testes será discutido então.

6.2 A autoavaliação da comunidade: uma análise em ausência

No exame em ausência, serviram como estímulo à avaliação dos sujeitos testados perguntas pré-elaboradas e que faziam parte do 5º Bloco do Roteiro de Entrevista (Anexo B). Como já fora detalhada na descrição sobre a metodologia, essa era a partição de cunho metalinguístico e, por isso foi deixada para o final da interlocução. No total, foram organizadas, nesse bloco, 10 questões com a intenção de compreender como a comunidade percebia sua própria variedade e como a avaliava sem um áudio modelo. Muitas vezes as perguntas foram propositalmente redundantes para que a avaliação pudesse ser (re)testada e confirmada. Os dados foram computados e analisados com a ajuda do programa GoldVarb para que o cruzamento das informações, quaisquer que fossem, pudesse ser facilitado. Como a variável independente idade, neste caso, foi considerada a mais importante, ela foi utilizada como chave para a distribuição de todos os outros dados. Por meio dela talvez seja possível identificar se há mudanças linguístico-identitárias em progresso, como elas estão sendo avaliadas e que informações simbólicas elas podem veicular (LABOV, 2008, p.326).

Assim, na primeira questão, buscou-se saber se a comunidade reconhecia na sua fala uma variedade linguística diatópica. O resultado obtido foi o seguinte:

Tabela 7 – Avaliação da existência de variedade diatópica³¹.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Concordaram com a existência de uma variação diatópica na região.	Nº	17	20	37	94.9
	%	45.9	54.1		
Não concordaram com a existência de uma variação diatópica na região.	Nº	1	1	2	5.1
	%	50	50		
Total		18	21	39	

Pela representação do resultado, pode-se perceber que apenas dois entrevistados, um de cada geração, não reconheceram a fala da comunidade como característica. Não houve diferença significativa quando se analisou separadamente as duas gerações, já que cerca de 95% dos jovens (Geração 2) e 94% dos pais ou avós (Geração 1) entrevistados afirmaram haver uma variedade linguística na localidade. Em uma verificação final, comprova-se, então, que 94,9% da amostra pesquisada concordam com a hipótese apresentada nesta Tese de que há uma variação diatópica, ou uma variedade dialetal, na zona rural do 3º Distrito de Nova Friburgo.

Esse dado foi complementado pela questão 6 que pretendia descobrir que justificativa era encontrada pela comunidade para explicar sua própria variação. Como o tópico era mais aberto, optou-se por considerá-lo a partir da elucidação dos entrevistados, seguindo as premissas da etnografia, como também foi feito na caracterização do rural, Capítulo III. Conseqüentemente, devido à metodologia empregada, alguns deles elencaram mais de uma possibilidade de explicação para o fenômeno que puderam ser resumidas em, principalmente, dois grandes grupos:

1) Falta de estudo formal ou pouca escolaridade, já que só há uma instituição educacional com oferta de Ensino Médio na região e duas que oferecem o 2º Segmento do Ensino Fundamental. A primeira funciona ali há um pouco mais de 20 anos e também foi a que fundou o 2º Segmento do Ensino Fundamental na localidade. Ou seja, apenas a geração dos mais jovens teve a possibilidade de contato sistemático com estudos um pouco mais elevados. Nesse sentido, segundo relato dos próprios representantes da geração mais velha, a falta de perspectiva em continuar os estudos os desmotivava até mesmo a terminar o 1º Segmento do Ensino Fundamental.

³¹ Resultado referente às perguntas: “Você acha que as pessoas da comunidade falam diferente? Por quê?”.

2) Marca regional, transmitida no interior das famílias, de geração em geração, uma vez que a fala identitária pode ser percebida mesmo naqueles que possuem um maior nível de escolaridade. Cabe ressaltar que essa justificativa foi mais frequente entre os jovens, ou seja, entre aqueles que têm maior vivência em ambientes formais de estudo, pois todos já estão completando seu Ensino Médio e muitos circulam por outros espaços educacionais, como cursos de informática e de aperfeiçoamento profissional, além de pré-vestibulares.

O que também parece ficar claro é a associação entre a falta de estudos e as gerações mais antigas. Foi comum o reconhecimento, pela e na fala dos mais velhos, de uma marca identitária maior e esta se justifica, para os entrevistados, pela dificuldade deles em acessar a escola. Para alguns jovens (3) a questão geracional da variação também pode se relacionar à falta de interação dos moradores de mais idade com os centros urbanos, pois a dificuldade de locomoção e transporte era muito maior há algumas décadas do que hoje. Entretanto, essa asserção só poderá ser comprovada com a aplicação do método analítico de forma mais aprofundada e com sua descrição.

A segunda questão tinha como finalidade entender se a variação diatópica era uniforme em todo o 3º Distrito ou se havia alguma diferenciação entre as comunidades. O que se percebeu está representado abaixo:

Tabela 8 – Avaliação da uniformidade territorial da variedade³².

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Consideraram a variedade uniforme em todo o território.	Nº	7	11	18	46.2
	%	38.9	61.1		
Consideraram a variedade característica de apenas algumas comunidades.	Nº	8	7	15	38.5
	%	53.3	46.7		
Não avaliaram.	Nº	3	3	6	15.4
	%	50	50		
Total		18	21	39	

Nota-se que para a maioria dos informantes, 46,2%, há uma homogeneidade na fala de todo o território rural, o que ratifica mais uma vez outra hipótese desta Tese: a de que há uma *arquicomunidade* de fala no 3º Distrito de Nova Friburgo. Dentre os sujeitos inquiridos que mencionaram essa resposta, 61,1% são jovens, demonstrando que para a geração mais nova há uma maior representação identitária local pela fala. Evidenciam-se ainda mais os números

³² Resultado referente à pergunta: “Essa fala é igual em todas as comunidades do 3º Distrito?”.

quando analisados os percentuais totais de cada faixa etária: 52% dos jovens e 38% dos mais velhos acreditam em uma regionalidade linguística mais uniforme.

Para aqueles que reconhecem variações dentro do território, 38,5%, não houve grande diferença de percepção entre as duas gerações. Contudo, se comparados em sua totalidade, 44% da geração 1 e 33% da geração 2 percebem irregularidades territoriais na fala. De acordo com eles, as distinções são percebidas, principalmente, na fala dos moradores da comunidade dos Três Picos, que parece ser mais tradicional, guardando traços arcaizantes e aspectos de uma formalidade religiosa católica dispensada, especialmente, no tratamento para com os idosos:

INFOR.	FALA
01	(...) Porque a referência deles é mais... a educação deles são mais... entendeu? Os costume de Três Bico não mudô, porque Três Bico, os mais novo toma bença, beja na mão, têm uma referência de assim um respeito maió do que, do que, os otros lugá, entendeu? E até a devoção é maió, nê! Entendeu? Eles são mais devoto, e são a gente com mais respeito, principalmente com os mais velho, coisa que a gente tá vendo nas otras comunidades se acabando, o respeito de tomá a bença, chamá de senhô, entendeu? De bejá na mão, entendeu? É: bença, tio! E não INTERROMPÊ os mais velho falando, e Três Bicos ainda continua exatamente como era de primero a reverença e até o sutaque, deles é diferente (...)

INFOR.	FALA
04	Ah eu acho que é! Acho que é só por Três Picu que diferencia um pouco, que eles lá, sei lá, eles falum com mais crença... num sei...

INFOR.	FALA
06 - A	ai tu chega lá nus Três Pico tu vê aquelas pessoa mais antigo falando diferente, tu... tu nota a diferença, entendeu?

Além disso, alguns entrevistados dizem reconhecer e diferenciar até mesmo algumas famílias por seu modo de falar. As distinções apresentadas, no entanto, não parecem ser dialetais, mas sim no temperamento e no comportamento dos indivíduos que tendem a ser manifestadas no tom de voz e nas formas de tratamento interpessoais.

Por fim, 15,4% dos entrevistados ou não souberam avaliar essa questão ou simplesmente não responderam. Tal fato, como será apresentado na disposição de outros dados, repetiu-se inúmeras vezes e com porcentagens mais significativas, indicando, talvez, uma dificuldade dos sujeitos testados, em sua maioria os mais velhos, em formar juízos de valor a partir de uma apreciação da fala local. O fenômeno pode representar duas premissas: ou a comunidade se nega a construir pré-conceitos sociais simbolicamente baseados na fala; ou a abstenção é uma autodefesa, já que com o possível julgamento estar-se-ia diante, também, de uma autoavaliação. O caso, portanto, merece ser melhor averiguado.

A terceira questão se destinava a identificar se a identidade linguística era de fato perceptível. Para tanto, perguntou-se se somente pela fala o entrevistado reconheceria um morador da região. As respostas obtidas foram:

Tabela 9 – Avaliação da possibilidade de reconhecer um morador apenas por sua variedade³³.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Reconheceriam um morador da região por sua fala.	Nº	15	18	33	84.6
	%	45.5	54.5		
Não avaliaram a questão.	Nº	3	1	4	10.3
	%	75	25		
Não reconheceriam um morador da região por sua fala.	Nº	0	2	2	5.1
	%	0	100		
Total		18	21	39	

Tabela 10 – Avaliação, por gênero, da possibilidade de reconhecer um morador apenas por sua variedade.

		Mulheres		Homens		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
Reconheceriam um morador da região por sua fala.	Geração 1	8	47	7	44	15	45
	Geração 2	9	53	9	56	18	55
Total		17		16		33	
Não reconheceriam um morador da região por sua fala.	Geração 1	0	0	0	0	0	0
	Geração 2	1	100	1	100	2	100
Total		1		1		2	
Não avaliaram a questão.	Geração 1	2	100	1	50	3	75
	Geração 2	0	0	1	50	1	25
Total		2		2		4	

Praticamente 85% dos entrevistados afirmaram ser possível reconhecer um morador da região apenas pela fala. Desses, a maioria, 55%, são jovens que mantêm uma maior rede de relações fora da região, demonstrando, então, que o convívio com outros ambientes linguísticos pode favorecer a percepção das diferentes variações. O resultado aqui ratifica o

³³ Resultado referente à pergunta: “Você reconheceria uma pessoa de sua região só pelo modo de falar?”.

que foi identificado na primeira questão, uma vez que os jovens distinguem a variação diatópica daquela região em maior número do que os seus familiares mais velhos. Apenas 5% dos informantes alegaram ser essa tarefa impossível. Em números totais, 86% dos jovens e 83% dos mais velhos reconheceriam, apenas pela fala, um nativo da região. Quando analisados por gênero e não por faixa etária, os dados não demonstram diferença entre homens e mulheres, já que 95% delas e deles reconheceriam um morador da região por seu dialeto.

Na quarta questão, o propósito era diagnosticar se a identidade linguística da comunidade se estendia ao próprio entrevistado, ou seja, se ele se via como pertencente ao grupo linguístico da sua comunidade. Chegou-se, assim, ao seguinte dado:

Tabela 11 – Avaliação da própria fala como pertencente à variedade local³⁴.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Reconheceram que falam a variedade local.	Nº	15	14	29	74.4
	%	51.7	48.3		
Não reconheceram falar a variedade local.	Nº	2	7	9	23.1
	%	22.2	77.8		
Não avaliaram.	Nº	1	0	1	2.6
	%	100	0		
Total		18	21	39	

Nesse quesito a proporção se inverteu, pois a geração de mais idade se compreende, em maior quantidade, 51,7%, no grupo de usuários da variedade aqui estudada. O evento é ainda mais perceptível no grupo da negação, na qual 77,8% são jovens que entendem não falar mais como a comunidade, ou seja, eles veem que a sua variedade está se modificando. Em percentuais gerais por geração, têm-se 83% dos mais velhos e 67% dos mais jovens se identificando como usuários dessa variedade. Novamente aqui, as redes de relação parecem exercer um papel fundamental, assim como o acesso à instrução formal, já que eles indiciam uma maior consciência na adaptação e na acomodação linguística. Contudo, cabem outras reflexões para que o dado seja validado, como será feito mais adiante.

Tal resultado apresenta grande distinção se a variável gênero é levada em consideração: 85% das mulheres e 63% dos homens reconhecem que falam como a comunidade, assim como 15% delas e 32% deles acreditam não falar como a comunidade. Os

³⁴ Resultado referente à pergunta: “Você fala como as pessoas de sua comunidade?”.

meninos aqui representam um peso maior, pois dos 6 informantes do sexo masculino que acreditam falar diferente da comunidade, 5 são jovens.

A quinta questão buscava estabelecer se o falante tinha vergonha ou orgulho da sua fala. Assim, obteve-se:

Tabela 12 – Atitude do falante frente a sua variedade³⁵.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Sentem orgulho.	Nº	10	16	26	66.7
	%	38.5	61.5		
Têm orgulho, mas já sentiram vergonha.	Nº	4	1	5	12.8
	%	80	20		
Não avaliaram.	Nº	2	2	4	10.3
	%	50	50		
Não têm orgulho nem vergonha.	Nº	1	2	3	7.7
	%	33.3	66.7		
Sentem vergonha.	Nº	1	0	1	2.6
	%	100	0		
Total		18	21	39	

Novamente houve uma inversão. A faixa etária 2 mesmo majoritariamente não reconhecendo sua fala como representante daquele território ou, simplesmente, compreendendo que ela está em processo de mudança, apresenta mais orgulho da variedade local do que a faixa etária 1. Embora a maioria do total de entrevistados (66,7%) sinta mais orgulho do que vergonha, os jovens representam 61,5% desse grupo. Nenhum deles afirmou simplesmente se envergonhar de sua fala, mas isso não significa que já não se tenham sentido constrangidos em relação a ela, assim como alguns adultos. 12,8%, 4 adultos e 1 estudante, dos sujeitos testados afirmaram ter orgulho de sua fala e junto a isso depuseram ter passado por situações de interlocução que os constrangeram. Além deles, 7,7% (1 adulto e 2 jovens), relataram não sentir nem orgulho, nem vergonha.

O fenômeno aqui observado parece indicar mais duas possíveis análises: ou os jovens estão desenvolvendo a habilidade de adequar sua fala aos ambientes diversos em que circulam, protegendo-se assim do preconceito vivido por seus pais; ou eles reconhecem na

³⁵ Resultados referentes às perguntas: “Você tem orgulho do seu modo de falar? Por quê?” e “Já sentiu vergonha do seu modo de falar? Por quê?”.

variedade da comunidade a representação simbólica de sua história, de sua identidade, de sua família e, por isso, sentem orgulho, mesmo compreendendo que sua fala já se diferencia daquela vinculada aos “mais antigos”. Em ambos os casos, estar-se-ia diante de uma grande consciência linguística da geração mais jovem que tanto a blinda do preconceito linguístico, quanto forja e preserva a sua identidade. Nas duas possibilidades, comprovar-se-ia a proposta de Le Page (1980, apud BORTONI-RICARDO, 2011), pois os jovens conseguem, desse modo, estabelecer regras linguísticas para se integrar a grupos que socialmente lhes interessam: identificando um modelo; apresentando capacidade de acessá-lo e manipular seu repertório; e, conseqüentemente, alterando seu comportamento linguístico ao contexto interlocutório, sem com isso, deixar de reconhecer sua própria identidade linguística original.

Quando o gênero é cruzado com a informação anterior, nota-se que as mulheres têm proporcionalmente menos orgulho do que os homens. No grupo feminino, 50% das informantes afirmaram se orgulhar de sua fala, enquanto no grupo masculino 84% dos entrevistados relataram o mesmo. Contudo, mesmo divididos por gênero, os jovens, principalmente os meninos, continuam a representar um maior quantitativo daqueles que têm orgulho da fala, como pode ser observado no cruzamento de dados abaixo:

Tabela 13 - Atitude do falante, por gênero, frente a sua variedade.

		Mulheres		Homens		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
Têm orgulho.	Geração 1	5	42	5	36	10	38
	Geração 2	7	58	9	64	16	62
	Total	12		14		26	
Não avaliaram.	Geração 1	2	50	0	0	2	50
	Geração 2	2	50	0	0	2	50
	Total	4		0		4	
Têm orgulho, mas já sentiram vergonha.	Geração 1	2	67	2	100	4	80
	Geração 2	1	33	0	0	1	20
	Total	3		2		5	
Têm vergonha.	Geração 1	0	0	1	100	1	100
	Geração 2	0	0	0	0	0	0
	Total	0		1		1	
Não têm orgulho nem vergonha.	Geração 1	1	33	0	0	1	33

	Geração 2	2	67	0	0	2	67
Total		3		0		3	

Todavia, é importante destacar que os meninos que informaram em maior número ter orgulho de sua fala, na questão anterior, reconheceram, em grande parte, falar de forma distinta da comunidade ou estar em processo de mudança. Reiterando, a capacidade de manipular diferentes códigos de linguagem sugere que os jovens, inclusive, tenham condição para que se orgulhem de sua comunidade linguística e coloquem em prática, quando lhes convém, sua variação. Esta estaria associada, de acordo com Bell e Eckert, e a uma ação estilística que contribui para a construção da múltipla identidade e para um significado social. Para Bell, “a variação não é somente um reflexo das categorias sociais, mas tem uma relação direta com o uso, com a performance do falante (...) e os estilos são atos de afiliação do falante a uma determinada comunidade de prática.” (HORA e LOPES, 2015, p.78). De toda forma, o estigma parece se manter, já que quem se reconhece como usuário dessa variante, com menor habilidade para se adaptar aos diferentes contextos, demonstra menos orgulho, sobretudo, as mulheres mais velhas.

Na sétima questão, o objetivo era depreender de forma mais objetiva a avaliação dos entrevistados em relação à fala da comunidade, utilizando tópicos valorativos muito comuns em trabalhos acadêmicos desse tipo (CARDOSO, 2015, p. 9): os informantes deveriam avaliar a fala local como feia ou bonita; agradável ou desagradável. Não se quis medir em números as atitudes, mas aproveitar “seu potencial de polarização entre duas opções” (CARDOSO, 2015, p.36), embora alguns informantes tenham se absterido de tal avaliação, como já fora colocado. Optou-se, nesse tópico, por uma investigação do afetivo. Assim, “O par ‘bonito – feio’ está ligado principalmente ao domínio do estético, ou seja, do ‘gosto’ e, por isso mesmo é o mais subjetivo (CARDOSO, 2015, p.38); o par ‘agradável – desagradável’ faz parte do domínio do hedônico, ou seja, do sensível” (CARDOSO, 2015, p.36).

Em relação à primeira caracterização, verificou-se que:

Tabela 14 – Avaliação estética da variedade local³⁶.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Consideraram a variedade local bonita.	Nº	4	13	17	43.5
	%	23.5	76.5		

³⁶ Resultado referente à pergunta: “Você considera esse modo de falar: () feio ou () bonito?”.

Não avaliaram.	Nº	8	7	15	38.5
	%	53.3	46.7		
Consideraram a variedade local feia.	Nº	6	1	7	17.9
	%	85.7	14.3		
Total		18	21	39	

43,6% dos entrevistados, a maioria, avaliam a fala da comunidade como bonita, porém o percentual de jovens que têm essa percepção é mais de três vezes maior do que a porcentagem dos mais velhos. Quando a adjetivação é a de carga negativa tal evidência fica ainda mais clara, já que o número de pais e avós que avaliam sua fala como feia é seis vezes maior do que o de jovens. Fato interessante é que 38,5% dos informantes declararam não ser possível avaliar uma fala sob esse aspecto, demonstrando que para grande parte deles, e aí não há diferença significativa entre as duas gerações, parece haver uma negação de qualquer pré-juízo de valor social pela fala, ou, novamente a abstenção da possibilidade de ter que se autoavaliar por consequência. Caso parecido foi vivenciado por Cardoso (2015) que afirmou, a partir dos resultados de sua pesquisa, que o aracaçuano “não aceita definir superioridade aplicada a certos elementos da linguagem que implicam em um juízo de valor.” (CARDOSO, 2015, p.42).

Já em relação à apreciação por gênero, obteve-se um resultado interessante:

Tabela 15 – Avaliação estética da variedade local, por gênero.

		Mulheres		Homens		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
Consideraram a fala bonita.	Geração 1	1	17	3	27	4	24
	Geração 2	5	83	8	73	13	76
Total		6		11		17	
Não avaliaram.	Geração 1	5	56	3	50	8	53
	Geração 2	4	44	3	50	17	47
Total		9		6		15	
Consideraram a fala feia.	Geração 1	4	80	2	100	6	86
	Geração 2	1	20	0	0	1	14
Total		5		2		7	

Para 25% dos informantes do sexo feminino e 10 % do sexo masculino a fala da região é feia. Já 30% das mulheres e 58% dos homens a percebem como bonita. 45% delas e 32% deles não avaliaram a fala por esse aspecto. De tais resultados, pode-se chegar à conclusão de que os homens tendem a avaliar a variedade em questão de forma mais positiva, ao passo que as mulheres de modo mais negativo, como também percebido por Cardoso em seus testes em ausência no estado de Aracaju (CARDOSO, 2015, p.39 e 43). No entanto, se analisados gênero e faixa etária em conjunto, percebe-se que o julgamento estigmatizado recai quase sempre sobre a geração 1. Nota-se que das 5 mulheres e dos 2 homens que avaliaram a fala como feia, 4 são mães e os 2 são pais; dos que consideraram bonita, 6 mulheres e 11 homens, 5 são filhas e 8 filhos. Ratifica-se, portanto, que a juventude tende a não ajuizar pejorativamente a fala local, do mesmo modo como ocorreu também na avaliação de Cardoso (2015, p.50).

De modo análogo pode ser compreendido a segunda caracterização:

Tabela 16 – Avaliação hedônica da variedade local³⁷.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Consideraram a variedade agradável.	Nº	4	14	18	46.2
	%	22.2	77.8		
Não avaliaram.	Nº	12	5	17	43.6
	%	70.6	29.4		
Consideraram a variedade desagradável.	Nº	2	2	4	10.3
	%	50	50		
Total		18	21	39	

Tabela 17 – Avaliação hedônica da variedade local, por gênero.

		Mulheres		Homens		Nº	%
		Nº	%	Nº	%		
Consideraram a fala agradável.	Geração 1	2	29	2	18	4	22
	Geração 2	5	71	9	82	14	78
Total		7		11		18	
Não avaliaram.	Geração 1	6	67	6	75	12	71
	Geração 2	3	33	2	25	5	29
Total		9		8		17	

³⁷ Resultado referente à pergunta: “Você considera esse modo de falar: () agradável ou () desagradável?”.

Consideraram a fala desagradável.	Geração 1	2	50	0	0	2	50
	Geração 2	2	50	0	0	2	50
Total		4		0		4	

O número de jovens que considera a fala local como agradável é 3,5 vezes maior que a quantidade de pais e avós. Já aqueles que não consideram a fala passível desse tipo de julgamento representam quase o mesmo quantitativo do item anterior. Todavia, há uma inversão no percentual entre as gerações. A ideia de que a não avaliação possa representar uma omissão da valoração negativa, inclusive de sua própria fala, e não simplesmente a inexistência de preconceito linguístico caminha, então, para uma comprovação, o que parece mais certo quando comparados os dois últimos critérios de avaliação. É possível que já haja uma sinalização para compreender como estigmatizada pelos próprios usuários a variedade analisada, pelo menos para a geração mais velha. Tal conclusão só poderá ser comprovada com mais eficácia com o cruzamento dos próximos dados.

Na oitava questão, desejava-se investigar a consciência linguística daqueles falantes procurando saber se eles já haviam precisado mudar o seu modo de falar ou se falavam de modo igual em todas as situações:

Tabela 18 – Avaliação da necessidade de adequação da própria variedade ao contexto³⁸.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Já precisaram mudar o modo de falar.	Nº	8	17	25	64.1
	%	32	68		
Nunca precisaram mudar o modo de falar.	Nº	8	4	12	30.8
	%	66.7	33.3		
Não avaliaram.	Nº	2	0	2	5.1
	%	100	0		
Total		18	21	39	

Para a maioria dos entrevistados, 64,1%, principalmente para os jovens, já houve a necessidade de mudança e/ou adequação de fala. Analisando o percentual geral, percebe-se que 81% dos pertencentes à geração 2 já tiveram que modificar seu modo de falar, enquanto 44% da geração 1 passaram por situação semelhante. Nesse caso, o gênero não apresentou um

³⁸ Resultado referente às perguntas: “Em algumas situações, você precisou mudar seu modo de falar? Por quê? Você fala igual em todas as situações?”.

dado expressivo, posto que 60% das mulheres e 68% dos homens já precisaram modificar a sua fala. Obviamente aqui o percentual de jovens por gênero também é maior, especialmente os meninos, que afirmaram, em sua maioria, também estar falando diferente de sua comunidade. Os motivos apresentados para a necessidade de mudança podem ser exemplificados pelas falas:

INFOR.	FALA
20	Assim, não é... acho que quando você tá no meio de uma outra comunidade, de outras pessoas com modos diferentes, acho que você precisa, não é que você precisa necessariamente se adaptar, mas você parece que você tem a necessidade de se adaptar porque se você falá alguma coisa errada as pessoas vão te (), ou zoar de você. Então acho que assim, acaba sendo uma necessidade também. De falar de uma forma correta, de uma forma mais formal dependendo do lugar onde você esteja.

INFOR.	FALA
21	Algumas palavras não vô poder falar, assim alguma gíria assim, que só eu tô acostumada, e quem tá convivendo comigo, porque aí vai tê outras pessoas e se a pessoa não conhece a palavra não sabe o que é isso.

INFOR.	FALA
24	Ah, na aula de português tem que prestá, né, aí tem que mudá.

INFOR.	FALA
25	Sim, porque às vezes a gente fala uma palavra, xô vê um exemplo, a gente às vezes tira alguma letra ou põe outras, intão isso não é legal, intão na hora de apresentá um trabalho tem que tá tudo perfeito.

INFOR.	FALA
31	Tipo assim quando a gente teve nu(-) acho que no Fundamental que a gente teve que i lá pro Centro fazê uma apresentação a gente num podia falá tão errado que nem a gente falava aqui.

O elenco de justificativas comprova, pois, as possibilidades já aventadas e embasadas em Le Page (1980, apud BORTONI-RICARDO, 2011), Giles (1980, apud BORTONI-RICARDO, 2011) e Bell (1984, apud HORA e LOPES, 2015): a habilidade de avaliar a situação comunicativa e adaptar sua linguagem, garantindo convergência de fala, é muito presente entre os jovens. Isso faz com que eles se preservem do preconceito, mas se mantenham orgulhosos de sua comunidade diatópica original, até mesmo como forma de resistência e valorização de sua história.

Por fim, buscou-se saber se de modo consciente os entrevistados gostavam de seu falar e se o mudariam, definitivamente, se pudessem fazê-lo:

Tabela 19 – Autoavaliação estética³⁹.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Gostam de sua própria fala.	Nº	9	18	27	69.2
	%	33.3	66.7		
Não avaliaram.	Nº	6	2	8	20.5
	%	75	25		
Não gostam de sua própria fala.	Nº	3	1	4	10.3
	%	75	25		
Total		18	21	39	

Outra vez, tem-se uma maior valorização da fala local por parte dos jovens. Embora 69,2% dos informantes tenham declarado gostar de sua variedade, e aí se incluem também a maioria de homens (68%) e mulheres (70%), apenas 1/3 deles representa a geração mais velha. Dos que assumiram não gostar de sua fala (10,3%), 75% são pais e avós e daqueles que não conseguiram avaliar esse aspecto (20,5%), tem-se o mesmo percentual. Os números desse quesito corroboram o julgamento realizado nas questões 5 e 7. Os jovens estigmatizam menos a sua própria fala e, por conseguinte, a variação da região, do que seus pais ou avós. Eles têm mais orgulho, sentem menos vergonha, acham sua fala bonita e agradável e, portanto, gostam dela. Essa não é uma avaliação apenas contemplativa, mas sim linguisticamente consciente, pois eles também são os que, em sua maioria, reconhecem a fala local como identitária e, por isso, mais perceptível em outros ambientes.

A consciência linguística e a adaptação às comunidades de prática das quais participa parecem ficar mais claras quando esses resultados são analisados à luz da questão 8. A maioria dos que precisaram adequar ou modificar a sua fala pertence à geração 2 e essa adequação e/ou modificação foram motivadas pelo nível de formalidade do ambiente interativo que resultou em uma necessidade de maior correção da fala. Isso demonstra, se não um melhor domínio linguístico, o reconhecimento das modalidades e dos níveis de linguagem e a intenção de acioná-los em suas interlocuções. O automonitoramento dos jovens, provenientes de seu estilo (LABOV, 2008), para garantia de maior formalidade, traria, segundo Eckert, atenção para categorias de prestígio na fala e a proteção contra o estigma (HORA e LOPES, 2015, p.76). Os próximos dados esclarecem ainda mais o evento narrado:

³⁹ Resultado referente à pergunta: “Você gosta do seu modo de falar?”.

Tabela 20 – Desejo de mudança da variedade a partir da autoavaliação estética⁴⁰.

		Geração 1	Geração 2	Nº	%
Não mudariam o modo de falar.	Nº	5	16	21	53.8
	%	23.8	76.2		
Não avaliaram.	Nº	9	3	12	30.8
	%	75	25		
Mudariam o modo de falar.	Nº	4	2	6	15.4
	%	66.7	33.3		
Total		18	21	39	

53,8% dos entrevistados não substituiriam, definitivamente, seu modo de falar por outro, não havendo distinção expressiva entre homens e mulheres. Destes 76,2% são jovens, principalmente meninos, que já reconhecem mudança na sua fala. Por outro lado, 15,4% dos informantes, se pudessem, abandonariam sua variedade, sendo, apenas 1/3 deles os da geração 2. Ou seja, os mesmos jovens que alegaram já ter adequado sua linguagem devido ao contexto interlocutório e que compreendem que sua fala está em processo de mudança são os mesmos que não abdicariam da utilização de sua variação diatópica.

Diante de tais dados, pode-se concluir que a valorização e o reconhecimento linguístico-identitário para os jovens se apresentam como uma opção e não como uma imposição. A maioria deles se compreende como pertencente a um grupo linguisticamente diferenciado, assim como os mais velhos. Entretanto, a possibilidade de adaptação aos ambientes interativos é muito maior para aqueles do que para estes. A habilidade de acomodação linguística, que parece ser fruto direto da escolarização e das diferentes experiências comunicativas dos estudantes, se por um lado evidencia as variações linguísticas e a influência externa na língua local, por outro impede que tais falantes se exponham ao preconceito linguístico pelos quais passaram as gerações mais antigas.

Talvez o próprio preconceito sofrido pelos mais velhos e a falta de condições para o prosseguimento dos estudos tenham contribuído para que essa geração veja a sua fala como estigmatizada. Apresentar-se-ia aqui uma articulação de diversos fatores contribuindo para o enraizamento do preconceito linguístico: a falta de habilidade e conhecimento formal para adaptar a linguagem às variadas situações comunicativas levaria a visibilidade social de outro fator que deveria permanecer velado, a baixa escolaridade; esta, por sua vez, associa-se, com

⁴⁰ Resultado referente às perguntas: “Você gosta do seu modo de falar? Mudaria se pudesse?”.

fecundidade, à imagem de uma zona rural retrógrada e socialmente atrasada e, conseqüentemente, a um estereótipo de homem do campo como cidadão ingênuo e tolo ou bronco e ignorante. Assim, aquilo que motivaria a vergonha não seria apenas uma questão diatópica da fala, mas também diastrática, ou seja, aquela variação desnudaria as condições de instrução formal às quais os agricultores foram submetidos. A fala, nesse caso, indicaria a identidade, nomeada por eles como “roceiro”, que simbolicamente ainda está vinculada a um estigma.

6.3 A autoavaliação da comunidade: a análise com áudio modelo

A análise com áudio modelo também compunha a partição metalinguística do Roteiro de Entrevista (Anexo B – Questão 11) e concluía, portanto, o inquérito investigativo. Os áudios usados como estímulo duravam por volta de 30 segundos e consistiam na narração da infância de duas mulheres, com aproximadamente a mesma idade. O que se pretendia era observar as atitudes dos informantes na presença da fala do outro. A avaliação se deteve a aspectos sociais e estéticos na tentativa de detectar indícios de estigma e reconhecimento identitário.

A autoavaliação em ausência indicou algumas conclusões das atitudes dos falantes em relação ao conhecimento geral que possuíam de sua própria fala a partir da proposição de alguns questionamentos. Contudo, “as atitudes que os indivíduos têm longe do objeto (em nosso caso a fala) podem ser iguais ou diferir substancialmente das que têm frente a ele” (CARDOSO, 2015, p.60), sendo, por isso, importante analisá-las sob as duas distintas condições de recolha de dados. Além disso, “quando um indivíduo escuta uma determinada variedade linguística, isto evoca atitudes, preconceitos ou estereótipos relevantes sobre o falante e sobre a comunidade de fala a que ele pertence.” (HORA e LOPES, 2015, p.82).

Diante de tal proposta, buscou-se, então, primeiramente saber se para os informantes as falas-estímulo comparadas eram bonitas ou feias. No geral, 59% dos entrevistados se negaram a fazer a caracterização ou, simplesmente, não conseguiram avaliar a fala rural sob esse aspecto – repetindo, assim, o comportamento já percebido no teste anterior –, 33% consideraram-na bonita e 8% como feia. Em relação ao modelo urbano, 28% não o avaliaram – percebe-se, pois, um percentual bem menor que a negação anterior, o que dá subsídios para sustentar a tese de abstenção da autoavaliação –, 69% declararam-no como bonito e 2,6%

como feio. Considerando que o urbano utilizado no teste foi o próximo ao carioca, o resultado dialoga com os de tantas outras pesquisas no Brasil que admitem ser esta a variedade mais bem aceita e considerada a padrão e, por consequência, a melhor avaliada pela população (CARDOSO, 2015, p.72).

Analisando as atitudes dos falantes à luz da variável faixa etária, verificou-se que para ambas as gerações, 78% dos pais e avós e 62% dos jovens, a fala urbana é considerada mais bonita se comparada à rural. Quando a valoração é negativa, tem-se o seguinte resultado: 11% da geração 1 (mais velhos) caracterizam como feia a fala rural e nenhum vê a urbana dessa forma; 5% dos jovens adjetivam os dois modelos como feios. Fato interessante é o alto percentual dos informantes que abdicaram desse julgamento: 61% dos mais velhos não avaliaram a fala rural e 22% a urbana; 57% dos estudantes não julgaram o exemplar rural e 33% o urbano, confirmando o diagnóstico anterior.

Resultados um pouco menos discrepantes, mas indicando uma mesma direção de análise, podem ser percebidos na variável gênero. No que se refere ao áudio urbano: 25% das mulheres não o avaliaram sob tal aspecto, assim como 32% dos homens; 70% delas e 68% deles o julgaram bonito; e apenas 5% das representantes do grupo feminino o acharam feio. Já em relação ao rural, os números se invertem e a atitude dos informantes é menos condescendente. Assim, 50% das mulheres e 68% dos homens não o avaliaram; 35% delas e 32% deles o veem como bonito; e 15% delas alegaram que a fala rural é feia. A atitude pouco positiva ou negativa das mulheres, em comparação aos homens, diante do áudio de sua própria variedade foi também detectada por Cardoso em Aracaju (CARDOSO, 2015, p.62). Segundo a autora, “as mulheres se ligariam mais aos valores legítimos que os homens, dentro do mesmo meio social” por terem “mais disposição à ascensão” (CARDOSO, 2015, p.116).

De forma geral, em todos os cruzamentos de dados o modelo urbano despertou uma atitude mais positiva dos entrevistados, diferentemente do rural que ou não foi avaliado ou obteve respostas mais exigentes de seus próprios usuários. O resultado aqui aponta uma concordância com o 4º princípio, criado por Labov, para o estudo de reações subjetivas de Lamblet (1967). O sociolinguista, ao estudar a avaliação dos nova-iorquinos, concluiu que “Falantes que exibem o mais alto índice de uso de um traço estigmatizado em sua própria fala espontânea apresentam a maior tendência a estigmatizar os outros pelo uso dessa mesma forma” (LABOV, 2008, p.357).

Outros critérios, de ordem estética ou social, serão importantes para comprovar a conclusão que por ora se apresenta, podendo refutá-la ou validá-la e, por isso, cruzar os seus dados é fundamental. Contudo, por enquanto, o resultado obtido corrobora a hipótese de Hora

e Lopes sobre o julgamento das regionalidades, quando investigaram a percepção da população a respeito da fala empregada em telejornais: “a ocorrência de variantes linguísticas regionais pode ser associada a atitudes menos positivas do ouvinte em relação ao falante, levando-se em consideração aspectos estilísticos e de estigmatização.” (HORA e LOPES, 2015, p.74)

Desse modo, ainda no campo da afetividade contemplativa e usando os mesmos critérios de valoração da análise em ausência, procurou-se saber dos entrevistados qual dos áudios lhes parecia mais agradável. Em percentuais gerais, sem cruzamento de variáveis, 26% dos entrevistados não avaliaram a fala rural e 23% a fala urbana; 72% afirmaram que ambas as falas são agradáveis; 2% consideraram o falar rural desagradável e 5% o urbano.

Levando em conta a variável faixa etária, percebem-se reações um pouco distintas daquelas apontados no resultado geral. Da geração 1: 33% dos informantes não quiseram avaliar, sob esse ponto de vista, nenhum dos dois áudios; 61% veem o modelo rural como agradável e 56% o urbano; 6% entendem como desagradável o rural e 11% o urbano. Da geração 2: 19% se mantiveram neutros em relação ao rural e 14% ao urbano; 81% compreendem que a fala rural é agradável e 86% a urbana; e nenhum deles considerou quaisquer áudios como desagradáveis. Parece, portanto, que para os jovens há um menor estranhamento em relação ao modelo exógeno do que para os adultos, que são tão mais críticos no que se refere a sua variedade quanto menos receptivos com a outra variedade.

Fato semelhante ocorre no gênero feminino, já que as mulheres se desobrigaram menos dessa avaliação do que os homens (32% deles não avaliaram nenhum dos dois áudios, 20% delas não o fizeram com a fala rural e 15% com a urbana) e consideraram a fala urbana (85%) mais agradável do que a rural (75%). Outro índice interessante é que para 10% dos homens a fala urbana foi caracterizada como desagradável, enquanto que nenhuma das mulheres a considerou assim. O fator agradável, portanto, indicou principalmente, para os mais velhos muito mais um autorreconhecimento e um sentir-se bem com esse reflexo do que uma apreciação estética meramente.

Em se tratando dos estratos sociais, procuraram-se estigmas ou valorizações de acordo com a consideração dos seguintes aspectos: classe social, escolaridade e idade, pois, por muitas vezes, os entrevistados associaram a fala rural aos moradores mais antigos e com menos acesso à instrução formal. Desse modo, os resultados vão ser assim dispostos.

No que tange à classe social, eram, a princípio duas possibilidades de classificação comparativa: + rico e + pobre. Todavia, durante as entrevistas, outros dois critérios surgiram como possibilidade de análise: classe média e não sujeito à avaliação. Assim, a classe baixa

foi associada à fala rural por 49% dos entrevistados e à urbana para 2,5%. Já a classe alta esteve relacionada ao rural em 13% dos inquiridos e ao urbano em 64% deles. 10% dos informantes avaliaram tanto um modelo quanto o outro como pertencentes a pessoas de classe média. A avaliação não foi realizada em 28% das audições da fala local e 23% daquela de origem externa.

O diagnóstico se torna mais explícito com as respostas da faixa etária 2. Nenhum dos jovens considerou a falante urbana como pobre, mas 78% consideraram-na rica. Na geração 1, os índices foram menos antagônicos, pois aqui o rural se relacionou à classe baixa em 56% das audições e o urbano à classe alta em 61% delas. Na variável gênero, o resultado se manteve sem mostrar grande alteração entre homens e mulheres. No entanto, as distorções entre as classes sociais foram menores: 50% das mulheres entenderam a fala rural como a de um indivíduo pobre, assim como 47% dos homens; e 65% delas e 63% deles relacionaram a fala urbana à classe alta.

Indicia-se, pois, com esse resultado, mais um estigma. Para os próprios usuários da variedade em análise, a fala rural pertence a indivíduos pobres e a urbana àqueles com poder aquisitivo alto, o que de fato não corresponde à realidade, uma vez que, se levadas em conta as condições materiais das famílias pesquisadas, a pobreza não é um atributo que lhes confere. As famílias não se encaixam na classe alta, mas, em sua grande maioria, moram em casas próprias, possuem, pelo menos, dois meios de transporte particulares, acessam a internet de casa e, segundo suas afirmações, têm um certo conforto em suas moradias, fruto de um trabalho duro “na roça”.

No quesito escolaridade, diagnosticou-se que, para os entrevistados:

- o áudio rural é de uma pessoa: sem estudo, para 69%; com escolarização, para 5%; com escolarização baixa, para 20%. Os outros 5% não conseguiram avaliar a fala segundo esse critério. Portanto, se somadas as duas possibilidades de resposta de carga negativa, ter-se-ia, então, 89% dos entrevistados associando o rural com o baixo ou o nenhum nível de escolaridade.
- o exemplar urbano pertence a um sujeito: sem instrução formal, para 2,5%; escolarizado, para 85%; com pouca escolaridade, para 2,5%. O restante dos informantes, 10%, não soube fazer esse julgamento.

Na variável faixa etária 1, 78% de pais e avós relacionaram tanto a fala rural com a falta de escolaridade quanto a urbana com um alto nível de escolarização. Nenhum deles classificou o modelo urbano como sem estudo. Já na geração 2, para 90% dos jovens, o falar urbano é de um cidadão muito escolarizado e, para 62%, o rural corresponde à falta de

instrução. O que muda aqui é o fato de os estudantes não se negarem a avaliar esse critério e terem compreendido com média escolaridade o representante da zona rural, o que não ocorreu entre os mais velhos. Nesse aspecto, a estigmatização recai com maior força sobre a geração mais nova.

Quando a variável gênero é destacada, para as mulheres a desproporção entre o rural e o urbano é ainda maior no que se refere ao nível de escolaridade, já que 75% delas acreditam que o primeiro modelo é de uma pessoa sem estudo e 90% afirmaram que o segundo é de uma pessoa altamente escolarizada. Para os homens, a porcentagem é mais próxima, 63% para aquele e 70% para este.

A percepção de idade dos falantes-modelo se torna um fator importante a ser analisado, pois foi comum, em vários depoimentos, a associação entre a fala local, considerada “errada”, como pode ser percebido na avaliação em ausência, e os moradores mais antigos, que também são aqueles que não tiveram acesso sistemático à escola. Cabe reiterar que as duas falas que serviram de estímulo pertenciam a mulheres com aproximadamente a mesma idade.

Efetivamente, tal juízo se confirmou na análise em presença. Para 69% dos entrevistados o áudio modelo de fala rural correspondia a uma falante mais velha e o exemplar urbano pertencia, para 74% dos informantes, a uma mulher mais nova. Os percentuais foram praticamente os mesmos quando se considerou a variável faixa etária: 72% dos pais e avós e 67% dos jovens relacionaram a fala rural a uma pessoa de mais idade e também 72% do primeiro grupo e 76% do segundo vincularam o modelo urbano a uma faixa etária menor. Na variável gênero, notou-se que as mulheres foram mais incisivas nessa questão, pois 80% acreditaram estar diante da fala de uma pessoa mais velha no áudio rural e de uma mulher mais nova no modelo urbano. Vale destacar que nenhuma delas deixou de considerar tal critério. Já para 58% dos homens o falar rural foi combinado a uma pessoa mais velha, enquanto 68% ligaram o tipo urbano a uma faixa etária mais baixa.

Por fim, a questão identitária foi colocada em xeque. O último item do questionário com áudio estímulo pretendia diagnosticar se a comunidade reconheceria sua própria variedade. 95% dos informantes consideraram familiar o modelo rural apresentado, afirmando que ele era, por certo, de uma moradora da região, indo de encontro, portanto, à conclusão que chegara Labov (2008, p.161) ao afirmar que os falantes nova-iorquinos de fala estigmatizada percebiam sua intenção fônica, próxima ao modelo prestigiado, e não de fato o som que produziam. Apenas 26% ponderaram que o exemplo urbano também não era estranho e que

poderia pertencer a uma nativa. Todavia, para 64% dos entrevistados a última fala era estranha ao seu convívio.

Merecem ressalva dois tópicos no cruzamento das variáveis: 100% dos homens e 100% da faixa etária 2 reconheceram a fala local. Isso não significa que os mais velhos e as mulheres não se tenham reconhecido em sua maioria, uma vez que 89% da geração 1 e 90% das mulheres também o fizeram. Destarte, pode-se, enfim, afirmar que, de fato, a partir de uma abordagem direta das reações dos falantes das próprias variáveis (LABOV, 2008, p.191), existe uma variedade linguística local e uma identidade social na região forjada por essa língua. Ambas são reconhecidas como tal pela comunidade, embora, muitas vezes, essa variação diatópica seja estigmatizada pelos seus próprios usuários, sobretudo, as mulheres mais velhas.

6.4 Entre convergências e divergências: o cruzamento dos testes e dos dados testados

A avaliação em ausência e o teste com áudio modelo não demonstraram discrepâncias em relação às atitudes e aos julgamentos dos informantes. Em linhas gerais, as análises caminharam para uma mesma direção. Todavia, a conclusão sobre os eventos aqui descritos pode ser ainda mais refinada em uma metodologia de aproximação eclética (CARDOSO, 2015, p.115), buscando, para isso, possíveis divergências e convergências mais estreitas entre os dados recolhidos e os resultados aqui encontrados.

Essencialmente, comprovou-se que realmente há uma aceitação de variação diatópica na região pesquisada, ainda que com pequenas percepções de nuances na distribuição do território. A maioria dos sujeitos testados confirmou essa premissa na avaliação em ausência e pôde reafirmar a asserção, ainda com mais certeza, na identificação do áudio modelo de fala rural, corroborando a pesquisa de Cardoso (2015) em relação à autoavaliação linguística dos aracajuanos e refutando a premissa de Labov (2008) para quem os falantes relacionam sua fala a um modelo de prestígio. Os percentuais nessas duas questões foram, praticamente, idênticos. No primeiro 94,9% dos sujeitos testados afirmaram haver uma fala típica da região e, no segundo, 95% deles identificaram o áudio correspondente a essa variedade. Do mesmo modo, ainda que alguns moradores não tenham se reconhecido como falantes da variedade local, cerca de 23%, grande parte indicou que aquela fala ouvida era como a deles ou como a que eles estavam acostumados a lidar.

Em relação à avaliação estética, quando comparados os dois tipos de testagem, houve mudança de atitude frente ao objeto analisado. Em ausência, 44% dos informantes afirmaram ser a variedade da região bonita, enquanto 33% a avaliaram da mesma maneira em presença do áudio, dialogando, desse modo, com os resultados obtidos por Cardoso (2015), nos quais a avaliação em ausência também foi mais positiva. Todavia, o índice negativo também foi reduzido, visto que 18% a consideraram feia, inicialmente, e apenas 8% mantiveram sua opinião depois de ouvi-la. O que de fato mudou foi o percentual de não avaliação, que subiu de 39% para 59%. No momento em que a fala passou a ser personificada, passou a pertencer a alguém, houve uma maior dificuldade em julgá-la.

Resultado exatamente oposto foi detectado no que se referiu à agradabilidade da fala. Em ausência, 46% dos entrevistados, ainda a maioria, julgaram sua variedade como agradável. Já em presença, o percentual subiu para 72%. Em ambos os casos com representatividade maior entre jovens. Entretanto, quando se analisa o gênero, as mulheres foram maioria com a audição e a minoria sem ela. O índice desagradável então caiu de 10%, no primeiro teste, para quase 4% no segundo. As abstenções que representavam 44% dos indivíduos também sofreram grande queda, passando a 24%. Aqui o que se pode concluir é que, com o áudio, houve maior percepção identitário-linguística e a fala soou mais familiar aos entrevistados. Eles se mostraram muito incomodados com a “quantidade de s” da representante urbana. Foi comum associarem as concordâncias nominais empregadas no modelo urbano a uma fala forçada e pouco natural, o que lhes desagradou, como pode ser observado abaixo:

INFOR.	FALA
26	Num sei, acho que ela puxa um cado no esse ()

Outro critério avaliativo que pode ser compreendido em conjunto foi o fato de a fala local ter sido justificada a partir da idade e da escolaridade de seus usuários. Na primeira parte do inquérito metalinguístico, um dos motivos apresentados como uma possível explicação para a comunidade empregar aquela variedade foi a falta de estudo e de relação com outros ambientes de convivência externos dos moradores mais antigos. Essa percepção foi confirmada na segunda parte do inquérito, na qual 89% dos entrevistados asseguraram que a fala rural pertencia a alguém com pouco ou nenhuma escolarização e quase 70% garantiram que era de uma pessoa mais velha do que a representante urbana. Nesse sentido, tem-se uma contradição desses dois resultados, se comparados ao reconhecimento da própria fala, já que

66% dos jovens, que são também os de maior instrução, afirmaram ainda falar como a comunidade. Em conclusão semelhante, Cardoso percebeu que “a língua culta tem mais importância para aqueles que menos a utilizavam” (CARDOSO, 2015, p88) e “quanto mais os informantes são instruídos mais eles concordam em declarar que ‘falar bem significa falar como o povo’” (CARDOSO, 2015, p.89).

No entanto, no processo de reconhecimento residem também outras compreensões. Embora se identifiquem com a variedade regional são os jovens que apresentaram maior índice de mudança e adequação de fala devido ao contexto comunicativo. Como já mencionado anteriormente, a necessidade de aderência a outros grupos sociais faz com que o jovem adapte a sua fala. Em relação a isso, Labov afirma que:

Em toda comunidade existem falantes que têm mais consciência do que outros das formas prestigiosas de fala e cujo comportamento é mais influenciado pelos padrões externos de excelência. Eles exibirão uma alternância estilística maior do que aqueles que não reconhecem tais padrões. (LABOV, 2008, p.251)

A troca de estilos só pode ser posta em prática por indivíduos que identificam as variantes, incluindo a de prestígio, e que têm condições de colocá-las em uso nas situações comunicativas. Labov lembra que o fenômeno é observado com mais frequência em indivíduos mais escolarizados e aí chama a atenção para o fato de que a entrevista é um evento formal e que, portanto, esses mesmos sujeitos podem, ao ser entrevistados, acionar uma variante que não a sua habitual:

Normalmente, o pesquisador fala o dialeto-padrão superordenado que é dominante nessa situação de entrevista face-a-face. A capacidade do informante de aprender línguas está operando o tempo todo, e é sabido que suas regras gramaticais ficarão sob pesada influência do padrão durante este período de elicitación. (LABOV, 2008, p.250).

Como, no caso desta Tese, a pesquisadora era, ou já tinha sido, também a professora de Língua Portuguesa dos jovens entrevistados, é possível que eles, além de terem tentado adequar sua fala àquela situação de formalidade, tenham respondido idealmente a certas questões. Como todo evento interativo é responsivo, ou seja, motivado pela audiência (BELL, 1984; LABOV, 2008), não há maneiras de evitar tal interferência nem condições para criar hipóteses sobre o grau de influência dessa situação. O fato é que o jovem acaba também por assumir inúmeras identidades que, por sua vez, são desveladas e moldadas na própria linguagem. Todavia, essa não parece ser uma prática democratizada, já que, pelos resultados, não está tão acessível e nem é realizada com frequência pelos mais velhos.

CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa, pode-se afirmar com mais certeza que a Sociolinguística é de fato uma ciência transdisciplinar. Para compreender a complexidade do campo de estudos desta Tese foi necessário lançar mão de conhecimentos da História, da Geografia, da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia... Enfim, de um vasto arcabouço científico que, mesmo assim, não encerrou a diversidade de outras análises ainda possíveis e não fez com que o trabalho se tornasse discrepante da Linha de Pesquisa ao qual se vincula: Descrição da Língua Portuguesa. Talvez, por isso, fosse mais natural defender que ele seguisse rumos dialetológicos, haja vista a afinidade histórica da Dialectologia e dos estudos estruturais da língua. No entanto, as questões sociais que o envolveram, para além do lugar no qual se insere e de igual importância aos fenômenos linguísticos, não permitiriam.

Foi necessário também, dentro da própria Sociolinguística, delimitar comunhões e distinções da mudança e da variação, pois mesmo que as aplicações metodológicas se aproximassem muito mais da segunda do que da primeira, poder-se-ia estar aqui registrando uma mudança linguístico-identitária em progresso ou em competição. O que de fato parece ter acontecido. Aliás, está na questão da identidade uma das discussões mais férteis da Linguística atual, principalmente, na vertente da 3ª onda para a qual a aceção de comunidade de prática é tão cara. Destarte, pela própria abrangência do tema, não cabe nele a disciplinaridade teórico-metodológica, mas sim a diversidade da Etnografia que o sustenta coerentemente, como o foi aqui, não por presunção, mas por exigência. O caráter etnográfico empregado na coleta de dados permitiu perceber, por exemplo, a existência não de uma comunidade homogênea de fala, mas comunidades de prática em uma *arquicomunidade* que abarca sujeitos, especialmente os mais jovens, com redes de relações tão diversas que os fazem adaptarem suas próprias identidades. Essa percepção não seria possível com a análise puramente estatística das informações, embora os números tenham evidenciado questões antes não observadas.

Foi esse percurso que deu subsídios para entender a identidade regional construída pelos laços de afetividade de alta densidade e multiplexidade, pelos padrões de comportamento, pela mobilidade territorial dos moradores, pelo compartilhamento de práticas comuns e pelo uso da língua, que não camuflaram, no entanto, a organização social, política e religiosa de cada bairro rural. A partir do que foi observado e registrado na convivência com essas comunidades, pode-se defender que, apesar de todas as singularidades, há uma

identidade linguística na região, ainda que ela comporte a variação dentro da variedade. Ou seja, existe uma variedade diatópica e diastrática ali reconhecida pelos próprios usuários e formada por aspectos linguístico-identitários, mas estes não são homogêneos e configuram, portanto, oscilações do código e competições de forma. Esse processo, na Sociolinguística atual, que não busca generalizações, é visto como inerente e aponta, inclusive, para caminhos de mudança na utilização do vernáculo, o que se comprova na fala da comunidade quando afirma que os mais velhos possuem mais marcadamente tais características.

Se por um lado a geração mais antiga carrega os traços peculiares da fala local, os mais jovens não os abandonaram. Os resultados demonstraram que a juventude, provavelmente por ter mais acesso à instrução formal, domina mais de um código oral e tenta acioná-los de acordo com o contexto enunciativo. Essa ação aponta para duas conclusões: a geração mais nova, se não domina todas as regras da língua padrão, ao menos reconhece o ambiente em que sua variedade é aceita mais facilmente e conhece os mecanismos para adaptar sua fala, mesmo que não consiga êxito em todas as suas realizações; e se há problemas com a aceitabilidade dessa variedade é porque ela sofre grande preconceito social.

Assim, como provavelmente os mais velhos foram os que mais ficaram expostos a avaliações negativas de sua fala, eles reproduzem a estigmatização que sofreram (LABOV, 2008; e CARDOSO, 2015). Muito mais do que os jovens, são eles que, nas avaliações, estigmatizaram a variedade local, embora demonstrassem demasiado orgulho de suas origens. Talvez esse julgamento seja mais uma convenção do que de fato uma condição, pois é, por inúmeras vezes, paradoxal a maneira com que descrevem seus modos de viver e conviver. Ele parece funcionar como uma tática, já que é imposto (CERTEAU, 2008), na antecipação da valoração negativa que os moradores da região presumem ter o seu falar na sociedade, buscando, portanto, concordância, complementaridade com seu interlocutor (BORTONI-RICARDO, 2011), que, no caso, era professora de Língua Portuguesa.

Já os jovens, por transitarem em mais territórios, vivenciam o que Haesbaert (2011) chamou de hibridismo identitário e utilizam, como estratégia (CERTEAU, 2008) contra o preconceito, sua capacidade de acomodação e convergência de fala (BORTONI-RICARDO, 2011). Desse modo, a geração mais nova tenta negociar sua identidade linguística de acordo com seus interesses, configurando a heterogeneidade nos processos identificatórios pós-modernos, como previra Hall (2006). Todavia, as escolhas feitas por tal grupo não são sempre em função da resignação e, em algumas situações, podem ser compreendidas como resistência à massificação e aos forasteiros (BORTONI-RICARDO, 2011; LABOV, 2008; HALL, 2006) ou como uma aceitação revoltada (BOURDIEU, 2010), como nos casos descritos das redes

sociais, em que os jovens buscam marcar o orgulho de suas origens e de seu trabalho por sua variedade linguística.

Essas conclusões se basearam no levantamento do uso dos aspectos linguísticos identitários na região e nas avaliações e atitudes dos próprios falantes frente a tais realizações. Percebeu-se que os traços característicos da variante são mais utilizados, em gradação decrescente, pelos seguintes grupos: faixa etária 1 (mais velhos), com baixa escolaridade; gênero masculino; estudantes do curso de agropecuária; regiões distantes dos centros urbanos. Todavia, são os homens que reconhecem menos na sua fala essas características, como pode ser visto na Tabela 10. Já as mulheres mais velhas são as que mais estigmatizam a sua própria fala. Novamente, o resultado indica que, nessa variável independente, a fala pode estar representando uma tendência para a modificação, pois o grupo que a avalia mais negativamente não é o que mais aplica suas regras, estando aberto, portanto, às mudanças. Fato oposto acontece com os jovens que são os que menos inferiorizam a variedade local e menos demonstram o desejo de mudá-la e em contrapartida os que apresentam maior variação. A conclusão caminha, então, para a ideia de que, caso o preconceito persista, há a disposição de se restringir a fala regional aos contextos íntimos e locais, a não ser que os jovens a utilizem como forma de resistência.

Para que essas hipóteses sejam comprovadas, seriam necessários outros caminhos a serem percorridos por novos estudos como, por exemplo: a análise variacionista dos fenômenos mais representativos elencados no Capítulo V; a delimitação das redes de relação dos informantes, buscando saber, com mais refinamento, por onde circulam e se a variedade se mantém nas interações; a apreciação pormenorizada de cada comunidade de prática aqui indicada, procurando identificar quais os papéis exercidos pelos moradores nesses agrupamentos, se a fala sofre adequação de acordo com tais desempenhos sociais e em quais contextos ela é melhor avaliada. Enfim, são inúmeras as possibilidades de aprimoramento que esta Tese pretendeu levantar em uma região e em uma variedade nunca antes estudada. Pretende-se, pois, a partir de agora que os resultados aqui apresentados sejam o ponto de partida para outras pesquisas. Ademais, fica aqui o apelo pela valorização da identidade linguística local, pelo combate ao comprovado preconceito linguístico sofrido por essa comunidade e pela construção da cidadania (inclusive no que se refere ao acesso ao código culto e escrito), campos em que a escola e a ciência crítica e sensível devem atuar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joyce Eleine de. Da origem de alguns fenômenos linguísticos peculiares ao falar rural. *Signun: estudos linguísticos*. Londrina, PR, v. 2, n. 9, p. 45-55, dez. 2006.

ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine de. Falar rural: é possível alterar uma tradição? *Revista Abralín*. Niterói, RJ, v. 6, n. 1, p. 95-110, jan./jun. 2007.

ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de e CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. O NELPRU (Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa Rural): apresentação de alguns resultados. *Sitientibus*. Feira de Santana, BA, n. 29, p.119-132, jul./dez. 2003.

ARAÚJO, João Raimundo. A modernização de Nova Friburgo: verso e reverso. In.: ARAÚJO, João Raimundo de; MAYER, Jorge Miguel. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

_____.; MAYER, Jorge Miguel. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

AZEREDO, José Carlos de. *Dicionário Houaiss de conjugação de verbos*. São Paulo: Publifolha, 2012.

_____. *Gramática Houaiss de Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BASTOS, Liliana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). *Estudos de identidade: entre saberes e prática*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BATTISTI, Elisa. Redes sociais, identidade e variação linguística. In: FREITAG, Raquel Meister Ko (Org.). *Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística*. São Paulo: Blucher, 2014.

BHABHA, Homi, K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

- BOTELHO, José Mario; LEITE, Isabelle Lins. Metaplasmos contemporâneos: um estudo acerca das atuais transformações fonéticas da língua portuguesa. In: CLUERJ-SG, 2, 2005, São Gonçalo, RJ. *Anais...* São Gonçalo, RJ: UERJ. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/ii/completos/comunicacoes/isabellelinsleite.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMACHO, Roberto Gomes. *Da linguística forma à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CARDOSO, Denise Porto. *Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros*. São Paulo: Blucher, 2015.
- CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75. out., 1998.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. Rumos da dialetologia portuguesa. *Revista Alf*, Marília, SP, v. 18/19, p. 115-153, 1973.
- _____. *A hora e a vez do português brasileiro*. Arquivos do Museu da Língua Portuguesa. Disponível em: <www.estacaodaluz.org.br>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- COMERFORD, John Cunha. Comunidade Rural. In: MOTTA, Márcia. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- DUBOIS, Jean. et. al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 2014.

ECKERT, Penélope; MCCONNELL, Sally. Comunidade de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (Org.). *Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. Apresentação de um clássico. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

FRAZÃO, Gabriel Almeida. “A serviço da formação do jovem rural”: desafios e contradições na atuação do CEFFA CEA Rei Alberto I como agente do desenvolvimento do meio. Tese (Doutorado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FREITAG, Raquel Meister Ko (Org.). *Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística*. São Paulo: Blucher, 2014.

_____; SEVERO, Cristine Gorski (Org.). *Mulher, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015.

GAGO, Paulo Cortes. Questões de transcrição em análise de conversa. *Vereda: estudos da linguagem*, Juiz de Fora, MG, v. 6, n. 2, p.89-113, jul./dez. 2002.

GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAESBAERT, Rogério. O espaço importa: dilemas da construção identitário-territorial na contemporaneidade. In: BASTOS, Líliliana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). *Estudos de identidade: entre saberes e prática*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORA, Dermeval da; LOPES, Leonardo Wanderley. Atitude do ouvinte versus estilo e variação do falante. In: SEVEDRA, Mônica Maria Guimarães; MARTINS, Marco Antonio; HORA, Dermeval da. *Identidade social e contato linguístico no português brasileiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/EdUERJ, 2015.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2014. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/23341>>.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2010.

Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330340&idtema=1&search=rio-de-janeiro|nova-friburgo|censo-demografico-2010:-sinopse->>.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2007.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAFORÉ, Maria Regina Capdeville. A colônia de Nova Friburgo. In: ARAÚJO, João Raimundo de; MAYER, Jorge Miguel. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

LISBOA, Edson de Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no Século XIX. In: ARAÚJO, João Raimundo de; MAYER, Jorge Miguel. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

LOPES DA SILVA, Fábio Luiz. A gravidade da linguística: relações possíveis entre Newton, Chomsky e Saussure. In: ENCONTRO DO CELSUL, 5, 2003, Curitiba. *Anais do 5º Encontro do Celsul*. Curitiba-PR: UFPR, 2003, p.549-553.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partida: a polarização sociolinguística no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MAYER, Jorge Miguel. A criação de Nova Friburgo. In: ARAÚJO, João Raimundo de; MAYER, Jorge Miguel. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

_____; PEDRO, José Carlos. Política e administração em Nova Friburgo no Século XIX. In: ARAÚJO, João Raimundo de; MAYER, Jorge Miguel. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In.: _____. BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Victor Pereira de. *Repensando o rural sob o prisma das urbanidades, em Nova Friburgo, RJ*. Curitiba, PR: CRV, 2011.

OLIVEIRA JR, Miguel. Aspectos técnicos na coleta de dados linguísticos orais. In: FREITAG, Raquel Meister Ko (Org.) *Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística*. São Paulo: Blucher, 2014.

OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (Org.). *Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. Pós-fácio. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REVEL, J. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIO DE JANEIRO. *Estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro: Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria-Geral de Planejamento, 2011.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas ruralidades. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Tânia Ferreira Rezende. Falares rurais brasileiros. *Revista da UFG: tema Brasil rural*, v.7, n. 1, jun. 2004.

SEVERO, Cristine Gorski. *Por uma perspectiva social dialógica da linguagem: repensando a noção de indivíduo*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007a.

_____. A questão da identidade e o lócus da variação/mudança em diferentes abordagens sociolinguística. *Revista Letra Magna*, ano 4, n. 7, 2. sem. 2007b. ISSN 1807-5193.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Coleta de dados. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, Augusto da Silva. (Inter)subjetificação na linguagem e na mente. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2011. v. 15-1.

SOBRAL, Gilberto; LOPES, Norma; RAMOS, Jânia. *Linguagem, sociedade e discurso*. São Paulo: Blucher, 2015.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

TAVARES, Maria Alice; MARTINS, Marco Antonio. O banco de dados Fala-Natal: uma agenda de trabalho. In: FREITAG, Raquel Meister Ko (Org.). *Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística*. São Paulo: Blucher, 2014.

VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. A língua falada em Alagoas: coleta e transcrição de dados. In: FREITAG, Raquel Meister Ko (Org.). *Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística*. São Paulo: Blucher, 2014.

VOESE, Ingo. Ah... Se todos fossem iguais (ou não) a uma onda no mar... *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, p. 151-177, 2003.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

ANEXO A - Ficha Social

FICHA SOCIAL

1 – Número da entrevista: _____ Data da entrevista: ____/____/____

2 - Nome: _____ .

3 – Sexo: () F. () M. 4 – Data de nascimento: ____/____/____

5 – Local de nascimento: _____ Morador de: _____

5.1 - Mudança para o 3º Dist.: ____/____/____ 5.2 - Para o bairro: ____/____/____

6 – Estado civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Outros _____

7 – Descendência da família: _____

7.1 - Naturalidade: 7.1.1 - Do pai: _____

7.1.2 – Da mãe: _____

7.1.3 – Do cônjuge: _____

8 – Escolaridade: () Analfabeto () 1º segmento E.F. incompleto () 1º segmento do E. F.
() 2º segmento E.F. incompleto () E.F. completo () E.M. incompleto () E.M. completo
() E.S.

9 – Número de filhos: _____ 8.1 - Escolaridade dos filhos:

() 1 () E.F. incompleto () E.F. completo () E.M. incompleto () E.M. completo
() E.S.

() 2 () E.F. incompleto () E.F. completo () E.M. incompleto () E.M. completo
() E.S.

() 3 () E.F. incompleto () E.F. completo () E.M. incompleto () E.M. completo
() E.S.

() 4 () E.F. incompleto () E.F. completo () E.M. incompleto () E.M. completo
() E.S.

Outros: _____

10 – Condição da moradia: () Própria () Alugada () Meeiro () Caseiro () _____

11 – Meio de transporte particular: () Sim () Não Qual: _____

12 – Renda familiar: () 1 a 3 salários () 4 a 6 salários () 7 a 10 salários () + de 10
salários

13 – Religião: () Católico () Evangélico _____ () Espírita _____

Praticante: () Sim () Não Função na instituição religiosa: _____

14 – Participa de associação: () Sim () Não Qual: _____

Condição da participação: () Associado () Membro da diretoria _____

15 – Participa de outra instituição ou representação: () Não () Sim

Qual: _____ Condição da participação: _____

16 – Observações gerais do informante e das condições da entrevista:

ANEXO B - Roteiro de Entrevista**ROTEIRO DE ENTREVISTA****1º Bloco – Definição da localidade geográfica pelos moradores**

- 1 – Qual o nome da localidade onde você mora?
- 2 – Quais são os limites dessa localidade?
- 3 – O que caracteriza a localidade onde você mora? Ela é uma comunidade rural? Por quê?
- 4 – Ela é diferente das outras localidades do 3º Distrito? Por quê?
- 5 – Quais são as localidades que parecem com a que você mora? Quais não parecem?

2º Bloco – População

- 1 – Como são as pessoas do lugar onde você mora?
- 2 – Como você reconhece as pessoas que são de fora?
- 3 – Como você reconhece as pessoas do lugar onde você mora? Elas são diferentes das pessoas do Centro? Por quê?
- 4 – Essas características são as mesmas para todo o 3º Distrito? Por quê?
- 5 – Quais são as características das famílias desse lugar?
- 6 – Como as pessoas aqui se relacionam?

3º Bloco – Cotidiano – Costume – Tradições

- 1 – Quais são os lugares (estabelecimentos, instituições, espaços públicos) importantes na comunidade?
- 2 – Quais são os lugares frequentados durante a semana pelos membros da comunidade? Você frequenta esses lugares?
- 3 – Quais são os lugares frequentados os pela comunidade nos finais de semana? Você frequenta esses lugares?
- 4 – Existem festas ou eventos tradicionais na comunidade? Você vai a esses eventos?
- 5 – Quais são as comidas típicas da região?
- 6 – Existe alguma dança, reza ou outra expressão típica da região?
- 7 – Existem costumes ou hábitos que você considera típicos da região? Que você só vê aqui?
- 8 – Você percebe que, com o passar do tempo, a localidade passou por transformações? Quais?

4º Bloco – Questões pessoais – redes – comunidades de prática

- 1 – Como é a sua rotina? Ela mudou muito com o passar do tempo? Em quê?
- 2 – Quais são as pessoas com que você mais se relaciona?
- 3 – Como é a sua rotina de trabalho?
- 4 – Quais são as atividades que você exerce fora do trabalho?
- 5 – Como é a sua participação na Igreja/evento religioso? Você costuma falar em público?
- 6 – Como é a sua participação na Associação? Você se sente a vontade para falar e expor suas opiniões?
- 7 – Você assiste TV? Que programas?
- 8 – Lê jornal ou revista? Quais?
- 9 – Ouve rádio? Que programas?
- 10 – Tem acesso à internet? O que você mais acessa?
- 11 – Como é ou foi sua vida escolar?
- 12 – Você se considera rico ou pobre? Por quê?
- 13 – O que você acha da vida aqui na comunidade?

5º Bloco – Questões metalinguísticas

- 1 – Você acha que as pessoas da comunidade falam diferente? Por quê?
- 2 – Essa fala é igual em todas as comunidades do 3º Distrito? Por quê?
- 3 – Você reconheceria uma pessoa de sua região só pelo modo de falar? Como?
- 4 – Você fala como as pessoas da sua comunidade? Por quê?
- 5 – Você tem orgulho do seu modo de falar? Por quê?

6 – Por que você acha que as pessoas aqui falam assim?

7 – Você considera esse modo de falar: () bonito () feio () agradável () desagradável

8 – Em algumas situações, você precisou mudar seu modo de falar? Por quê? Você fala igual em todas as situações?

9 – Já sentiu vergonha do seu modo de falar? Por quê?

10 – Você gosta do seu modo de falar? Mudaria se pudesse?

11 – Você, agora, vai ouvir duas gravações. Como você acha que são essas pessoas que você acabou de ouvir?

GRAVAÇÃO A (URBANO)		GRAVAÇÃO B (RURAL)	
() Feio	() Bonito	() Feio	() Bonito
() Rico	() Pobre	() Rico	() Pobre
() Com estudo	() Sem estudo	() Com estudo	() Sem estudo
() Agradável	() Desagradável	() Agradável	() Desagradável
() Estranho	() Familiar	() Estranho	() Familiar
() Novo	() Velho	() Novo	() Velho

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa de tese, intitulada “*Pode chegar, sá menina*”: *entre conversas, aspectos linguístico-identitários das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo*, conduzida por Jaqueline de Moraes Thurler Dália, professora do CEFFA CEA Rei Alberto I e aluna do Doutorado em Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Este estudo tem por objetivo identificar aspectos da variação linguística dos moradores do 3º Distrito de Nova Friburgo (e adjacências), assim como perceber as atitudes desses falantes em relação a sua variação. Você foi selecionado(a) por ser morador das comunidades pesquisadas. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Você participará como informante da pesquisa acima identificada, fornecendo amostras de fala, que serão gravadas em arquivos, apenas, de áudio, para o objetivo de estudos linguísticos. Sua identidade será mantida em sigilo na divulgação dos resultados da pesquisa e os dados fornecidos não serão objeto de nenhum tipo de avaliação social e, por isso, sua participação não implica riscos nem benefícios pessoais, inclusive financeiros. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

A pesquisadora responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável .

Contatos do pesquisador responsável (telefone e endereço profissionais):

CEFFA CEA Rei Alberto I.

Estrada dos Três Picos

Baixada de Salinas

28610974 - Nova Friburgo, RJ - Brasil - Caixa-postal: 97224

Telefone: (022) 25436907

E-mail: jaquelinethurlerdalia@gmail.com

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ:

Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ.

E-mail: etica@uerj.br

Telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e que concordo em participar.

Nova Friburgo - RJ, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante:

Assinatura da pesquisadora:

ANEXO D - Caracterização dos Informantes

CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES					
INFORMANTES	VARIÁVEIS INDEPENDENTES CONSIDERADAS NA ANÁLISE				
	GERAÇÃO		GÊNERO		LOCALIDADE
	1	2	F	M	
01	X		X		Fazenda Schuenck
03	X		X		São Felipe
04		X	X		São Lourenço
05		X		X	Salinas
06 – A	X		X		Barracão dos Mendes
06 – C		X	X		Barracão dos Mendes
07	X		X		Três Picos
08 – A	X			X	Alto de Salinas
09	X		X		Barracão dos Mendes
10	X		X		Barracão dos Mendes
11 – A	X			X	Santa Cruz
12 – A	X			X	Fazenda Campestre
13	X		X		Salinas
14	X		X		Três Picos
15 – A	X			X	Fazenda Schuenck
15 – B	X		X		Fazenda Schuenck
16		X		X	Barracão dos Mendes
17		X		X	Três Picos
18		X		X	Santa Cruz
19		X		X	Três Picos
20		X	X		Baixada de Salinas
21		X	X		Três Picos
22		X	X		Barracão dos Mendes
23		X	X		Barracão dos Mendes
24		X		X	Barracão dos Mendes
25		X	X		Três Picos
26		X		X	Alto de Salinas
27		X	X		Granja de Salinas
28		X	X		Granja de Salinas
29		X		X	Centenário
30		X		X	Fazenda Campestre
31		X	X		São Felipe
32		X		X	Fazenda Schuenck
33		X	X		Baixada de Salinas
34		X		X	Fazenda Campestre
36	X			X	Três Picos
37	X		X		Granja de Salinas
38 – A	X			X	Alto de salinas
38 – B	X		X		Alto de Salinas
40	X			X	Centenário
41	X			X	Baixada de Salinas
42 - A	X		X		Fazenda Campestre